

**Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

Simone Parrela Tostes

**Fabulações:
espaço e produção de diferença**

Belo Horizonte

2015

Simone Parrela Tostes

**Fabulações:
espaço e produção de diferença**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Organização do espaço

Linha de pesquisa: Teoria, métodos e linguagem em geografia

Orientação: Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa

Belo Horizonte

2015

T716f
2015

Tostes, Simone Parrela.

Fabulações [manuscrito] : espaço e produção de diferença / Simone Parrela Tostes. – 2015.

208 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Cássio Eduardo Viana Hissa.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2015.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Teoria, Métodos e Linguagem em Geografia.

Bibliografia: f. 199-208.

1. Subjetividade – Teses. 2. Devir (Conceito filosófico) – Teses. 3. Espaço e tempo – Teses. 4. Diferença (Filosofia) – Teses. 5. Geografia urbana – Teses. I. Hissa, Cássio Eduardo Viana. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.375



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Fabulações: espaço e produção de diferença

SIMONE PARRELA TOSTES

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 31 de agosto de 2015, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Cassio Eduardo Viana Hissa - Orientador
UFMG

Prof(a). Heloisa Soares de Moura Costa
UFMG

Prof(a). César Geraldo Guimarães
FAFICH-UFMG

Prof(a). Monique Sanches Marques
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof(a). Roberta Carvalho Romagnoli
PUC Minas

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2015.

dedico
ao Serginho, mestre fabulador, e ao Lucas, aprendiz-ensinador;
e a todos que riscam/arriscam a dis-posição de criar

[agradecimentos]

ao Prof. Dr. Cássio Eduardo Vianna Hissa, orientador dessa tese
pelo espaço de movimentação

ao Prof. Dr. César Guimarães e à Prof. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa,
pela leitura atenta e contribuições no Exame de Qualificação;
aos professores Dr. Cássio Hissa, Dr. César Guimarães, Dra. Heloisa Soares de
Moura Costa, Dra. Monique Sanches Marques, Dra. Roberta Romagnoli, pelas
preciosas contribuições na banca final;

pelas travessias compartilhadas

aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em
Geografia do Instituto de GeoCiências da Universidade Federal de Minas Gerais,
especialmente os colegas Adriana Dias Gomide, Carla Wstane, Danielle Colucci,
Júlia Castro, Marcelo Cintra do Amaral, Maria Del Mar Poblet, Rafael Alves,
Rodrigo Teixeira e Venilson Fonseca;
e muito especialmente a Maria Luísa Nogueira, pela cumplicidade e interlocução,
exigência afetuosa de criação de sentidos

pelas primeiras experiências de um comum, matéria de espaço e de vida

aos meus pais, João e Filomena, e aos meus irmãos Renato, Cláudio e Paulo

pela presença amorosa e pelo chão em devir tapete voador

ao Serginho e ao Lucas,

pela experimentação de territórios

a Alemar Rena, Ana Isabel de Sá, João Tonucci, Juliana Torres, Marcelo Maia,
Paula Bruzzi, Talita Lessa e demais colegas do Indisciplinar
e de modo muito especial a Natacha Rena e a Marcela Silviano Brandão Lopes
pela amizade, estranhamento potente da alegria;
a Breno Silva, Monique Sanches, Simone Cortezão e Washington Drummond,
pelos encontros fabuladores;
aos colegas e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
Itaúna, em especial à Prof.^a Fernanda Villefort Parreiras;
aos colegas do Praxis da EAUFMG, em especial à Denise Morado;
aos amigos do olho_ da_ rua;
aos meus alunos de todos esses anos;
a Ana Lydia Santiago, pela escuta;
ao Rodrigo Minelli, *in memoriam*,

pelo suporte financeiro

à CAPES

Muito diferentes são as funções criativas, usos não conformes do tipo rizoma e já não árvore, que procedem por intersecções, cruzamentos de linhas, pontos de encontro no meio: não há um sujeito, mas agenciamentos coletivos de enunciação; não há especificidades, mas populações, música-escrita-ciências-audiovisual, com as suas permutas, os seus ecos, as suas interferências de trabalho. O que um músico faz num lugar servirá a um escritor noutra lugar, um cientista movimenta domínios bem diferentes, um pintor sobressalta-se com uma percussão; não são encontros entre domínios, porque cada domínio é já feito em si próprio desses encontros. Há apenas intermezzos, intermezzi, como focos de criação. [...] Acima de tudo, não se trata de falar para os infelizes, falar em nome das vítimas, dos supliciados e dos oprimidos, mas de traçar uma linha viva, uma linha quebrada. A vantagem consistiria, pelo menos no mundo intelectual e por mais pequeno que seja, em separar aqueles que se pretendem “autores”, escola ou marketing, com os seus filmes narcísicos, as suas emissões e os seus estados de alma, isto é, a vergonha actual, daqueles que sonham com outra coisa – não sonham, isso faz-se por si.

Diálogos, Gilles Deleuze e Claire Parnet

[RESUMO]

Esta tese tem por objetivo abordar as conexões entre espaço, subjetividade e criação do novo em seus processos constitutivos de montagem, desmontagem e remontagem de forças. Espaço e subjetividade são pensados em suas interações mútuas e em conexão com o campo caótico e heterogêneo de forças. A tarefa da tese consiste em uma prática de sentidos capaz de produzir diferença e singularização em relação à produção do espaço e dos modos de vida sob o capital. A problematização, procedimento escolhido que permite desestabilizar configurações homogêneas, tece uma aliança com a fabulação, aqui tomada em sua dimensão ética, política e estética de exercício de criação que permite articular práticas e procedimentos singulares em conexão com os devires menores do espaço. O percurso da tese se faz na interlocução com estudiosos que tem no espaço o foco de suas abordagens, em especial Milton Santos e Henri Léfèbvre e também com pensadores escolhidos pela problematização que empreendem dos modos de pensar, eventualmente abordando o espaço em suas formulações. De modo especial Gilles Deleuze e Félix Guattari com os conceitos de fabulação, cartografia, micropolítica, diferença, devir e processos de produção e subjetivação; Michel Foucault com os conceitos de genealogia, e subjetivação; Michel de Certeau com as práticas desviantes; Maurice Blanchot, Anne Cauquelin; Marcio Sales com a caosmofagia e também Maurizio Lazzarato; Michael Hardt e Antonio Negri, Regina Passos e Eduardo Benevides, dentre outros. A tese se desenvolve em quatro partes (escrita, teoria, subjetivação e lugar-mundo) entremeadas por cinco fabulações (casa em reforma, sala de aula, movimentos de rua, edifício em construção, mini atlas de espaços-mundos). Entre essas duas séries não há relação de explicação ou comprovação, mas produção de diferença a partir de porosidades que permitem às problematizações se atravessarem e se conectarem em novos arranjos e novos sentidos.

Palavras-chave: fabulação, produção do espaço, subjetivação, devir menor, diferença

[ABSTRACT]

This thesis aims to address the connections between space, subjectivity and creation of the new. Space and subjectivity are thought in their mutual interactions and in connection with the chaotic field of heterogeneous forces. The theoretical task of the thesis is a production of senses capable of producing difference and singularity in relation to the production of space and ways of life in the capitalism. The questioning, procedure that allows destabilize homogeneous settings, weaves an alliance with fable, taken here in its ethical dimension, policy and creation exercise aesthetics that allows joint practices and unique procedures in connection with the smaller space becoming. The thesis route is done in dialogue with scholars who have the space within the focus of their approaches, especially Milton Santos and Henri Léfèbre, and with thinkers chosen by questioning who undertake the ways of thinking. Especially Gilles Deleuze and Felix Guattari with the concepts of fable, cartography, micropolitics, difference, becoming and production and subjectivity processes; Michel Foucault with the concepts of genealogy and subject; Michel de Certeau with deviant practices; Maurice Blanchot, Anne Cauquelin; Marcio Sales with caosmofagia and also Maurizio Lazzarato, Michael Hardt and Antonio Negri, Regina Benevides and Eduardo Passos, among others. The thesis is developed in four parts (writing, theory, subjectivity and place-world) interspersed with five fables (house under renovation, classroom, street movements, a tower, mini atlas of space-worlds). Between these two series there is no explanation but variation and difference that allow problematizations to cross and connect in new arrangements and new meanings.

Keywords: fable, production of space, subjectivity, difference, becoming

[RÉSUMÉ]

Cette thèse aborde les liens entre l'espace, la subjectivité et la création du nouveau, approchés dans leurs interactions mutuelles et en relation avec le domaine chaotique de forces hétérogènes. La thèse se compose d'une tâche pratique de production de sens capables de créer différence et singulariser la production de l'espace et des modes de vie dans le capitalisme. La problématization, procédure qui permet déstabiliser paramètres homogènes, tisse une alliance avec la fabulation, prise ici dans sa dimension éthique, politique et esthétique de création qui permet pratiques communes et des procédures uniques en relation avec les devenir mineurs de l'espace. Le parcours de thèse se fait dans le dialogue avec les chercheurs qui ont dans le centre de leurs approches, notamment Milton Santos et Henri Lefebvre et avec les penseurs choisis en interrogeant qui entreprennent les façons de penser, peut-être aborder l'espace dans leurs formulations. Surtout Gilles Deleuze et Félix Guattari avec les concepts de la fable, la cartographie, la micro, la différence, le devenir et les processus de production et de la subjectivité; Michel Foucault avec la généalogie des concepts, et de la subjectivité; Michel de Certeau avec pratiques déviantes; Maurice Blanchot, Anne Cauquelin; Maurizio Lazzarato, Marcio Sales avec caosmofagia et également Michael Hardt et Antonio Negri, Regina Benevides et Eduardo Passos, entre autres. La thèse est développée en quatre parties (écriture, théorie, subjectivité et lieu-monde) entrecoupées de cinq fabulations (maison en cours de rénovation, salle de classe, les mouvements de rue, une tour, mini-atlas des espaces-mondes). Entre ces deux séries n'y a aucune explication ou corroboration, mais la différence et variation qui permettent de nouvelles connexions, de nouveaux arrangements et sens.

Mots-clés: fabulation, différence, production de l'espace, subjectivité, devenir mineur

[LISTA DE FIGURAS]

FIGURA 1: The Cloud Eaters	70
FIGURA 2: Trempe improvisada	78
FIGURA 3: O cão com plumas	170

[SUMÁRIO]

NOTAS DE SAIDA E DE FUGA [ou introdução às avessas].....	18
[1] ESCRITA E PRODUÇÃO DE DIFERENÇA	42
[1.1] narrativa, descrição, fábula, representação.....	42
[1.2] fabulação	48
[1.3] cartografia.....	55
[1.4] espaço e devir menor.....	62
[1.5] da antropofagia à caosmofagia.....	68
[fragmento 1: casa em reforma]	73
[2] TEORIA E PRODUÇÃO DE DIFERENÇA	83
[2.1] problematização e teoria.....	83
[2.2] cinema, espaço e as potências do vazio	86
[2.3] diferença e oposição.....	88
[2.4] espaço, clínica e diferença.....	93
[2.5] genealogia e produção de diferença.....	95
[2.6] potências da teoria	97
[2.7] montagem e produção de diferença	101
[3] ESPAÇO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO	104
[3.1] subjetividade e produção do humano	104
[3.2] propriedade, espaço e subjetividade	110

[3.3] espaço, subjetivação e política	114
[fragmento2: sala de aula]	120
[4] ESPAÇO, LUGAR E MUNDO	137
[4.1] espaço e comunidade	137
[4.2] lugar, ação e o tempo presente.....	144
[4.3] lugar e memória.....	150
[4.4] lugar e espaço em disputa.....	153
[4.5] espaço, corpos e gestos	159
[4.6] corpos, poder e espaço: os gestos dirigidos.....	161
[4.7] práticas urbanas e astúcias dos gestos	164
[fragmento 3: movimentos de rua]	166
[fragmento 4: edifício em construção]	179
[fragmento 5: mini atlas de espaços mundos]	192
[CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS]	196
[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS]	199

PREÂMBULO: DE DESEJOS E APOSTAS

[lances de um jogo]

Aqui se dispõe um jogo tecido de desejos maquinados em apostas. Algumas coordenadas parecem, menos para estabelecer controles do que para indicar certa constelação desejante por onde precisamente o controle escapa e o acaso se insinua suspendendo garantias e implicando riscos. Pois não são desconhecidos os riscos presentes em anúncios como este - enunciação de uma tese - capazes de eliminar a distância entre os caminhos da afirmação do desejo, abertos a fugas e desvios na acolhida do imprevisto, e os rígidos percursos determinados por metas imperativas refratárias a qualquer perturbação. Ou ainda os riscos da mera enunciação de intenções sem os movimentos de sua efetivação. Perigos sempre à espreita. Mas como o jogo só se joga jogando, anunciar suas coordenadas não equivale aqui a pretender eliminar seus riscos, mas convocá-los com alegria: apostar.

Que esta tese, feita de encontros, possa mais que simplesmente tematizá-los, deixando-se alterar, nos processos de pesquisa e escrita, pelas dimensões de criação e de multiplicidade que atravessam a ambas, escrita, pesquisa e vida, sem equivalência, sem indistinção, sem estancamento: contágio de intensidades singulares.

Que esta tese, ao ser lida por outrem, deflagre algum encontro. Algum bom encontro.

Que escrita, pesquisa e vida, atravessando-se na experimentação de seus encontros, possam *de vir outro*. Muitos outros cujas intensidades não encontram sustentação em nenhuma pretensão literária, artística ou filosófica, tampouco em nenhuma interdição previamente anti-científica ou anti-acadêmica neste *fazer tese*. Não se evoca aqui nenhum universo ao qual reivindicar filiações ou assinalar identificações que operem embasamento ou fundamentação estacionários, ainda que não se descartem alianças provisórias de qualquer natureza.

O jogo que aqui se joga constitui-se como experimentação de diferenças, e nesse sentido não se compromete com os caminhos já traçados e enquadrados pelas

referências paradigmáticas da produção do conhecimento científico. E não se compromete, tampouco, em empreender cruzadas contra estados de coisas erigindo-se em pólo auto-proclamado de produção anti-paradigmática. Nada disso interessa aqui: adesão, finalidades corretivas, missões, alvos, nem tampouco prescrições edificantes passíveis de definir algum lugar próprio de autoridade e poder. Sequer um lugar de oposição em disputas e enfrentamentos belicosos implicando ainda certa aderência ao instituído ao substituir-lhe os conteúdos sem alterar os efeitos gerais que lhe garantem o posto de referência modelar. Variâncias limitadas, falsas alternativas nas disputas do *mesmo* que só fazem renovar e perpetuar privilégios. Nessa disposição de tese, entretanto, ressalvas não estão descartadas e eventualmente tomam parte do jogo à força de não operarem a favor de juízos, sentenças, julgamentos e demais efeitos de tribunal. Não se trata igualmente de pretender fugir dos domínios envolvidos - científico, acadêmico, profissional, pouco importa -, tomando suas determinações e pressupostos como extensões de um poderio do qual, estando-se cativo, seria necessário libertar-se bastando para isto abandoná-lo. Alternativas de prisioneiro que em nada alteram a lei do senhor, lei do comando e da razão capitalista. Lei que incide para muito além dos domínios estritamente econômicos e que opera ativamente na dimensão das subjetividades e saberes ao capitalizar conhecimentos e práticas e os entrincheirarem em campos e especialidades franquados a poucos. Por este motivo simplesmente trocar de domínio não alteraria, por si só, o funcionamento geral, mas o preservaria e até o fortaleceria, oxigenando-o em novas frentes. “Com freqüência são justamente os ‘escravos’ que tomam o poder, e que o mantêm, e que permanecem escravos ao preservá-lo” (Deleuze, 2010, p. 169). Mais vale apostar então em outra experimentação, seguindo vetores de desterritorialização, linhas de fuga capazes de abrir os territórios de ações e práticas a sua própria alteração. Esse movimento não equivale, portanto, à mera evasão de um campo de determinações por meio da denúncia de suas limitações, seus interesses secretos, suas alianças comprometedoras e suas motivações inconfessáveis. Trata-se justamente de *fazê-las fugir*, produzindo novas intensidades passíveis de ensejar *encontros*, esta experiência desestabilizante de abertura ao engendramento indeterminável de um *outro*.

Mas não há garantia alguma de que as coisas assim se efetuem. Somente uma aposta, uma disposição em declinar das particularidades em favor da possibilidade não garantida de que algo novo e potente possa surgir em meio a estes blocos-fragmentos. Algo original, conforme o sentido encaminhado por Gilles Deleuze (1997, p.108-109):

Cada original é uma potente Figura solitária que extravasa qualquer forma explicável: lança flamejantes dardos-traços de expressão, que indicam a teimosia de um pensamento sem imagem, de uma questão sem resposta, de uma lógica extrema e sem racionalidade. Figuras de vida e de saber, sabem algo inexprimível, vivem algo insondável. Não tem nada de geral e não são particulares: escapam ao conhecimento, desafiam a psicologia. [...] Os originais são os seres da Natureza primeira, mas são inseparáveis do mundo ou da natureza segunda, e aí exercem seu efeito: revelam seu vazio, a imperfeição das leis, a mediocridade das criaturas particulares, o mundo como mascarada [...].

Pesquisar e escrever então não para tornar-se pesquisador, escritor, teórico, intelectual, autor, doutor, especialista, perito, mas precisamente para produzir e proliferar escrita, teoria, prática e vida em suas intensidades não capturadas, declinando dos atributos auto-referenciados tanto do *eu* senhor como das determinações de algum lugar próprio, formas de propriedade de que tais intensidades não são prerrogativa nem efeito.

Aposta lançada, riscos convocados: se a multiplicidade, a heterogeneidade e a originalidade podem ser acolhidas em tais blocos, não basta, uma vez mais, denunciar as interdições e bloqueios a sua efetivação para que imediatamente se os esconjure e se faça proliferar as potências do *original*. A multiplicidade constitutiva de tais blocos não equivale à mera convocação de variedades visando à interdição dos estriamentos dos lugares que ocupo – ensino e pesquisa em arquitetura, doutorado em geografia - como se tais estriamentos atestassem uma carência originária a justificar e mesmo demandar a prospecção a um *além do lugar* capaz de corrigir tal falta. Não é a falta que gera o movimento, ainda que estes lugares não se dissociem de instituições e poderes que efetivamente operam exclusões e interdições. Mas não se trata de se lhes antepor, simplesmente, o valeduto de uma inclusão indiscriminada de *qualquer coisa* e menos ainda o anseio totalizante de tudo abarcar, *todas as coisas*. Ademais, o que poderia apresentar-se como impossibilidade empírica – tudo abarcar - não é acatado aqui como

justificativa para uma resignação - *não posso, por isso não quero* – e menos ainda como motivo de frustração - *quero, mas não posso*. São outras as questões em jogo. A aparente expansão desse *tudo abarcar* a partir de um lugar determinado operaria antes uma *redução* ao submeter a multiplicidade e a diferença de tudo o que existe à totalização de um só ponto de vista. Movimento de uma *conquista*, endosso deste *lugar próprio* na afirmação de sua autoridade como lugar de saber e de poder. Muito longe disso, os movimentos ensaiados neste jogo de abertura ao outro implicam uma aposta nas potências de desengatar e fazer fugir precisamente as determinações enrijecidas de um *lugar próprio* em prol de sua abertura à variação e ao devir. Por este motivo, as questões aqui mobilizadas não são consideradas como meios para solução de problemas já configurados a demandar a construção ou a mobilização de estratégias de atuação conformes aos campos disciplinares envolvidos (arquitetura, planejamento urbano, geografia e em alguma medida também a literatura, as artes e mesmo a filosofia), mas a disposição e a abertura para a criação de novos territórios existenciais por meio da produção do espaço, aqui considerado em conexão com o campo coletivo e caótico de forças.

Nesse sentido, *fazer fugir o lugar próprio*, disposição central nesta tese, diz dos efeitos de alteração decorrentes dos encontros com as forças que vem de fora. Interessa pensar o lugar próprio, qualquer que seja ele: uma tese, uma localidade, um saber, como uma singularidade, arranjo de forças sempre transitório porque passível de variação a partir do encontro com outras forças, também compostas em arranjos transitórios, e que podem ser quaisquer outras intensidades, humanas e não humanas.

É precisamente essa franja que escapa a um próprio, esse interstício de ocupação ocasional, o que interessa nos encontros de que são feitos os *blocos-fragmentos* presentes nesta tese: uma adjacência dinâmica que em sua capacidade de alterar e diferenciar não convoca procedimentos programados, mas implica o despreendimento de tudo que possa funcionar como álibi de filiações e enraizamentos perenes. Por isto desvencilhar-se de um território apenas para submeter-se a outro, entrincheirando-se em novas determinações passíveis de renovar ou conceder os disputados galardões e insígnias do prestígio acadêmico não é o que interessa aqui. Trata-se, na mobilização destes blocos, não tanto de

uma arregimentação de domínios ou de uma migração, percursos condicionados por uma origem e por um destino e excessivamente codificados por protocolos e formalidades, mas de *encontros* cuja singularidade reside em sua capacidade de produzir algo não conhecido de antemão e, portanto, não assimilável a seus termos tomados isoladamente, à sua somatória e tampouco à sua síntese. Não se trata então de sair da arquitetura para chegar e permanecer na filosofia, na geografia, na literatura ou nas artes. Daí também porque não são mobilizadas nestes encontros as noções de *multidisciplinaridade* e de *interdisciplinaridade*, armadilhas desgastadas em função de suas próprias limitações, na medida em que só fazem conservar, amplificando e direcionando, o controle e o poder do meio acadêmico em suas partilhas disciplinares feitas de intercâmbios estratégicos perfeitamente funcionais à ordem disciplinar. Não se trata de uma posição fixada por limites prévios - acadêmicos, disciplinares, quaisquer que sejam - mas de um processo criador aberto a uma alteração imanente e diferencial que mina os atributos de qualquer posição fixa e opera em prol do devir, da experiência, da criação e da variação. Um *entre* como disponibilidade à mudança, conforme sublinham Deleuze e Guattari:

Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.49).

INTRODUÇÃO ÀS AVESSAS

[ou notas de saída e de fuga]

O Infra-ordinário. Em um livro assim intitulado o escritor francês Georges Perec (1989) contrapõe à eloquência ruidosa dos grandes acontecimentos extraordinários e espetaculares o murmúrio quase sempre despercebido das pequenas coisas de que é feito o dia-a-dia *infra-ordinário*. Fora dos apelos sensacionalistas estampados em manchetes estridentes, outro cotidiano se desdobra em micro acontecimentos secretados na capilaridade de tarefas corriqueiras e seus espaços associados. Suas intensidades, experimentadas na aparente trivialidade de seu simples suceder, é o que comove o escritor, fazendo-o descrever derivas carregadas de surpresa e encantamento nos encontros com movimentos cotidianos: a rua onde se mora, seus edifícios e atividades e os diversos ritmos de suas transformações; o inventário dos bolsos e o traçado das coordenadas de cada um dos objetos deles retirados; o rol de alimentos ingeridos em dado intervalo de tempo ou ainda a descrição minuciosa de materiais e utensílios em meio aos quais a vida se desenvolve e mundos proliferam fora do alcance dos holofotes sequiosos dos apelos do extraordinário.

Mobilizar estados de atenção sensível a esses mundos é um anseio freqüente e que reverbera em muitas tonalidades. Em Cortázar comparece no convite à experimentação de micro-estranhamentos capazes de suspender o automatismo de respostas esperadas a solicitações programadas, que caracteriza a relação com muitos dos dispositivos materiais que nos rodeiam:

Apertar uma colherinha entre os dedos e sentir seu latejar metálico, sua advertência suspeita. Como custa negar uma colherinha, negar uma porta, negar tudo o que o hábito lambe até dar-lhe uma suavidade satisfatória. Quando mais simples é aceitar a fácil solicitação da colher, usá-la para mexer o café. (CORTÁZAR, 2007, p.3).

Mas talvez não seja apenas por força do hábito ou por alguma desatenção pessoal que existem e persistem ações e gestos automáticos. Algo mais pode estar implicado no encontro com situações costumeiras que pouco interrogamos e que pouco nos interrogam. Concebidos a partir da consideração estrita de sua utilidade e funcionalidade, os espaços que nos rodeiam muitas vezes pressupõem a

previsibilidade de hábitos, surgem para acolhê-la e acomodá-la, e acabam muitas vezes por provocá-la. Extensa trajetória feita de aderências e abandonos, essa eficiência longamente secretada parece anular as fricções de que são feitos os encontros cotidianos com o que nos rodeia. Efeito de uma razão imperiosa? Milton Santos (1998, p.20) observa que os objetos com os quais nos relacionamos são cada vez mais “[...] criados para atender finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas por finalidades que, raramente, nos dizem respeito.”

Entretanto, apesar da presença inegável dessa lógica, algo sempre escapa a sua pretensão de previsibilidade e controle total. Afirmar que sua intencionalidade se abate completamente sobre o cotidiano, infiltra-se em suas menores capilaridades e reduz todos os gestos e hábitos à mera obediência a comandos prévios, implicaria acatar seu convite acreditando no apocalipse de sua realização. E não faltam vozes a ecoar este chamado, anunciando, a despeito de si próprias, o anseio de alguns como a lei de todos:

A tecnificação torna, entretanto, precisos e rudes os gestos, e com isso os homens. Ela expulsa das maneiras toda hesitação, toda ponderação, toda civilidade, subordinando-as às exigências intransigentes e como que a-históricas das coisas. Desse modo, desprende-se a fechar uma porta de maneira silenciosa, cuidadosa e, no entanto, firme. As portas dos carros e das geladeiras são para serem batidas, outras têm a tendência a fechar-se por si mesmas, incentivando naqueles que entram o mau costume de não olhar para trás, de ignorar o interior da casa que os acolhe. Não se faz justiça ao novo tipo de homem, se não se tem consciência daquilo a que está incessantemente exposto pelas coisas do mundo a seu redor, até em suas mais secretas inervações. O que significa para o sujeito que não existam mais janelas que se abram como asas, mas somente vidraças de correr para serem bruscamente impelidas? Que não existam mais trincos de portas, e sim maçanetas giratórias, que não existam mais vestíbulos, nem soleiras dando para a rua, nem muros ao redor do jardim? E qual o motorista que já não foi tentado pela potência do motor de seu veículo a atropelar a piolhada da rua, pedestres, crianças e ciclistas? Nos movimentos que as máquinas exigem daqueles que delas se servem localizam-se já a violência, os espancamentos, a incessante progressão aos solavancos das brutalidades fascistas. No deprecimento da experiência, um fato possui uma considerável responsabilidade: que as coisas, sob a lei de sua pura funcionalidade, adquirem uma forma que restringe o trato delas a um mero manejo, sem tolerar um só excedente – seja em termos de liberdade de comportamento, seja de independência da coisa – que subsista como núcleo da experiência porque não é consumido pelo instante da ação. (ADORNO, 1992, p.33).

Rudeza dos gestos e dos homens? Depreciação da experiência? Cabe desconfiar, e muito, desse veredicto tantas vezes pronunciado. Acreditar nesta sentença equivaleria a conceder aos comandos vigentes - sejam eles de qualquer natureza, religiosos, econômicos, tecnológicos, biopolíticos - um poder absoluto que definitivamente não possuem. Esse modo de apreensão não coincide com o que se experimenta cotidianamente, apesar de tudo. Efeitos da tecnificação do espaço não decorrem de propriedades intrínsecas aos objetos ditos técnicos. Esses efeitos não são passíveis de generalização nem de previsão: a tecnificação, como processo que incide e transforma o espaço, pode beneficiar ou prejudicar aqueles que com ela se relacionam e nesse sentido nenhuma generalização é possível. Uma máquina não explica quase nada, tudo depende dos agenciamentos coletivos dos quais ela é só uma parte; são esses agenciamentos que definem os modos com que cada sociedade condiciona e organiza sua produção e utilização. Pensar a relação das técnicas com os modos de vida apenas em termos de emissão e obediência a comandos é desconsiderar a complexidade de todas as forças e agenciamentos envolvidos, tanto em seu surgimento como em sua disseminação. Ademais, vale a pena aqui a referência às formulações de Michel de Certeau (1994) em uma de suas mais preciosas lições: a circulação ou mesmo a ubiquidade de um comando não indica de modo algum o que ele é para aqueles sobre quem incide. Sua manipulação por quem não o emitiu inscreve o espaço irreduzível de uma diferença onde tem lugar uma experiência inédita, uma produção outra inapreensível para aqueles que só vêm nas utilizações os percursos da sujeição, da obediência e do adestramento. A atualidade e a virtualidade de todas as forças em jogo desbordam as coerções discerníveis nas macro e micro configurações existentes, e o desvio e a invenção do novo são sempre possíveis.

Nessa tese, longe de denunciar estados de coisas efetuados, interessa compreender e produzir novas conexões e novos modos de pensar o espaço a partir das aberturas possíveis no processo constante de montagem, desmontagem e remontagem das relações de forças que o compõem. Mas o viés adotado na consideração dessas relações de força não coincide com o viés da dinâmica relacional característico das leituras dominantes da sociologia, da economia política e mesmo de certo marxismo ortodoxo. Maurizio Lazzarato (2002) chama

a atenção para o modo como as ciências sociais e o marxismo apreendem a realidade social, modo esse que encaminha transcendência à noção de relação ao atribuir-lhe uma supremacia absoluta que se impõe como restrição externa aos termos relacionados. Por meio dessa leitura estabelece-se certa correspondência entre o social e a relação, de modo que a produção de relações é sujeitada ao social ou ao capital e a relação acaba por equivaler a um espírito coletivo ou a uma consciência social com existência fora e acima dos termos individuais. Nesse viés as modalidades de ação são apreendidas por meio de oposições e contradições, como entre individual e coletivo, indivíduo e sociedade, indivíduo e meio, etc. Ademais, por meio dessas oposições estabelece-se a analogia com um estado de guerra e de luta que legitima a totalização de um poder coercitivo sobre o individual em uma construção conceitual que em última análise fundamenta e legitima o poder e o controle do Estado. (LAZZARATO, 2002).

Interessa aqui uma outra abordagem da relação, a partir de uma dinâmica de constituição e de evolução imanente à multiplicidade que a produz e em uma tonalidade espinozana sensível às aberturas sempre possíveis a partir dos encontros. Fora de quaisquer determinismos e fatalidades, trata-se de considerar as relações em que os termos participam a partir do aumento ou diminuição de sua potência de agir por meio de uma afetação passível de se tornar positiva ou negativa. Nada está determinado de antemão antes dos encontros e das relações: não há essências nem identidades fixas associadas aos termos e passíveis de estabelecer suas possibilidades, assim como não há, por outro lado, coerções pré-determinadas por relações sociais ou econômicas capazes de pré-estabelecer o que decorrerá de seus encontros. Sempre há aberturas e novas possibilidades, ainda que elas não estejam dadas de antemão e tenham que ser criadas.

E é precisamente este o mote dessa tese: a possibilidade de criação do novo, aqui abordada a partir do espaço. Intitulada em sua etapa de projeto *Saberes e práticas sócioespaciais: cartografia das contra-racionalidades* as primeiras questões orientavam-se para a elaboração e problematização teórica de espaços não conformes à ordem racional capitalista. Em uma temática geral que ainda permanece, mas desdobrada em novas conexões e direções, tratava-se de pensar a possibilidade de resistência e de desvio de práticas espaciais em relação aos

comandos dominantes sob a razão capitalista. Resistência não tem aqui o sentido de reação ou de oposição mobilizada por ressentimentos diante de estados de coisas. Ela se afirma como potência vital, anterior à captura das redes de comandos que dão coesão à ordem social, e nessa tese é pensada em conexão com saberes e práticas singulares agenciados cotidianamente nas cidades. Essa temática tem nas formulações de Michel de Certeau (1994) uma referência chave na abordagem das práticas que deslocam com sutileza e astúcia a ordem dogmática das autoridades e instituições e seus sentidos estabelecidos. Experimentadas como micro-diferenças, tais astúcias são o recurso insubordinado dos dominados, aqueles sobre quem incidem as inumeráveis redes de poderes em uma distribuição sempre desigual de forças. Sem mobilizar enfrentamentos diretos, essas astúcias são constituídas de modo sutil na introdução de pequenos desvios não programados nos produtos e agenciamentos dos sistemas racionais da produção sócio-cultural e urbana. Ao fazê-lo, estas práticas desviantes reinventam não apenas novas utilidades, mas criam novas relações, redistribuem as forças em jogo e alteram as fronteiras e atribuições que encaminham o privilégio da criação e da invenção a determinados atores, setores e conjuntos de práticas.

A denominação *contra-racionalidades* no título da tese em sua etapa de projeto assinalava a intenção de compreender e qualificar a racionalidade desses saberes e práticas. Apresentava-se como diretriz primeira a recusa em desqualificar, definindo como irracionais, práticas não pautadas pelos critérios de ação da racionalidade capitalística e sua operacionalidade de organização de meios para aplicação a determinados fins (SANTOS, 2006). Esses critérios presidem a penetração da atividade instrumental nos diversos domínios da existência, passando pela economia, pela cultura e pela política e efetivando-se na urbanização do modo de vida e na tecnicização das trocas e das comunicações. As primeiras questões da tese se orientavam então para assinalar a ordem dos desvios de práticas espaciais não conformes a essa operacionalidade, e que por seu simples existir singular teriam uma potência de resistência frente à ordem racional capitalista.

Com os desdobramentos das primeiras questões, entretanto, foi se constituindo como um direcionamento problematizante a importância de se desvincular essa

diferença de um mero efeito de *visão em negativo*. Considerar essas práticas apenas em termos dos desvios em relação a uma referência consolidada e dominante implicaria ainda uma adesão algo refém desse *logos* do qual se queria distanciar:

Porque a atividade científica ou governamental é sempre elitista, ela depara com a cultura silenciosa da multidão como um obstáculo, uma neutralização ou uma disfunção dos seus projetos. O que nela é perceptível é, portanto, uma ‘inércia’ das massas com relação à cruzada de uma elite. É um *limite*. O ‘progresso’ dos letrados ou dos executivos detém-se nas bordas de um mar. Essa fronteira móvel separa os homens do poder e ‘os outros’.

Porém essa visão constitui o *efeito* de uma relação de classes. Ela toma por ‘outro’, por um horizonte desconhecido, ameaçador ou sedutor tudo aquilo que não é conforme às práticas e às idéias de um meio. A ‘passividade, a ‘resistência’ constitui conceitos *relativos* ao lugar particular onde se crê representar o ‘progresso’, onde se possuem os meios de exercer um intervencionismo triunfante. (CERTEAU, 1995, p. 240)

Assim, se a resistência concebida como reação reduz-se a reflexo em negativo do que está instituído, interessa compreendê-la em outros termos, em sua dimensão afirmativa e criadora, de “insistência no ser” (COCCO, 2009, p.204), que não se opõe nem adere a estados de coisas, mas cria uma diferença fora das polarizações inclusão/exclusão, aceitação/oposição submetidas à gestão tecnocrática da ordem sócioespacial em suas frentes estratégicas (desenvolvimento urbano, gestão e planejamento do espaço e da ação governamental, gestão da cidadania). Essas polarizações tomam a singularidade como resíduo a demandar e justificar as investidas de políticas de Estado e assim já pressupõem a perspectiva e o ponto de vista da ordem racional, ora considerando a singularidade como signo de descompasso diante da marcha irresistível da modernização à qual deverá se submeter, ora considerando-a depositária de uma identidade cristalizada e ameaçada que caberia preservar.

A partir desses primeiros desdobramentos uma questão central passou a ser encaminhar consistência a outros modos de considerar a diferença, a partir das potências de sua positividade e não apenas negativamente em relação a algo de que se pretendia distanciar.

Em suas intensidades desviantes dos sentidos já dados essa temática talvez não se desvencilhe completamente desse tipo de risco. Qualquer descuido pode facilmente deixar incidir efeitos de *visão em negativo* que opera a recondução da diferença a quadros já conhecidos, na consideração de suas intensidades como signos representativos de alguma categoria ou referência pré-existente. Talvez esses riscos sejam uma companhia constante nesse estudo, o desafio a acolher quando são postos de lado os caminhos já referendados e estabelecidos. Sustentar os perigos, eventualmente incorrer em algum equívoco é condição que não se ausenta na construção de novos percursos. A impossibilidade de uma linha reta entre objetivos e resultados, a despeito dos que a desejam e mesmo dos que a empreendem a ferro e fogo, é efeito de forças caóticas que impossibilitam o controle total sobre o que se faz e o que se quer. O pensamento, como a vida, é esse percurso incerto, impreciso e trágico em meio ao caos. E se não é possível declinar da presença perturbadora do caos e do inesperado, resta aprender a viver em sua companhia, acolher seus efeitos e produzir com eles.

Talvez por isso mesmo tudo o que escapa ao controle não deixa de ser também fascinante. É trágico ao mesmo tempo, pois participa do caos. O caos não é negativo, mas é trágico por ser indomável e intempestivo, sem que seja desordenado. Henri Léfèbvre (1969, p.222) diz de nossa época que ela “repudia o trágico e avança na tragédia”. A dimensão trágica do caos não equivale à tragédia como fatalidade consumada que não comporta outra atitude senão o conformismo e a paralisia. O conformismo decorre precisamente da banalização e da neutralização da dimensão criadora e trágica do caos, e por isso cabe confrontá-lo. Já o caos, não cabe combatê-lo nem confrontá-lo, ele traz o trágico como dimensão indomável e criadora da existência, e essa é sua positividade. No que tem de indomável difere do controle, embora o controle tampouco seja puramente negativo: o controle é uma força que tem positividade, um poder que produz e incita a produzir, não equivale a uma simples repressão ou a uma negação. É por sua positividade que os controles seduzem, arregimentam, comandam. Os controles incidem no espaço e fazem dele um meio de captura e de enquadramento da existência, normatizando-a e organizando-a, ainda que não suprimam totalmente possibilidades de resistência e de criação. Por isso é importante conhecer os modos de dominação e suas estratégias, na medida em que

fazer frente a eles requer preparo e alianças. E requer também disposição para acolher a companhia do caos, para aprender a jogar com ele, extrair suas potências criadoras e inventar novos modos de pensar e viver o espaço, os lugares e a existência. É isso resistir e criar o novo: acreditar nesse mundo e nele produzir muitos mundos feitos de diferença.

Central nessa tese, a criação do novo não é aqui tomada como prerrogativa de nenhum campo de atividades nem de sujeitos privilegiados, sequer de humanos, mas como acontecimento que concerne a todos e a cada um na exigência de singularização de seus desdobramentos. A irrupção do novo interrompe o curso habitual das coisas e coloca em crise as convenções e os modos de vida estabelecidos, afeta a subjetividade e suas formas de expressão e desencadeia a urgência da criação de novos sentidos, novas expressões e novos modos de existência. E se é verdade que as condições atuais facilitam e intensificam contatos e intercâmbios de toda natureza, favorecendo essa tarefa, não é menos verdade que criam simultaneamente novos riscos e dificuldades à ação criadora, uma vez que expõem a totalidade da vida aos estímulos de uma produção compulsiva de todo tipo de signo, acompanhada da captura instantânea de seus sentidos. Cabe a cada um singularizar uma produção outra, capaz de romper com a homogeneidade e com a ressonância do mesmo, produzida nesse empreitamento irrefreado de tudo e de todos.

É nessa tarefa que se lança a aposta teórica e política desta tese: produzir diferença e singularidade em relação aos sentidos majoritários. Trata-se de singularizar essa produção de diferença na criação e recriação de sentidos, conceitos e novos modos de pensar as relações entre espaço e processos de subjetivação em sua interação com o campo caótico e heterogêneo de forças.

Trata-se de uma *aposta* porque os sentidos em jogo não decorrem dos imperativos de uma razão soberana com suas palavras de ordem e seus caminhos predeterminados: não há hipóteses às quais encaminhar confirmação ou refutação conforme a um próprio disciplinar. E não há, tampouco, sentidos decorrentes dos caprichos de alguma personalidade voluntariosa, mas experimentação dos movimentos intensivos do desejo e suas composições sempre por fazer, em

conexão com forças que não são controláveis, mas com as quais é possível compor e criar algo novo.

A criação do novo é uma experiência que só pode se dar na singularidade de cada encontro, nos embates entre forças expansivas e reativas que surgem das condições concretas da existência, indissociáveis do curso da história. É a partir destas condições que se dão as composições e relações de força, as coerções, os enfrentamentos, as alianças e também as saídas e as mudanças. O novo é precisamente uma intensidade de abertura, implica as forças da diferença e do devir que impelem a construir novos caminhos em meio a condições determinadas. O novo, enquanto acontecimento, não é, então, o que se adéqua às condições de seu tempo ou o que as reflete simplesmente, uma vez que o novo é precisamente o que altera essas condições, embora não surja fora delas.

Entre as forças de mudança e as formas efetuadas da história não há propriamente uma oposição, mas uma distinção. A história se encontra carregada de forças, pois são as forças que constituem as formas. “A história é o próprio testemunho do devir, pois se encontra num movimento permanente de transição. [...] Sendo assim, toda forma é efêmera uma vez que se encontra carregada de forças, de intensidades que compõem e decompõem as formas – isto é o devir.” (SALES, 2014, p.120).

Entretanto, em seu movimento a história favorece a hegemonia das forças reativas, e mais do que isso, equivale mesmo a elas. A questão então passa a ser como desencadear e potencializar as forças ativas em circunstâncias históricas determinadas. O princípio hierárquico que determina que as forças ativas são fortes e dominantes e as forças reativas fracas e dominadas não constitui um produto empírico e factual. (PELBART, 1997). O fato é, antes, dos fracos contra os fortes. “Não só é um fato que os fracos triunfam, mas é a essência do fato” (DELEUZE, 1973, p. 69 apud PELBART, 1997, p.106). A vitória na história e a superioridade hierárquica não se confundem, pois a vitória do vil, do baixo e do reativo é o próprio da história. Fraco não é aquele que perde empiricamente, mas aquele que está separado do que pode, independente da vitória ou da derrota. “[...] é preciso defender os fortes contra os fracos”. (PELBART, 1997, p.106).

Nesse sentido, abordar as relações que se estabelecem entre espaço, modos de vida e criação do novo implica abordá-las a partir das formas históricas que as condicionam. E uma vez que as formas históricas da atualidade não se dissociam das dinâmicas da internacionalização do mundo capitalista, são essas dinâmicas que estabelecem as coordenadas dos embates atuais entre forças ativas e reativas; é em meio a essas dinâmicas que se deve buscar a potencialização das forças ativas. A esse respeito Pelbart (2010) assinala critérios que distinguem forças ativas e reativas. As forças ativas são forças de variação, que vão ao limite do que podem e afirmam sua diferença. As forças reativas são as forças de conservação, de adaptação, utilidade, todas as funções de regulação e de reprodução, como a consciência, o hábito, a memória, a nutrição. A força reativa separa a força ativa do que ela pode. “A força reativa é, por definição, reação, acomodação, adaptação: ela é, em suma, segunda, derivada.” (PELBART, 2010, p.106).

Ademais, não sendo o espaço um receptáculo passivo de ações e de movimentos, mas meio ativo de relações, experiências e sentidos, são muitas as linhas nele produzidas com as quais tecemos nossa existência. E ainda que estas linhas não sejam determinadas exclusivamente pelas forças e poderes dominantes, essas forças não se dissociam de nossas experiências de tempo e lugar, e assim, as imbricações entre espaço e dinâmicas da expansão capitalista definem um campo problemático incontornável nos embates atuais entre forças ativas de expansão da vida e forças reativas que ameaçam os modos de existência.

Abordar o espaço implica então haver-se com a investida capitalista sobre todos os seus componentes, que arrastados nos fluxos de valorização e desvalorização estratégicas, são produzidos como *recursos* em uma conquista intensiva e extensiva que tudo parece poder abarcar: o tempo, o território, o meio ambiente, os humanos, os demais seres vivos e todas suas redes de conexões. É assim que as águas, o ar, a energia, o solo urbano, os minerais, os biomas, a praia, a neve, o campo, as montanhas, as cidades, a inteligência, a criatividade e também os modos de viver e de se relacionar são inseridos em circuitos de exploração geridos em conformidade com os imperativos do capital. Ademais, conforme sublinham Henri Léfèbvre (2006, 2008) e Milton Santos (2006), essa investida não se limita a uma ação sobre elementos localizados no espaço, mas concerne ao espaço como

um todo, e se realiza por meio de uma planificação em escala planetária que visa a organizar e controlar todos esses fluxos.

É bastante precisa a observação de Félix Guattari, para quem a redefinição das relações entre os diversos componentes do espaço tende a se tornar questão de repolarização política das mais importantes a suceder o eixo esquerda-direita entre conservadores e progressistas, na medida em que tal redefinição não é “[...] mais apenas questão de qualidade de vida, mas do porvir da vida enquanto tal, em sua relação com a biosfera.” (GUATTARI, 2012, p.146).

As formulações de Milton Santos (1998, 2006) permitem aclarar as relações entre espaço e capitalismo, e vale a pena desdobrar algumas de suas questões. O geógrafo considera o espaço como processo no qual estão presentes de maneira indissociável objetos e ações, e não apenas em suas formas acabadas e constituídas, mas também em seus processos de formação e engendramento recíproco. Considerando-se que os objetos envolvem uma esfera relacional da qual não se dissociam e que essa esfera interfere em novas ações e em novos objetos, o espaço, feito também dos sentidos que lhe são atribuídos, altera-se continuamente por meio desse processo constante de criação e recriação, e que adquire maior complexidade na atualidade, quando os objetos novos, principalmente os implicados nos agenciamentos majoritários da razão capitalista, tendem cada vez mais à unicidade, ou seja, a serem os mesmos em toda a parte. Surgidos sob um comando único e assim dotados de uma força invasiva cada vez maior, esses objetos ligam-se à presença prevalente da lógica capitalista nas mais diversas esferas, da atividade econômica às relações pessoais, conformando na atualidade um espaço propriamente *racional* (SANTOS, 1998, 2006).

A despeito, entretanto, da grande força invasiva da racionalidade do capital, sua difusão se dá de modo seletivo e desigual, tanto em suas formas quanto em seus efeitos: “Pode-se dizer que, consideradas em sua realidade técnica e em seus regulamentos de uso, as infra-estruturas ‘regulam’ comportamentos e desse modo ‘escolhem’, ‘selecionam’ os atores possíveis” (SANTOS, 2006, p.306). Diferentemente do que se supõe com frequência, as práticas e os capitais hegemônicos fundados na racionalidade capitalística encontram na cidade um entrave à sua difusão e implantação generalizada, já que grande parte do meio

ambiente construído não é funcional à sua operação. Longe, portanto, de constituir homogeneidades, as condições atuais multiplicam e amplificam a heterogeneidade, levando à coexistência de lógicas distintas, em suas características e em seus efeitos, a operar nos espaços da cidade.

A exemplo da biodiversidade, podemos, aqui, falar de uma diversidade sócio-espacial, encaixada em ecologias sócio-técnicas recriadas ao longo da história urbana e ampliadas no momento atual. É isso que assegura às cidades –sobretudo às grandes - a possibilidade de acolher atividades as mais diversas, realizadas segundo os mais diversos níveis técnicos, de capital e de organização. Desse modo, tais cidades abrigam todos os tipos de capital e todos os tipos de trabalho. É esta, aliás, a sua riqueza. (SANTOS, 2006, p.308).

Os vetores modernizantes baseados na ciência, na tecnologia e na informação não se impõem homogeneamente ao espaço da cidade, que se constitui como lugar da diversidade, ainda que também da segregação, uma vez que as várias ecologias presentes na cidade não são acolhidas do mesmo modo, e embora existam de fato, não existem de direito. Com o favorecimento de alguns atores privilegiados e em detrimento de uma maioria, tem-se “uma produção limitada de racionalidade associada a uma produção ampla de escassez” (SANTOS, 2006, p.308), com uma nítida desvalorização das ecologias não conformes à racionalidade dominante.

Mas a desvalorização de determinadas ecologias é antes efeito do que causa da captura capitalista, uma vez que não decorre de nenhuma inferioridade intrínseca a essas ecologias, mas apenas de seu não alinhamento aos quadros a partir dos quais são definidos os parâmetros que balizam as ações sobre o espaço. É a partir dessas referências dominantes que se arbitra o que se adéqua ou não: o que é margem, o que pode permanecer como margem e como tal inexistir ou existir de forma subalterna e o que deve ser desmarginalizado porque vale a pena, do ponto de vista dos interesses majoritários, ser incluído. Trata-se quase sempre de uma inclusão excludente, que mesmo beneficiando em alguma medida os recém incluídos, é sempre capitalizada pelos interessados que decidem sobre tais operações e que tentam controlar os usos e práticas espaciais. Do ponto de vista dos agenciamentos materiais que conformam o ambiente construído, percebe-se claramente o funcionamento desta lógica em uma série de iniciativas que tem por resultado, invariavelmente, a replicação do padrão dominante a situações anteriormente não padronizadas sobre as quais novas formas modelares são

impostas (PORTELA,1994). É assim que se implantam os chamados programas de melhorias espaciais associados a programas de inclusão social, e que tem por objetivo o controle da vida cotidiana e de seus espaços associados. Seja por meio do incremento de infra-estrutura urbana e de reformas de áreas ditas degradadas da cidade ou do mero embelezamento cenográfico com pinturas de fachadas e adoção de praças e canteiros, sob o discurso da requalificação, da modernização e da melhoria, intervenções urbanas diversas operam em prol de uma padronização que mal disfarça as motivações e alianças especulativas que lhes dão origem sem que se cogite problematizar os termos e a existência mesma do padrão¹.

Na consideração da multiplicidade de aspectos envolvidos em tal investida, há análises de muitos matizes abordando os desdobramentos dos processos ligados à internacionalização do mundo capitalista e que concernem diretamente ao espaço e seus componentes. São conhecidos os procedimentos de valorização econômica que incidem sobre os modos de produção, circulação e distribuição de mercadorias, objetos e atividades, assim como as relações e práticas segregativas conectadas com a divisão de papéis que fundamenta a ordem social em conexão com o capitalismo. Embora importantes e mesmo imprescindíveis para a compreensão das novas configurações contemporâneas, tais análises com frequência tendem a estabelecer as dimensões econômica e social como o fundo totalizante ao qual estados de coisas efetuados são reenviados em encadeamentos cronológicos e relações causais. Nessa circularidade de ressonâncias e corroborações recíprocas, fatos e eventos são considerados casos particulares de princípios gerais cujos sentidos já estão dados de antemão, confirmados pelas formas efetuadas pela história em sua marcha inexorável. No mais das vezes essas abordagens não fazem mais do que apenas descrever a realidade, “essa baixa

¹Como exemplo basta pensar nos Programas Vila Viva, Bairro Vivo e Centro Vivo, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=programaseprojetos>), que ao assim nomeá-los, sugere que os espaços anteriores às intervenções estariam mortos. Não é por simples coincidência que *capital morto* é a expressão utilizada pelo economista peruano Hernando de Soto ao referir-se a zonas ditas informais e ilegais das cidades, para as quais propõe o *ressuscitamento* e transformação em zonas de capital líquido. A motivação primordialmente econômica das operações que advoga e que se tornaram lugar comum no ideário que embasa a gestão neoliberal das cidades na atualidade, não só não é disfarçada, como é abertamente defendida. Para uma exposição crítica mais detalhada de suas formulações e seu impacto potencial sobre as cidades e que aqui não caberia prolongar, ver Fernandes (2008).

invenção pedagógica” (MANGANELLI, 1981, apud GODOY, 2011), em suas formas efetuadas, com pouca ou nenhuma atenção às descontinuidades e aberturas possíveis. Quando vislumbradas, tais aberturas são pensadas ou a partir de um programa a ser realizado ou como dimensão imaginária e utópica de um além da realidade.

Esses modos de pensar são comuns a certa tendência historicizadora dominante nas Ciências Sociais e nas leituras dos fatos sociais conduzidas sob seus auspícios, da qual está ausente uma leitura dos eventos como acontecimentos (YAMAMOTO, 2012). Também Certeau observa que “a ideologia de todo movimento liberal ou capitalista tem como característica considerar os fenômenos sociais apenas sob o ângulo de uma lei geral em sua relação com vontades individuais. Ela apaga da história os conflitos e as relações entre grupos ou entre classes.” (CERTEAU, 1995, p.153).

Mais do que considerar fatos sociológicos, políticos, econômicos ou culturais determinados pelas condições históricas em sua incidência inelutável sobre indivíduos, interessa extrair as *potências de acontecimento* do que acontece, forças de variação capazes de abrir as condições históricas às forças do devir e da mudança. O que cabe então não é encontrar as raízes do que aconteceu demarcando os rastros incontestes de suas proveniências econômicas e/ou socioculturais em uma circularidade estéril entre causas e efeitos, mas fazer aparecer as descontinuidades, as irrupções e as virtualidades que atravessam o que acontece e o constituem como acontecimento: buscar as intensidades que se conectam em suas superfícies, nos embates entre as forças que constituem suas formas e as forças que as alteram em conexão com o devir.

Essas ressalvas interessam menos por justificar estados de oposição frontal a certos modos de pensar do que por ensejar a abertura de outros caminhos. Balizam pontos de partida mais do que de chegada, declinações e direções em movimentos de superfícies onde intensidades heterogêneas podem se tocar de outras maneiras. Diante da irreversibilidade da investida capitalista no espaço, cabe ir além das corroborações e constatações de seus efeitos e tomar tais dinâmicas como as coordenadas de novos embates a partir dos quais novas saídas deverão ser inventadas.

Para tanto, cabe declinar das circularidades e limitações das leituras que se limitam a descrever, constatar e corroborar estados de coisas efetuados. Não ser apenas o *funcionário da realidade*, seu administrador ou vigia *obediente ao fato* (ASPIS, 2011, p.65), implica também evitar as objetificações e os subjetivismos associados às partilhas disciplinares e seus modos estanques de pensar os humanos, suas ações, sua produção e as relações que tecem entre si e com os não humanos. O que não se dá sem alguns embates, na medida em que a feitura de uma tese, qualquer tese, torna inevitável o encontro com procedimentos que tem nessas partilhas seu fundamento constitutivo. Doutorado, academia, ciência, universidade, departamento, disciplina, metodologias, avaliações, relatórios, resultados esperados e suas tantas ramificações internas e externas são lugares e agenciamentos institucionais caracterizados pela codificação de seus componentes e de suas operações. Protocolos e convenções cujas variações são consentidas na medida apenas em que inscrevem a obediência à lei geral. Esta, por sua vez, define-se na atribuição de um objeto particular e específico a todos e a cada um dos campos de conhecimento, assim instituídos como especialidades onde sujeitos autorizados, indivíduos isolados ou em grupos perfeitamente individuados e zelosos de suas atribuições irão conduzir operações apropriadas a tal partilha. Por meio dessa distribuição forjam-se as figuras do objeto de conhecimento e do sujeito conhecedor como autor-especialista, desconsiderando-se tanto os agenciamentos coletivos que implicam a inseparabilidade de um e outro, como outras relações fora das prerrogativas associadas à produção de conhecimento tributária dos centros de significação engendrados pela ordem social vigente e seus estados de coisas efetuados.

A insuficiência dos procedimentos baseados na atribuição de objetos de conhecimento a disciplinas específicas demanda outras experimentações. A transversalização de práticas e saberes possibilita a criação de novos caminhos para o pensamento e para a existência, uma vez que define novas condições e novos arranjos desencadeadores de novos problemas e de novas maneiras de pensá-los e de fazer frente a eles.

A problematização é um modo de encaminhar consistência a essas experimentações. O pensamento é um combate que é também uma arte, a arte de

construção de questões, de ferramentas conceituais e de novas conexões capazes de apontar para novas saídas e para novos sentidos. Luta-se contra idéias prontas, contra a reprodução do mesmo. Não se bate contra as idéias dos outros, contra outras pessoas nem contra estados de coisas efetuados, mas contra as *armadilhas em nós* do pensamento, contra o que nos torna cúmplices do que mutila a vida. Pensamento como embate a favor da vida. O pensamento faz parte dos fluxos do cosmos, e na ordem dos fluxos e das forças, toda relação é embate, mas um embate que não equivale à guerra:

A alma, como vida dos fluxos, é querer-viver, luta e combate. Não só a disjunção, mas também a conjunção dos fluxos é luta e combate, abraço. Todo acordo/acorde é dissonante. O contrário da guerra: a guerra é o aniquilamento geral que exige a participação do eu, mas o combate rejeita a guerra, é conquista da alma. A alma recusa os que querem a guerra porque a confundem com a luta, mas também os que renunciam à luta porque a confundem com a guerra; o cristianismo militante e o Cristo pacifista. (DELEUZE, 1997, p.70-71).

Por isso os embates do pensamento são uma arte, e a problematização sua aliada indispensável. Saber escolher e problematizar as questões e os conceitos é tarefa que não pode ser deixada aos poderes dominantes e a suas máquinas enunciadoras fabricantes de sentidos.

É nessa condição de combate do pensamento que interessa desdobrar as potências de problematização nessa tese, em experimentações que tem na transversalização e no hibridismo de práticas e saberes o caminho para desencadear novos questionamentos. Essas experimentações buscam proliferar pensamentos e espaços outros a partir de sua imbricação com as potências disruptivas da criação, aqui consideradas como vetor de transversalização que interpela a ambos, espaço e pensamento. Trata-se de pensar a criação do novo como intensidade capaz de abrir o espaço e o pensamento à variação, elo comum que ao mesmo tempo afirma uma diferença constitutiva e irreduzível de e entre ambos. Não uma diferença ainda tributária de um padrão identitário a partir do qual se reconheceria que a identidade de um – espaço - é diferente da identidade de outro – pensamento -. Mas uma diferença intensiva, a singularidade que decorre de uma abertura à variação e que não comporta mais a estabilidade pressuposta pela identidade. Difere-se de outrem tanto quanto difere-se de si mesmo. A distância que separa o

espaço do pensamento participa da distância que faz o espaço diferir de si mesmo, que o impede de ser idêntico a si mesmo. Movimento de diferença e variação, a singularização é também e precisamente a possibilidade de conexão que interdita qualquer sentido de unificação fusional; “Uma vez que reconhecamos a singularidade, o comum começa a manifestar-se. As singularidades efetivamente se comunicam, e podem fazê-lo por causa do que compartilham”. (HARDT; NEGRI, 2005, p.174). Assim é que a criação do novo toma parte dos movimentos de variação e de diferenciação que constituem a singularidade que diferencia e que ao mesmo tempo liga espaço e pensamento. Entre espaço, indissociável da ação, e pensamento, a conexão é da ordem dos movimentos de diferença: “[...] e se [...] existe um elo secreto entre ação e pensamento [...] esse elo consistia no fato de que, [...] ação e pensamento, ambos acontecem sob a forma do movimento e que, portanto, a liberdade que os funda, é a *liberdade de movimento*.” (ARENDDT, 1974, p. 12 apud DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 152, grifo do autor).

Nesta tese a consideração do espaço se dá a partir de fragmentos feitos de formas e matérias da arquitetura, campo de minha formação e de minha prática profissional; da geografia, onde se faz esta tese, e em alguma medida também da filosofia, da literatura, das artes e de outras multiplicidades não de todo investidas pelos protocolos dos saberes institucionalizados. Conceitos, sentidos e lugares ocupados mais ou menos esporadicamente: situações em sala de aula, uma região da metrópole, um apartamento em reforma, movimentos da rua e outras ocorrências quaisquer. Pequenos mundos que prescindem das particularidades que lhes são impostas, estes blocos-fragmentos não se constituem como interioridades fechadas, atravessados que são por forças que não se originam nem se encerram neles, mas que tecem muitas outras conexões. Escolhidos pelos passos que acolhem, por meio dos quais tornam-se espaços de movimentação e abertura, esses blocos-fragmentos são eles mesmos disposições temporárias passíveis de novas composições e novas relações. Aqui eles são agenciados em fabulações, experimentações que ao recriarem à sua maneira eventos e acontecimentos, compõem novos arranjos com suas intensidades. Entre escrita e evento as relações não são da ordem da fidelidade, da descrição, da explicação, da referenciação, da corroboração, nem tampouco do estudo de caso, mas da contaminação de intensidades em uma experimentação de diferenças. Nessa

experimentação as forças e os movimentos de criação são a conexão que relaciona as diferenças irreduzíveis entre pensamento, escrita e espaço, e é precisamente nessas conexões que se constitui a tarefa teórica e política de produção de novos sentidos.

Junto a essas fabulações estão dispostas as demais partes, constelações que ao abordarem teoricamente conceitos e sentidos ligados ao espaço, ecoam formulações de muitos *outros*. Mas para que esse eco não se esvaziasse em simples reverberação do que já foi dito e pensado e nem se transformasse em trovada ensurdecadora e paralisante, novas experimentações foram empreendidas. Uma *reativação em outros planos* (SCHÖPKE, 2004, p.133), ocasião para desdobrar as lições que interessou acolher em uma escolha afetiva de intensificação do pensamento. Trabalho que não se confunde com a obediência a um comando, a lição é o que se fabrica a partir de um encontro que *co-move*:

O caráter da lição é aquele de um estudo. Longe de pretender ensinar qualquer coisa é tão somente aquilo que interessou ruminar. A lição é arte quase bovina de pensar, que faz do texto a materialidade de um tempo privilegiado, o tempo não linear e vagabundo do pensamento. [...] cabe ao leitor fabricar suas lições na companhia daqueles que admira. (GODOY, 2011, p.37).

Assim compreendida, a lição impossibilita a mera replicação e convida a movimentos que refutam a adesão e suspendem a banalidade da simples influência. A lição vem povoar uma diferença e se diferenciar em novos arranjos, ativando sempre um movimento criador:

De fato é somente assim que as coisas mudam, que um pensamento desconcerta por sua novidade e nos arrasta rumo a regiões para as quais não estávamos preparados – regiões que não são as do autor, *mas efetivamente as nossas*. Tanto isso é verdade que não expomos o pensamento de outrem sem fazer uma experiência que se refira propriamente à nossa, até o momento de descansar ou dar continuidade ao comentário em condições de assimilação e deformação que não se distinguem mais da fidelidade. (ZOURABICHVILI, 2009, p. 11).

Nessa direção, em Certeau se enuncia:

Todo lugar “próprio” é alterado por aquilo que, dos outros, já se acha nele. Por esse fato, é igualmente excluída a representação

“objetiva” dessas posições próximas ou distantes que denominamos “influências”. Elas aparecem num texto (ou na definição de uma pesquisa) pelos efeitos de alteração e elaboração que ali produziram. Como tampouco as dívidas não se transformam em objetos. Intercâmbios, leituras e confrontos que formam as suas condições de possibilidade, cada estudo particular é um espelho de cem faces (neste espaço os outros estão sempre aparecendo), mas um espelho partido e anamórfico (os outros aí se fragmentam e se alteram). (CERTEAU, 1994, p.110).

É nessa disposição de deslocamento que nessa tese se toma a voz de outrem e também se lhe empresta a própria voz. Engajam-se movimentos que implicam escolhas, mas que não se originam de uma vontade pessoal, uma vez que esta é também atingida pelos movimentos que tudo arrastam e fazem variar. Essa variação, diferença que faz fugir a estabilidade, é desencadeada por vetores que abrem caminho para a criação. Vetores e intercessores que podem ser de qualquer natureza, nessa tese são principalmente conceitos filosóficos, mas também personagens anônimos, objetos, poemas e compostos quaisquer de espaços, expressões de mundos e da multiplicidade:

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. [...] Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê. (DELEUZE, 1992, p.156).

Se a criação demanda a presença de intercessores, é porque a criação se conecta com o fora. Não há criação que não implique o fora e os intercessores que lhe servem de vetor: a criação é a intrusão de um fora que engendra o novo e impede que as singularidades se fechem em uma interioridade autosuficiente. Mas o fora não é da ordem da factualidade empírica, não supõe uma localização, como se poderia dizer da rua em relação à casa. E não é tampouco da ordem de uma transcendência, não se assimila a um além impenetrável. É uma intensidade: “O movimento já não vai de um ponto a outro, faz-se antes entre dois níveis como numa diferença de potencial. É uma diferença de intensidade que produz um fenômeno, que o abandona ou o expulsa, o envia para o espaço” (DELEUZE;

PARNET, 2004, p.43). O fora não está em nenhum tempo passado nem futuro, e nem habita algum mundo utópico, mas é a própria diferença que participa do aqui e agora e que faz dele um espaço-tempo sempre aberto à variação.

O fora, a criação e a variação não operam submetidos a uma meta e nem equivalem ao percurso delimitado por um estado de partida e um estado de chegada; não se limitam à produção de um objeto ou mesmo de uma obra, como escrever uma tese, planejar um espaço, tornar-se um especialista. O fora, a criação e a variação são antes as forças do devir, o que impele algo ou alguém ao movimento pelo qual ele deixa de ser, sem, no entanto, alojar-se definitivamente em alguma outra posição. Pelo devir não se torna algo ou alguém, não se passa a ser sem que uma variação intensiva deixe de impelir a novas composições. A criação não é um destino nem uma chegada, mas interstício, o movimento do devir:

[...] uma *zona de indistinção, de indiscernabilidade, de ambigüidade* se estabelece entre dois termos, como se eles tivessem atingido o ponto que precede imediatamente sua respectiva diferenciação: não uma similitude, mas um deslizamento, uma vizinhança extrema, uma contigüidade absoluta; não uma filiação natural, mas uma aliança contranatureza. Trata-se de uma zona ‘hiperbórea’, ‘ártica’. Já não é uma questão de Mimese, porém de devir [...]. (DELEUZE, 1997, p.102-103).

Nessa tese os intercessores conceituais são estudiosos que tem no espaço o foco de suas abordagens, em especial Milton Santos e Henri Léfèbvre, e também pensadores ligados a outras matrizes, escolhidos pela problematização que empreendem dos modos de pensar, ainda que eventualmente abordem o espaço em suas formulações. Dentre estes cabe assinalar as contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari, em especial os conceitos de *cartografia, fabulação, diferença, devir e processos de produção e subjetivação*²; Michel Foucault e suas

² Suas formulações, ligadas à leitura inovadora dos investimentos do desejo e formuladas em *O anti-Édipo* (DELEUZE; GUATTARI, 2010) - livro surgido em 1972 a partir da irrupção dos acontecimentos do Maio de 68 -, são desdobradas em muitas direções em toda sua obra escrita em conjunto, assim como nos livros de um e outro separadamente e em interlocução com outros autores, como em GUATTARI; ROLNIK (1986); GUATTARI; ALIEZ (1989); DELEUZE; PARNET (1995); NEGRI; GUATTARI (1999), e também em LAZARATTO; NEGRI (2001); HARDT; NEGRI (2005, 2010,

formulações acerca da *genealogia*, do *acontecimento* e das *técnicas de subjetivação*³ e também Michel de Certeau com as *práticas desviantes*⁴.

Aos poucos foi tomando consistência a vontade de tratar a diferença e a singularidade não apenas como conteúdo, como aquilo sobre o que se diz e se pensa de modo distanciado e protocolar, mas a partir do exercício talvez mais interessante e certamente mais exigente de uma escrita que se deixasse afetar em sua própria forma pelas intensidades abordadas. Tecer na escrita uma experimentação de diferença foi se consolidando então como desafio de cumplicidade com o tema, o que acabou por desencadear o afastamento dos procedimentos mais convencionais associados à escrita científica. A forma solene e codificada com encadeamentos lineares foi dando lugar a uma experimentação de outra natureza, na qual as separações estanques que constituem em unidades segmentárias as seções de teses convencionais, como metodologia, referencial teórico, hipóteses, resultados esperados, etc., são abandonadas em prol de uma maior porosidade e de novas relações entre elas. A disposição escolhida se constitui então de duas séries cuja relação embaralha as separações e transversaliza os segmentos, permitindo novas conexões, de modo a se produzir uma diferença na forma em cumplicidade com os conteúdos da tese, dos quais a produção de diferença e de singularidade é o mote principal.

2014); COCCO (2009); LAZARATTO (2002, 2006, 2014), ROSE (2001), ZOURABICHVILLI (2004, 2009), ALLIEZ (2000), dentre muitos outros.

³ Foucault aborda a constituição dos sujeitos a partir das formas e relações de poder com as quais se relacionam, sejam as grandes formas como o Estado, a Justiça, a Administração, etc., sejam as microrrelações e o cuidado de si, indissociáveis das primeiras. O interesse pelo funcionamento destas formas e relações, suas técnicas de coerção e suas positivities, assim como seus espaços-tempos, comparecem de uma ou outra maneira em todas as suas formulações. Entretanto, como não é objetivo dessa tese fazer a exegese de seu pensamento, mas apenas tomar algumas de suas formulações como intercessores de exercícios de pensamento, muitos desses temas não serão aqui desenvolvidos.

⁴ A despeito das ressalvas feitas às formulações de Certeau por parte de Massey (2008, p.76-79 e 178-180), que nelas assinala a persistência de dicotomias e polarizações, e de Lazzarato (2014, p.29), que sublinha no *elogio dos usuários* certa conformidade com as partilhas da subjetividade operadas pelo mundo dos negócios e do Estado de bem-estar social, as formulações de Certeau são uma referência incontornável no estudo das astúcias desviantes. Com efeito, longe de entrincheirar os praticantes nos lugares de passividade a eles destinados pela ordem social capitalista, Certeau os conecta com toda uma constelação de astúcias milenares e inteligências imemoriais que desbordam as fronteiras e estratificações da História e do humano: “Os procedimentos desta arte se encontram nas regiões remotas do ser vivo, como se vencessem não apenas as divisões estratégicas das instituições históricas mas também o corte instaurado pela própria instituição da consciência.” (CERTEAU, 1994, p.104).

A primeira série é formada por quatro partes. Na primeira delas são abordadas modalidades de escrita em sua relação com o espaço e com a multiplicidade e heterogeneidade de forças. A partir da narrativa, da descrição e da fábula é empreendida uma problematização dos procedimentos representativos da escrita que codificam e esvaziam a multiplicidade das forças de variação. A noção de estilo é abordada como procedimento não representativo que permite à escrita singularizar a variação e a produção de diferença. No desdobramento e na experimentação destas questões a fabulação é abordada como forma expressiva não representativa passível de dar passagem a *intensidades menores do espaço* em suas potências disruptivas. A partir do conceito criado por Gilles Deleuze em seus estudos do cinema e da literatura, a fabulação é experimentada como possibilidade de escrita criadora em conexão com as forças da variação e da diferença. A fabulação é uma experiência que permite cartografar as intensidades presentes nos processos constantes de montagem, desmontagem e remontagem dos arranjos de força. Nessa disposição processual considera-se que toda criação é uma *caosmofagia*, experiência de encontro com as forças caóticas e heterogêneas do cosmos e da história.

Na segunda parte a teoria é abordada como prática de criação e recriação de conceitos e sentidos que tem a problematização como modo operatório. Na perspectiva adotada não se encaminha nenhum privilégio nem exclusividade à produção de sentidos da teoria, considerada como um dentre os diversos componentes do magma complexo e heterogêneo que produz e dissemina sentidos na atualidade. Essa perspectiva encaminha à teoria a exigência de singularizar sua produção de sentidos inserindo diferença em relação aos sentidos homogêneos produzidos pelos dispositivos de poder na atualidade.

Na terceira parte a problematização da subjetividade é desdobrada nas interpelações que é capaz de encaminhar ao espaço e aos modos dicotômicos de pensá-lo em suas relações com os humanos e os não humanos. A problematização da subjetividade permite também ampliar o entendimento da investida do capital sobre o espaço para além do viés estritamente econômico, com a articulação das dimensões econômica e subjetiva. Nessa perspectiva será abordada a incidência dos procedimentos capitalistas de sujeição e de servidão em suas relações com o

espaço, e especialmente a questão da propriedade. Ademais, a consideração da subjetividade como processo heterogêneo que se liga às forças de criação do novo permite encaminhar novos sentidos e possibilidades aos embates atuais entre forças ativas de expansão da vida e forças reativas de captura em sua dimensão política incontornável.

Na quarta parte são abordadas as relações entre espaço, lugar e mundo a partir de suas reconfigurações atuais. O caráter híbrido do espaço em sua ligação indissociável com o tempo e com a ação é aqui desdobrado nas novas tensões que se criam entre local e global, a partir dos processos que produzem a ambos na atualidade.

Entre essas partes inserem-se os cinco blocos-fragmentos da segunda série e que se constituem como experimentações fabulatórias de intensidades menores do espaço: casa em reforma, sala de aula, movimentos de rua, edifício em construção, mini-atlas. Cada um dos blocos se desdobra em direções e tonalidades diferentes e se conecta de modo diverso aos conceitos da primeira série criando distintas zonas de interseção nas quais não há convergência nem adesão, mas deslize entre superfícies, tangências sempre fugidias. Esses blocos-fragmentos não ilustram nem demonstram os conteúdos das demais partes, mas criam novas relações e agrupam em novos arranjos algumas das intensidades presentes nas experimentações conceituais da primeira série.

Esses blocos não são relatos fieis de experiências vividas, não são reminiscências nem o diário de um autor, uma vez que a relação que estabelecem com o sensível é da ordem da diferença e da variação, desencadeadas pelas linhas de fuga e do devir de alguma *intensidade menor* do espaço, heterogeneidade que esgarça as percepções, sensações e referências pessoais em prol de novas relações. Nesses blocos o outro sempre comparece como desencadeador de alguma linha de fuga ou de um devir.

Tanto os cinco blocos-fragmentos dessa segunda série como as quatro partes da primeira série podem ser lidos em qualquer ordem.

[1]. ESCRITA E PRODUÇÃO DE DIFERENÇA

Pois o combate que se anuncia não o faz como forma de exaltação da escrita, mas como dissolução do sujeito da escrita em proveito de uma potência expressiva que o transborda sem, contudo, a ele pertencer. Potência que, ao abrir um máximo de espaço, lança o eu na aventura de uma catástrofe ao mesmo tempo em que se projeta nas coisas. Se a singularidade de sua (do sujeito) ausência é a marca do escritor, há que se avançar, então, um pouco, pois o que a torna singular é o modo pelo qual o escritor deserta da milícia da sociedade e nesse movimento – e esse movimento – encontra com aquele denominado de revolta ou rebelião. Esse movimento que não é expressão, mas que é, todavia, expressivo – pois investido de desejo -, se dá a ver e a ouvir numa imagem cuja intensidade é aquela da ‘embriaguês de idéias poderosas e inexprimíveis, mas que nos movem a lutar’ (Lawrence, 1990, p.313), e que fazem da luta e do combate o próprio movimento da escrita e do pensamento. (GODOY, 2011, p.39-40).

O alef, este lugar borgeano em que o mundo inteiro é simultaneamente visível, por acaso não é um alfabeto? (PÉREC, 2004, p.33-34)

Mas o problema de escrever é também inseparável de um problema de ver e de ouvir [...] é através das palavras, entre as palavras, que se vê e se ouve. (DELEUZE, 1997, p. 9)

[1.1] escrita e representação: narrativa, descrição, fábula

É usual o entendimento do escrever como capacidade de um sujeito que o habilita a fazer a mediação entre seu mundo interior e o mundo exterior que o envolve. Nessa perspectiva escrever é exercício assimilado à interioridade do sujeito engajado no conhecimento e na experimentação do mundo que lhe é externo e pré-existente. Assim compreendido o ato de escrever decorre das capacidades centradas no aparato logocêntrico que constitui o sujeito individual a partir da interação com outros sujeitos. Nessa abordagem a escrita é co-extensiva à linguagem enquanto recurso e propriedade do indivíduo que o habilita a decifrar significados passíveis de estabelecer intenções e de levar à ação e à persuasão. Esse é o modelo comunicacional e intersubjetivo em que os exercícios de

escrever, narrar, descrever, relatar, interpretar, rememorar e também pensar são práticas tributárias dos regimes da representação e de significação. O termo representação, de origem medieval, indica “a imagem ou a idéia (ou ambas as coisas) de um objeto de conhecimento qualquer. [...] representar é pôr sob os olhos alguma coisa, mas é também tornar presente ao espírito algo que já esteve presente aos nossos sentidos.” (SCHÖPKE, 2004, p.39). A representação convoca a semelhança, a reconhecimento e a identidade como co-partícipes de seu sentido. Essa abordagem, ainda prevalente, somente foi problematizada a partir da crítica filosófica de Nietzsche ao valor do conhecimento representativo. (SCHÖPKE, 2004).

Essa problematização desencadeou desdobramentos nas artes, na literatura e também na ciência. Retomar alguns dos questionamentos oriundos desses domínios pode potencializar a experimentação de uma escrita de diferença, criadora e não representativa. A escrita e a linguagem não têm a exclusividade da produção de sentidos, nem da produção de diferença, mas se engajam em uma variação singular. Essa perspectiva encaminha um novo campo de problematizações que desloca as ênfases comunicacionais e logocêntricas usualmente associadas à escrita, na direção da diferença e da variação.

Na busca de uma escrita de espaço que permita ao leitor uma experiência corporal amplificada, Ludmila Brandão (2002) aborda criticamente a dicotomia que embasa a polarização usual entre *descrição* e *narrativa*. Trata-se de uma partilha na qual a semelhança é o nexos que une espaço e escrita: a distintas experiências de espaço corresponderiam distintas formas representativas de escrita, e assim a descrição é usualmente associada à etnografia, e a narrativa, à literatura. Considera-se que o texto descritivo, objetivo e de maior rigor científico seria o mais adequado à etnografia, cujas operações pressupõem um espaço pensado como receptáculo, prévio aos usos que nele terão lugar com os humanos e seus atos de significação. Uma escrita científica adequada aos espaços da ciência. E assim caberia à literatura, sem os constrangimentos da submissão ao rigor científico, lançar mão da narrativa por sua associação ao movimento, à passagem do tempo e à ação. (BRANDÃO, 2002).

A autora questiona a pertinência dessa correlação. Em primeiro lugar, ao pretender afastar quaisquer interferências do sujeito observador, o texto descritivo e higienizado não tem por efeito a transcrição neutra e objetiva de um espaço pré-existente e independente do observador. Antes efetua a produção de uma determinada experiência na qual espaço e escrita esvaziam-se de encantamento e de poder de afecção. Experiência essa que, dirigida ao pensamento por meio dos órgãos da visão, opera uma escritura sem corpo de um espaço empobrecido. Trata-se de uma “economia dimensional” na qual a potência da experiência corporal é subtraída e cujo efeito é a criação de “mundos para homens sem corpo e paisagens que só existem para os olhos.” (BRANDÃO, 2002, p.20).

Ademais, acatar uma cisão tão estanque entre categorias implica desconsiderar a existência de porosidades nas fronteiras, de zonas de trocas e de indiscernibilidade que permitem passagens e hibridações. E é em função dessas passagens sempre possíveis que a autora sublinha outra ressalva relativa à partilha entre narrativa e descrição: tanto a literatura foi capaz de encaminhar outro estatuto para a descrição, com os escritores naturalistas, como a etnografia incorporou a suas descrições uma dimensão narrativa. (BRANDÃO, 2002).

Na relação entre espaço e escrita, o que talvez seja mais relevante é refutar o nexos representativo que os toma como significado e significante. Seja o espaço literário, etnográfico, metropolitano, não se trata nunca de reproduzir com a escrita as conformações estáveis que definiriam sua suposta identidade. O espaço não é um significado nem a escrita um significante; palavras e coisas são antes *variáveis de um agenciamento*: longe de referir, corroborar ou corresponder à estabilidade de um referente, a palavra intervém, é ato de linguagem que produz diferença:

Um agenciamento de enunciação não fala ‘das’ coisas, mas fala *diretamente* os estados de coisas ou estados de conteúdo, de tal modo que um mesmo x, uma mesma partícula, funcionará como corpo que age e sofre, ou mesmo como signo que faz ato [...]. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 29, grifo dos autores).

Sendo assim, escrever não é simplesmente representar o *outro* no plano da escrita, mas experimentar a variação no encontro com a heterogeneidade da qual o outro é vetor. Fora da polarização sujeito-objeto, *outrem* é a expressão de um mundo

possível que existe à força de não ser explicado demais, de não ser capturado nas operações da representação:

[...] não se explicar demais, significava antes de tudo não se explicar demais com outrem, não explicar outrem demais, manter seus valores implícitos, multiplicar nosso mundo, povoando-o com todos esses expressos que não existem fora de suas expressões. Com efeito, outrem não é um outro *Eu*, mas o *Eu* é um outro, um *Eu* rachado. Não há amor que não comece pela revelação de um mundo possível como tal, enrolado em outrem que o exprime. [...] É verdade que outrem dispõe de um meio para dar realidade aos possíveis que exprime, independentemente do desenvolvimento a que os submeteríamos. Esse meio é a linguagem. (DELEUZE, 2006a, p.364).

Nesse sentido, simplesmente tematizar por meio da escrita um acontecimento, um objeto ou um processo não é ainda experimentar suas intensidades; talvez até se possa dizer que enquanto mera reprodução, representar o outro seja uma modalidade de interdição às suas intensidades. As virtualidades pré-objetivas, pré-subjetivas e pré-formadas das forças agitam-se nas superfícies dos acontecimentos e não possuem a estabilidade pressuposta na representação. O que cabe é tomar palavras e coisas a partir da dimensão de acontecimento que concerne a ambas e que convoca a variação como arte e “[...] crítica às formas excessivamente estáveis, entendidas como repetições desgastadas e paralisadoras do movimento vital.” (TEDESCO, 2005, p.142).

O viés do acontecimento convoca a dimensão nômade do ato de criação e implica uma escrita intensiva na qual não comparecem relatos de memórias, de estados vividos de alguém, nem tampouco de questões políticas ou sociais em suas formas instituídas. “A crença no social é mesmo um sonho sedentário que um nômade jamais poderia partilhar.” (SCHÖPKE, 2004, p.180). Uma escrita de intensidades pode carregar traços de determinada sociedade, de determinado espaço ou de uma singularidade qualquer e muitas vezes o faz, mas não se reduz a isso, uma vez que sua finalidade não é retratar o mundo em seus contornos sedentários. O que uma escrita intensiva faz é precisamente escapar do sedentarismo – o da estabilidade de estados de coisas, do homem das regras vigentes e também o seu próprio, que é o da literatura

[...] daqueles que estão perfeitamente enquadrados na idéia do ‘homem universal’, do Estado de direito, da *cogitatio universalis*. Escreve-se *para todos*, quer seja para diverti-los ou

para conscientizá-los. Mas a escrita de um nômade dirige-se apenas aos que pertencem às tribos, às estepes e aos desertos. ‘É preciso estar no mesmo barco’ para compreendê-la. (SCHÖPKE, 2004, p. 180, grifos da autora).

Tribos, estepes e desertos são agenciamentos coletivos, intensidades impessoais destituídas de pregnâncias personológicas e auto-referentes. Os agenciamentos coletivos são forças nômades mobilizadas no ato criador que, por sua vez, tem a potência de subverter os códigos do mundo fechado e da razão de Estado. “As forças nômades expressam um mundo totalmente diverso daquele que foi construído por uma razão soberana e ‘estatizante’.” (SCHÖPKE, 2004, p. 184).

Abordar a relação entre escrita e espaço pelo viés do acontecimento implica, portanto, o nomadismo do devir em suas forças de variação. É ainda Schöpke (2004, p.181) quem sublinha, em tonalidade deleuze-guattariana:

Seja de filosofia ou de poesia, um livro é uma pequena máquina que poderá estabelecer conexões com outras máquinas. Neste sentido, não há qualquer diferença entre um texto de filosofia e um livro de Borges. Não importa qual o objetivo central desses livros, mas a maneira pela qual eles se ligam com as forças que estão fora deles. Em outras palavras, o que importa é que eles também respirem novos ares e deixem de ser meros instrumentos de reconhecimento e recodificação das forças sedentárias.

Muitas modalidades de escrita se engajam na tarefa de abordar as forças disruptivas da alteridade. Certeau aborda a operação de “escrever a voz” (CERTEAU, 1994, p. 254) como procedimento que codifica e inscreve uma dupla diferença no registro da escrita. Comum às muitas heterologias, ou ciências do outro, como a etnologia, a psiquiatria, a pedagogia, as ciências religiosas, os procedimentos historiográficos e políticos, a operação consiste em introduzir nos discursos eruditos uma modalidade de palavra desqualificada em função de seu pertencimento à ordem da oralidade, e também pela associação a um outro - o povo - excluído da escrita. Procedimento que introduz a voz do povo na linguagem dos eruditos, a operação heterológica tem por condição um objeto, a fábula, e um procedimento, a tradução. (CERTEAU, 1994). Segundo o autor, ao tomar o outro como seu objeto, a fábula define a posição desprivilegiada deste outro (selvagem, infantil, popular, louco) ao associá-lo à palavra falada, e mais do que isso, a uma palavra *que não sabe o que diz*. Essa exegese erudita funciona

como operador de permutabilidade de linguagens: a exterioridade da palavra oral passa à interioridade da escritura, e nessa passagem o material recolhido como fábula passa a produto cultural. “A dominação do trabalho escriturístico se acha assim de direito fundada por essa ‘estrutura’ de fábula que é o seu produto histórico.” (CERTEAU, 1994, p.254). Ainda o autor: “[...] o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como ‘sentido’ remeter à realidade de que se distinguiu *em vista de mudá-la*. Tem como alvo uma eficácia social. Atua sobre a sua exterioridade.” (CERTEAU, 1994, p. 226, grifo do autor).

Essa abordagem de Certeau é partilhada por Deleuze e Guattari (1997), para quem a passagem da exterioridade à interioridade é operação de um poder e meio de domínio. Para os autores trata-se da operação de captura característica da razão operatória da forma-Estado, presente sempre que operações de conversão e permutação entram em jogo. A captura visa ao controle da exterioridade e à sua utilização como meio de comunicação a serviço de uma interioridade: “[...] o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.15).

Na passagem em que o outro – o povo que fala – é codificado nos registros da escritura majoritária, a diferença da fábula parece destinada ao esvaziamento. Operação de tradução, esta passagem comporta, entretanto, composições de outra natureza, conforme assinalam Deleuze e Guattari (1997). Ao abordarem as passagens entre espaço liso e espaço estriado e entre ciência régia e ciência nômade, os autores sublinham a tradução como ato que comporta tanto riscos de fechamento como oportunidades de abertura, uma vez que traduzir consiste em domar, sobrecodificar, metrificar, neutralizar, mas também

[...] em proporcionar um meio de propagação, de extensão, de refração, de renovação, de impulso sem o qual ele [o espaço liso] talvez morresse por si só: como uma máscara, sem a qual não poderia haver respiração nem forma geral de expressão. A ciência maior tem perpetuamente necessidade de uma inspiração que procede da menor; mas a ciência menor não seria nada se não afrontasse às mais altas exigências científicas, e se não passasse por elas. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.194-195).

E se a fábula parece neutralizar a heterogeneidade na passagem que faz da fala à escrita, outras modalidades de passagem são possíveis. A tradução é ato criador que compõe com a heterogeneidade, produz diferença e participa do devir da escrita, uma vez que a escrita é feita de variação: “Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em vias de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido.” (DELEUZE, 1997, p.11).

A noção de estilo literário tem centralidade nessa constelação. Para compreender seu nexos com a produção de relações diferenciais, mais uma vez será nas formulações de Deleuze e Guattari (1995) que encontraremos uma referência chave. Para os autores a língua é um sistema sempre em variação e como os demais sistemas, define-se menos por constantes e homogeneidades do que “por uma variabilidade que tem como característica ser imanente, contínua e regulada segundo um modo muito particular (regras *variáveis ou facultativas*).” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.39, grifo dos autores). O estilo participa dessa variação da língua e também ele está longe de ser um conjunto de regularidades e constâncias. O estilo é modo que a escrita dispõe para produzir diferença:

O que denominamos um estilo, [...] é precisamente o procedimento de uma variação contínua. [...] sendo um estilo não uma criação psicológica individual, mas um agenciamento de enunciação, não será possível impedi-lo de fazer uma língua dentro de uma língua. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 44).

Adotando a perspectiva dos autores, Silvia Tedesco (2005) aborda o estilo como “‘a desordem assustadora’ que corrompe a homogeneidade dos sistemas.” (TEDESCO, 2005, p. 143). Mas não se trata de uma mera recusa da regularidade, uma vez que o estilo consiste na eleição de procedimentos de variação e também de perpetuação: “O estilo resulta de um procedimento de variação por excelência, no entanto, por se afirmar no uso reiterado de certas estratégias, não se omite de propagar a repetição. (TEDESCO, 2005, p. 146-147). Por meio do estilo o novo surge na articulação entre regularidade e imprevisibilidade; o estilo faz a linguagem oscilar entre o sentido dado e o sentido a inventar. (TEDESCO, 2005).

Os estilos se especializam em função das maneiras singulares com que criam sentidos inesperados; há procedimentos preferenciais nesses modos de variação,

que fazem com que haja um estilo Guimarães Rosa, um estilo Proust, etc. (TEDESCO, 2005). Mas o uso dessas preferências e mesmo sua reiteração não são uma simples repetição do mesmo, uma vez que os modos podem se repetir, mas nunca seu produto: “A cada vez, a marca descodificada retorna diferentemente. O acento recai sobre a produção do novo.[...] Em suma, o estilo expressa o movimento próprio da repetição da diferença.” (TEDESCO, 2005, p. 149).

Em seus estudos sobre pintura, teatro, literatura e cinema, Gilles Deleuze desdobra uma série de conceitos e formulações que lhe permitem compreender procedimentos singulares que produzem alteração e afastam-se das operações da representação. Em conexão com a criação do novo e com a desestabilização dos sentidos dominantes, conceitos como fabulação, devir menor, desterritorialização e suas múltiplas conexões ligam-se à produção de diferença e operam nesta tese como intercessores: na medida em que o ato criador não é exclusividade de nenhum campo de práticas, a criação como produção de diferença é o ponto de vista para se abordar o espaço.

[1.2] fabulação

Em *Kafka: para uma literatura menor* Deleuze e Guattari (2003) definem três elementos que caracterizam uma literatura menor. Primeiramente ela é afetada por um forte coeficiente de desterritorialização, na medida em que ela é a construção de uma minoria que desestabiliza um território maior. “Uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior”. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p.38). Minoria e maioria não são grandezas numéricas, mas assinalam a posição referente a um padrão, um axioma que supõe um estado de poder ou de dominação a partir do qual as outras posições são consideradas menores, independente de sua quantidade, que pode até ser maior do que a do padrão de referência. Nessa perspectiva intensiva minoria adquire então duas acepções: em primeiro lugar, um estado de fato “como fração subordinada em relação a um padrão de medida que estabelece a lei e fixa a maioria” (DELEUZE, 2010, p.63). Nesse sentido, as mulheres, os negros, as

crianças, são minoritários em relação ao padrão constituído pelo homem branco ocidental. Mas há também um segundo sentido que não se refere a um estado de fato, mas a um devir no qual se engaja.

Devir-minoritário é um objetivo, e um objetivo que diz respeito a todo mundo, visto que todo mundo entra nesse objetivo e nesse devir já que cada um constrói sua variação em torno da unidade de medida despótica e escapa, de um modo ou de outro, do sistema de poder que fazia dele uma parte da maioria.(DELEUZE, 2010, p.63).

Pelo primeiro sentido as mulheres são uma minoria – ainda que existam em maior quantidade -, mas pelo segundo sentido, pode-se considerar que há um devir-mulher de todo mundo, até mesmo das mulheres, que têm que devir mulher. Minoria designa então “a potência de um devir e maioria designa o poder ou a impotência de um estado, de uma situação.” (DELEUZE, 2010, p.63-64).

A desterritorialização é esse efeito de abertura e variação, a mudança das configurações estáticas implicada no devir. O devir é uma potência *menor* que envolve uma passagem entre categorias. “O menor designa uma potência de variação diante da constância do maior. O maior se impõe como centro enquanto o menor é a linha de escape que possibilita novas conexões.” (SALES, 2014, p.91).

A segunda característica das literaturas menores é que nelas, diferente das grandes literaturas, tudo é político. Nas grandes literaturas o meio social serve de fundo para questões individuais (familiares, conjugais, etc.) que não são indispensáveis em particular, mas formam blocos nesse vasto espaço de fundo. Nas grandes literaturas

[...] é sempre o caso de um padrão, repetindo o que se supõe como regra geral ou ‘fundo’ a partir do que tudo se destaca repetindo o imperativo legal. O fundo enquanto meio social, enquanto regra cultural, enquanto lei simbólica é predeterminado e garante um esquema de repetição do mesmo formal.[...] O que é dito deve ser referido a esse fundo geral: o caso, para ser entendido, deve ser rebatido sobre um pano de fundo que é tanto um bom senso como um senso comum. (PASSOS; BENEVIDES, 2009, p.160).

Já na literatura menor a questão individual é “[...] ampliada ao microscópio, torna-se muito mais necessária, indispensável, porque uma outra história se agita no seu

interior. É neste sentido que o triângulo familiar se conecta com outros triângulos, comerciais, econômicos, burocráticos, jurídicos, que lhes determinam seus valores.” (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p.39). O caso individual não segrega uma forma única, mas se desdobra, torna-se ocasião para a proliferação de muitos outros casos que encaminham espessura política e coletiva

[...] em uma proliferação fractalizante que recobre a superfície de um fundo de geometria irregular, longe do equilíbrio. [...] O caso molar se moleculariza. Sua forma dá passagem às forças que o habitam. O caso é, nesse sentido, o caso de um devir ou de um contágio. (PASSOS; BENEVIDES, 2009, p.161-162).

A terceira característica é que tudo toma um valor coletivo. Diferente da literatura dos mestres, o que o escritor diz sozinho já constitui uma ação comum, o que ele diz ou faz é necessariamente político mesmo se os outros não estão de acordo. O escritor de uma literatura menor não é o mestre de uma consciência coletiva ou nacional existente, ele exprime uma comunidade potencial, que não está efetuada. Forja “os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade” (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p.40). A literatura menor diz de um povo por vir e nisso ela é revolucionária sem conchamar à revolução. Sua dimensão de prática sociopolítica não é da ordem do que está efetuada, como um povo, uma nação, uma coletividade, e tampouco empreita o futuro por meio de um projeto utópico. Ela não representa um estado efetuada, mas torna presente uma potencialidade. É uma questão de devir, das forças virtuais e transformadoras da criação que inventam possíveis:

Não dirigir-se a um povo suposto, já presente, mas contribuir para a invenção de um povo. No momento em que o senhor, o colonizador proclama ‘nunca houve povo aqui’, o povo que falta é um devir, ele se inventa, nas favelas e nos campos, ou nos guetos, com novas condições de luta, para as quais uma arte necessariamente política tem de contribuir. (DELEUZE, 2013, p.259-260).

E se o povo por vir não corresponde a uma população existente, a dimensão coletiva da literatura menor, de qualquer criação menor, não implica uma literatura *para todos*, uma criação para todos. A criação para todos, como a democracia, é ambígua e remete a um fato majoritário já constituído. O povo por vir não está constituído.

Essas formulações acerca da literatura são associadas ao conceito de *fabulação criadora* que Deleuze cria em seus estudos do cinema. O conceito surge em Deleuze por meio da transformação do conceito de *função fabuladora*, de Henri Bergson, formulado para pensar as relações entre forças sociais, crenças, imaginação e constituição de mitos. Mas em Bergson o conceito de função fabuladora “ainda é refém das formas da matéria, do empírico e de processos cognitivos.” (VASCONCELLOS, 2013, p.149).

Com o conceito de fabulação criadora Deleuze problematiza e ultrapassa a delimitação entre os territórios ditos ficcionais, de criação, e os não ficcionais, ditos reais, e o modelo de verdade que lhe é subjacente. Ao analisar as primeiras formas de cinema-verdade que recusavam a ficção em favor do real, Deleuze assinala a persistência de um modelo de verdade que ainda supõe a ficção e dela decorre. Na realidade objetiva das situações, tanto como na realidade subjetiva dos personagens, o que se dá a ver sustenta-se em um modelo de verdade preestabelecido que exprime necessariamente as idéias dominantes. “[...] a veracidade da narrativa não havia deixado de ser uma ficção.” (DELEUZE, 2013, p.182).

A função de fabulação rompe com esse modelo de verdade que penetra a ficção e com essa ruptura rompe a cisão entre ficção e realidade. Na fabulação a personagem deixa de ser real ou fictícia, assim como deixa de ver objetivamente ou ser vista subjetivamente, mas vence passagens e fronteiras “porque inventa enquanto personagem real, e torna-se tão mais real quanto melhor inventou.” (DELEUZE, 2013, p.184). A fabulação permite pensar a ação criadora como experimentação que produz diferença no real e o abre às forças de variação do devir:

O que se opõe à ficção não é o real, não é a verdade que é sempre a dos dominantes ou dos colonizadores, é a função fabuladora dos pobres, na medida em que dá ao falso a potência que faz deste uma memória, uma lenda, um monstro. [...] O que o cinema deve apreender não é a identidade de uma personagem, real ou fictícia, através de seus aspectos objetivos e subjetivos. É o devir da personagem real quando ela própria se põe a ‘ficcional’, quando entra ‘em flagrante delito de criar lendas’, e assim contribui para a invenção de seu povo. A personagem não é separável de um antes e de um depois, mas

que ela reúne na passagem de um estado a outro, quando se põe a fabular sem nunca ser fictícia. (DELEUZE, 2013, p.183).

Com a recusa ao modelo de verdade que funda a cisão entre ficção e real, a fabulação criadora recusa também a representação. Não há uma verdade a ser representada: “O artista é criador de verdade, pois a verdade não tem de ser alcançada, encontrada nem reproduzida, ela deve ser criada. Não há outra verdade senão a criação do Novo: a criatividade, a emergência [...]” (DELEUZE, 2013, p.178).

A fabulação não representa o real, age nele, faz variar suas configurações estáticas, incluindo-se as do próprio escritor. A fabulação toma a ação criadora como produção de diferença fora das terras imaginárias de um além do mundo e fora dos territórios da empiria chancelados pela memória e pela consciência do autor. Trata-se de outra relação com o mundo sensível, em que o artista “excede os estados perceptivos e as passagens afetivas do vivido.” (DELEUZE, 1992, p.222). Fabular não é ação submetida à soberania e estabilidade do sujeito criador na transcrição de suas lembranças, de sua percepção, de sua imaginação, nem de sua consciência, mas é exercício que ao colocar em jogo forças que ultrapassam a personalidade, liga-se à dimensão política e coletiva.

Escrever não é contar as próprias lembranças, suas viagens, seus amores e lutos, sonhos e fantasmas. Pecar por excesso de realidade ou de imaginação é a mesma coisa [...]. Mas a literatura segue a via inversa, e só se instala descobrindo sob as aparentes pessoas a potência de um impessoal, que de modo algum é uma generalidade, mas uma singularidade no mais alto grau: um homem, uma mulher, um animal, um ventre, uma criança. As duas primeiras pessoas do singular não servem de condição à enunciação literária; a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos destitui do poder de dizer Eu [...]. (DELEUZE, 1997, p.12-13).

A experimentação no real demanda a consideração política e social das configurações de poder (BOGUE, 2011) e nesse sentido a fabulação é também uma cartografia que agencia as diferentes máquinas, os planos e as relações de força que dão coesão aos estados de coisas efetuados e às dimensões individual e coletiva dos personagens. O personagem nunca é apenas uma personalidade ensimesmada em seus dramas privados. É um caso de si que se abre a conexões e

dimensões múltiplas. Ruptura da representação e dimensão política e coletiva das relações de força conectam-se na fabulação e convocam o devir.

Em um estudo que faz do trabalho do ator e diretor de teatro Carmelo Bene, Deleuze (2010) assinala a presença de relações disjuntivas (e não dicotômicas, opostas) que permitem a produção de um devir menor a partir da distinção entre *fato maior* e *devir minoritário* e a produção de um devir menor. No afastamento do fato majoritário reside a função política específica do teatro e da arte. Não representar nada, mas apresentar e constituir uma consciência de minoria enquanto devir-universal, operando alianças, seguindo linhas de transformação que saltam para fora da arte e assumem outra forma, ou se reconvertem em arte para um novo salto. (DELEUZE, 2010).

Deleuze se interessa por procedimentos capazes de mobilizar potências menores da criação e assim declinar da representação e de sua adesão às configurações estáveis. A fragmentação é um desses procedimentos, assinalado pelo filósofo no teatro de Beckett e também na literatura americana, como operação que torna as partes independentes e “desconecta-as em prol de uma nova conexão [...]” (DELEUZE, 2010, p.93). A representação estima a totalidade, os contornos e limites definidos, e nesse sentido o fragmento secreta uma potência anti-representativa. Na obra de Melville Deleuze assinala o fragmento em sua dimensão de criação de mundos, “um mundo *em processo*, em *arquipélago*” (DELEUZE, 1997, p.113, grifos do autor). Sua imagem não é a de uma peça em um quebra cabeças, parte votada à unidade. O fragmento não é uma subdivisão, mas um ponto móvel, isolado, que não se fixa definitivamente, não se enraíza, mas se engaja em relações moventes, flutuantes.

Na análise que faz do método da montagem em Benjamin, Luis Antonio Baptista assinala a potência do fragmento em sua afinidade com as operações do cinema e da literatura, onde a fragmentação de imagens impede a linearidade da narração. Segundo Baptista (2010, p.216), na montagem benjaminiana o fragmento opera como “dispositivo talhante de histórias que intentam a compacidade de assertivas conclusivas.” O corte encaminha estranhamento, desfamiliariza a história narrada e convida a montá-la de outra forma. O cinema e a literatura produzem tempo e espaço, forjam modalidades díspares de movimento e modos inesgotáveis de

operar a existência. (BAPTISTA, 2010). Na relação com o fragmento uma experiência outra se constitui; o fragmento requer uma disposição “micrológica” (MATOS, 2010, p.153) para sua apreensão. O fragmento cria diferença.

Também Maurice Blanchot assinala na literatura a potência disruptiva do fragmento, aliado do devir. A fragmentação não interrompe o devir, mas “o provoca na ruptura que lhe pertence.” (BLANCHOT, 2010, p.41). O fragmento rompe a tirania do todo e do conjunto. Menos uma falta que uma diferença, o fragmento não existe em função de uma unidade anterior ou futura, não diz de uma totalidade. A experiência fragmentária cria a partir da separação e da descontinuidade e enseja relações de tipo novo, “não o de uma harmonia, de uma concórdia ou de uma conciliação, mas que aceitará a disjunção ou a divergência [...]” (BLANCHOT, 2010, p.43). O fragmento mobiliza a diferença mais que a semelhança, a justaposição mais do que a composição. A justaposição implica uma distância, uma vez que deixa de fora uns dos outros os termos que se relacionam. A diferença se afirma nessa distância que permanece irreduzível em meio às conexões. O estranhamento provocado pela incongruência dessa disposição se sustenta como diferença, e nessa persistência explicita-se a relação do fragmento com o pensamento: as potências do fragmento dizem de um “modo sempre diferente de acolher o desconhecido sem retê-lo” (BLANCHOT, 2010, p.43), questão que não concerne apenas ao discurso, à literatura ou à linguagem, mas à existência: a distância como interdição à fusão que elimina a diferença, puro desvio em sua estranheza: “aquilo [...] que, permitindo ir de decepção em decepção, conduz de coragem em coragem.” (BLANCHOT, 2010, p.45).

Distinguir o devir menor do fato majoritário, produzir um devir outro é operação minoritária, anti-representativa e cartográfica implicada na escrita fabuladora. Fabular é também cartografar, experimentar uma conexão criadora com as intensidades menores. O devir é da ordem dos fluxos, dos movimentos e das conexões sempre em vias de se fazer e se alterar.

Nessa disposição a cartografia é um possível interessante da experimentação das linhas de captura e de fuga que se formam e se desmancham na produção do espaço, nas trajetórias heterogêneas que aí se cruzam e se chocam tensionadas sempre em direção a novas possibilidades.

[1.3] cartografia

O friozinho de novembro, cortado por rajadas nortenhas, que faziam zunir a copa dos álamos do Prado, justificava a chegada do peruzão sobredourado, suavizadas pela manteiga as asperezas de suas extremidades, mas com um peito capaz de abraçar todo o apetite da família e guardá-lo abrigado como numa arca da aliança.

- O urubu do México é muito mais suave- disse o filho mais velho de Santurce. – Urubu, não, peru, retificou Cemí. – Recomendaram-me, para curar a asma, caldo de filhote de urubu, para não dizer o feio nome que esse avejão tem entre nós, mas prefiro morrer a tomar este petróleo. Esse caldo deve ter gosto de leite de leitoa que, segundo os antigos, causava a lepra.

- Na verdade a origem dessa doença é desconhecida – disse Santurce, que como médico não sentia a impropriedade de falar de qualquer doença na hora das refeições.

- Melhor falarmos do rouxinol de Pequim – disse Dona Augusta, incomodada com o rumo da conversa. A alusão de Cemi ao leite da leitoa fora graciosa por ser inesperada, mas o desenvolvimento desse tema nessa oportunidade pelo doutor Santurce era tão temível quanto a possibilidade de um maremoto que os jornais noturnos começavam a apregoar.

- As manchas vermelhas da toalha devem ter favorecido o tema dos vulturídeos, mas lembre também, mãe, que o rouxinol de Pequim cantava para um imperador moribundo – expressou Alberto, começando a repartir o peruzão vinhoso e amendoado.

- Eu sei, Alberto, que toda refeição atravessa seu redemoinho sombrio, pois uma reunião de alegria familiar não estaria resolvida se a morte não começasse a querer abrir as janelas, mas as fumaceiras que o peru exala podem ser um conjuro para afugentar Hera, a terrível. (Lezama Lima, 2012, p.266-267).

Esse pequeno trecho, mini-cartografia de um território familiar de autoria do escritor cubano Jose Lezama Lima, é o intercessor que nesta tese permite desdobrar a questão da cartografia. Diferente do catalisador, que não sofre alterações nos processos que desencadeia, o intercessor altera-se como os demais termos das relações em que participa. E é nessa condição de abertura à variação que esse trecho é aqui tomado, como intercessor que abre seus sentidos à pilhagem e à transformação. Sendo assim, o redemoinho sombrio aludido ao final não é sombrio, embora possa ser assustador. O que se esgueira insinuando-se

pelas portas e janelas, pronto a perturbar as configurações de territórios estáveis, não é o perigo fatal da morte contra a qual caberia defender os territórios fechando-os em alguma interioridade protegida. Esse redemoinho, vento de bruxa, participa dos movimentos de afirmação da vida, movimentos que transbordam as fronteiras dos territórios, desmancham suas configurações estabelecidas e liberam suas intensidades para novos arranjos provisórios, passíveis de novos desmanchamentos e de novos arranjos. É, portanto, em função dos movimentos imprevisíveis e afirmativos da vida, e não pela inevitabilidade da morte, que os territórios são atingidos por forças que alteram seus arranjos.

A cartografia é o acompanhamento dos movimentos de formação e de desmanchamento dos arranjos a partir da incidência de forças e linhas de tensão. Nesse sentido ampliado, formulado por Deleuze e Guattari, a cartografia não se reduz ao dispositivo representativo/descritivo oriundo da Geografia, ainda que eventualmente possa compreendê-lo. Menos uma metodologia, protocolo normalizado ou técnica própria aos domínios epistemológicos, a cartografia pode ser compreendida como uma atenção aos movimentos de desestabilização dos processos constantes de arranjos e composições de forças que formam as configurações que nos rodeiam. Não há canal privilegiado nem a salvo de tais movimentos, ainda que os diversos domínios da vida possam acolher com maior ou menor abertura e em velocidades distintas as solicitações críticas destes processos constantes de montagem/desmontagem/remontagem de referências, sustentando ou bloqueando os desdobramentos criativos neles implicados.

Também denominada pelos autores de esquizoanálise, pragmática, diagramatismo, micropolítica e rizomática, trata-se da compreensão e problematização das composições sempre mutantes dos fluxos que compõem as atualidades e as virtualidades de determinado território a partir da ação de linhas, planos e regimes de funcionamento distintos e simultâneos em uma transversalidade que conecta as texturas díspares de cada um deles.

Nessa perspectiva território tem um sentido ampliado⁵, ligado a uma dimensão existencial de arranjo sempre em processo que delimita e organiza os seres vivos articulando-os aos demais seres existentes e aos fluxos cósmicos. Sem se reduzir à dimensão humana, pode ser relativo tanto a um espaço vivido como a qualquer outro sistema no seio do qual os seres sentem-se em casa: um grupo, uma instituição, um campo de conhecimento, um lugar, mesmo um indivíduo. Constitui-se em uma instância de apropriação, aberta a alterações e à decomposição por efeito de um ou vários processos desterritorializantes, a partir dos quais um outro processo, o de reterritorialização, poderá se constituir na constituição de novas recomposições. (GUATTARI; ROLNIK, 1986). Trata-se de um processo constante de montagem, desmontagem e remontagem das relações de força que lhe dão sua consistência. Por meio desse processo de desmanchamento e de formação de mundos, novos afetos abrem passagem e encetam continuamente novas cartografias. (ROLNIK, 2007, 2008).

A cartografia pode ser empreendida em qualquer domínio e em conexão com matérias de procedências as mais diversas, na medida em que a cartografia implica a heterogeneidade de forças em conexão com o desejo. Nessa perspectiva o desejo é o próprio *processo de produção da realidade* (ROLNIK, 2007, DELEUZE; PARNET, 2004), e como tal não é tomado como forma historicamente determinada, mas como força que faz variar as próprias condições históricas. O desejo é o operador efetivo que não pré-existe nem decorre de nada, mas se produz e se agencia simultaneamente aos agenciamentos em que se engaja, não sendo determinado por uma instância estrutural que operaria como sua lei ou causa. O conceito de agenciamento substitui o conceito de estrutura e as condições de homogeneidade nele pressupostas. “As estruturas estão ligadas a uma condição de homogeneidade, mas os agenciamentos, não” (DELEUZE; PARNET, 2004, p.69). O agenciamento opera com heterogêneos, coloca-os em relação e assim cria condições para o surgimento do novo:

⁵ Nessa concepção a noção de território não se dissocia dos processos de apropriação vital por parte de seus ocupantes (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.323), em um sentido que se aproxima, sem equivaler, dos sentidos encaminhados a *espaço* por autores como Milton Santos (Cf. nota 7 da p. 82 dessa tese). As distintas implicações de cada uma delas interessam e são adotadas em diferentes momentos nessa tese.

O que é um agenciamento? É uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos, e que estabelece ligações, relações entre eles, através das idades, dos sexos, dos reinos – através de naturezas diferentes. A única unidade do agenciamento é de funcionamento: é uma simbiose, uma ‘simpatia’. (DELEUZE; PARNET, 2004, p.88).

Nessa acepção “[...] a transcendência do dever social dá lugar a uma imanência do desejo nômade através de todo este campo.” (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 125). Esse modo de pensar deserta das coordenadas personológicas e objetais que assinalam uma falta fundante na origem do desejo: um sujeito *cindido*, um objeto que falta e o desejo como ponte a ligar sujeito e objeto. Na cartografia o desejo não é interior ao sujeito nem tendencial a um objeto, mas é processo imanente a um plano de consistência ao qual não pré-existe e que é preciso construir com fluxos que se propagam e escapam dos sujeitos e dos objetos:

Longe de supor um sujeito, o desejo só pode ser atingido no ponto onde alguém é despojado do poder de dizer Eu. Longe de tender para um objeto, o desejo só pode ser atingido no ponto em que alguém não procura ou já não atinge um objeto, em que já não se apreende a si mesmo como sujeito. (DELEUZE; PARNET, 2004, p.112).

Nesse sentido não cabe falar de uma privação ou de uma carência prévia a criar o desejo, pois que só há carência relativa a um agenciamento do qual se está excluído, e o desejo existe justamente em função de um agenciamento em que se está incluído. Condicionar o desejo à falta é desconhecer a miséria daqueles que tem de fato carência de qualquer coisa, e que a tem precisamente por lhes ser interdito o plano de consistência que lhes permitiria desejar, e são impedidos de mil maneiras; mesmo nesses casos, é a falta que “[...] reenvia para uma positividade do desejo, e não o desejo para uma negatividade da carência.” (DELEUZE; PARNET, 2004, p.114). Daí que a construção do plano é uma política, implica um agenciamento coletivo, um conjunto de devires sociais. Nesse plano de consistência, mesmo a raridade e o esgotamento de fluxos fazem parte do desejo sem significar carência. É ele que sustenta o desejo, e uma vez que devem ser traçados simultaneamente, plano e desejo, não há desejo enquanto não houver o desenvolvimento desse plano de consistência.

Suely Rolnik (2007, 2008) desdobra questões complementares em uma abordagem da cartografia que cabe retomar. Tendo a cartografia um caráter

aberto, passível de ser empreendida em qualquer campo, fontes as mais variadas podem funcionar como operadores. O critério de escolha não passa por uma maior ou menor aptidão em reconhecer e separar o verdadeiro do falso, mas pela possibilidade, em cada situação singular, de compreender como se agenciam potências ativas de criação e expansão da vida: “[...] que matérias de expressão, misturadas a quais outras, que composições de linguagem favorecem a passagem das intensidades que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que pretende entender.” (ROLNIK, 2007, p.65-66).

A cartografia constitui-se não tanto como mero dispositivo analítico ou interpretativo de observação distanciada, mas como experiência criadora por meio da implicação sensível nos processos de constituição de territórios existenciais. Essa experiência requer um *corpo vibrátil*, disponibilidade à acolhida da tensão fecunda que se instaura entre dois regimes ou duas políticas: um, micro-político, feito de fluxos de intensidades que escapam às organizações e enquadramentos, dissolvem as formas estabelecidas e engendram outras; e o plano macro-político, feito dos fatos e modos de vida em sua exterioridade formal, sociológica, onde se organiza a canalização das intensidades em uma estabilidade que permite a orientação. (ROLNIK, 2008). São planos díspares, mas complementares e indissociáveis na produção dos territórios existenciais.

É no plano de organização, plano molar, que se dão processos de desenvolvimento e de formação por meio da estruturação e organização de formas, gêneros, temas e motivos com a atribuição de sujeitos, personagens, caracteres e sentimentos. Neste plano operam linhas de segmentaridade dura que funcionam por meio de cortes definidores de segmentos bem determinados e visíveis, unidades dicotômicas que implicam atributos próprios. Há dicotomias simultâneas como em rico-pobre, moderno-arcaico, homem-mulher, jovem-idoso, saúde-doença, público-privado, trabalhador-desempregado, empregado-patrão, sujeito-objeto, etc. Há em tais cortes uma hierarquia mais ou menos implícita em função da qualificação e valorização diferenciada atribuída aos termos, que são interdependentes e remetem a determinado padrão. Mas há também dicotomias sucessivas, produzindo escolhas entre elementos ausentes no primeiro corte: se não branco ou negro, mulato; se não homem ou mulher, travesti; se não

empregado ou patrão, desempregado, etc. A escolha sempre se dá entre alternativas duais, mesmo quando há mais de dois termos envolvidos, uma vez que a dicotomia é menos uma quantidade que uma modalidade excludente de relação. Pelo mesmo motivo pode haver relações não dicotômicas entre dois elementos, mas não é nunca o caso nesse plano molar. Simultâneas ou sucessivas, ambas as modalidades de dicotomia pertencem a esse primeiro tipo de segmentos duros binários. Há também segmentos circulares, ligados a localizações cada vez mais vastas: um bairro, uma cidade, uma região, um país, um continente, o planeta, o sistema solar, etc., em uma ampliação extensiva. Há ainda a segmentação linear, em que cada segmento liga-se a um episódio ou processo: família, escola, exército, profissão. Ambos os segmentos implicam dispositivos de poder diversos entre si fixando o território e o código do segmento correspondente. (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Já o plano de consistência é o plano onde há relações, intensidades e fluxos não formados, individualizações que não se efetuam sob o modo de um sujeito ou de uma coisa, mas relações entre elementos não formados, graus de potência que se compõem. As linhas de segmentaridade flexível, linhas moleculares, distinguem-se das anteriores porque possuem termos diferentes, outras correlações, outra natureza e outro tipo de multiplicidade.

Na perspectiva da cartografia o que está primeiro em uma sociedade são os movimentos de fuga constitutivos do campo social, responsáveis por traçar suas fronteiras e inclinação. Não são contradições, oposições, mas diferenças, fluxos de desterritorialização que afetam as massas de todas as naturezas e que produzem os movimentos e a mudança. Uma sociedade se definiria pelas suas pontas, por esses fluxos de desterritorialização e por suas linhas de fuga:

As grandes aventuras geográficas da história são linhas de fuga, isto é, são longas caminhadas, a pé, a cavalo ou de barco: a dos Hebreus no deserto, a de Gensérico o Vândalo atravessando o Mediterrâneo, a dos nômadas através da estepe, a longa marcha dos Chineses – é sempre numa linha de fuga que se cria, certamente não porque se imagina ou se sonha, mas pelo contrário porque é aí que se traça o real, e que se compõe um plano de consistência. (DELEUZE; PARNET, 2004, p.123).

Se a cartografia é essa experimentação que permite apreender as forças em ação, é em campos sociais concretos, em espaços-tempos determinados que os movimentos de montagem, desmontagem e remontagem dos arranjos de força devem ser estudados. A cartografia, processo sensível aos movimentos e aos fluxos de mudança, à produção de diferença e à criação do novo, conecta-se com as forças do devir.

A fabulação tem relações de afinidade e aliança com a cartografia na medida em que experimentar um devir fabulador da escrita implica uma conexão com os movimentos moleculares, imperceptíveis, sutis e sempre menores que proliferam fora dos regimes molares e majoritários. A escrita fabuladora é uma escrita-cartografia, escrita de diferença que permite cartografar forças em ação.

Declinar dos comandos dos poderes permite sempre deflagrar devires menores, e nesses movimentos reside a potência criadora e política de afirmação da vida que concerne à fabulação criadora. Não basta tematizar o menor e as minorias, como também não cabe querer falar em seu nome, pretender dar-lhes voz, posto que elas a tem.

Sei que é sempre fácil mobilizar os silenciosos e acreditar serem seus delegados tácitos. Mas não se trata de predispor-los ou de recuperá-los para as fileiras de causas já prontas. Sua invisibilidade corresponde somente à rigidez de tantas fachadas caducas. Por trás desses cenários políticos ou dessas liturgias da repetição, opera-se, no entanto, um imenso trabalho interior, que em função de uma política de vistas curtas, muitos poderes esforçam-se por não ouvir. (CERTEAU, 1995, p.32).

Fabular constitui-se então em ação criadora que inventa novas modalidades de insubordinação e novos procedimentos e que não coincidem necessariamente com a denúncia, a militância, a oposição, nem simples conscientização. Todas estas ações pressupõem a adesão a formas estabelecidas, tanto a de um sujeito auto-centrado, como a de estados de coisas efetuadas. Longe disso, fabular implica a ação de potências minoritárias e disruptivas insubmissas a estados de coisas, fatos e formas estabilizados. Na escrita a fabulação implica um exercício que não serve à descrição da realidade, pois não adere ao que está instituído; tampouco serve à imaginação de uma outra realidade, pois não há causalidade possível entre a criação do novo, acontecimento intempestivo, e um projeto que o anteciparia, do

qual a escrita seria meio de comunicação. Não equivale a uma busca da verdade, mas opera numa espécie de entonação em aliança existencial sutil e não programática com tudo aquilo que escapa aos poderes e que é revolucionário sem convocar a revolução.

Na academia, mais do que apenas refém de estados de coisas, a escrita é coisa de Estado, instrumento e efeito obediente das codificações das especialidades, das instituições e da lei que lhe dão seus contornos, especialmente a escrita dita científica. É uma escrita que opera a favor da representação e das estabilidades, e que se assimila às regras dos campos de conhecimento pensados como interioridades. Fabular na escrita acadêmica implicaria então abrir essas codificações à infiltração de signos os mais heterogêneos, capazes de perturbar seus códigos estabelecidos e assim ensejar novas criações.

Nesse sentido, a fabulação como abertura a um devir outro não se reduz à representação do real efetuado em suas configurações estáticas, mas permite o acesso a outras camadas de espaços-tempos na aliança sempre possível com a miríade de processos que se constituem na criação do novo e na desestabilização das determinações vigentes. É prática poética e política que concerne a todos.

[1.4] espaço e devir menor

O devir menor do espaço diz de muitas situações fora dos padrões dominantes que produzem como minoria toda uma gama de práticas espaciais e de modos de vida, definidos por Milton Santos (2006) como *contra-racionalidades*. O geógrafo os aborda dos pontos de vista social, econômico e geográfico como desvio aos modos dominantes definidos em cada uma dessas perspectivas:

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicionais ou recentemente marginalizadas; e de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais opacas, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas estas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente. (SANTOS, 2006, p.309).

Como baliza dos modos de pensar que se constroem nessa tese, interessa inserir pequenas diferenças nessa formulação, em movimentos de maior e de menor proximidade, sem que se cristalizem adesões e tampouco negações e oposições.

Os sentidos das categorias universais apagam diferenças intensivas em uma indistinção nebulosa derivada de critérios identitários definidos por instâncias hierárquicas às quais pouco interessam as singularidades. As grandes categorias convocam critérios passíveis de quantificação e tradução em conformidade com os procedimentos próprios aos lugares de poder onde se dão as tomadas de decisão referentes à gestão da ordem social. Criadas nos lugares de saber que não se dissociam das redes dos poderes majoritários, as grandes categorias participam de um modo de gerir a alteridade que lhe subtrai a diferença no movimento mesmo de sua codificação.

Nesse sentido, distinguir o devir menor do fato majoritário requer cuidado e alguma atenção. Sempre há o risco de se fazer dessa distinção um mero exercício homogeneizante de reconhecimento e leitura a partir de referências já dadas. Érica Inforsato fornece pistas que ajudam a mover-se em meio a esses riscos:

A radical heterogeneidade estaria em poder deixar vir, mesmo dentro de um conjunto de elementos aparentemente idênticos do ponto de vista dos códigos vigentes, as sutis diferenças, posições singulares provisórias e ligações consigo e com outrem, que sejam marcas de resistência aos enquadramentos identitários das formas de poder universalizantes. (INFORSATO, 2011, p.44).

E se é verdade que as categorias universalizantes tem alguma operacionalidade e não deixam de apontar para alguma diferença, não é menos verdade que carregam sempre a marca de sua abolição ao encerrá-la na estabilidade de uma identidade refratária ao dinamismo, aos fluxos e às relações. O devir menor não participa dessa constelação de capturas, não diz de uma estabilidade rígida, mas da mobilidade e da variação. Em sua dinâmica o devir participa dos movimentos de afirmação da vida e é a própria expressão da multiplicidade e da produção de diferença. O devir é um *entre*, uma zona de indistinção que não é a transformação de um termo em outro, não é uma imitação nem tampouco uma analogia. “Ele não desliza segundo os pontos de origem, coordenadas ou medidas, mas cria suas próprias coordenadas, sua transversal, sua errância, seus ‘blocos de

esquecimento’, sua flutuação ou embriaguez, suas derivas ou linhas de fuga.” (PELBART, 2010, p.110-111). “O devir não define um destino; antes assinala que o destino de todas as coisas é a permanente transformação.” (SALES, 2014, p.88).

Devir é sempre devir menor, e o devir menor não é uma particularidade, variação subordinada a um princípio geral que ainda faz valer a sua lei. O devir menor não é uma necessidade que se acrescenta, um grau que se adiciona para qualificar, ainda que por uma diminuição, mas uma potência que subtrai a coesão para fazer variar. O devir opera na afirmação de que a vida já é plena e que

[...] a simples experiência do viver (do estar-se vivo) seja a referência soberana para a própria vida. Na esteira de uma dessubjetivação, [...] verifica-se que além de estar vivo não é preciso mais nada, não são necessárias nenhuma qualificação, e todas as particularidades são prescindíveis. (INFORSATO, 2011, p.50).

E embora a pobreza mobilize uma diferença em relação aos padrões majoritários, enquanto potência de variação o devir menor não é um atributo que pertença apenas e de direito à escassez econômica, pois o devir concerne também a aqueles que se beneficiam em alguma medida dos ganhos da modernidade material, aos quais, ademais, não se pode imputar genericamente a condição de dominados, teleguiados por comandos totalitários e apartados das forças de variação. Se há devir e ação criadora em meio à escassez, a escassez não é causa, nem a criação é tão somente efeito da escassez: a escassez é antes efeito da captura da força criadora que lhe é anterior. (LAZZARATO, 2002). Certamente um efeito que tem os seus próprios efeitos e que interfere na composição e produção de todas as forças, as criadoras inclusive. Mas a força criadora é primeira. A pobreza não é apenas falta, mas diferença, variação, devir.

As configurações do espaço são muitas e heterogêneas, uma vez que o espaço é um processo em constante movimento. Nele as condições majoritárias nunca se realizam de modo absoluto e a diferença e a variação não lhe são exteriores, mas se constituem na imanência de seus processos de produção. Com relação à heterogeneidade dos pobres, por exemplo, não se corrobora aqui o discurso da marginalidade como explicação da pobreza. Em seu livro *Pobreza Urbana* Milton

Santos sublinha a impossibilidade de se conceber a pobreza como exterior à ordem capitalista, assim como a falácia da noção de inclusão como possibilidade de solução a essa dita exclusão, pois que todos já estão incluídos:

Paulo Freire lembra 'que os oprimidos não são marginais' (1968, p. 36), não são homens que vivem fora da sociedade. Assim como seria incorreto considerar a favela um mundo autônomo, isolado e à parte (Valladares, 1970), também é incorreto contrapor marginais à sociedade global, porque esta não pode ser definida sem os pobres 'que constituem a maioria numérica, embora minoria sociológica' (Delgado, 1971, p.165). Os pobres 'não são socialmente marginais, e sim rejeitados; não são economicamente marginais, e sim explorados; não são politicamente marginais e sim reprimidos' (Gunder, 1966, p.1). (SANTOS, 2009, p.36).

Ademais, a singularidade do devir menor não está dada pela simples condição de minoria econômica ou social. O devir é uma potência que se conquista e seus sentidos não coincidem com as interpretações materialistas mais convencionais que atribuem à base material o papel de princípio de onde decorreriam, subordinando-se, os processos de subjetivação pensados como super-estrutura.

O devir menor, em sua condição de diferença, é uma criação de mundos. Melhor falando, o devir é sempre menor - só há devir menor, pois que as forças majoritárias são sempre reativas e operam para a conservação mesmo quando empreendem formas de inovação. Só as forças minoritárias tem a potência de alteração que é própria do devir. Nesse sentido, devires menores não estão prontos, à espera de serem descritos, reconhecidos, narrados, desvelados. Não se trata de tomar situações particulares nas quais atributos previamente inventariados possam ser identificados, uma vez que a diferença e a singularidade não são propriedades estáticas. A singularidade não é uma identidade, é antes um movimento aberto, ligado às diferentes maneiras de existir, não sendo passível de subordinação a quadros de referenciação e vinculação (GUATTARI; ROLNIK, 1986). Ademais, o conceito de minoria compreende a heterogeneidade em sua diferença e em sua positividade. Sempre há intensidades refratárias à disciplina e aos controles, e são elas as forças mais vivas em cada sociedade. O pobre se desdobra em muitas outras subjetividades e agenciamentos que intensificam e expandem a distância em relação aos quadros dominantes. Essa diversidade potencial de arranjos tem no espaço uma dimensão incontornável, e a cidade, hoje

espraiada em urbano, é processo que desencadeia esses encontros em todas as suas intensidades. Devir imigrante, devir camelô, devir ilegal, devir favelado, devir pobre, devir mulher, devir criança, devir índio, estes e todos os inumeráveis devires menores se constituem no espaço e por meio do espaço.

Por outro lado, se as minorias humanas constituem um devir menor da espécie, o devir não se reduz ao humano em suas minorias sociais ou históricas, nem tampouco o seu meio se reduz ao espaço social. O devir como processo de variação rompe as classificações, os limites e contornos de todo tipo, inclusive as categorias intra e entre espécies. Potência de matilha, o devir diz das multiplicidades e heterogeneidades que se encontram e se alteram: “Cardumes, bandos, manadas, populações não são formas sociais inferiores, são afectos e potências, involuções, que tomam todo animal num devir não menos potente que o do homem com o animal.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 22). Quaisquer relações, sejam entre humanos ou não humanos, são passíveis de desencadear o devir e a variação.

Não obstante, os atuais processos de urbanização e metropolização fazem do espaço um meio favorecedor da ativação de devires menores. A metrópole é o novo espaço híbrido e heterogêneo de produção no qual humanos e não humanos coexistem na complexidade de seus agenciamentos. E de modo muito especial, em função de sua inserção singular no sistema mundo, as condições das economias periféricas⁶ fazem do espaço desses países a ocasião de uma produção de heterogeneidade ainda mais rica, campo fértil para a produção de devires menores.

Milton Santos (1979) caracteriza o espaço nesses países como descontínuo, instável e multipolarizado. Pressionado por influências e polarizações oriundas de diferentes níveis de decisão e de interesses distantes, frequentemente em escala mundial, nele as forças de transformação impostas do exterior e do interior têm um impacto localizado que opera uma forte seletividade econômica e social da qual decorrem disparidades, segregação e hierarquização de atividades e de

⁶ Ainda que na atualidade as condições que outrora estabeleciam a divisão entre países centrais e periféricos tenham se pulverizado, elas continuam operatórias, não mais assinalando uma fronteira rígida entre um dentro (países centrais) e um fora (países periféricos), mas tendendo a penetrar em todos os lugares, produzindo centros e periferias internos aos países e às regiões.

modos de vida. Dessa seletividade decorre também o surgimento de dois circuitos econômicos responsáveis pelos processos econômicos e de organização do espaço: o circuito superior, originado da modernização tecnológica, no qual o essencial de suas relações acontece fora da região que o abriga, e o circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão, mas bem enraizado em sua região. (SANTOS, 1979).

Esses circuitos ligam-se às luminosidades e opacidades, expressões com que o geógrafo caracteriza o espaço em seus distintos modos de relação com a racionalidade dominante. Os espaços da racionalidade, ou zonas luminosas, resultam de ações programadas, planejadas e geridas por aparatos ligados aos atores hegemônicos da economia e da sociedade. São os espaços bem servidos de infra-estrutura, bens e serviços, espaços da racionalidade, onde “a ‘naturalidade’ do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa.” (SANTOS, 2006, p. 326). Nelas impera a padronização de objetos e igualmente de ações. Nestas zonas luminosas predominam os macro-sistemas técnicos e também as técnicas “invisíveis, que de alguma forma comandam o cotidiano das pessoas”. (SANTOS, 2006, p. 306).

Paralelamente à incidência mais contundente dos mecanismos econômicos e subjetivos de investida dos poderes sobre a vida em seus desdobramentos sociais e territoriais, desenvolvem-se as mais diversas formas de ação criadora insubmissa à racionalidade moderna e que produzem o novo e a variação. Milton Santos denomina zonas opacas regiões nas quais a racionalidade sistêmica “[...] é menor e, mesmo, inexistente e onde cabem outras formas de expressão que têm sua própria lógica.” (SANTOS, 2006, p. 304).

Zonas opacas e zonas luminosas não são áreas fisicamente delimitadas e necessariamente auto-excludentes. Menos que uma oposição, trata-se de uma diferença de natureza passível de desdobramento e composição em inúmeras nuances. Pode haver opacidades nas zonas luminosas e desejos de luminosidade nas zonas opacas. Trata-se de distintos modos operatórios que configuram arranjos sempre temporários e prontos a novas configurações. As zonas luminosas derivam diretamente dos vetores dominantes e as zonas opacas se constituem em uma miríade de variações de seus comandos. Uma zona luminosa pode tornar-se

opaca e vice e versa, embora os processos que definem o alinhamento ou a diferenciação em relação aos quadros majoritários não sejam os mesmos.

Assim, o espaço nos países periféricos é radicalmente heterogêneo. Diferente dos países ditos centrais, onde “as inércias institucionais de tipo fordista puderam (e ainda podem) constituir instrumentos significativos de resistência social à flexibilização” (COCCO, 2010, p. 49-50), no espaço dos países periféricos a resistência é menor e as condições acabam por favorecer a incidência dos imperativos e vetores globais. Organizados por meio de relações de dominação do outro (o não ocidental, o não humano, a natureza), esses vetores têm no antropocentrismo o fundamento legitimador que embasa a “afirmação da natureza de uma atividade humana [...]” (COCCO, 2010, p.71) que comparece na forma de demandas coercitivas de reconfiguração do espaço.

Por outro lado, essa mesma seletividade do espaço precipita misturas de diversos graus e naturezas em uma hibridização que é também sua grande riqueza, uma vez que o constitui como multiplicidade pulsante e aberta à variação. Em sintonia com a constituição das zonas opacas e menos padronizadas do espaço, nas quais as misturas são mais heterogêneas, cabe cotejar a antropofagia de Oswald de Andrade como operação que tem no devir e na variação seu modo de propagação. Cabe interrogar a efetividade desse conceito a partir dos impasses contemporâneos que envolvem o espaço.

[1.5] da antropofagia à caosmofagia

A antropofagia definida nos termos políticos inovadores de Oswald de Andrade pretendeu ultrapassar a exclusividade e o privilégio concedido ao ser humano na constituição de relações e interações. E, com efeito, logrou fazer essa passagem ao operar uma ampliação da perspectiva humanista que introduziu nas relações de devoração criadora forças não apenas humanas, mas de naturezas diversas.

A formulação oswaldiana encaminha novos sentidos ao ritual de mesmo nome dos índios tupis, baseado na crença de um acúmulo de energia por meio da devoração de um homem valoroso. Eduardo Viveiros de Castro (2011, p.206) sublinha a

inconstância da alma selvagem dos índios tupis como expressão de um modo de ser para o qual o valor a ser afirmado é menos a “identidade substancial” que a “afinidade relacional”. O ritual indígena da antropofagia exprime a propensão e o desejo de “absorver o outro, e neste processo, alterar-se.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p.207). A incorporação do inimigo atesta uma abertura à variação da qual o outro é vetor:

[...] penso que o que está em jogo é, em última análise, a incorporação de algo eminentemente incorporal: a posição mesma de inimigo. O que se assimila da vítima são os *signos* de sua alteridade, e o que se visa é essa alteridade como ponto de vista ou perspectiva sobre o Eu – uma *relação*. (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p.290, grifos do autor).

A antropofagia oswaldiana não reproduz nem representa o ritual indígena, mas o atualiza ao tomá-lo como conceito operatório para apreender a dinâmica brasileira. Sua radicalidade “está justamente, em ter posto no coração de sua proposição teórica e política as dinâmicas da mestiçagem brasileira” (COCCO, 2009, p.236). O Manifesto Antropofágico, redigido por Oswald de Andrade em 1928, coloca em cena de maneira inédita a relação com a alteridade. O impulso antropofágico desvencilha-se do pensamento nacionalista identitário e volta-se para o caráter híbrido de nossa constituição, entre “a herança da colonização européia e a projeção para o devir”. (COCCO, 2009, p.236). Em uma reivindicação ética e política de abertura vital, a antropofagia deserta do *logos* nacional em prol de um princípio de singularidades múltiplas e cambiantes (ROLNIK, 2007) constituídas a partir dos encontros com o outro e de sua devoração crítica.

O anticolonialismo da antropofagia oswaldiana não se compromete com nenhum programa nativista nem essencialista. Trata-se antes de um anti-essencialismo que aponta para o todo da natureza, para suas forças caóticas e múltiplas em um movimento de devir e de deixar-se afetar pelas potências do outro. A antropofagia oswaldiana afirma a potência dos encontros, das misturas e das experimentações (SALES, 2014) ao considerar que o homem se constitui a partir da devoração de forças heterogêneas.

Ademais, longe de corroborar misturas pacificadoras, a hibridização antropofágica as desestabiliza, como sublinha Giuseppe Cocco:

Nada a ver com alguma sopa na qual todas as diferenças desaparecessem e cedessem lugar a alguma identidade que, embora mestiça, fosse homogênea e nacional. O que interessa ver é que a antropofagia é a multiplicação das diferenças; não o caldo, mas o “caldeamento.” (COCCO, 2009, p.239).



FIG. 1: The Cloud Eaters, Joe Webb

FONTE: <http://www.joewebbart.com/store/the-cloud-eaters> Acesso em: 10 abr 2015

Em sua abertura radical ao devir e à alteridade, o movimento antropofágico mantém sua potência problematizadora e, mais do que isso, convida à sua própria devoração/alteração criadora. Para apreender as dinâmicas que condicionam a produção do espaço na atualidade, cabe intensificar ainda mais os processos que concernem à antropofagia e a definem. O espaço, a cidade e a metrópole são meios constituídos por agenciamentos não apenas antropocentrados, mas *maquínicos*, radicalmente heterogêneos e que demandam levar a antropofagia

ainda mais longe, na medida em que o *anthropo* ainda encaminha certo privilégio à dimensão humana no processo de encontro entre forças. Em um empenho de ampliação conceitual que desdobra e atualiza os sentidos da antropofagia, Márcio Sales assinala:

Primeiramente, não se trata do homem que devora outro homem. O homem devora seu ambiente, o seu *bios*, a potência que sopra a sua volta. Ele devora a vida que o cerca. Por sua vez, não é o homem que devora apenas. Ele também é devorado. Por outras pessoas e por outras forças que habitam o universo.[...] Sendo a devoração um ato físico do encontro dos corpos, e sendo esses corpos a composição do universo, é preciso pensar em algo mais que uma antropofagia. É preciso pensar em uma cosmofagia. (SALES, 2014, p.336-337).

A cosmofagia é o encontro e a devoração dos corpos na heterogeneidade irreduzível de forças de que é feito o cosmos. Não é uma relação apenas social porque não se limita à relação dos homens em sociedade, e uma vez que em seu sentido próprio a história é ainda mais restrita, é menos ainda uma relação apenas histórica porque não se reduz às relações entre forças históricas - , sequer contém todas as relações sociais.

A cosmofagia é uma relação caósmica, feita das forças caóticas do cosmos, das quais fazem parte as forças sociais e históricas. O cosmos é feito de forças em relação, forças caóticas. Tudo é força. O conceito de caosmose criado por Guattari designa um estado de apreensão das forças do caos que permite compreender as interações entre forças em sua heterogeneidade: “Caosmose é uma ‘modelagem’ do caos, com modulações provisórias e transitórias que conservam a intensidade do movimento. Trata-se de um conceito que se apresenta como um novo paradigma estético.” (SALES, 2014, p.339).

Em conexão com as intensidades e forças caóticas de que é feito o cosmos e da caosmose como conjugação possível com essas forças, Sales cria o conceito de caosmofagia como processo pelo qual “Os encontros consistem em uma relação de afetação mútua entre as coisas no cosmos, em que elas se transformam através de um processo caótico [...]” (SALES, 2014, p.342).

A caosmofagia é então o processo de encontro e devoração de forças que não se reduzem ao humano. É o próprio modo do devir, sempre abalando as ordenações

estacionárias. É o movimento de alteração e da criação do novo em conexão com as forças caóticas do cosmos em sua heterogeneidade irreduzível. No que concerne ao devir, a grande lição da antropofagia, levada adiante na caosmofagia, é que a resposta aos impasses alienantes da atual produção do espaço consiste em aprofundar sempre mais as trocas e hibridizações com os fluxos mundiais.

O espaço participa dos fluxos heterogêneos do devir e é por eles constituído. Mesmo as formas espaciais participam do devir na medida em que são feitas de forças e estão sempre em relação com outras forças. Guattari (2012) assinala que as formas espaciais são também suporte existencial de um foco enunciativo. Isso implica que elas são portadoras de sentidos, mas estes não são da ordem da linguagem e da discursividade humana. São antes *assignificantes*, pois não têm uma função de significação (GUATTARI, 2012); são componentes parciais e heterogêneos de processos de produção que implicam multiplicidades humanas e também devires animais, vegetais, maquínicos. É assim quer os processos de produção do espaço participam de uma caosmofagia.

A escrita participa da heterogeneidade do espaço e é por ela tensionada em direção a sua própria alteração. A escrita intervém no espaço, age sobre ele ao singularizar o processo de diferenciação e alteração que o constitui, e desse modo o desafio da experiência da escrita leva à aliança com as potências criadoras que se agitam nas superfícies do espaço.

[fragmento 1: casa em reforma]

Defeituoso desde sempre, o piso em madeira da sala do apartamento não comporta mais nenhum outro tratamento que não a substituição. Compatibilizam-se calendários, horários de trabalho e de escola, orçamento e cronograma dos serviços diretos e indiretos, e finalmente a desejada e sempre adiada troca de piso é agendada.

Antes do início da obra, a tarefa de desocupar os espaços é feita com o auxílio de carregadores que fazem serviços de carroto no bairro. Tudo acertado, os carregadores comparecem pontualmente no horário combinado. A operação é muito rápida, e após 15 ou 20 minutos o serviço está pronto: cozinha e salas vazias, quartos completamente cheios de móveis e caixas. Na saída um dos carregadores informa, sem disfarçar a satisfação e alguma veleidade pelo feito, que a disposição do quarto de casal – geladeira, sofá, fogão, máquina de lavar, mesa de centro da sala, seis cadeiras, quatro caixas com talheres e utensílios diversos, além dos móveis usuais do quarto (cama de casal, armário, criados mudos, uma cadeira) – deixara preservados os acessos ao banheiro, à porta de entrada e ao armário de roupas. Tudo foi disposto com uma separação cuidadosa entre estreitas zonas de circulação em meio à montanha de móveis e objetos, de modo a permitir a utilização do quarto. Uma vida possível na exigüidade de espaço. Fora dos regimes de códigos e normas muitos modos de morar inventam seus possíveis.

A rapidez com que é executado o serviço de agrupamento dos móveis chama a atenção para a destreza desses corpos e suas velocidades intensivas. Gestos certos, sem planejamento nem hesitação. Gestos e movimentos que não são uma resposta calculada, não passam por deliberações racionais de um sujeito de vontade, mas são da ordem das microintensidades que percorrem o corpo e o incitam a *dar um jeito*. Entrar, olhar, descarregar, ajustar, sair, carregar. Sem planos prévios, só a concentração e a memória sem reminiscência reinventada nas soluções diárias de ocupar espaços e inventar lugares, Intensidade de um presente em suas urgências feitas de repetições que sempre diferem: atravessar, percorrer,

entrar, sair, permanecer. Possibilidades que se reinventam a cada vez, andar, abaixar, arredar, esgueirar-se, voltar, contornar, puxar, empurrar não são a mesma coisa em um teatro, uma escola, um ginásio de esportes, uma prisão, uma fazenda, uma cidade sob bombardeio. No trabalho ou em casa, não são competências de corpos biológicos, mas possibilidades constituídas e reinventadas nos e pelos agenciamentos em que os corpos se engajam. Entre corpo e espaço os encontros são sempre singulares, apesar da pretensão de disciplina do planejamento e de deciframento da ergonomia. O corpo, marcado de história, cicatrizes, forças e fragilidades, registra à sua maneira os acontecimentos que nele se inscrevem:

[...] o corpo traz consigo, em sua vida e em sua morte, em sua força e em sua fraqueza, a sanção de todo erro e de toda verdade [...]: sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. (FOUCAULT, 1979a, p.22).

Criação de sentidos: potência do corpo. Entre os carregadores, poucas palavras. Alguns raros sons, interjeições imperativas. Lá, vai, vira, “péra”, abaixa. Poucos sinais explícitos em uma comunicação feita de muitas expressões sutis. A cabeça gira, projeta-se para os lados, para a frente, indica direções e ações. Uma troca de olhares, um movimento de braço, um movimento de queixo quase imperceptível e já se sabe quem segura o móvel por uma ponta e quem segura pela outra, se o móvel será deslocado em pé, virado ou deitado. Os braços fazem desenhos no ar, arabescos a indicar direções que são menos ordens que ensaios, pequenas danças. Quem vai à frente, quem conduz os movimentos, quem dá as ordens. Mais à esquerda, mais à direita. Poucas palavras e os movimentos se conjugam.

Findo o serviço, os trabalhadores saem rapidamente e voltam para seu ponto ao ar livre, junto da caminhonete estacionada na rua movimentada. Escritório a céu aberto, os carregadores ocupam o mesmo quarteirão movimentado utilizado pelos demais ocupantes ocasionais, ambulantes diversos como feirantes, vendedores de flores, de frutas, de tapetes, redes, panos de prato, picolé, amoladores de facas. No interstício entre intimidade e anonimato o bairro conjuga todo um leque de possibilidades e arranjos e mesmo a reversão de um a outro.

Os trabalhadores do carreto passam horas a fio em seu ponto. Sentados ou deitados na carroceria da caminhonete, recostados em alguma árvore, agachados, sentados em alguma soleira de prédio ou na calçada. Muitas posições são experimentadas, repetidas, alteradas. Sutileza de variações ínfimas que vão se somando à memória sem reminiscências do corpo e alterando sua herança em uma disponibilidade tática de disposição de espera. Mas é uma espera que não mobiliza a esperança, não antecipa nada, não cria expectativa nem pressupõe o futuro que virá, apenas se dispõe no agora. Pausa sem empreitamento que distende o tempo em uma brecha de duração imprevisível – uma tarde, um dia, algumas horas, alguns dias - até que chegue o momento de sair mais uma vez para fazer um novo serviço. Adaptação a todos os ritmos, diferenciação dos tempos. O cotidiano dos carregadores engaja as potências de uma mola que se comprime, distende, volta. Repouso, ação. Tempo comprimido de muitas ações: carregar móveis, eletrodomésticos, caixotes. Abaixar, levantar, arrastar, empurrar, puxar, abrir espaço, deixar espaço, preencher espaço, desocupar, ocupar. Músculos, compressão, tensão, torção. Força nos braços, nas pernas, nas costas, nos ombros, na cabeça. Peso, equilíbrio. Desviar dos obstáculos, esquivar-se, esticar, encolher. Todo um balé de gestos que envolve o corpo. Muito peso e nenhum fardo: disposição, energia, agilidade e rapidez. Só para depois voltar ao estado de espera. Diferença na repetição. Ao ar livre, enquanto o tempo se abre e se desdobra, as pernas são esticadas, dobradas, encolhidas, cruzadas. Conversas, observação do que se passa à volta. Entrega a uma disponibilidade que é também uma espreita, prontidão para alguma ocasião no aqui e agora em ações que criam um tempo da oportunidade, tempo nômade distinto do tempo linear e sedentário. Kairós e não Cronos.

Michel de Certeau (2003) distingue duas modalidades de ação, a tática e a estratégia, às quais correspondem diferentes operações e relações com as configurações da ordem social. A tática é a arte do fraco, sempre em condição de heterogeneidade em relação aos sistemas racionais onde se infiltra e se movimenta. É a ação que se caracteriza pela ausência de um próprio que lhe dê autonomia. Seja um espaço, um projeto, um lugar, a tática é a ação que joga com um terreno que lhe é imposto. Seu espaço é o do outro, o que não lhe permite uma visão globalizante, motivo pelo qual é uma ação que não tem as condições de

previsão nem de convocação próprias. Não impõe uma ordem, mas toma uma ordem de surpresa. Opera lance a lance, caso a caso, instante a instante e assim desenvolve seus movimentos. Aproveita as ocasiões, das quais depende, sempre atenta às brechas abertas pelas falhas de um poder vigilante e proprietário. É uma astúcia e uma prontidão em estado de disponibilidade dócil aos azares do tempo e nada do que ganha se conserva. (CERTEAU, 2003). Diferente da estratégia, ação coordenada e coordenadora de um poder, a tática é pura variação, improvisado, devir.

Inicia-se a reforma. A rotina da pequena obra começa com a chegada dos trabalhadores no começo da manhã levando os equipamentos e materiais necessários. Trabalham o dia todo parando para almoçar e saem no final da tarde depois de organizarem e limparem a obra. Durante dez dias tudo se repete, mas nada é igual.

A aparente trivialidade dessa pequena reforma vai aos poucos dando a ver a heterogeneidade insuspeitada dos micro-acontecimentos que nela tem lugar e que tocam de alguma maneira as trajetórias que aí se entrelaçam. A etiqueta no saco de cimento tem inscrições de uma língua estrangeira incompreensível que sugere a origem do material em alguma localidade oriental. Cimento finíssimo, branco, que aumenta o contraste com as cores muito vivas da etiqueta e suas inscrições. Há muitos cruzamentos sobrepostos na pequena obra de reforma. Espírito Santo, Líbano, Egito, Almenara, Ribeirão das Neves, Belo Horizonte, Betim. Em conexão com estas localidades, quais outros lugares se encontram no lugar que a obra ocupa? Materiais, endereços, parentes, amigos, ferramentas, roupas, cada local convoca muitas outras redes que aí se cruzam. Quantos registros seriam necessários para decifrar os movimentos do espaço?

Na passagem que transforma essas intensidades em informação, algo pode se perder exatamente quando se tenta reter alguma coisa. Conquistar algum desdém pelos dados, pela informação e pela tirania da comunicação pode ser exercício interessante e que faz da incomunicabilidade ensejo e potência para outras experimentações. Assim, se a língua estrangeira na etiqueta do cimento impossibilita a comunicação de suas informações, esse pequeno vazio é ocasião para a atenção a suas cores e outras sutilezas que passariam desapercibidas: os

tons, as combinações e proporções entre letras e imagens. Preciosidade de sentidos que surge à força da interrupção da comunicação.

A execução do serviço se dá conforme uma linha mais ou menos reta, uma série feita do encadeamento de ações planejadas e cronometradas. Assim que a obra tem início e o encontro de muitas diferenças impõe os ritmos e tempos da obra, outra série se desdobra e segue em zigue e zague a primeira. Dois percursos indissociáveis que não se opõem nem se confundem, mas tocam-se, efetuam passagens e trocas. E embora engajem as mesmas pessoas, são duas séries, dois mundos distintos - sem dualidade, mas de diferenças intensivas que proliferam e abrem novas perspectivas uma sobre a outra. Nessa segunda série, onde não há planejamento nem previsibilidade, a ação é de outra natureza e faz surgir um pequeno universo de adaptações engenhosas em soluções efêmeras. Baldes, caixas, tampas, latas, pedaços de lona, de canos, de tubos, jornais velhos, sacos vazios e restos diversos de materiais e de utensílios que formam novos objetos. Pedacos e fragmentos quaisquer, esses quase-nadas não são descartados e compõem um sortimento de miudezas à disposição de algum improvisado útil. Compõem híbridos que servem a vários usos, como um apoio para repouso - algo entre tapete, colchão e banco - e que serve também de suporte para objetos diversos que vão de garrafas e copos a ferramentas e peças de roupa. Percíveis, depois de um curto tempo essas soluções são dispensadas, substituídas ou não por outras. Ao final da reforma são descartadas com os entulhos da obra.

Veza ou outra, porém, algum desses objetos improvisados contraria seu desaparecimento imediato. Deixado para trás, esquecido em algum canto, caído do lixo, o que não era para permanecer ultrapassa os espaços-tempos de sua duração episódica e penetra outros circuitos.

Uma lata de conserva cortada em tiras. Os palitos de fósforo riscados ainda presentes em seu interior não deixam dúvidas sobre sua utilização: a lata cortada foi reinventada em fogão de uma trempe só, adaptada para sustentar e aquecer a marmitta do almoço.



FIG. 2: Trempe improvisada
FONTE: Arquivo da autora

Esse objeto inquieta. Do que se trata? Obra, criação, utilidade, necessidade, improviso, precariedade, desconforto, urgência, pobreza, adaptabilidade, engenhosidade, invenção, autoria, reinvenção, serialidade, singularidade? Com que modos de vida esse objeto se relaciona, de quais agenciamentos participa? O que cabe desdobrar a partir desse signo que interroga?

A criação há muito foi entrincheirada nos territórios da cultura e da arte, assinalando a excepcionalidade de sua produção. Considera-se que a criação é prerrogativa de criadores, sujeitos especiais como artistas, músicos, escritores. Mas por que apenas o artista ou o poeta teriam o privilégio da criação? Cabe problematizar essa imagem do pensamento uma vez que essa partilha participa da produção de subjetividade operada pelos poderes que incidem sobre a vida.

Maurice Blanchot (2010) sublinha que o entendimento da criação como prerrogativa do artista não se desvencilha das pregnâncias teológicas que lhe encaminham seus primeiros sentidos: a criação a partir do nada, o atributo divino do criador, a noção de obra e a idéia de crescimento natural e jorramento presentes na natureza entendida como criação divina. Criar, crescer, acrescentar, são portanto sentidos teológicos que aderem ao entendimento da criação, do privilégio criador do artista e da obra de arte como seu produto. E se com o romantismo esses encadeamentos sofrem certo deslocamento, as pregnâncias teológicas permanecem, embora também deslocadas. O que passa a contar na obra de arte não é mais a obra nem a arte, mas o artista, e nele a genialidade. Nessa perspectiva o criador pode até não criar nada, mas tem a atribuição da criação. Ele é o Eu absoluto e divino, soberano que sequer necessita de reconhecimento social por meio de seu produto. (BLANCHOT, 2010). Criação como atributo do artista. Entretanto essa migração do pólo objetivo da obra para o polo subjetivo do criador não abole a transcendência do divino nos sentidos da criação, antes assinala o deslocamento efetuado quando do surgimento de um novo personagem, o sujeito, o Eu soberano, que faz surgir também a ação empreendedora da qual é portador, e que doravante dará coesão e sentido à noção de criação.

Esse deslocamento é abordado por Certeau (1994) como marca da passagem do regime do mito, no qual há a precedência de algo que se recebe e se decifra, para o regime fabricante do Ocidente Moderno. Não mais a criatura recebida dos deuses criadores, mas a ação criadora engendrada pelo artista:

Desapareceram os lugares fundados por uma palavra, perderam-se as identidades que se julgava que elas recebiam de uma palavra. É preciso guardar o luto. Agora, a identidade depende de uma produção, de uma iniciativa interminável (ou do desapego e do corte) que essa perda torna necessárias. Mede-se o ser pelo fazer. (CERTEAU, 1994, p.228).

Mas os mitos não desaparecem, deslocam-se, talvez. No entendimento do artista como criador de obras e da criação em geral como fabricação de coisas, objetos e produtos, os sentidos apenas se deslocam, e a transcendência se reatualiza nas esferas dos mercados econômicos e de valores. Na razão ocidental moderna a concepção da criação como ação da qual decorre um produto implica a criação como propriedade de uma individualidade. A *criatividade* como capacidade de um sujeito, indivíduo fabricante que possui o dom, talento, vocação, habilidade. E simultaneamente a criatividade passa a ser considerada como característica própria de determinadas ações. Assim a criação torna-se patrimônio de classes superiores e de esferas privilegiadas, em especial aquelas reunidas sob o campo da cultura⁷. Ainda Certeau:

Uma ideologia de proprietários isola o “autor”, o “criador” ou a “obra”. Na realidade a criação é uma proliferação disseminada. Ela germina. Uma festa multiforme infiltra-se por toda a parte, festa também nas ruas e nas casas, para todos aqueles que não cega o modelo aristocrático e museográfico da produção *durável*. Esse modelo tem como origem um luto e como efeito um engodo: a apologia do não perecível tem como valores os mortos mais do que os vivos, os materiais resistentes mais do

⁷ Nesse sentido é emblemática a noção de *economia criativa* a embasar a recém-constituída Secretaria da Economia Criativa (SEC) subordinada ao Ministério da Cultura do Brasil. Instituída por meio do Decreto 7743 de 1º de junho de 2012, e tendo por missão “conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos *criativos* brasileiros” (grifo meu), e por objetivo “contribuir para que a cultura se torne um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado brasileiro”, a SEC coordena quatro setoriais: Artesanato, Arquitetura, Design e Moda (fonte: <http://www.cultura.gov.br/secretaria-da-economia-criativa-sec>). Explicitam-se nessas formulações não só o entendimento da criação e da criatividade como particularidades de um campo autônomo da ação, o da cultura, mas também a funcionalidade desse entendimento aos interesses dos mercados econômicos e de poder.

que os outros, e os meios munidos o bastante para garantir a conservação de suas relíquias. Mas é absolutamente o contrário. A criação é perecível. Ela passa, pois é ato.

Ao contrário, ela é essencialmente relativa a uma coletividade. Somente isso lhe permite introduzir-se na duração. A concepção “humanista” a encerra no círculo que remete indefinidamente uma à outra a individualidade perecível do autor e a permanência da obra fechada. Ela crê em uma ressurreição garantida pela propriedade privada. De fato é criador o gesto que permite a um grupo inventar-se. Ele mediatiza uma atividade coletiva. Seu traço talvez sobreviva ao grupo, sob a forma de um objeto que a vida deixou cair, pegou, abandonou novamente e reutilizou ainda em práticas posteriores: textos, cerâmicas, utensílios ou estátuas. Mas estes não pertencem mais àquilo que faz a história: são dados dela.

[...] a festa não se reduz aos registros e aos restos que ela deixa. Por mais interessantes que sejam, esses objetos “culturais” são apenas os resíduos do que não mais existe, a saber, a expressão ou a obra – no sentido pleno do termo. (CERTEAU, 1995, p. 242-243).

Em Jean-Luc Nancy encontramos a formulação:

Se a ‘criação’ quer dizer alguma coisa, é o exato oposto de toda forma de produção no sentido de uma fabricação que supõe um dado, um projeto e um fabricante. A idéia de criação tal como a elaboraram os pensamentos mais diversos e ao mesmo tempo mais convergentes, nas místicas dos três monoteísmos mas também através de dispositivos complexos de todas as grandes metafísicas, é a idéia do *ex nihilo*. [...] O mundo é criado de nada: isto não quer dizer fabricado com nada por um fabricante particularmente eficaz. Isto quer dizer não fabricado, produto de nenhum fabricante, e nem mesmo a partir do nada (como uma aparição miraculosa), mas de maneira muito mais estrita e muito mais exigente para o pensamento: o próprio nada, por assim dizer, ou melhor, *nada* crescendo como *alguma coisa*. (Eu digo “crescendo”, porque é o sentido de *creresco* – nascer, crescer – de onde vem *creo*: fazer nascer e cuidar de um crescimento). Na criação, um crescimento cresce de nada e cuida de si, cultiva seu crescimento. (NANCY, 2002, p.55, tradução nossa).

[...] Assim compreendida, ou seja, segundo a *doxa* teológica a mais vulgar, a ‘criação’ é o mais desastroso dos conceitos. (NANCY, 2002, p.87, grifo do autor, tradução nossa).

[...] A criação ‘faz’ com ‘nada’ porque ela não faz nada que seja da ordem de um substrato: o que ela ‘faz’ é história e relação, e neste sentido não é nenhuma coisa nem provém de nenhuma. (NANCY, 2002, p.92, tradução nossa).

E se a criação é relação que pressupõe a diferença e a heterogeneidade, concerne a todos e a cada um e não pertence a nenhum *próprio* homogêneo, seja ele disciplinar, artístico, profissional. Na criação não há modelos, intérpretes, matéria nem produtos privilegiados, mas uma alteração, uma variação que desloca os arranjos existentes; uma “dis-posição” (NANCY, 2002, p.98). A criação é uma produção de diferença, assim como a produção de diferença é uma criação.

A trempe improvisada é criação em ato: variação e invenção de novos usos e de novos sentidos. Em sua aparente precariedade a lata-trempe engaja intensidades que fazem fugir o axioma maior da produção de subjetividade sob a égide do capital: distribuir, organizar e controlar a multiplicidade dos fluxos para fazer ressoar uma unidade de efeitos em uma produção de objetos, signos e sentidos cuja operação coordenada estabelece a ação apropriada a cada sujeito e a cada espaço-tempo: fogão para comer, operário para fabricar, vendedor para vender, consumidor para utilizar. A trempe improvisada foge desse encadeamento, não é um novo objeto a ser inserido nos circuitos capitalistas da produção, da circulação e do consumo. Ela surge da reinvenção de uma sobra, da criação de um novo uso em uma nova relação que embaralha o circuito fabricante e assim produz uma diferença que demanda um trabalho de pensamento.

No plano macropolítico a diferença da trempe não altera a ordem das coisas e dos lugares, das atribuições e hierarquias que determinam as condições de vida do pedreiro que a criou. Não cria um novo fato sociológico e sua diferença não coincide necessariamente com o efeito de um empreitamento, de um projeto ou de uma vontade de mudança. Estes encadeamentos pertencem ao plano molar das efetuações e atualizações. A diferença criada pela trempe é da ordem do acontecimento, das intensidades moleculares. Na medida em que a criação é produção de diferença, ela não se submete às configurações existentes, mas nelas insere variações, altera e cria novas conexões e relações. A trempe improvisada não cria um novo objeto, mas ao embaralhar o encadeamento fabricante produz uma diferença. Trata-se menos de uma oposição entre realidade molar e plano de criação, do que uma diferença que afirma a realidade da criação em sua irreduzibilidade às coordenadas molares.

[2]. TEORIA E PRODUÇÃO DE DIFERENÇA

[2.1] problematização e teoria

A partir das análises empreendidas por Michel Foucault, Márcio Sales (2014) apresenta a problematização como procedimento de produção de diferença que se liga aos regimes históricos de produção de verdades. Em Foucault trata-se menos de uma busca da verdade e de sua entronização, do que um exercício de pensamento que suscita novos pensamentos e ações, que joga com a verdade, que a indaga e a interpela. Problematizar é operar uma desestabilização da verdade, refutar-lhe as evidências e torná-la discutível. Esse exercício, que é o próprio pensamento, não equivale a uma “criação pelo discurso de um objeto que não existe” (FOUCAULT, 1994, p.670 apud SALES, 2014, p.56), nem se confunde com uma experiência de *ter idéias*: “Pensar é justamente problematizar; isto é, se distanciar das idéias, dos sentidos que elas impõem, de suas representações, para experimentar uma liberdade que é a liberdade do próprio pensamento, uma vez livre das amarras das idéias.”(SALES, 2014, p. 59). A problematização, como modo do pensamento, não diz de um domínio ideal apartado dos movimentos da vida, mas interpela diretamente as contingências históricas que dão aderência às verdades que se tem, suas relações de forças, as formas constituídas e os enfrentamentos que lhe são associados.

Esses movimentos não são da ordem de uma evolução nem visam a uma substituição: não se mobiliza uma verdade alternativa já conhecida para ocupar o lugar de outra. E se não há evolução, não há tampouco estagnação: a problematização não se prende a um ponto fixo, a um tema-problema já consagrado. Trata-se de um exercício que vale por sua operacionalidade, pela mobilização do pensamento em uma abertura à variação: pensar algo que ainda não se sabe ao certo, criar o novo. Em sua mobilidade esse procedimento exige uma atenção ao que pode ser conduzido de outra maneira e em outra direção. É assim que problematizar permite colocar em questão o que se é e também o mundo em que se vive. (SALES, 2014). Os modos de pensar não se dissociam dos modos de viver.

Também Maurizio Lazzarato (2014) aborda a problematização como procedimento de alcance teórico e existencial, “grade de enunciados e significações que compõe o horizonte de interpretação e de enunciação do mundo.” (LAZZARATO, 2014, p. 127). É nesse horizonte que se delimita o que é legítimo, o que tem importância e o que é perceptível. Por isso a problematização opera certo enquadramento de possibilidades, na medida em que tudo o que acontece, se faz e se pensa, e também tudo o que se poderia pensar e fazer no domínio econômico e social passa por essa grade de sentidos. Enquanto exercício que permite introduzir novos objetos, novos sujeitos e novas regras de ação, a problematização introduz novos modos de relação, assim como introduz a possibilidade de novos modos de vida, capazes de romper com os efeitos da produção majoritária de sentidos. (LAZZARATO, 2014).

Já Passos e Benevides (2003) pensam as potências de problematização pelo viés da filosofia bergsoniana. O duplo aspecto de criação de problemas e de solução de problemas e que concerne a quaisquer atividades tem conexão com os movimentos divergentes do pensamento, nos quais comparecem tanto a preocupação com a vida utilitária, a adaptação e a busca de soluções, como a preocupação com o movimento e com o que é da ordem do devir e da criação de novas questões. Essa duplicidade não inscreve, no entanto, uma dicotomia entre uma dimensão que inventa problemas e uma que os soluciona: a transversalização dessas dimensões permite desestabilizar as partilhas e embaralhar as separações estanques, propiciando a emergência de novos arranjos nos quais as fronteiras são porosas e as dicotomias dão lugar aos híbridos. “O caráter híbrido [...] está exatamente no ponto onde a solução de problemas convoca seu rearranjo, a invenção de um novo território onde tal problema será necessariamente outro. A solução de um problema se confunde com a criação de um outro problema.” (PASSOS; BENEVIDES, 2003, p.85). Nessa disposição em que os saberes se interpelam e as práticas se mostram em sua complexidade, novas questões e novos impasses têm lugar, assim como novas condições para sua solução. (PASSOS; BENEVIDES, 2003).

A ação problematizante interpela diretamente a tarefa teórica em sua produção de sentidos e pode ser pensada como modo que lhe é especialmente favorecedor.

Stengers (1988, p.2) assinala que à tarefa teórica cabe o risco e o poder de “[...] inventar a distribuição entre o que será portador de significação e o que será definido como ruído insignificante [...]”. Mas esse risco e esse poder não lhe são exclusivos. A produção de sentidos não é prerrogativa apenas da atividade teórica, mas se dá em meio a uma produção disseminada da qual a atividade teórica não é o centro, mas um co-participante dentre outros. Vivemos imersos em um magma saturado de signos, imagens, palavras e dispositivos de comunicação no qual a produção de sentidos não é um dado natural, uma capacidade humana que cabe respeitar e proteger. É antes o correlato dos dispositivos de poder que incitam a produzir e a criar segundo critérios alinhados com seus modos de funcionamento.

Lazzarato (2014, p.144) apresenta um entendimento preciso desses processos, assinalando a falsa liberdade que promovem, aquela “[...] das enunciações e expressões codificadas e homogeneizadas pela mídia. A liberdade que destroem é a de inventar, criar, experimentar com formas singulares de expressão e de fala.” Estudos, estatísticas e dados processados em tabulações, gráficos e mapas formam a pretensa objetividade e universalidade do conhecimento especializado que serve de base para as tomadas de posição franquadas a poucos. Nesses encadeamentos os sentidos se disseminam por meio de estratégias que neutralizam quaisquer singularidades e tendem a abolir a diferença. A diversidade de formas não esconde a unicidade da sobrecodificação capitalista, e é assim que as máquinas de produção de sentido do *marketing*, da publicidade, do consumo, da televisão e da internet projetam um mundo comum ao qual o acesso não é negado, mas incentivado ao mesmo tempo em que é codificado e controlado. A integração e a participação ativa, reguladas e submetidas ao enquadramento de uma série de dispositivos, são a própria captura, os meios que interditam a produção e a disseminação da diferença (LAZZARATO, 2008). A ameaça de empobrecimento e de homogeneidade se constitui portanto por meio do incitamento à participação em uma produção compulsiva e irrefreada de signos e sentidos estereotipados. Nessa produção a tarefa teórica é ativamente engajada e efetuada por meio de uma miríade de dispositivos que produzem os sentidos desse comum controlado.

Por isso, mais do que reivindicar apenas tomar parte ou integrar esse comum, cabe engajar-se nele a partir de uma singularização, de uma produção de diferença.

Desertar das ressonâncias homogêneas e romper com a padronização de sentido. Há muitos movimentos nessa direção que podem servir como pistas disparadoras de produções singulares, e que convidam a novos desdobramentos e a novas conexões.

[2.2]. cinema, espaço e as potências do vazio.

Em um paralelo que traça entre cinema e cidade, o cineasta Win Wenders enfatiza a saturação de signos que incide sobre a vida na contemporaneidade e que demanda a ambos, cinema e cidade, o desafio de singularização de sentidos. Cinema e cidade cresceram juntos e participaram do mesmo processo que transformou as condições e o ambiente da vida urbana: o cinema é uma cultura urbana nascida em finais do século XIX e que se expandiu com as grandes metrópoles do mundo. As forças que interpelam o cinema em seu nascimento impactam também as grandes cidades em seu processo de transformação a partir da industrialização, embora em cada um desses universos as problematizações, os impasses e as saídas decorrentes não sejam os mesmos. (WENDERS, 1994).

Para o cineasta, a profusão de imagens com as quais nos confrontamos hoje é caracterizada não apenas pela abundância e beleza, mas também por sua sedução. Graças à arte inata de seduzir, o cinema e a fotografia se apropriaram de um novo *métier* e de uma nova moral, sobretudo na União Soviética dos anos 20 e na Alemanha dos anos 30, países onde foi mais visível o processo de incorporação da propaganda à gramática da linguagem cinematográfica. Ao mesmo tempo a indústria publicitária extraía com rapidez as lições dessas novas linguagens e dessas novas técnicas de persuasão e sedução. Dessas contaminações recíprocas o que resultou foi a intrusão do espírito publicitário em quase todos os domínios da comunicação visual, e de maneira tão marcante que tem-se a impressão que a missão primeira das imagens não mais é mostrar, mas vender. Essa mesma orientação comercial incide sobre as cidades e sobre todos os modos de existência. Um modo de ser para o mercado que pressiona o território da cidade, define os padrões de ocupação e de localização dos usos e dos grupos sociais, as relações e os modos de vida, tanto como pressiona a linguagem e a criação

cinematográfica, saturando ambos de signos e de sentidos alienados e alienantes (WENDERS, 1994).

Essa saturação de sentidos participa da investida mais ampla dos poderes sobre a vida que caracteriza a contemporaneidade. Imagens urbanas que tudo recobrem, anúncios publicitários, mensagens as mais diversas, vitrines, a publicidade tornou-se indispensável e incontornável em um processo voraz que tudo oblitera e no qual, ademais, tudo o que é pequeno submerge e corre o risco de desaparecer:

Em nossa época, só o que é grande parece poder sobreviver. As pequenas coisas modestas desaparecem, bem como as pequenas imagens modestas ou os pequenos filmes modestos. Esta perda de tudo o que é pequeno e modesto é um triste processo, do qual hoje somos testemunhas dentro da indústria cinematográfica. E para as cidades, esta mesma perda das pequenas coisas modestas é ainda mais manifesta e, sem dúvida, de maior relevância. (WENDERS, 1994, p.184).

Diante dessa profusão de imagens e sentidos sedutores, da sobrecarga e da saturação de todo tipo de signo, Wenders assinala o vazio como condição de uma experiência outra, baseada em outra relação com as imagens. Ao sublinhar seu interesse pelas superfícies vazias presentes em seus filmes, o diretor assinala:

Quando há muito o que ver, quando uma imagem é muito cheia, ou quando há muitas imagens, nada se vê. ‘Muito’ torna-se bem rápido ‘absolutamente nada’ [...] Vocês conhecem também o efeito inverso: quando uma imagem é quase vazia, muito despojada, é capaz de fazer surgir tantas coisas que chega a preencher totalmente o observador, transformando o vazio em tudo. (WENDERS, 1994, p.184).

Para o cineasta os espaços vazios de Berlim, presentes em seu filme *Asas do Desejo*, permitem que se entreveja a imagem da cidade de uma maneira diferente e mais rica. Esses vazios são a condição para acessar o espaço de uma superfície abrangida pelo olhar, mas são também e principalmente a possibilidade de ver algo mais, entre as brechas. Eles permitem “envolver o *tempo* do olhar”. (WENDERS, 1994, p.188, grifo do autor). Menos um ponto de vista privilegiado e frontal diante de um objeto que se domina com a vista, do que uma possibilidade de atenção lateralizada e proliferante, menos direcionada, em uma maneira outra de ver e de experimentar que demanda e cria um outro tempo. Tempo que não é o tempo ínfimo e tendencialmente inexistente da resposta imediata a um estímulo,

tempo da ação compulsiva e automática, nem tampouco o tempo em suspensão da ausência de resposta e da apatia. Mas o tempo de uma ação criadora que cria e qualifica outra experiência de espaços e tempos. Para Wenders essas ilhas vazias são imprescindíveis ao cinema e também às cidades: “se perdermos tudo o que é pequeno, perdemos também nossa orientação, nos tornamos vítimas do que é grande, impenetrável, superpotente. Deve-se lutar por tudo o que é pequeno e que ainda existe. Aquilo que é pequeno confere ao que é grande um ponto de vista.” (WENDERS, 1994, p.187). Essas pequenas clareiras no meio da cidade são um intervalo que põem a densidade circundante em perspectiva. Para o cineasta as paisagens desérticas da Austrália e dos Estados Unidos também possuem essa potência de respiro capaz de constituir uma relação não alienada com o ambiente circundante. A aparição repentina “[...] de restos da civilização torna o deserto que nos cerca ainda mais vazio.” (WENDERS, 2014, p. 189). Essa diferença, no entanto, não é atributo ou propriedade de nenhum objeto. Ela se dá em relações que possibilitam uma experiência singular ao engajarem e imbricarem ação, tempo e espaço. Esses blocos dão espessura às intensidades e forças que conformam nossos mundos ao torná-las visíveis e perceptíveis em um arranjo singular. Ao participarem de uma singularização, de uma criação de diferença, esses blocos permitem experimentar tais intensidades fora da agressão da exposição exacerbada e contínua, e com isso permitem a criação e o desdobramento de novos sentidos e novos arranjos criadores. Brechas que inscrevem uma diferença capaz de romper a banalização diante da profusão ininterrupta de signos e estímulos que nos interpelam.

Mas essa diferença não corresponde a uma oposição em uma relação dialética entre pólos que se confrontam e se contradizem - cheio e vazio, pequeno e grande, ruído e silêncio. As potências de diferenciação não se reduzem à negação da simples oposição.

[2.3]. diferença e oposição

A Teoria da Diferença fornece ferramentas conceituais capazes de aclarar a noção de diferença e verificar sua distância em relação à oposição. A referência aqui

mobilizada para compreender essa distinção é o projeto teórico de Gabriel Tarde, que junto com Bergson foi um dos precursores da elaboração da filosofia da diferença na virada do século XIX para o século XX e que teve um renascimento a partir dos eventos de 68. A abordagem de Tarde se constituiu como uma crítica consistente da dialética, e será aqui abordada a partir da análise empreendida por Maurizio Lazzarato e de alguns desdobramentos na filosofia de Gilles Deleuze.

A crítica que Tarde dirige à dialética é a crítica a uma abordagem polar e simétrica que eleva a relação de oposição à categoria de explicação suprema. O limite principal da dialética decorre da indistinção entre oposição e diferença. A guerra é o modelo político consumado da redução da multiplicidade e da heterogeneidade de forças a uma relação de oposição, caracterizada pelo enfrentamento de contrários. A crítica de Tarde é então conduzida pelo viés de uma crítica do paradigma da guerra: “A lógica da contradição é pobre e redutora por se basear na lógica das oposições binárias e simétricas que convergem sempre para o dualismo do poder”. (LAZZARATO, 2002, p.333, tradução nossa). Ademais, o paradigma da oposição dialética “implica a *similitude* e a *igualdade* de forças definidas como contrárias.” (LAZZARATO, 2002, p. 334, grifos do autor, tradução nossa). Os termos opostos da dialética são uma simples reversão simétrica na qual a passagem de um a outro só é concebível através de um estado neutro. A oposição traz em si certa esterilidade criativa na medida em que é uma relação que pressupõe esse estado de neutralidade entre duas forças homogêneas orientadas em sentidos contrários e antagonistas. “Na verdade, nada, neutralidade, zero significam nesse sentido equilíbrio e estabilidade; e o papel essencialmente conservador mais que destruidor, nulamente criador, da oposição se revela aqui.” (TARDE, 1999, p.64 apud LAZZARATO, 2002, p. 335, tradução nossa). Entre dois termos diferentes “é o *infinito* que serve de intermediário, ao passo que entre dois termos opostos é o nada” (LAZZARATO, 2002, p. 335). Termos contrários só podem ultrapassar sua contradição pela vitória de um sobre o outro, ao passo que termos diferentes podem combinar sua heterogeneidade por hibridação. Essa distinção tem desdobramentos importantes. Primeiramente permite pensar a adaptação como possibilidade de combinação, em termos de um processo de criação capaz de fazer reencontrar, coproduzir e coadaptar forças heterogêneas. Adaptação não equivale à mera compatibilidade de um processo de constituição

com seu meio, mas como processo que expressa e demanda uma invenção que por sua vez implica e demanda a adaptação de forças para combiná-las entre si. No par adaptação-invenção abordado por Tarde, Lazzarato sublinha a modalidade de resolução de conflitos e de acordo entre força que não se dá por meio de

[...] uma *mediação* ou de uma *convenção*, mas no estabelecimento de um novo plano de imanência onde as forças coproduzem uma nova ‘modulação’ de suas relações, descobrindo uma ‘via pioneira (*fata viam inveniunt*) que lhes permita utilizá-la reciprocamente’. (LAZZARATO, 2002, p.336, grifos do autor, tradução nossa).

A adaptação não é um contrato, um acordo de paz, uma convenção, e tampouco uma espécie de equilíbrio ou de neutralização mútua, mas uma força de invenção que simultaneamente cria algo de novo e inventa novos empregos de forças. Nessa crítica da dialética empreende-se também a crítica ao conceito de simetria e à sua pressuposição da lei da reação igual e contrária, que na ação política conduz a um pensamento dualista e binário. O pensamento de Tarde concebe uma dinâmica constitutiva segundo um princípio que refuta a lógica de choques entre contrários a favor de uma abordagem da oposição como dissimilaridade e dessimetria, baseada na natureza múltipla e infinitesimal das forças e na simpatia que elas exercem entre si. A concepção da assimetria apoia-se na potência afirmativa das forças e refuta o entendimento de uma simetria entre a progressão (afirmação) e a regressão (negação), na medida em que as potências da alma tendem à expansividade e resistem com todas as suas forças à regressão. Essa abordagem embasa e acarreta uma crítica à dialética e à suposição hegeliana de que toda afirmação suscita uma negação como resposta contrária. Para o autor o erro da dialética consistiria em colocar a afirmação e a negação sobre o mesmo plano: “[...] a afirmação na linguagem, na religião, na ciência, em todo lugar, desempenha um papel diferente da negação.” (TARDE, 1999, p. 334 apud LAZZARATO, 2002, p.338, tradução nossa). Para Tarde a negação não é automática, uma vez que a afirmação suscita habitualmente sua imitação e sua repetição, e apenas em raras situações sua negação.

Sendo assim, a criação de diferença como possibilidade de singularização se potencializa a partir da relação criadora entre forças. Criar o novo é inscrever uma diferença que não se confunde com a mera oposição. A diferença não é uma

negação, mas uma produção, uma criação que é uma invenção e uma associação de forças.

Para compreender a criação em sua potência inventiva, há que se compreender as relações entre forças não apenas no plano de sua atualização. A invenção não extrai sua dinâmica apenas de relações atuais entre forças, mas também em relações virtuais. É isso a diferença. Lazzarato enuncia:

A invenção é em primeiro lugar uma individuação de relações entre forças que encontram no virtual, na diferença, a fonte e a dinâmica da mudança e da criatividade. A invenção desloca as condições que estão na origem do conflito, pois para inventar é necessário se colocar ‘fora da sociedade’, logo, fora de hábitos, de comportamentos e de paixões que estão na origem do conflito. (LAZZARATO, 2002, p.339, tradução nossa).

A dimensão da criação e da invenção, ligada à virtualidade e à atualidade das forças, tem também nas formulações de Gilles Deleuze uma referência incontornável a partir da abordagem da filosofia como teoria das multiplicidades e das relações disjuntivas.

Em Deleuze a força é um virtual em vias de se atualizar e qualquer multiplicidade implica elementos reais (atuais) e virtuais. Qualquer real se rodeia de círculos de virtualidades que reagem nele: “as imagens virtuais são tão pouco separáveis do objeto real como este delas.” (DELEUZE; PARNET, 1996, p.180). O real é o objeto da atualização, e esta tem somente por sujeito o virtual. A atualização do virtual é a singularidade, enquanto o real é a individualidade constituída. (DELEUZE; PARNET, 1996).

Por conseguinte, as relações dialéticas que conectam as intensidades a partir de oposições como em cheio-vazio, silêncio-ruído e afins são redutoras também porque permanecem restritas ao plano da realidade, das atualidades, fixadas em um estado de coisas individuado e finito. Na abordagem de Tarde as relações são consideradas em sua existência atual e virtual: o modo de existência atual visa à identidade e à representação, ao passo que “o virtual é, ao contrário, essa reserva de ser” (LAZZARATO, 2002, p.339), esse modo de existência pré-individual que extrai as oposições de sua identidade atual e individuada na e pela representação. No virtual as forças se exprimem por modos não representativos.

Desdobrando Deleuze, Pelbart (2010) aborda as relações disjuntivas implicadas na diferença. A relação de disjunção não pressupõe a identidade dos termos por meio da identidade de seus predicados, uma vez que esta implicaria a exclusão dos predicados de um termo no outro. A relação disjuntiva afirma a diferença entre os termos como perspectiva que se abre de um a outro sem eliminá-los mutuamente: o cheio como uma perspectiva sobre o vazio, o grande como perspectiva sobre o pequeno, etc.: “A síntese disjuntiva equivale à afirmação da diferença, do disjunto, da distância que refere um ao outro, ‘distância topológica’ [...]” (PELBART, 2010, p. 97). Na diferença não há, portanto, negação de um termo pelo outro, mas afirmação de uma relação.

A distinção entre diferença e oposição é importante também na medida em que diz de duas maneiras diversas de considerar o devir e a mudança. A dialética se restringe ao atual e concebe a mudança em termos de uma possibilidade a ser realizada que já contém desde o início seu resultado, que é sempre da ordem da identidade e da representação. A diferença, ligada à virtualidade das forças, introduz “[...] uma *novidade absoluta* que desafia a identidade e a representação.” (LAZZARATO, 2002, p.340).

A produção de diferença é o próprio movimento de uma singularização, relação passível de associar forças e intensidades heterogêneas, tensionando-as em direção a novas composições. Nesse sentido, a conexão entre as singularizações efetuadas pelo cinema, pelos modos de vida e pelo espaço são um possível que interessa desdobrar em suas interferências mútuas. A experiência do espaço e a experiência do cinema são também modos de existir e de dar sentido à existência. O acesso que temos ao que nos cerca não se dá por uma imediatez dos sentidos capaz de nos propiciar em primeira mão uma presumida verdade concreta do mundo em que vivemos. Nossos modos de vida, nossas experiências do espaço e os sentidos que encaminhamos a essas experiências são feitos também dos sentidos produzidos e disseminados por uma multiplicidade de dispositivos, e mais uma vez a questão que se coloca é a de como produzir diferença e singularidade em meio ao magma de sentidos que nos interpela em uma intensidade que dificulta seu processamento. O cinema, como modalidade singular de produção e criação, tem a potência de desencadear novos modos de

experimentar e compreender as relações entre o espaço e os modos de vida. O cinema favorece uma abordagem da materialidade do espaço como potência e força criadora não de todo subordinada aos imperativos da necessidade, da funcionalidade e da utilidade presentes na produção especializada do espaço. Nesse sentido o cinema se constitui como intercessor potente de novas relações entre subjetividade e espaço. A materialidade da paisagem construída, ruas, calçadas, muros, pavimentos e também seus vazios, longe de reduzir-se a funções necessárias da vida urbana, enuncia memórias, medos, passagens, gestos nem sempre visíveis por aqueles que os usam (BAPTISTA, 2010), e o cinema tem a possibilidade de explicitar outras conexões e desencadear novas percepções. O cinema permite uma singularização da experiência do espaço. É o que ocorre com as brechas de espaços que Wenders reelabora em seu cinema, vetores de experiências não alienadas da cidade e que por isso mesmo tem a potência de transformar os modos de perceber e de produzir o espaço e os modos de vida.

[2.4]. espaço, clínica e diferença

A singularização e a produção de diferença são o desafio que se coloca a todos e a cada um diante dos impasses que nos confrontam na atualidade. Deleuze e Guattari assim o enunciam:

[...] estamos trespassados de palavras inúteis, de uma quantidade demente de falas e imagens. A besteira nunca é muda nem cega. De modo que o problema não é mais fazer com que as pessoas se expressem, mas arranjar-lhes vacúolos de solidão e de silêncio a partir dos quais elas teriam, enfim, algo a dizer. As forças repressivas não impedem as pessoas de se exprimir, ao contrário, elas as forçam a se exprimir. Suavidade de não ter nada a dizer, direito de não ter nada a dizer; pois é a condição para que se forme algo raro ou rarefeito, que merecesse um pouco ser dito. (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p.162).

Também nessa formulação a singularização é pensada em termos de criação de pequenos respiros, pausas que são a condição de um outro tipo de experiência. Uma distância que impede a adesão aos sentidos já dados.

A sobrecarga de signos e estímulos que caracteriza as condições de vida na atualidade é abordada também por Auterives Maciel Júnior (2005) a partir de uma

outra perspectiva, a da clínica. O autor aborda a constituição de novos sintomas como um dos efeitos da investida dos poderes na produção da subjetividade; suas formulações, que convergem para certa caracterização da experiência do tempo associada às condições alienantes da atualidade, estabelecem uma conexão com as formulações de Wim Wenders e serão aqui retomadas. Segundo Maciel Júnior os novos sintomas surgidos na atualidade tem a compulsão como o mais representativo, tem como traço característico a impossibilidade de escolha a partir de certa compressão do tempo. Na compulsão há uma tendência de eliminação do intervalo de tempo entre um estímulo ou uma demanda e a resposta que poderia satisfazê-los. Tendência que os compulsivos denunciam pela via do excesso, mas que aponta para uma sujeição que se nos impõe a todos na contemporaneidade:

[...] o tempo de questionamento e hesitação que apontaria para a existência de uma subjetividade é cada dia mais alijado de nós, e desse modo os intervalos de tempo que participam de nossa vida cotidiana se encontram geridos e controlados pelo biopoder. (MACIEL JÚNIOR, 2005, p.52).

Tempo, espaço e ação são solicitados e investidos por imperativos que interferem nas experiências que estabelecemos. Seja no cinema, na filosofia, no cotidiano de nossa vida na cidade, estamos todos expostos aos poderes e saberes que se multiplicam em torno de nossos modos de vida com o intuito de lhes dar determinadas formas. Esse embate leva a vida a uma experiência-limite, mas pode ser também a ocasião de questionamentos e abertura de indeterminações capazes de restituir possibilidades de escolha e de ação. (MACIEL JÚNIOR, 2005).

Assim como na história do cinema os pequenos filmes foram os reservatórios do pensamento, berço da criatividade, das novas idéias, dos conteúdos audaciosos, (WENDERS, 1994) também na cidade o que é pequeno, vazio e aberto cumpre esse papel na vida de quem a habita. São brechas que nos protegem contra a hegemonia do grande. Por esse motivo, diante do bombardeio de signos e sentidos não cabe o ressentimento nem a inação, e essa é uma das preciosas lições de Wim Wenders. Em seus filmes não há oposição a estados de coisas e nem emissão de juízos morais acerca da espacialidade e dos modos de vida nas metrópoles sob o capitalismo. Sua experimentação os toma como condições a partir das quais a diferença pode ser criada, e essa diferença não decorre de

alguma diretriz apontada por pareceres e diagnósticos, não mobiliza sentenças nem lamentos impotentes e nostálgicos sobre impossibilidades atuais. Não cabem recusas, não cabe deixar de criar pelo medo de que o resultado de qualquer trabalho criador possa desaparecer na profusão exacerbada de signos. Um filme, um pensamento, um objeto, um espaço, um modo de se relacionar podem exprimir a delicadeza e podem ser o ensejo de uma relação diferente com o espaço e consigo mesmo.

É nesse intervalo, nessa brecha, que se dá a criação de diferença, como uma afirmação e uma possibilidade que não está dada nem garantida de antemão, e tampouco perdida de saída. E por isso se aposta e se afirma. Com relação à tarefa teórica, participar de uma produção de sentidos que não opere a favor da saturação, da corroboração e da homogeneidade demanda a criação de novas ferramentas conceituais e novos percursos para o pensamento.

[2.5] genealogia e produção de diferença

Isabelle Stengers (1988) convida a empreender uma tarefa teórica que implica *perder tempo*, no sentido de se deter em exercícios que requerem outros ritmos, um tempo outro para explorar os resíduos negligenciados e deixados de lado pela luz da razão dominante. Resíduos que tornados opacos pela racionalidade que os condena, permanecem invisíveis aos seus radares e não aparecem sob o brilho de seus holofotes. No entanto esses resíduos não são desprovidos do poder de suscitar interrogações: eles desafiam coerências e ensejam questionamentos que não se apagaram e são capazes de instigar o trabalho do pensamento. (STENGERS, 1988).

Mas explorar esses resíduos menosprezados não se confunde com uma busca de exotismos. O exótico neutraliza o estranhamento e a possibilidade de problematização que este enseja. Sem estranhamento acolhe-se o sentido homogeneizado e esvaziado, já encaminhado pela razão dominante em seu poder de designar e de produzir sentidos a partir de suas próprias referências. Nem exotismo nem busca novidadeira, o empenho que cabe à tarefa teórica como

potência de produção de diferença visa à produção de singularidades. Produzir diferença nos sentidos já dados pela razão majoritária é ação problematizadora que convém ao trabalho teórico, tanto quanto a exploração cuidadosa dos resíduos intocados por esta mesma razão. Variação ou nova produção, trata-se sempre de um trabalho de criação que não opera a favor da corroboração nem da confirmação, mas da diferenciação, e as formas que esse movimento desestabilizante e diferencial pode assumir é algo totalmente em aberto. É precisamente o que cabe ser inventado a cada vez.

Esses movimentos tangenciam os sentidos da palavra teoria e autorizam tomar sua etimologia como ponto de partida para novas experimentações. Mas nesse exercício não se mobiliza nenhuma disposição de obediência ou de deferência às insígnias de sua origem. Uma vez que esta tese não opera a favor de identidades e invariâncias, mas em prol da diferença e do devir, os sentidos dessa experimentação visam à criação de novas relações capazes precisamente de embaralhar e mesmo suspender a fatalidade dos sentidos já dados.

Nessa perspectiva, e em sintonia com a *genealogia* proposta por Michel Foucault (1979a), a identidade das origens e começos é precisamente aquilo de que se afasta. A genealogia não tem por objetivo nem efeito demonstrar que o passado permanece no presente, mas marcar a singularidade dos acidentes e desvios que impossibilitam a aderência entre ambos, buscando assinalar os acontecimentos e irrupções que impedem que as palavras guardem seu sentido, os desejos sua direção e as idéias sua lógica. Por isso a genealogia não funda nem embasa, não restitui uma raiz, mas precisamente agita, desestabiliza o que se percebia móvel. Fora das categorias da semelhança, os movimentos de tal experimentação se fazem na instauração da diferença e da heterogeneidade daquilo que se imaginava em conformidade consigo mesmo. (FOUCAULT, 1979a). Experimentação que não engaja uma interpretação, uma vez que os sentidos não estão dados à espera de serem interpretados, mas tem que ser produzidos, criados, constituídos. A genealogia é uma possibilidade criadora que engaja o pensamento nos movimentos de variação. Ao inserir novos sentidos cria uma diferença em relação aos sentidos existentes e dessa maneira participa da criação de novos modos de vida.

[2.6] potências da teoria

Henri Léfèbvre considera a recriação de sentidos como exigência da vitalidade do pensamento:

[...] as grandes teorias científicas jamais se imobilizam; elas se modificam sem trégua; elas só atingem uma coesão monolítica depois de sua morte, na sua tumba; enquanto vivem, elas mudam e não escapam à obsolescência que também afeta as idéias, os conceitos, as teorias, a não ser transformando-se. (LÉFÈBVRE, 2008, p.164-165).

É nessa perspectiva que interessa agenciar as possibilidades de uma teoria outra, criando novos sentidos e lançando em novas direções os sentidos presentes em sua etimologia. *Theoria* refere-se, no grego de onde provém, a *theōréō*, que diz do ato de observar e contemplar os jogos antigos, celebração das virtudes cidadãs e guerreiras em honra dos deuses. Seus sentidos derivam de *théa*, espetáculo, vista, visão, compartilhados também pela palavra teatro, que é tanto o lugar onde se assiste a um espetáculo como o próprio espetáculo (*thea*, vista + *tron*, instrumento, sendo *máquina de espetáculo* seu sentido literal). Assim, os sentidos originais de teoria ligam-se a observar, examinar, olhar com interesse, conectando-se com espetáculo (*spetaculum*, espetáculo, jogos públicos, derivado de *spectāre*, olhar, observar atentamente). Nessa configuração comparecem também os sentidos associados ao latim *spec*, (olhar com atenção), presentes em respeito (olhar para trás, prestar atenção, observar), perspectiva, especular, dentre outros.

Nessa constelação de sentidos não interessa tomar o ato de *observar com atenção* como significado invariante e universal ligado a uma capacidade fisiológica constante e sempre idêntica a si mesma, mobilizável, por essa invariância, diante de qualquer foco de atenção. Para desestabilizar as pregnâncias identitárias e para instigar novas possibilidades de criação de sentidos, cabe retomar e desdobrar a genealogia do termo empreendida por Anne Cauquelin (2005). Ao assinalar na palavra *theoria* a imagem de um evento festivo em honra a um deus, a autora evoca os sentidos de multiplicidade e de heterogeneidade presentes em procissões e cortejos rituais: padres, músicos, dançarinos, carregadores de instrumentos de

culto, gente nas janelas, punquistas, desocupados atraídos pelo evento, toda sorte de participantes, desde líderes e autoridades até os inumeráveis anônimos que formam uma comitiva bastante heterogênea da qual a divindade é o elemento instigador. Nesse percurso de acompanhamento há os protagonistas que formam uma área ativa com seus cuidados zelosos, e também os anônimos em disposição menos sistematizada em um *rumor teórico* que tem ação igualmente determinante sobre o objeto visado. (CAUQUELIN, 2005).

Essa imagem instiga a pensar a teoria como *ação de acompanhamento* que não se erige em monumento, experimentação que não permanece imutável, mas que se empreende *de novo* a cada vez. Agenciamento coletivo e heterogêneo engendrado por muitos e em meio a muitos, sempre em movimento e deslocando-se até se dissipar para se constituir novamente quando outra ocasião demandar. Esse sentido dinâmico refuta o entendimento da teoria como abstração de idéias sobre a prática e a ação que seriam seu objeto. “Pois a teoria é algo que se faz, não menos que seu objeto.” (DELEUZE, 2013, p.331). A teoria é uma prática tanto quanto seu objeto, ela é uma prática de conceitos que atravessa e é atravessada por outras práticas. Ao discorrer sobre as relações entre teoria, conceitos e prática do cinema, Deleuze define conexões que podem ser utilizadas em quaisquer outros campos, incluindo-se o espaço:

Uma teoria do cinema não é ‘sobre’ o cinema, mas sobre os conceitos que o cinema suscita, e que eles próprios estão em relação com outros conceitos que correspondem a outras práticas, não tendo a prática dos conceitos em geral qualquer privilégio sobre as demais, da mesma forma que um objeto não tem sobre os outros. É pela interferência de muitas práticas que as coisas se fazem, os seres, as imagens, os conceitos, todos os gêneros de acontecimentos. A teoria do cinema não tem por objeto o cinema, mas os conceitos do cinema, que não são menos práticos, efetivos ou existentes que o próprio cinema. [...] Os conceitos do cinema não são dados no cinema. E, no entanto, são conceitos do cinema, não teorias sobre o cinema. (DELEUZE, 2013, p.331-332).

Assim, a tarefa teórica desta tese pode ser pensada como prática de conceitos do espaço, experimentação de sentidos em conexão com outros conceitos e sentidos a partir da criação do novo e da produção de diferença. Há muitas maneiras de se empreender essa tarefa. Na deriva etimológica que possibilita a consideração da teoria como ação de acompanhamento, podem ser encontradas pistas para a

singularização da tarefa desta tese. Um caminho possível toma por signo os vários personagens desse cortejo e os considera como pontos de vista, distintas possibilidades de relação com a teoria. Todos os personagens e pontos de vista são importantes, mesmo imprescindíveis; sem eles não haveria cortejo, acompanhamento, sequer teoria. Mas nesse percurso essas diferenças não concernem apenas a questões conceituais, estando implicada também uma dimensão ética e existencial. Assim, sob a luz dos holofotes, há os que ocupam o centro da cena compartilhando ou mesmo disputando com o objeto de culto as atenções, os olhares e os apupos, e mesmo fazendo dessa companhia e dessa proximidade um espetáculo de si. Há as autoridades que exibem garbosas o poder e a visibilidade que seus lugares privilegiados no espetáculo lhes faculta; há também os que conduzem os objetos de culto, fardo valioso que acarreta o dever e a responsabilidade graves de garantir sua integridade sem sobressaltos nem alterações ao longo do percurso; e de modo menos solene, mas ainda no centro privilegiado da cena, há os que comparecem em movimentos ensaiados de antemão, dançarinos, acrobatas, cantores e seguidores, respeitosos dos rituais e dos sentidos estabelecidos, cuja obediência em disciplina deferente é a condição de visibilidade. Mas o que merece ser ressaltado, é que enxameando as margens e arredores do cortejo oficial, fora de seu centro, mas sem prescindir dele, uma festa outra tem lugar. Sem holofotes, essa festa sem pompa é feita do anonimato de personagens quaisquer sem particularidades nem autoridade. Dentre a miríade de avulsos entre seguidores e espectadores, há punguistas, ambulantes e andarilhos interessados em matérias outras que não apenas aquelas sacralizadas e oferecidas à vista em espetáculo pelo cortejo, embora tenham nele sua ocasião. Objetos, moedas, miudezas quaisquer caídas ao longo do percurso ou mesmo subtraídas astuciosamente de seus lugares de pertencimento como bolsos e bolsas, e que requerem outro estado de atenção, uma sensibilidade ao *menor* que inscreve uma diferença e uma distância irreduzível em relação à atenção deferente diante da grandiloquência do cortejo. Teoria em sua dimensão menor, garimpo de miudezas, essa experiência não substitui nem abole o espetáculo, mas se associa a ele, nele se infiltra e cria diferença. Essa agitação lateralizada diz de encontros e de achados, e até mesmo da possibilidade de não haver achados. Tudo é muito mais incerto, flutuante, sem garantia. Talvez esta seja uma condição da teoria em

seu dever outro, prática minoritária arriscada e sem pompa. Uma disponibilidade em espreita capaz de fazer do encontro com intensidades imperceptíveis aos radares majoritários a ocasião para a invenção de novos sentidos a partir das miudezas encontradas. Potências da delicadeza. Nessa direção a teoria se aproxima dos exercícios de deriva infraordinária proposta por Georges Pérec e por muitos outros que desertam das chancelas majoritárias dos sentidos.

Sendo assim, a tarefa teórica pode tornar-se uma experiência mais interessante na medida em que declinar das operações descritivas, interpretativas e de solução de problemas, assim como da missão de erigir em sistema próprio as regras de produção e os limites de validade da prática considerada como seu objeto. Interessa justamente inserir certo estremecimento no naturalismo destas aderências: as que preservam as determinações de um *próprio* disciplinar e as que preservam as cristalizações de seu objeto a partir da consideração da realidade em suas configurações históricas, sociais e econômicas efetuadas. Neste sentido, a aproximação com os autores da filosofia da diferença e do pós-estruturalismo francês mostrou-se fértil na mobilização dos conceitos intercessores capazes de afirmar as potências da singularidade, da multiplicidade e da criação. Fora das relações deterministas herdadas da tradição filosófica ocidental, assentada por sua vez nos dogmas na representação, da busca da verdade e da razão totalizadora, abrem-se outras possibilidades de criação de sentido a partir de relações diferenciais e não dialéticas entre forças.

A criação de novos sentidos implicada na tarefa desta tese declina, ademais, de intenções de cunho missionário, salvacionista ou corretivo, capazes de erigir o trabalho teórico aqui empreendido em modelo ou contra-modelo de intervenção. E uma vez que a produção de diferença opera-se na multiplicidade e na heterogeneidade de movimentos sem particularidades, sem hierarquias prévias nem prevalência de pontos de vista, a tarefa teórica da tese é uma dentre muitas outras possibilidades de diferenciação criadora. E constitui-se como uma despreziosa disposição, sem ansiar especificidades e privilégios. Apenas a aposta em uma possibilidade de singularização na aliança com as potências da invenção e do desejo em suas intensidades não capturadas. Essa disposição

demanda uma abertura aos encontros e a suas potências de variação, abertura essa que não descarta, entretanto, a prudência para selecionar os bons encontros:

O que resta às almas, contudo, quando já não se aferram a particularidades, o que as impede então de fundir-se num todo? Restalhes precisamente sua ‘originalidade’, quer dizer, um som que cada uma emite, como um ritornelo no limite da linguagem, mas que só emite quando toma a estrada (ou o mar) com o próprio corpo, quando leva a vida sem buscar a salvação, quando empreende sua viagem encarnada sem objetivo particular e então encontra o outro viajante, a quem reconhece pelo som.[...]contra a moral européia da salvação e da caridade, uma moral da vida em que a alma só se realiza tomando a estrada, sem outro objetivo, exposta a todos os contatos, sem jamais tentar salvar outras almas, desviando-se das que emitem um som demasiado autoritário ou gemente demais, formando com seus iguais acordos/acordes mesmo fugidios e não resolvidos, sem outra realização além da liberdade, sempre pronta a libertar-se para realizar-se. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.114-115).

Na abertura aos encontros são convocadas ações de outra natureza, distantes daquelas condicionadas por finalidades, metas, objetivos, projetos e planos excessivamente comprometidos com previsibilidades e sempre refratários à presença perturbadora do acaso e do desejo. Trata-se de uma outra disposição, fora do anseio de tudo controlar e prever: “*Não miro na onça e atiro, mas lanço a rede no mar e busco o que vem.*”⁸

[2.7] montagem e produção de diferença

Também o procedimento da montagem utilizado por Walter Benjamin tem afinidades com essa dimensão menor e em disposição lateralizada de uma outra teoria por fazer. Explicitada em seu livro inacabado sobre a Paris do século XIX (BENJAMIN,1993) e empreendida em outras de suas abordagens de cidades (BENJAMIN, 1994a, 1994b, 1995), a montagem benjaminiana é um exercício de criação e de produção de diferença surgida da experimentação do espaço das cidades. Nesse procedimento em que fatos insignificantes do cotidiano urbano desencadeiam sentidos inesperados, a montagem torna-se ocasião de uma

⁸ Fala do artista plástico Artur Omar em evento de abertura da exposição *Arthur Omar As portas da percepção* no Oi Futuro em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 18/04/2012.

enunciação - *com* esses objetos, mais do que *sobre* eles - que permite ao filósofo desestabilizar os sentidos estabelecidos. Luis Antônio Baptista se refere aos procedimentos do filósofo nos seguintes termos:

Benjamin, à semelhança de um colecionador, arranca o fato da ordem que determina a sua verdade, e o torna estranho ao significado que o define. Sugere-nos vislumbrá-lo como se o percebêssemos pela primeira vez, desencantando-o da aura das naturalizações. (BAPTISTA, 2010, p.215).

Em seus exercícios Benjamin assume uma perspectiva de atenção a fragmentos da vida urbana, feitos de objetos e imagens modestos, quase nada. “Restos, detritos jogados fora por reflexões apressadas, colocam em análise o pensamento, desdobram seu foco, complicam hipóteses triunfais da razão ou as inspiradas em ceticismos arrogantes.” (BAPTISTA, 2010, p. 216). Ao recolher esses fragmentos Benjamin não os usa para fins de corroboração ou exemplificação das determinações históricas da cidade sob o capitalismo. Embora estas não deixem de estar presentes, não são tomadas como princípios gerais dos quais esses fragmentos seriam particularidades em uma circularidade feita de coesão e continuidade. A lição dos exercícios benjaminianos reside precisamente na afirmação do fragmento em sua interrupção das continuidades e dos encadeamentos de sentido, da abertura do novo. Os fragmentos afirmam a heterogeneidade, são vetores de diferença que acolhem e incitam a irrupção do novo.

Ao mesmo tempo, a afirmação do novo e da diferença não equivale a uma mera busca novidadeira, nem exprime a condescendência com o anedótico e o exótico. O novo não é a novidade, ainda que esta possa ser seu vetor. E, como já sublinhado, o novo é incompatível com a tolerância e com a concessão nela implicada, que esvaziam a perturbação que ele acarreta e convergem na sua neutralização. O novo e a diferença são da ordem do acontecimento e o trabalho que demandam diz da criação de sentidos que não estão dados de antemão. O exótico já traz o seu sentido, e nessa antecipação a potência disruptiva da diferença é domesticada e enfraquecida.

Os modos de experimentar o espaço dizem dos modos de vida, assim como a criação do novo. Uma nova prática de sentidos é tanto questão teórica como

existencial e não se reduz a nenhum campo de ação e da experiência. Sendo assim, a montagem benjaminiana e os percursos literários de Georges Pérec pelo infraordinário são singulares, mas a singularidade, enquanto potência de diferenciação, não é prerrogativa das práticas ditas criativas de escritores e artistas. A singularização é uma potência que concerne aos processos de criação do novo que não são, por sua vez, propriedade de sujeitos, mas remetem a procedimentos que implicam o devir e a diferenciação.

[3] ESPAÇO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

[3.1] subjetividade e produção do humano

A problematização da subjetividade permite encaminhar novos sentidos às relações entre espaço e criação do novo, centrais nessa tese. A consideração da subjetividade como questão afeita ao espaço já acarreta, de saída, certa desestabilização de seus sentidos usuais. Neles a subjetividade é circunscrita aos estudos do campo *psi* e da clínica, a partir de sua equivalência a uma interioridade pessoal que seria o objeto de estudo próprio e exclusivo a esses campos. A problematização da subjetividade interpela esses e outros encadeamentos que embasam seus sentidos correntes, como a de um dado primordial, capacidade latente e internalizada de algum tipo de criatura, assim como as leituras que a consideram efeito de relações intersubjetivas, resultado da interação entre um sujeito, animal biologicamente equipado com sentidos, instintos e necessidades, e um ambiente externo social e interpessoal.

Longe de equivaler a um mundo psicológico interior produzido pelos efeitos da cultura sobre a natureza, a subjetividade é um produto de interações que ultrapassam a dimensão humana, constituindo-se em meio à gama de práticas e relações que compõem e moldam as forças dos termos em relação, dotando-os de certas capacidades na medida em que demandam sua utilização em formas e maneiras determinadas. (ROSE, 2001).

A subjetividade é a própria criação dos modos de vida, o que há de mais rico e heterogêneo. Multiplicidade aberta e em processo, é a resultante da interação dos mais diversos componentes e das mais diversificadas dimensões: animal, vegetal, mineral, tecnológica, cósmica, e mesmo nelas não se reduz à constituição particular de sujeitos individuais, nem à individuação do corpo. (GUATTARI; ZAHM, 1994). Ao contrário, na dinâmica dos processos que constituem a subjetividade, a individualidade fechada é antes um “efeito de alienação” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 141). O mesmo pode ser dito das noções de sociedade, de campo social e de qualquer outra forma coletiva enquanto agrupamento, organização ou produção restritos a pessoas ou indivíduos.

Essas questões concernem diretamente ao espaço, na medida em que permitem pensá-lo fora da partilha entre um mundo objetivo externo, ao qual é usualmente associado, e um mundo subjetivo interiorizado. A problematização da subjetividade abole as relações dicotômicas e excludentes entre uma dimensão material, socioeconômica e pública, e uma dimensão interna, imaterial e privada, às quais corresponde ora um excesso de poder, ora um excesso de passividade. Não se trata tampouco de tomar o espaço como fato de cultura - objeto - em seus efeitos sobre pessoas - sujeitos -, reproduzindo as imagens de pensamento tributárias das hierarquias iluministas em seus privilégios e imagens antropocêntricas. A problematização da subjetividade permite considerar o espaço como vetor de processos que não se originam nem se restringem ao âmbito humano. A produção, criação e transformação de tudo o que é feito e visto, assim como a própria produção de sentidos não são produto exclusivo das forças da consciência, da sensibilidade, da linguagem e do trabalho, mas participam de um processo heterogêneo do qual o humano é apenas um dentre outros componentes.

Longe de operar uma desqualificação ou um rebaixamento do humano e de tudo o que era pensado como seu produto exclusivo, esse descentramento apenas o compreende fora de qualquer caráter de excepcionalidade. Esse deslocamento tem por efeito desencadear novas questões e um novo campo problemático. Trata-se então de se colocar entre o humano e o não humano “a fim de fazer a enunciação e a subjetivação ‘crescerem pelo meio.’” (LAZZARATO, 2014, p.95).

Assim, uma vez que a produção do espaço, a construção de sentidos e o poder de enunciação não são exclusividades do ser humano e nem se reduzem a funções de linguagem, a questão que se coloca é a de saber, à luz destas formulações, como singularizar possibilidades de produção do espaço, de criação do novo e de novos modos de vida em meio aos vetores de subjetivação constituídos pelo capitalismo a partir de seus *agenciamentos maquínicos*.

A afirmação de Henri Léfèbvre (2008, p. 153), para quem o capitalismo se manteve “pela conquista e integração do espaço” encaminha muitas questões a essa problematização, na medida em que o espaço não se reduz à dimensão física

de uma extensão territorial⁹, mas constitui-se como processo do qual participam muitos outros processos em interação e transformação.

Mas se por um lado não interessa assimilar o espaço à imagem de uma planura passiva, mero *local de incidência*, conforme assinalam estudiosos como Doreen Massey (2008), Milton Santos (2006) e Henri Lefebvre (2000, 2008) há algo de potente na imagem dessa *extensão* que vale a pena ser retido e desdobrado em outras conexões. Apostar nas *intensidades de superfície* do espaço pode ser um caminho interessante, produzindo-o e experimentando-o como plataforma ativa e operatória favorecedora dos movimentos, dos fluxos e das relações, da diferença e da heterogeneidade. E precisamente porque nestas conexões não se produz apenas adesão às forças dominantes, mas também novas possibilidades de expansão da vida, abordar o espaço por meio de *potências de superfície* convida a pensar suas relações com os modos de vida fora de qualquer sentido negativo de passividade ou inação, mas na mobilização ativa para os encontros e para a atenção aos acontecimentos e às possibilidades deles decorrentes.

Afirmar tais potências implica declinar de certo platonismo deferente à idealidade do mundo elevado das essências e de seu crivo transcendente das verdades recônditas. Acolhido e replicado por certo senso comum na desconfiança acerca de tudo que se agita nas superfícies, tal platonismo faz de *superficial* uma característica desabonadora à qual se somam os sentidos de enganoso, ilusório e carente de conteúdo, enganos das aparências cuja refutação fundamenta a busca das realidades profundas, perenes e essenciais.

São outros os movimentos dessa tese. Refutar as profundidades e alturas idealistas implica não apenas afirmar que “As ideias não moram em outro mundo, mas emanam dos corpos e de seus encontros” (SALES, 2014, p. 147), mas também que é por meio das potências de superfície, no aqui e agora de seus encontros e acontecimentos, que interessa abordar o espaço. Em uma formulação que vale a

⁹ Utilizo aqui a construção conceitual adotada por Milton Santos, na qual espaço e território não se dissociam, embora não se confundam. O geógrafo utiliza a expressão *configuração territorial* para se referir à dimensão física e material do conjunto dos componentes do espaço, que, por sua vez, engloba além desta dimensão física e material (os objetos), também as ações (2006, p.103).

pena retomar, Érika Inforsato encaminha consistência às *intensidades de superfície*:

Superfícies que interessam em seu aspecto bidimensional que corrobora na recusa aos procedimentos que supõem profundidade, ou interioridade psicológica, ou ainda identidades fundadas, e com esse indeferimento assume que em cada acontecimento *o que acontece se dá fora*, entre os elementos que o constituem, o atravessam e nele operam. Trabalhar com as superfícies nos permite privilegiar os deslizamentos e fluxos nos quais podemos escoar e transcorrer as narrativas destes acontecimentos, pela justaposição de suas figuras e pelo não-lugar (isto que estamos chamando *fora*) que, com alegria, ocupam. Diferente de falta de lugar, ocupar o não-lugar acentua o entendimento de que todos os lugares instituídos da política estão falidos, que o “social” onde se pretende incluir a todos fracassou e que a estratégia de ocupação episódica do mundo é um possível interessante, que não fabrica novos lugares, mas discorre pelas superfícies, ocupando sem alojar-se definitivamente a profusão de territórios existentes e em mutação: estado, cidade, domínio, instituição, seita, grupo, ilha, equipe, sindicato, projeto social, escola, política cultural, equipamento de saúde, etc. Com efeito, é de passagens e travessias que se fazem estas ocupações e nelas dificilmente ocorrem harmonias ou coexistências concordantes, este alojamento provisório dispara muito mais as inquietudes, perturbações, angústias, forças e vitalidades. (INFORSATO, 2011, p.19-20).

Nesta *disposição de superfície*, constituição de um meio favorecedor de relações, desenha-se uma geografia em certa sintonia com o pensamento geográfico crítico desenvolvido sob o influxo das formulações de Henri Léfèbvre, que, por sua vez reatualizam a tradição crítica de orientação marxista.

Nesse enfoque o estudo das localizações de atividades e grupos humanos no espaço, tido como tradicionalmente geográfico, é relativizado em prol do estudo das relações que o constituem. Mas aqui cessam as sintonias com os estudos críticos, em que pese a importância dessa travessia, descrita por Ana Fani Carlos (2011) como a passagem de uma leitura descritiva do espaço em sua dimensão de objetividade pura, para a abordagem dos processos de sua produção a partir da consideração da realidade social, seus sujeitos e obras. Ao encaminhar um conteúdo social e uma constituição histórica ao processo de produção do espaço, tal leitura permite que se compreenda “a totalidade do processo de reprodução

social como constituição de uma espacialidade que lhe dá conteúdo.” (CARLOS, 2011, p.54).

Mas são as formulações de Gilles Deleuze e Félix Guattari referentes ao capitalismo e à heterogeneidade dos *processos de produção*, assim como as formulações de Michel Foucault acerca dos processos de subjetivação que permitem intensificar e levar ainda mais longe a compreensão dos processos de produção do espaço. Suas abordagens se situam em claro afastamento das ênfases objetificadoras comuns aos estudos tradicionais do espaço, assim como afastam-se das ênfases humanistas e identitárias obsequiosas às Filosofias do Sujeito com as quais as Ciências Sociais e os estudos críticos do espaço pretenderam ultrapassar as limitações das leituras tradicionais de seus campos.

Pois não se trata de pensar as práticas sócioespaciais e os processos de produção da sociedade e do espaço como especificidades do trabalho humano e da racionalidade que lhe é própria, conectada, por sua vez, a uma subjetividade referenciada em valores identitários e morais de cunho idealista e universal.

Em um estudo que faz das formulações do filósofo Spinoza, Deleuze (2002) enfatiza a exterioridade e a irreducibilidade das relações a seus termos, assinalando a inexistência de essências anteriores às relações. O que há são potências de afetação em função das relações das quais os termos participam. Ao sublinhar na *Ética* de Spinoza a dimensão não de uma moral, mas de uma etologia como “[...] uma composição das velocidades e das lentidões, dos poderes de afetar e ser afetado nesse plano de imanência”, Deleuze (2002, p.130) sublinha certa ampliação de perspectiva, uma vez que nesse plano de composição comparecem os demais seres vivos, não se tratando de uma dimensão exclusivamente humana, como sequer faz sentido a separação entre natureza e artifício: “O artifício faz parte completamente da Natureza, já que toda coisa, no plano imanente da Natureza, define-se pelos agenciamentos de movimentos e de afetos nos quais ela entra, quer esses agenciamentos sejam artificiais ou naturais.” (DELEUZE, 2002, p.129). Um animal, uma coisa, é inseparável de suas relações com o mundo: um cavalo de lavoura tem mais afetos em comum com o boi do que com um cavalo de corrida. Sendo assim, um animal ou um homem não se define por sua forma, seus

órgãos ou suas funções, e tampouco como sujeito, mas pelos afetos de que é capaz, pelas relações que estabelece.

Para pensar o espaço nessa perspectiva, em Alliez e Guattari (1988) encontramos um entendimento ampliado dos *processos de produção* que ultrapassa os sentidos mais estritos das categorias marxistas de *relações de produção* ou de *relações econômicas de infra-estrutura*, de modo a compreender as forças materiais, o trabalho humano e as relações sociais *em conexão com o desejo*. Concernindo diretamente aos processos de produção e não ao suposto nível das superestruturas e das representações em que a categoria da ideologia os entrincheira, os investimentos do desejo são o que dá aderência à captura capitalista, incidindo na produção de subjetividade e assim *produzindo* modos de vida constituídos nas interações de seus componentes econômicos e sociais. São os processos de produção, constituídos pelos investimentos do desejo, que entretecem as relações entre a dimensão econômica e a dimensão social. Félix Guattari assim descreve os modos de produção capitalista:

Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação que eu chamaria de “cultura de equivalência” ou de “sistemas de equivalência na esfera da cultura. Desse ponto de vista o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. E quando falo em sujeição subjetiva não me refiro apenas à publicidade para a produção e o consumo de bens. É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 15-16).

Essas formulações interpelam diretamente os modos usuais de pensar o espaço. Convidam a tomar como ponto de partida não apenas as determinações de teor sócioeconômico das condições históricas e dos fatos efetuados, mas os acontecimentos e a própria história em sua processualidade aberta ao devir e em conexão com os investimentos do desejo. Ao fazê-lo, favorecem outra compreensão das capturas operadas sob a égide do capital, possibilitando a criação de novas armas e novas alianças como saída para os seus impasses.

[3.2] propriedade, espaço e subjetividade

A propriedade privada, dispositivo central e esteio do funcionamento capitalista, é um elemento chave para se compreender a investida no espaço pelo capital. Léfèbvre (2008) assinala a origem feudal da propriedade do solo na Europa. Abalada enquanto dispositivo feudal pela Revolução Francesa, a propriedade foi reconstituída como propriedade capitalista do solo agrícola. Na medida em que esse processo se intensificou com a transformação de todo o solo em riqueza imobiliária integrada aos fluxos econômicos do capital, o solo edificável, até então abundante, tornou-se escasso. Transformado em raridade, propriedade privada sob os auspícios do capital, nele passa a incidir a especulação mais feroz. Tanto no campo como na cidade a propriedade do solo torna-se instrumento estratégico de exploração, transformando-se no fundamento jurídico e prático das operações capitalistas. No campo a produção agrícola passa a ser um setor da produção industrial, tornando-se produção capitalista. Na cidade, cujo espaço foi investido e completamente transformado pelo capital, a propriedade do solo funcionou igualmente como base jurídica e prática do processo que a transformou em aglomeração urbana segundo as exigências econômicas, políticas e culturais do capital. A propriedade privada do solo, tanto o rural como o da cidade, constitui-se em ponto de apoio privilegiado para a exploração econômica do espaço inteiro. (LÉFÈBVRE, 2008, p. 154).

Mas o capital não concerne apenas à dimensão econômica em sentido estrito. Paralelamente aos processos de exploração econômica desenvolvem-se processos de captura da subjetividade, e é na articulação e na simultaneidade dessas duas dimensões que não se dissociam, mas não se confundem, que o capitalismo se realiza, se mantém, se adapta e se expande. É a partir dessa interseção que os mecanismos de exploração têm efetividade, e com a propriedade privada não é diferente: trata-se de um dispositivo de exploração econômica e também subjetiva. Ambas as modalidades concernem diretamente ao espaço, embora a dimensão subjetiva da propriedade esteja praticamente ausente dos estudos do espaço, nos quais é estudada quase que exclusivamente pelo viés econômico em seus efeitos socioambientais.

A dimensão subjetiva da propriedade não se dissocia dos mecanismos de produção de subjetividade sob o capitalismo e seus modos de produção do sujeito, embasadas em técnicas de subjetivação que constituem o indivíduo a ser normatizado e associado a outros indivíduos e organizações segundo sistemas de submissão. O sujeito individual surge então como condição e efeito de enquadramentos que operam nos espaços-tempos do capitalismo e em prol de seus interesses, em um processo que tem no dispositivo da propriedade um de seus fundamentos centrais.

Essa produção de subjetividade apóia-se em dois processos complementares e interdependentes, correlativos a duas dimensões heterogêneas da subjetividade, uma individual e uma pré-individual. Ambos os processos são necessários ao capitalismo em função das diversas instâncias de tomadas de decisão e gestão e suas demandas de papéis e atribuições na distribuição social do trabalho, assim como na configuração de um certo mundo e das possibilidades em conformidade com ele. (LAZZARATO, 2014).

A sujeição social, processo de produção do sujeito individual, gera não apenas “as ‘pessoas’ do capitalista e do trabalhador, mas também outras figuras que fazem a máquina social funcionar (homem/mulher, professor/estudante, burocrata/funcionário etc.” (LAZZARATO, 2014, p.35), por meio de atribuições de funções investidas por conhecimentos, práticas e normas cujo centro e fonte de ação são o sujeito individuado e a pessoa, e que permitem ao capitalismo estabelecer todo um sistema de hierarquias e privilégios. (LAZZARATO, 2014).

Fundamentais nesse processo são os sistemas de pensamento que se desenvolveram com a modernidade ocidental como condição e efeito de suas instituições. Cabe ressaltar seu papel na construção de uma visão do mundo como domínio de indivíduos organizados em um estado social de progresso em relação a um suposto estado de natureza, a partir da escolha racional de se firmar um contrato social responsável pelas leis e pela garantia da segurança de cada um individualmente. (ASPIS, 2011). Esse conjunto de conhecimentos, discursos e práticas das ciências sociais e humanas operam como “tecnologias psi de subjetivação” (ROSE, 2001, p. 141) que ao fazerem das categorias epistemológicas do indivíduo e da sociedade humana o foco de suas atividades,

constituíram o estofado ilustrado que opera em conexão com o funcionamento econômico capitalista. Seja por meio da lingüística que faz da pessoa a origem da enunciação; da psicanálise que constrói para o indivíduo um inconsciente privado e familiar; da economia que dota o indivíduo de uma racionalidade que o habilita a escolher e decidir, assim como das ciências políticas que o tornam depositário de direitos individuais à segurança, ao trabalho e à propriedade (LAZZARATO, 2014, p.35-36), cria-se e difunde-se nestes dispositivos a imagem do sujeito humano como indivíduo dotado de propriedades, atributos interiores de identidade, aspirações e direitos que o habilitam e impulsionam a realizá-los, expressá-los e a empreitar sua vida por meio de atos conscientes de escolha e vontade. (ROSE, 2001, p. 140).

A produção de subjetividade pelo capital apóia-se na propriedade na medida em que define como atributo *próprio* qualidades que definem e legitimam papeis sociais. Primeiramente, na divisão entre humanos e não humanos, entre natureza e cultura, sujeito e objeto e demais cisões que ao esvaziarem os não humanos de direitos e prerrogativas, criam vínculos desfavoráveis sempre que esses termos entram em relação. O mesmo se dá em relações intra-humanas, em que a dimensão subjetiva da propriedade cria hierarquias funcionais às demandas da divisão social do trabalho, com efeitos similares de exploração. Permitindo sempre que se estabeleçam vínculos econômicos desfavoráveis, mas não se confundindo com eles, estabelecem-se papéis a partir de relações binárias estabelecidas pela distribuição de atributos identitários que variam de acordo com cada campo de ação, no seio dos quais se estabelecem relações sempre hierarquizadas: leitor/escritor, construtor/habitante, médico/paciente, ator/plateia, produtor/consumidor, aluno/professor, doador/beneficiário, especialista/leigo, etc.

E simultaneamente a esse processo de sujeição social que corresponde à produção do sujeito humano, constitui-se um outro processo, de servidão maquínica, centrado na manipulação dos componentes pré-individuais das subjetividades humanas e não humanas em uma multiplicidade de fluxos e forças proto-subjetivas.

Para romper com esses encadeamentos não basta apenas uma tomada de consciência. Pensar e praticar outros modos de vida, outra subjetivação, implica

produzir uma diferença nos fluxos econômicos, sociais, maquínicos e semióticos do capital. “Não é uma questão de subjetividade cognitiva, mas de técnicas de poder (sujeição e servidão) que agem de modo transversal em uma multiplicidade de formas de atividade.” (LAZZARATO, 2014, p.50). Por esse motivo nenhum chamado à conscientização ou à liberdade, enquanto atributos essenciais e identitários de soberania do sujeito, é suficiente. Não apenas porque em certa medida a soberania do sujeito já é em si um efeito da captura da subjetividade pelo capital, mas também porque a produção capitalista de sentidos não age apenas sobre a consciência, sobre a vontade ou sobre a cognição, mas diretamente sobre a força de existir e a potência de agir, sobre os comportamentos, gestos e intensidades em sua capilaridade pré-discursiva e pré-subjetiva.

Nessa direção, a geógrafa inglesa Doreen Massey (2008) desdobra uma abordagem da geografia e do espaço em certa vizinhança com uma política antiessencialista que considera não tanto as identidades formadas, mas os processos de constituição das entidades/identidades e as relações por meio das quais são constituídas, em “[...] um entendimento relacional do mundo e uma política que responda a tudo isso.” (MASSEY, 2008, p.30). Neste viés, o espaço é abordado como esfera da multiplicidade e em sua dimensão imediatamente política de produto de inter-relações, sempre em construção e “constituído através de interações desde a imensidão global até o intimamente pequeno.” (MASSEY, 2008, p.29).

O que interessa, portanto, é esta *geografia das relações* (DELEUZE; PARNET, 1996, p.74), menos uma paisagem que situa ou fixa as coisas do que um plano que cria conexões. Abordar o espaço por meio de intensidades de superfície leva então a experimentá-lo como plano de relações abertas às forças que geram movimento e transformação, capazes de aumentar as potências de vida e de enfrentar as relações de poder na atualidade e as formas cambiantes que estas assumem..

Compreender estas questões em conexão com os processos de produção do espaço é o empenho desta tese. a noção de produção é tomada aqui fora da equivalência à fabricação de objetos e coisas, assim como da separação, nela pressuposta, entre fazer e consumir. Longe, portanto, da captura capitalista dos sentidos da produção e seus privilégios, trata-se de pensar novas possibilidades de criação, fora das

pregnâncias teológicas e objetificadoras que lhe são comumente associadas. Sendo assim, a produção do novo por meio do espaço é pensada como processo que faz emergir a variação e a diferença sem privilégio de produtores, produtos e lugares próprios, colocando em cheque os modos de existência estabelecidos. A produção de conhecimento e a teoria tomam parte da produção do novo e da singularização que ela demanda.

[3.3] espaço, subjetivação e política

O conhecimento construído acerca do mundo, do espaço e de nós mesmos, o que é considerado portador de sentido, as relações entre o que se vê e o que se diz, os caminhos dessa construção de sentidos e as formas de sua expressão não são nunca um problema apenas teórico, mas também político, na medida em que implicam e constituem relações consigo e com o mundo. A genealogia e a montagem são métodos, caminhos de construção de conhecimento que não se entrincheiram em um domínio estrito de saber. Compreendê-los nesses termos implicaria reproduzir as exigências de purificação e de rigor asséptico que cinde e opõe as intensidades e as esferas de ação. As questões do pensamento, da teoria e do conhecimento implicam a dimensão existencial e política que cria relações e transversaliza as práticas. (PASSOS; BARROS, 2009).

Nesse sentido, a aposta dessa tese é imediatamente política, na acepção ampla de *politikós* como tudo aquilo que concerne à vida na *polis* e às forças que nela relacionam sujeitos articulando-os segundo normas não necessariamente legais e jurídicas. A política se faz também fora da sujeição a um poder centralizado, em arranjos locais e a partir de microrrelações, em uma micropolítica que implica outra dimensão das relações de poder. (PASSOS; BARROS, 2009).

Olgária Matos chama a atenção para a *pólis* como forma de vida associada à *asti*, que é a cidade em seus aspectos materiais. *Asti* e *polis* constituem o *ethos* da cidade. Para a autora, a *pólis* grega democrática “foi a decisão política e intelectual de criação de um espaço comum de valores compartilhados, um Ideal de Ego constituído pelos laços da *philia*, da afabilidade, de elegância e graça.” (MATOS, 2010, p.143, grifo da autora). A cidade como espaço de individuação e

cidadania política, atualizada por ligações de afeição, admiração e convivência diz da *philia* que se manifesta na polis como espaço onde cidadãos se reúnem em um mesmo destino. Essa é a lição da grande tradição grega, modelo de ação política democrática. (MATOS, 2009).

Mas a *pólis* e seus sujeitos se constituem em condições que já são efeito de uma estratégia; decorrem da ação de forças que animam formas próprias de materialidade e de instituições sociais, como o espaço da ágora, espaço público e delimitado da democracia e da ordem social que lhe dá sustentação com suas partilhas individualizantes entre cidadãos e escravos, e suas regras e leis a serviço do governo de Estados. Formas e relações decorrentes da hegemonia dos poderes dominantes da sociedade grega, de sua democracia seletiva e da pedagogia de virtudes cidadãos de sua arte e de sua cultura.

Assim, longe de erigir essas determinações políticas majoritárias em exemplo ou modelo a ser reproduzido, a dimensão política que interessa constituir busca criar novas relações a partir da conexão com forças de outra natureza, humanas e não humanas. Forças caóticas do cosmos e também da história que em suas potências nômades e minoritárias são passíveis de compor uma micropolítica cujas intensidades expansivas podem variar e fazer fugir as forças coercitivas da *polis* em suas reconfigurações contemporâneas.

Lazzarato (2014) sublinha a desestabilização de alguns dos sentidos presentes na democracia grega empreendida pela escola filosófica dos Cínicos. Escola marginal, menor, popular, os Cínicos reivindicavam e praticavam uma vida outra em uma orientação desviante da política totalizante do *demos*. Os Cínicos invertem o tema da “vida soberana (tranqüila para si e benéfica para os outros)” (FOUCAULT, 2005, p.257 apud LAZZARATO, 2014, p. 202) em vida de combate e luta no mundo contra o mundo:

Os Cínicos não pedem reconhecimento, não procuram se fazer contar ou incluir. Eles criticam e interrogam as instituições e os modos de vida de seus pares através da autoexperimentação e do autoexame, da experimentação e da análise dos outros e do mundo. (LAZZARATO, 2014, p.204).

Assim, a dimensão política dos processos de constituição do espaço, do conhecimento, da subjetividade e das relações, deve ser pensada em conexão com agenciamentos e modalidades que ultrapassam o sujeito individuado e as formas

tradicionais de representação social e política. A constituição de uma vida outra requer uma micropolítica na afirmação da diferença e da singularidade, uma vez que não se apóia no reconhecimento entre iguais que exclui os diferentes. A igualdade é niveladora, elimina a singularidade e a diferença e cria novas capturas. Na atualidade ela opera o nivelamento que otimiza as condições de equivalência e liberdade necessárias à gestão do Estado e às trocas comerciais.

Essa micropolítica tem que ser criada, não está garantida nem assegurada pelos poderes dominante. Longe disso, e precisamente por ter a potência de se esquivar de seu controle, é por eles constantemente ameaçada.

A aposta em uma tal micropolítica por fazer não se pretende inaugural nem original. Mas não deixa de empreender algo de novo a cada vez que se joga, no ineditismo intensivo de cada lance-acontecimento onde reverberam, diferindo, ocorrências ao mesmo tempo individuais e coletivas, particulares e universais (DELEUZE, 2011) em movimentos nos quais também o tempo se desdobra e se abre a novos arranjos. Espaços-tempos de novas relações onde ações, lugares, passado, presente e futuro se tocam e se contagiam em novas intensidades, cada jogada é um pequeno *fragmento de caos* no qual se constela uma distribuição de singularidades em que se reúne *em uma vez o cada vez para todas as vezes* (DELEUZE, 2011, p.62-63). É assim que a aposta desta tese singulariza, no aqui e agora e com seus próprios meios, forças presentes em práticas disseminadas nos vários domínios da ação e da experiência e em vários tempos, e que concernem a todos aqueles que não se fazem comandantes e nem se deixam comandar. Do ponto de vista de sua elaboração teórico-conceitual, reverbera formulações de pensadores que tem em comum a recusa, em tudo positiva, em conceder aos poderes dominantes, hoje indissociáveis das dinâmicas da expansão capitalista, o domínio total e absoluto de que são sequiosos.

Nas formulações de Michel Foucault encontramos:

De fato, as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. Com frequência se disse - os críticos me dirigiram esta censura - que, para mim, ao colocar o poder em toda parte, excludo qualquer possibilidade de resistência. Mas é o contrário!

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência (FOUCAULT, 2006, v. IV, p.232).

Em Georges Didi-Huberman, historiador da arte:

Mas uma coisa é designar a máquina totalitária, outra coisa é lhe atribuir tão rapidamente uma vitória definitiva e sem partilha. Assujeitou-se o mundo, assim, totalmente como o sonharam - o projetam, o programam e querem no-lo impor - nossos atuais 'conselheiros pérfidos'? Postulá-lo é, justamente, dar crédito ao que sua máquina quer nos fazer crer. É ver somente a noite escura ou a ofuscante luz dos projetores. É agir como vencidos: é estarmos convencidos de que a máquina cumpre seu trabalho sem resto nem resistência. É não ver mais nada. É, portanto, não ver o espaço - seja ele intersticial, intermitente, nômade, situado no improvável - das aberturas, dos possíveis, dos lampejos, dos apesar de tudo. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p.42).

Ou nas palavras do filósofo Peter Pál Pelbart:

Mas não deveríamos deixar-nos embalar por um determinismo tão apocalíptico quanto complacente. Parafrazeando Benjamin, seria preciso escovar este presente a contrapelo, e examinar as novas possibilidades de reversão vital que se anunciam nesse contexto. Pois nada do que foi evocado acima pode ser imposto unilateralmente de cima para baixo, já que esta subjetividade vampirizada, essas redes de sentido expropriadas, esses territórios de existência comercializados, essas formas de vida visadas não constituem uma massa inerte e passiva à mercê do capital, mas um conjunto vivo de estratégias. [...] Num capitalismo conexcionista, que funciona na base de projetos em rede, como se viabilizam outras redes que não as comandadas pelo capital, redes autônomas, que eventualmente cruzam, se descolam, infletem ou rivalizam com as redes dominantes? Que possibilidades restam, nessa conjunção de plugagem global e exclusão maciça, de produzir territórios existenciais alternativos àqueles ofertados ou mediados pelo capital? De que recursos dispõe uma pessoa ou um coletivo para afirmar um modo próprio de ocupar o espaço doméstico, de cadenciar o tempo comunitário, de mobilizar a memória coletiva, de produzir bens e conhecimento e fazê-los circular, de transitar por esferas consideradas invisíveis, de reinventar a corporeidade, de gerir a vizinhança e a solidariedade, de cuidar da infância ou da velhice, de lidar com o prazer ou a dor? (PELBART, 2011, p.21-22).

Antonio Negri e Michael Hardt, estudiosos da globalização:

Esse conceito de produção do sujeito pelo poder, a total alienação do cidadão e do trabalhador e a total colonização do mundo vivo, foi aventado por muitos autores já na década de 1960 como a característica essencial do “capitalismo tardio”. A Escola de Frankfurt, os situacionistas e vários críticos da tecnologia e da comunicação centraram-se no fato de que o poder nas sociedades capitalistas vem-se tornando totalitário mediante a produção de sujeitos dóceis. Em certa medida, os pesadelos desses autores correspondem aos sonhos dos estrategistas do domínio de pleno espectro. [...] Esses sonhos e pesadelos, no entanto, não são reais. Por mais multidimensional que seja, a dominação nunca pode ser completa e sempre enfrentará resistência. (HARDT; NEGRI, 2005, p.84).

Milton Santos, geógrafo:

Diante do que é o mundo atual, como disponibilidade e como possibilidade, acreditamos que as condições materiais estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política. Na sua forma material, unicamente corpórea, as técnicas talvez sejam irreversíveis, porque aderem ao território e ao cotidiano. De um ponto de vista existencial, elas podem obter um outro uso e uma outra significação. A globalização atual não é irreversível. (SANTOS, 2010, p.173-174).

Ou ainda a psicanalista, ensaísta e curadora Suely Rolnik:

Assim descrita, a situação parece apocalíptica. No entanto, a perversão não é assim tão tiranicamente poderosa. Se o capitalismo contemporâneo atiou a força de invenção, ao fazê-la trabalhar a serviço da acumulação de mais-valia, em seu avesso, a mobilização dessa força no conjunto da vida social criou as condições para um poder de afirmação da vida como potência de variação sem medida de comparação com outros períodos da História – uma ambigüidade constitutiva do capitalismo contemporâneo, seu ponto vulnerável. [...] Redes, às vezes minúsculas, às vezes maiores, efêmeras ou duradouras, que se formam entre aqueles que pressionados pelo intolerável decidem simplesmente desertar esse regime. (ROLNIK, 2002, p.115).

Outras formulações similares poderiam ser acrescentadas a estas em um inventário mais amplo assinalando as relações de confluência e de divergência de suas conexões teóricas e práticas. Mas tal inventário não é tanto o que interessa no momento, e se algumas destas formulações comparecem, não o fazem à força de justificar a adesão a alguma interpretação da realidade em seus problemas colocados, mas de modo muito diverso, por instigarem a criação de um *plano*

problemático deflagrador da desmontagem de questões pré-estabelecidas e desencadeador de novas questões e de novos modos de existência.

Assim, exatamente quando as determinações desta ordem dominante parecem tão eficazes e atuantes, com codificações de todo tipo operando na criação de redes ao mesmo tempo intensivas e extensivas ávidas por capturar, segregar e controlar os diversos fluxos e fixos de que é feito o espaço, experimentá-lo como instância aberta de heterogeneidade e diferença, irreduzível a mero efeito de captura dos poderes instituídos é gesto de resistência que interessa sustentar. Trata-se então de abordar e interpelar os vetores de subjetivação constituídos pelo capitalismo a partir de seus *agenciamentos maquínicos* e neles inserir uma diferença.

[fragmento 2: sala de aula]

Cada conflito em torno de associações vai traçando aquilo de que é feito o mundo das outras pessoas. Não temos, de um lado, “conhecimento” e do outro “sociedade”. Temos muitas provas de força através das quais são revelados os elos fortes e os fracos.[...] Quem se mantém fiel ao “fiu-fiu” não vive a mesma vida de quem faz questão de dizer “passarinho” e “fugiu” (LATOURET, 2000, p.328).

. aula inaugural

Professor em palestra aos alunos no auditório lotado: *A profissão de arquiteto é muito importante, muito séria. Fazer o espaço onde as pessoas vão viver exige um compromisso ético com quem vai usar os espaços. Arquiteto não faz projeto para ele mesmo, nem para as revistas. Faz projeto para os outros, para quem vai viver nos espaços. É questão de compromisso ético, de cuidado com as pessoas, atenção, generosidade. Por isso é muito importante pensar no efeito do nosso gesto na vida das pessoas. Vejam esses projetos do programa Minha Casa Minha Vida, isso é uma violência, arquiteto não pode fazer esse tipo de coisa, submeter as pessoas a esse tipo de ambiente que só pode gerar uma vida sem qualidade. Habitação não é só a casa, a unidade de moradia, habitação é a cidade, qualidade de vida pela qualidade de espaço. Não pode ser depósito de gente no meio do nada. Tem projetos que a gente deve recusar. É um absurdo o que estão fazendo, arquiteto não pode se prestar a esse tipo de coisa, não pode compactuar. Ele é co-responsável e não adianta depois falar que não tem culpa e que seu poder de ação é limitado. Não tem jeito de ninguém ser feliz morando em um lugar desses, longe de tudo. É o fim da picada. Nunca se esqueçam de pensar nas pessoas e no efeito da nossa ação sobre a vida delas.*

Aluno na platéia: *Discordo, professor. Tem muita gente que mora em conjuntos assim e é feliz. Eu mesmo moro com a minha família em um apartamento de um conjunto habitacional. Somos todos felizes lá, eu, minha família, meus vizinhos.*

.cenas de uma aula qualquer

A gente é muita gente. Por isto o verbo é no plural e não faz unidade: o pessoal não *dão* pingo sem nó, a gente não *somos* inútil. Vigias do túmulo da língua morta torcem o nariz para a inteligência viva e desobediente inventora de sua própria lógica. Até o perigo pode ser anunciado com astúcia e alguma graça, quando a multiplicidade submete-se ao jugo da unidade: isto nós *sabe* também, nós já *aprendeu*. Códigos, regras, desvios: combates além da língua, sentidos além da linguagem. Em todo lugar onde imperam códigos rígidos estende-se o véu de uma pequena morte, ensejando a conformidade e desestimando a variação. Na sala de aula os códigos do projetar vão sendo manejados em combates diversos e nem sempre sutis nos quais muitos outros códigos comparecem: gestos, entonações, pronúncias, vestuário, posturas, olhares, vocabulário, sotaques, endereços, lazeres, leituras, histórias. Das mais explícitas às mais discretas, das espalhafatosas até as quase imperceptíveis, práticas diversas são rapidamente apreendidas, processadas e assimiladas na inscrição de posições e relações que se estabelecerão. Para alguns acolhimento, abertura, alteração, novas composições; para outros indiferença, para alguns rejeição e talvez para todos novos combates na reatualização de velhas classificações em modalidades novidadeiras que redefinem antigas coordenadas de prestígio: uma elite sedutora fascina e conserva. Acolhida sempre de modo obsequioso em seu charme de realeza, paira etérea acima dos atropelos e esbarros da vida não pasteurizada. Mas é a ralé sem charme, de estopim curto e pouco afeita aos jogos de dissimulação e de sedução perversa, e que para existir independe da licença que não lhe é concedida, que prenuncia novos possíveis em sua existência-resistência desprestigiada. Seu desprestígio é a força que não adentra os salões da distinção, mas que os faz fugir. Algumas senhas permanecem inacessíveis a alguns, e talvez os códigos existam precisamente para segregar e excluir, tanto mais eficazes quanto mais dissimulados. Mas se esta exclusão pode ser dolorosa, não deixa de ser alentadora: a incompatibilidade com os signos de distinção-segregação é potência da maior vitalidade. Triste é submeter-se aos padrões dominantes, corresponder a eles, embora haja quem o deseje e mesmo quem se orgulhe de os antecipar e engendrar, anunciando vaidosamente as novas tendências a serem seguidas. Leis universais que a história ensina e repete, sempre simpática aos senhores. Mas o mundo muda e tudo se move, apesar dos senhores, das vassalagens e dos universais. O acontecimento suspende a previsibilidade da

história, injeta vida na rigidez das constâncias e inscreve rachaduras imperceptíveis, mas sempre operatórias.

Outros combates inscrevem estratificações e fronteiras marcando posições e sentenças em tonalidades religiosas: leigos hoje, ou ignorantes, os alunos são os pagãos de outrora, alvo da doutrinação para a salvação, e eventualmente também os hereges a serem condenados à reprovação em sua insubordinação. Alguma fogueira ainda crepita, alguma inquisição ainda sobrevive exatamente onde se pretendia tê-las suprimido. A razão não extingue a crença, que não extingue o mito, e assim o controle sobrevive, alterando-se em versões renovadas cuja contraparte racionalista parece desconhecer que ninguém nasce especialista, e menos ainda, leigo. Inquietação e enrijecimento no anseio em transmitir, informar, comunicar. E também no anseio em ser informado, comunicado, ensinado. Ensina-se e aprende-se a demandar, suprir, medir, avaliar, julgar. Motivação. Discursividade burocrática. Ações vazias, mas que pesam um bocado, pois também o vazio tem a sua matéria e suas densidades: acatar a própria tarefa como responsabilidade e demandar que outros acatem as suas. Sentir nestas responsabilidades-vereditos a carga de uma dívida prevista em cláusulas de contratos que distribuem direitos, deveres e culpabilizações em doses administráveis. Estabelecer os critérios que podem ser negociáveis e anunciar os que não são. A norma de uns alçada a lei de todos. Certo-errado. Formação profissional. Programa de necessidades. Estudo preliminar. Prática profissional. Aula de campo. Anteprojeto. Inserção no mercado. Detalhamento. Esquadrias. Planta de piso. Projeto luminotécnico. Especificação de materiais. Aprovação de projetos. Ascensão social. Participação. Processos compartilhados. Realização pessoal. Realização familiar. Responsabilidade social. Acessibilidade, sustentabilidade. Entender, fornecer, atender o que “o mercado” quer. Quantas expectativas cabem em uma sala de aula? Quantas resistem à demolição de consensos forjados e de sentidos capciosos? Policiamento, disciplina e a sala de aula secreta mais um pequeno tribunal: erros de ortografia, erros de concordância, erros de desenho, erros de concepção, erros de projeto – quantos erros e quantas sentenças cabem em uma sala de aula? Sentir quando algo não vai bem. Sentir quando algo vai bem, também – há encontros felizes em sala de aula,

acontecimentos delicados e imprevisíveis que irrompem sem pedir licença, redistribuindo arranjos e possibilidades.

Alguns desejam a parte que lhes cabe, alguns não. Alguns a acatam, alguns não. Alguns pensam nisto, alguns não. Perdedores ou vencedores, alguns farão de seus embates a aventura arriscada e criadora do desmanchamento de suas personalidades, outros farão deles o drama maçante e eterno de seus Eus queixosos, desvitalizados, e também de seus Eus empoderados e narcísicos.

Aquietar-se, desenrijecer-se. Uma brecha se insinua e eis que algo muda sem volta. A polícia, a inquisição e o tribunal ausentam-se da sala de aula junto com comunicados e ordens, e sem culpa e sem dívidas o mundo se expande sem o peso de códigos rígidos e de penas a cumprir. Entre palavras, espaço e mundos, há muitos mundos que as palavras não alcançam, mas há também muitos outros que elas inventam ao nomear. Espaço-mundo-palavra: abrir espaço, acolher as errâncias e esvaziar o erro. Mundo-palavra-espaço: acolher sem condescender: experimentar e fazer proliferar o mundo plural, multi-mundos, à força de declinar do mundo-uno. Palavra-espaço-mundo: uma letra desobedece e um possível é criado, um espaço de movimentação, ainda que mínimo: uma diferença. Isto faz um mundo.

pespequitiva / parteleira / esquadriha / alicerse / soclo / faichada / dimensão / lavábulo | free go bar / feichadura / massa prástica / tauba escorrída / dispensa / lina bombardi / tadao anda / anti-projeto / poblema / pobrema / probrema / caixa sinfonada / esfolheado / interversão urbana / entorto urbano / vasculhante / basculhante / floxograma / arcobrotante / garragem / sala de star / iluminação genital / casa germinada / combogó / cidades / degrais / corrimões / laje espermeabilizada / gurita / ensolação / biodegradante / esbaldrame / muro de contentamento

Muitas questões interpelam o ensino de arquitetura. Desde sempre oscilando entre o técnico e o artístico na dicotomia estéril de um falso problema, é a partir da problematização ética e política que a arquitetura pode se conectar com os processos de reconfiguração subjetiva em curso na atualidade.

A criação de modos de vida, ou processos de subjetivação, são também o que constitui o aparato cultural da arte, da ciência e do saber como enquadramento de sentidos no qual convergem e são produzidos a autoridade, o prestígio e a tradição de cada campo de ação e dos modos de vida. A tendência majoritária é a destinação ao mercado, investida e produzida pelo capital e atendida pelo planejamento das coisas em suas menores capilaridades. Dessa tendência participa também o empreitamento das pessoas e dos modos de vida. A sociedade tende a tornar-se “um grande salão de vendas, uma rede de negócios públicos desonestos e uma contínua exposição de modas” (MILLS, 2009, p.72) presidida pela ideia de *status*. Do ponto de vista do ensino e da formação profissional, a tendência de padronização se impõe sem encontrar maiores resistências, uma vez que esses ambientes se definem precisamente por meio de convenções, hierarquias e subordinações que operam a padronização como traço distintivo de um saber prestigiado e distinto. Nos ambientes de ensino e de formação profissional as ações são orientadas e definidas na obediência a códigos rígidos e em conformidade com um pensamento único. Nessa monocultura do pensamento tem destaque a norma culta da língua, marcador de posição social cuja inobservância inscreve barreiras e distâncias sociais e subjetivas, embora o empobrecimento da linguagem não decorra daí. A língua é variação, e a variação é sinal de vitalidade. Só as línguas mortas não variam. O que é nefasto à língua, à comunicação e às relações não é a variação vital pela heterogeneidade, mas a homogeneização pelos sentidos comerciais que tendem a fazer de toda interação a ocasião de uma troca comercial (LAZZARATO, 2014). Homogeneidade de termos, jargões e sentidos que criam uma língua e uma existência para o mercado.

Do lado do produtor, nos circuitos do ensino e da formação profissional, em que pese a imagem de liberdade e autonomia de criação, prevalece a formação para o mercado. A necessidade de vender, alimentada pela publicidade e calibrada por pesquisas e sondagens acerca das preferências e gostos da clientela, soma-se à legitimação científica das chamadas necessidades humanas que fundamenta o consenso apresentado como demanda do consumidor. Quem produz, amparado por esse aparato, pensa oferecer o que o consumidor deseja, embora esse desejo lhe seja no mais das vezes imposto. “O dogma é que ‘só lhes damos o que eles querem’. Esta é a ‘grande mentira’ da cultura de massas [...]” (MILLS, 2009).

Do lado do consumidor, em que pese a imagem de liberdade de escolha, opções e alternativas já são dadas de antemão, fabricadas pelos grandes aparatos que produzem a figura do produtor e do receptor, fazendo crer que o pólo produtor produz o que o pólo consumidor demanda e quer. Mas é no interior do aparato cultural, no qual produtores e consumidores são peças pouco autônomas de uma grande e complexa engrenagem, que será definido o leque de possibilidades a serem escolhidas. As alternativas que se criam são produzidas por uma miríade de dispositivos que definem o horizonte de expectativas:

Escolhemos entre possíveis já determinados, nos quais o futuro aparece sob a forma de um projeto que venha garantir a melhoria ou a continuidade de uma maneira de ser já estabelecida culturalmente. Optamos sempre em um campo de alternativas já fixadas pelas instituições, pelos meios de comunicação, pelos aparelhos de Estado, etc. Decidimos nossa vida dentro dos limites impostos pelas insígnias com as quais nos identificamos. (MACIEL JÚNIOR, 2005, p.54).

Esse aparato cultural, dócil aos interesses capitalistas, constitui os modos de subjetivação que dão coesão à ordem social, dos quais a arquitetura participa ativamente. Sua problematização leva à pergunta pelo que pode a arquitetura e é condição para a criação de saídas capazes de abrir novas possibilidades vitais e novas imaginações políticas.

A pergunta pelo que pode a arquitetura e o ensino da arquitetura tem na pergunta espinosista sobre o que pode o corpo uma referência incontornável, cujos desdobramentos, efetuados por Passos e Benevides (2005) acerca da clínica, servem aqui de provocação. A pergunta sobre o que pode a arquitetura ou o que pode o seu ensino convoca o tema do poder, da potência que impulsiona a fazer passagens entre a arquitetura e o fora da arquitetura, na medida em que implica indagar acerca do que ela é composta e que conjunto de relações a afetam. Em outros termos, que encontros e relações a engendram.

Lourau (1975) aborda as normas que dão coesão aos modos de vida do corpo social a partir da instituição, por ele definida como uma norma universal própria de cada sociedade, à qual associa-se um conjunto de regras, modelos e valores de comportamento. São normas visíveis dotadas de organização jurídica, material, ou ambas simultaneamente, e que operam em modalidades do tipo organizações,

organismos, administrações, sociedades, firmas, associações. Incluem a empresa, a escola, o hospital, o sistema escolar, o industrial, mas também a família, o casamento, etc. Toda norma social faz referência às demais e ao conjunto do sistema social. Os modelos de ação possíveis e desejáveis e as normas de ação impostas e sancionadas por cada uma delas constituem um universo diferente do universo das demais. As finalidades e o funcionamento de cada uma diferem das outras e o entrecruzamento dos processos relaciona-se com o conjunto do sistema social, responsável por fazer incidir certa transversalidade de funções e de escalões com vistas à integração ao sistema geral. É assim, por exemplo, que os fatores punitivo e de confinamento não são prerrogativa da prisão, nem o fator educativo o é da escola. Toda forma social possui um caráter específico produzido por sua finalidade oficial, sua função autonomizada cuja existência liga-se ao sistema social de divisão do trabalho que distribui a posição de cada um dentro do todo do sistema social. Lourau define como aspecto característico da instituição o fato de ser um espaço singular, recortado no espaço e no tempo sociais, e submetido a normas imperativas que refletem em parte as normas sociais da classe dominante, acentuando-as e instaurando exceções. Nesses lugares as modalidades de entrada e participação, assim como de saída e exclusão, são extremamente codificadas. (LOURAU, 1975).

Essa operacionalidade de ações, espaços e tempos diferenciados e controlados foi analisada por muitos estudiosos como uma lógica de confinamento. Foucault (1979b) foi o pioneiro deles, em sua abordagem dos regimes disciplinares enquanto exercício de poder associado às instituições. Seu funcionamento tinha por efeito moldar os corpos e comportamentos ao ordenar o tempo e o espaço em que as atividades eram exercidas. No regime disciplinar ações eficazes são estabelecidas em situações espacialmente definidas e temporalmente controladas por meio das instituições, cujo papel é mediar as relações entre os indivíduos e a ordem social. Nesse funcionamento a organização do espaço é parte indissociável de uma estratégia de poder.

No momento atual, com a crise generalizada das instituições como meio de confinamento, assistimos a passagem desse regime disciplinar para um regime de controle. Mas essa crise e essa passagem não implicam que o controle exercido

pelas instituições esteja em vias de se extinguir; longe disso, como assinala Deleuze (1992), opera-se um tipo de transbordamento, com a disseminação e a implantação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação, no qual o controle que se restringia ao interior das instituições passa a ser exercido de modo difuso em todo o campo social,. O controle assume novas e difusas configurações: com relação às prisões, penas substitutas ou mesmo a utilização de dispositivos de controle à distância; nas escolas, a formação permanente com controle e avaliação continuados, além da introdução da empresa em todos os níveis de escolaridade, em novas modalidades de controle difuso. Essa mudança de regime não opera uma substituição, mas uma coexistência diferenciada. Formas anteriores são reativadas em funções atuais e em novas associações.

A arquitetura e seu ensino carregam as marcas do regime disciplinar, do qual se originou a arquitetura como disciplina científica. Em suas modalidades majoritárias a arquitetura define-se como disciplina que projeta os espaços em adequação aos usos socialmente estabelecidos e nesse modo operatório a arquitetura se constitui em positivismo, aderência e obediência ao que está instituído. Os mecanismos que formam seu meio profissional e o ensino, os efeitos de prestígio e de valorização do trabalho do arquiteto perpetuam-se na adequação dos espaços aos usos estabelecidos pela ordem social e sua conservação idêntica, constituindo-se em campo profissional ao qual cabe o desenho dos espaços de confinamento adequados aos usos aceites. Concursos de projeto, premiações e publicações reforçam esta conservação e convergem na ressonância e na identidade entre o geral da ordem social e o particular da produção especializada do espaço.

Como exemplo, basta citar que um dos princípios basilares que orientam a arquitetura vem do dualismo constitutivo das teorias da soberania moderna. Hardt (2000) assinala sua presença em muitas de suas formulações, como na concepção de uma ordem civil definida pela separação dos espaços exteriores da natureza; nas concepções da soberania do indivíduo baseadas em uma relação dialética entre a ordem natural das pulsões e a ordem civil da razão ou da consciência, e também na polaridade público/privado da teoria política liberal. Dessa polarização surge a separação característica da sociedade moderna e bastante cara à

arquitetura, entre os espaços públicos pensados como o fora, lugar próprio da vida política no qual a ação do indivíduo fica exposta ao olhar e ao reconhecimento dos outros, e os espaços interiores como o dentro, lugar dos assuntos privados.

Essa dialética, característica do regime disciplinar, tende a se embaralhar na atualidade, e gradualmente a arquitetura passa a incorporar as novas dinâmicas do regime de controle: do ponto de vista da espacialidade os espaços públicos vêm-se mais privatizados na medida em que a paisagem urbana deixa de ser o *locus* do encontro casual e do agrupamento de todos, e torna-se o das autoestradas e dos grandes espaços interiores protegidos e isolados. (HARDT, 2000). Ao mesmo tempo, a esfera da vida privada passa a ser objeto de exposição, submetida, tanto como a esfera pública, ao controle e à vigilância. Seja na vigência do regime disciplinar, seja na transição para o regime de controle, as modalidades majoritárias da arquitetura, reproduzidas por seu ensino, constituem-se como provedoras das soluções espaciais adequadas às demandas dos poderes, dos quais obtinha legitimação.

Assim, a vigência do regime disciplinar dava coesão e encaminhava às instituições poder de comando sobre os modos de vida. Também a arquitetura, em sua condição de conhecimento especializado, participava das instâncias que definiam o que era ou não aceitável no domínio da produção do espaço. A legislação, a formação profissional, o conjunto de procedimentos considerados próprios ou impróprios passava pelo crivo de seu poder decisório e assim o ensino de arquitetura se constituiu como garantidor dessa primazia e de autoridade. Hoje, com a crise das instituições, o que era produzido no interior da escola como um próprio, transborda e lhe é indiferente. Talvez essas passagens tenham existido sempre, especialmente nos países periféricos, onde grande parte da produção do espaço se constituiu sem a chancela das instituições, na introdução de alterações em relação aos modelos vigentes nos centros de poder. Mas essas ocorrências sempre foram desqualificadas e minoritárias em sua condição de variação e relativa distância das referências dominantes nos centros de saber-poder.

Assim, ao mesmo tempo em que um controle generalizado e capilar parece recobrir todo o ecúmeno, novos possíveis se anunciam. As condições das técnicas atuais favorecem a maior autonomia de saberes e práticas em relação aos centros

de poder. A escola, outrora canal de centralização do conhecimento e da informação, lugar de sua produção e difusão, não detém mais essa primazia, mas é nessa nova condição que surgem novas possibilidades. Muito mais do que no regime disciplinar, o ensino de arquitetura tem as condições de formar um núcleo crítico no qual professores e alunos podem elaborar uma prática própria e encaminhar maior consistência ética e política a essa produção do espaço que enxameia em todos os lugares.

A produção de diferença como potência da arquitetura mobiliza então, necessariamente, a aliança com os devires menores destituídos de autoridade, mas não de potência criadora, que se agitam na superfície do social. Fora da solução de seus problemas já dados em conformidade com a ordem social, a arquitetura pode devir outra. Por certo os problemas já dados não são negligenciáveis e urge serem resolvidos - segregação socioespacial, déficit habitacional, gentrificação, degradação ambiental, precarização do habitat, etc. Mas cabe ir além dessas configurações e desviar dos sentidos prontos buscando novas conexões com os devires que operam em silêncio, fora da adesão ao passado, às efetuações do presente e do empreitamento do futuro. Em aliança com o devir, a arquitetura pode produzir espaços que sejam também uma cartografia do presente e de suas linhas de captura e de fuga, na invenção de novas ações capazes de criar novos espaços-tempos dos quais extrair novas potências criadoras.

Tarefa que não é fácil, pois a arquitetura majoritária opera na adesão ao sedentarismo de ações que supõem o tempo linear. O projeto, dispositivo-projétil que se lança ao futuro, é seu modo operatório e traço distintivo. Para empreender a desestabilização dessas e de outras de suas coesões majoritárias, um exercício genealógico da arquitetura em suas conexões com o pensamento científico pode ser a ocasião de ativar novos sentidos, explicitando algumas de suas linhas de captura.

A revolução científica do século XVI, ligada às ciências naturais, assinala o momento em que se constituiu o modelo de racionalidade que preside a ciência

moderna¹⁰. Porém, apenas no século XIX, com sua incorporação pelas ciências sociais emergentes, efeito e condição de seu desenvolvimento, essa racionalidade é alçada à posição de modelo geral que institui o conhecimento científico diferenciando-o do senso comum, dos estudos humanísticos e das demais modalidades de conhecimento não pautadas por princípios de rigor científico. (SANTOS, 2002).

Essa separação implica também a cisão entre ser humano e natureza, movida pela desconfiança nas evidências da experiência imediata. As novas modalidades de observação dos fenômenos naturais, sistemáticas e rigorosas e amparadas pela matemática, erigem a equivalência entre conhecer e quantificar. Esse método científico assenta-se na redução da complexidade: para conhecer há que se dividir, classificar e determinar relações sistemáticas:

É um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vistas a prever o comportamento futuro dos fenômenos. [...] Um conhecimento baseado na formulação de leis tem como pressuposto metateórico a idéia de ordem e de estabilidade do mundo, a ideia de que o passado se repete no futuro. (SANTOS, 2002, p.16-17).

Ainda o autor:

O rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, que ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza.[...] Os limites deste tipo de conhecimento são, assim, qualitativos, não são superáveis com maiores quantidades de investigação ou maior precisão dos instrumentos. Aliás a própria precisão quantitativa do conhecimento é estruturalmente limitada. (SANTOS, 2002, p.32-33).

Esse modelo de racionalidade atravessa uma crise na atualidade, decorrente da interação de condições teóricas e sociais. Por um lado, o próprio desenvolvimento do conhecimento científico (as teorias da relatividade, o princípio da incerteza, a teoria das estruturas dissipativas e dos sistemas abertos, dentre outros) que permite explicitar as fragilidades de alguns de seus pressupostos¹¹. E por outro

¹⁰ Embora seja bastante problemático e mesmo questionável acatar uma data como marca do surgimento desta razão operatória, mantenho essas referências, menos para assinalar um momento de origem do que uma baliza que indica a partir de quando ela se torna dominante.

¹¹ Não se trata mais da mera substituição de uma verdade científica por outra, uma vez que a possibilidade de refutação é um pressuposto do conhecimento científico. O que se abala aqui é a definição estática da delimitação do campo científico em fronteiras rígidas, ainda que sujeito a modificações internas.

lado há novas condições sociais e políticas que interditam as certezas acerca da pretensa auto-regulação do conhecimento científico. A ilusória autonomia da ciência e a neutralidade do conhecimento científico, desde sempre questionáveis, caem por terra na atualidade, quando os centros de poder econômico, social e político passam a ter papel decisivo na definição das prioridades científicas, e a própria globalização é ela mesma, em certa medida, condição e decorrência do desenvolvimento técnico-científico. (SANTOS, 2002).

Mas o paradigma racional-moderno ainda prevalece nos territórios e práticas do conhecimento científico, onde opera toda uma codificação disciplinar e compartimentada da pesquisa e do pensamento a partir de um modo “condenado ao limite, às regras rígidas, aos modelos, às estratégias normativas, à imponderável fronteira da objetividade”. (HISSA, 2002, p.63).

Essa operacionalidade disciplinadora se impõe de diversas formas. Em primeiro lugar na relação que a ciência estabelece com o mundo traduzindo-o em objeto de conhecimento mapeável e quantificável. Também na consideração da natureza como fonte de recursos apartada dos processos heterogêneos e maquínicos que constituem o mundo, assim como na abordagem dos processos ditos sociais a partir de parâmetros numéricos, como indicadores de pobreza, desenvolvimento humano, renda, etc. Esses procedimentos replicam os métodos positivistas quantificadores de fenômenos característicos da Revolução Científica do século XVI. Ademais, esse *logos* inibe e mutila a dimensão da criação, entrincheirando-a nos territórios não científicos da arte. Nesse processo o pensamento e a pesquisa reduzem-se a mera atividade descritiva, explicativa ou de corroboração de hipóteses.

No que concerne à Arquitetura e ao Urbanismo, o mundo moderno fez incidir solicitações adicionais e específicas decorrentes da imbricação entre espaço e o nascente capitalismo. O Urbanismo surge como ciência nova que tem por objeto o espaço da cidade transformado pela industrialização e pelo desenvolvimento do mundo capitalista.

Já a Arquitetura, embora anterior à industrialização e ao capitalismo, não se mantém incólume a esses processos, instituindo-se como disciplina científica no

contexto das transformações surgidas com o nascimento do capitalismo. O dispositivo do projeto tornado corrente no século XV atende à nova configuração subjetiva surgida sob os auspícios do *logos* capitalista em sua relação indissociável com o Estado. O dispositivo do projeto efetua um deslocamento da arquitetura, que passa de ofício manual submetido ao controle das corporações de ofício à condição de arte liberal e erudita com novas funções de comando e coordenação. Até então a arquitetura era criação prática e coletiva que agrupava as atividades de diversos artífices responsáveis pela execução dos detalhes da construção. Elvan Silva (1991) assinala que o processo de trabalho da arquitetura era empírico e horizontal, de tentativa e erro, e o tempo de execução podia se prolongar por séculos. Com a mudança de *status* a criação arquitetônica passa a ser compreendida em termos da concepção intelectual que antecipa e prevê a totalidade da obra. O projeto de arquitetura cristaliza novas relações e novos poderes ao surgir como novo instrumento que reflete o conjunto de conhecimentos e códigos reunidos então reunidos pela primeira vez em teoria. O projeto encaminha uma nova autoridade intelectual ao arquiteto, doravante em posição de coordenação e comando, à qual os demais trabalhadores deverão se submeter. Ao mesmo tempo em que eleva o status do arquiteto ao patamar de trabalhador intelectual, o projeto rebaixa o status dos trabalhadores manuais a meros executores. Estas novas relações de poder e de subordinação afinam-se com os impulsos humanistas e individualistas incrementados pelas novas relações sócio-econômicas do capitalismo nascente. (SILVA, 1991).

Essa nova ação coordenadora é abordada também por Deleuze e Guattari (1997), que a relacionam a um quadro mais amplo compreendido em termos de um *revide do Estado*. A mobilidade característica dos trabalhadores dos canteiros de obra não convinha aos Estados, e seu *revide* consistiu em “[...] gerir os canteiros, introduzir em todas as divisões do trabalho a distinção suprema do intelectual e do manual, do teórico e o prático, copiada da diferença ‘governante-governado’.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.34). Assim, ao plano traçado diretamente sobre o solo do canteiro de obras gótico opõe-se “o plano métrico traçado sobre o papel do arquiteto fora do canteiro. [...] Ao talhe das pedras por esquadrejamento opõe-se o talhe por painéis, que implica a ereção de um modelo a reproduzir.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.35). Na divisão do trabalho operada pelo

Estado, os autores chamam a atenção para o caráter ilusório da aparente autonomia conferida aos intelectuais ou conceptores – entre os quais os arquitetos –, uma vez que convertem-se em órgão estritamente dependente. No entanto, apesar de ilusória, essa autonomia é suficiente “[...] para retirar toda a potência àqueles que não fazem mais do que reproduzir ou executar.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.35).

Na perspectiva deleuze-guattariana a ação coordenadora é, portanto, o correlato do regime de atividade associado à forma-Estado. Keiff e Keiff [201-?] adotam esse ponto de vista para desdobrar os modos operatórios da arquitetura em formulações que serão aqui retomadas. O projeto de arquitetura é uma modalidade de ação que empreita a multiplicidade e a heterogeneidade e as submete a relações constantes entre variáveis de natureza homogênea. A arquitetura opera na coordenação de processos, na emissão de ordens a partir de um lugar de comando, implicando a submissão do outro. Seja este outro uma pessoa, um grupo, um material, uma localidade, por meio do projeto ele é sempre submetido ao comando do arquiteto: coordenação da construção, coordenação da matéria para integrá-la à unicidade de uma forma ou de uma estrutura, coordenação dos projetos e serviços complementares, etc. A ação coordenada cria o espaço estriado, cuja forma geral é definida pelo Estado e caracterizado pela homogeneidade e pela medida. O espaço urbano é por excelência o espaço estriado, que se organiza por estratos sobrepostos em uma trama definida por coordenadas constantes que são a própria condição de urbanidade. As constantes que condicionam a urbanidade são os dimensionamentos da trama e as regulações de toda ordem que permitem harmonizar a heterogeneidade de fluxos: matérias, pessoas, informações, energia, etc. No pensamento de Deleuze e Guattari a forma-Estado é a estrutura geral e homogênea de onde emana o essencial das categorias que enquadram a ação coletiva, categorias que são, portanto, o seu correlato e a sua condição, operando como correia de transmissão de sua razão e de seus controles. (KEIFF; KEIFF, 201-?).

Entretanto, se é verdade que a arquitetura estabelece conexões tão estreitas com a operacionalidade sedentária e majoritária do Estado, não é menos verdade que ela é também atravessada por intensidades de outra natureza, minoritárias, capazes de

problematizar sua ação coordenadora. Mas não sendo a problematização uma oposição que anula, mas uma diferença, e deve ser pensada como ação que altera e transforma as forças em jogo a partir de sua dobra, que as põe para funcionar de outras maneiras. Sendo assim, a potência dessas intensidades menores requer uma abordagem não não dicotômica em relação à operacionalidade das categorias submetidas à lógica da forma-Estado.

A problematização da produção do espaço implica uma cartografia capaz de cotejar as modalidades maiores e menores de seus processos de produção, e que concerne diretamente ao ensino da arquitetura.

Na produção do espaço urbano nas cidades latinoamericanas, o arquiteto Víctor Saúl Pelli (1986) assinala a incidência das forças e pressões singulares decorrentes das condições de colonização desses países, responsável pela manutenção e reatualização de condições desfavoráveis nas relações com os centros de comando.

Sob a denominação *estratégia tecnológica tradicional* Pelli (1986) compreende as modalidades que organizam institucionalmente as atividades de construção do *habitat* constituídas nos países centrais a partir da Revolução Industrial e que penetraram em nossos países ao longo do século XIX, tornando-se já nas primeiras décadas do século XX, a única estrutura institucionalmente admitida. Por meio da importação de materiais, profissionais, procedimentos, normas e tipologias, essa modalidade foi aplicada na construção de infra-estrutura urbana e nas edificações ligadas às instituições e aos grupos sociais dominantes. Essas estratégias baseiam-se em um conjunto de pontos fixos: sistema monetário, sistema de medidas métrico, idioma escrito, manejo científico de leis naturais, físicas e matemáticas e sistema ocidental de serviços de infra-estrutura urbana (energia elétrica, água potável e corrente, sistema de correios, telefone e rede viária). A precariedade ou ausência de alguns destes agenciamentos é considerada desvio, anomalia a ser superada mediante a inclusão/imposição do padrão formal. O controle cultural dessas modalidades de produção é exercido por uma rede de regulações conectadas:

[...] os regulamentos, as normas e leis, as repartições de controle e regulamentação, as sociedades profissionais com seus sistemas de

regulagem, taxas e custos, as carreiras secundárias e universitárias dedicadas exclusivamente à docência dentro desse conceito de produção, a indústria e o comércio de materiais e elementos, a indústria da construção, os sistemas de encomenda e licitação, os mecanismos impositivos, os sistemas de financiamento e os sindicatos. (PELLI, 1986, p.14).

Além desses pontos fixos, segmentos duros em sua visibilidade molar, há vetores que não são intrínsecos a esta modalidade tecnológica, mas incidem sobre ela e condicionam a conformação dos materiais, procedimentos e ferramentas empregados. São mais flexíveis, intensidades migrantes que não pertencem ao regime molar de visibilidade e que agem molecularmente dando-se a perceber por seus efeitos sobre os segmentos duros. Particularmente as concepções de segurança, qualidade e conforto, arraigadas nas estruturas tecnológicas dessa cultura. (PELLI, 1986). A esses três aspectos podem ser acrescentados outros sentidos, como qualidade de vida, sucesso, bem estar, modernidade, status, sofisticação e toda uma gama de valores, não menos concretos que os aspectos materiais em jogo. Sua capacidade de modulação e produção de subjetividade, de captura do desejo, é tão poderosa quanto a de qualquer produto material, sendo talvez ainda mais insidiosa e indispensável aos produtos mais palpáveis da grande usina de subjetividades que o capitalismo contemporâneo promove. Essa é a modalidade tecnológica majoritária, e sua operacionalidade é a do regime de coordenação.

Fora desse estrato majoritário há uma miríade de outras soluções que implicam outros vínculos, outros funcionamentos, outros modos de vida em sua heterogeneidade irreduzível a mero reflexo reverso das soluções dominantes. Essa estratégia

Está preparada e tem flexibilidade para manipular, dentro de suas próprias limitações, todo tipo de materiais e elementos novos, usados ou semi-destruídos, produtos industriais especificamente destinados à construção e também os destinados a qualquer outro fim, e materiais de origem natural (terra, palha, bambu, pedra, troncos). Seus mecanismos de comunicação, verificação, registro, controle e medição não estão necessariamente baseados no idioma escrito nem no sistema métrico (ainda que também os incluam), a fim de dar espaço às reais possibilidades dos recursos humanos com que se conta. Seus mecanismos de intercâmbio e retribuição não se baseiam necessariamente no sistema monetário (ainda que incluam o dinheiro quando seu emprego é inevitável) e incorporam todos os recursos, que no meio social a que servem, possam efetivamente ser usados para conseguir produzir bens e

serviços: troca por outros bens e serviços, vínculos sociais ou familiares. [...] Os códigos de disciplina e os mecanismos de tomada de decisões são coerentes com essas situações [...]. Na tecnologia informal, os limites que tem vigência nos sistemas formais de produção perdem nitidez: o limite entre trabalho e lazer, entre trabalho e vida familiar, entre produção e manutenção; entre as distinções e separações de problemas que, na atividade formal, são atendidos através de organizações setoriais diferenciadas (habitação, saúde, educação, trabalho) (PELLI, 1986, p. 16).

Nas grandes franjas de espaços auto-produzidos das cidades latinoamericanas, uma profusão de soluções e modos de vida se cria cotidianamente. Não são apenas reações e adaptações à falta de recursos econômicos, mas se constituem como potência criadora decorrentes de outras modalidades de ação. Nelas a potência de criação transborda, rompe a rigidez das lógicas dicotômicas e das segmentações das ações ligadas à forma-Estado e faz surgir novos territórios existenciais feitos de hibridismos e adaptações.

Constituindo-se em focos de produção subjetiva por meio de ações e investimentos desejanter e criadores de diferença, a grande força de sua existência consiste em sua potência multiplicadora capaz de ensejar a criação do novo e a saída para os impasses surgidos das capturas capitalistas em suas novas configurações. Sem tornar-se um programa, uma empreitada com palavras de ordem e novas homologações, a pergunta pelo que pode o ensino da arquitetura enseja a conexão com a heterogeneidade constitutiva do fora da arquitetura em uma leveza de deslize nos novos possíveis que nele se anunciam.

[4] ESPAÇO, LUGAR E MUNDO

[4.1] lugar e comunidade

Novas relações ligam pessoas e lugares no mundo hoje. A globalização, amplificação em “sistema-mundo” de todos os lugares e indivíduos, recoloca em uma posição central a questão do lugar (SANTOS, 1998, 2006). Indissociáveis, mundo e lugar se redesenham, se influenciam e se implicam. Suas relações não são unívocas e não se reduzem a encadeamentos de causa e efeito: o mundo não é um absoluto que define irremediavelmente os lugares, nem é tampouco aquilo que está fora, além, como se no lugar o mundo não se instalasse ou como se o lugar não estivesse no mundo.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2006, p.322).

No atual estágio de internacionalização do mundo capitalista novos sentidos são associados ao mundo e aos lugares, seja por meio de uma valorização de determinados lugares, seja por meio da desvalorização de outros. A interdependência em escala global desses processos cria novas tensões entre o local e o global. Mas não há oposição entre lugar e mundo, entre local e global, apesar de certo senso comum assim o considerar.

O que precisa ser analisado, em vez disso, é justamente a produção de localidade, ou seja, a máquina social que cria e recria as identidades e diferenças que se costuma entender como locais. As diferenças de localidade não são preexistentes nem naturais, mas efeitos de um regime de produção.[...] A estrutura mais adequada para designar a distinção entre o global e o local pode, portanto, referir-se a diferentes redes de fluxos e obstáculos, nos quais o momento ou a perspectiva local dão prioridade a barreiras ou fronteiras de reterritorialização, e o momento global privilegia a mobilidade de fluxos desterritorializantes. De qualquer maneira, é falso querer que restabeleçamos identidades locais que, em certo sentido, estão fora e protegidas dos fluxos globais de capital e Império (HARDT; NEGRI, 2010, p.64).

Com efeito, o funcionamento da máquina financeiro-produtiva nos quadros da economia de mercado comporta mecanismos de regulação das desigualdades e

dos excessos próprios de seus modos de operação, elegendo como alvo de atuação populações e lugares afetados direta ou indiretamente por suas ações em localidades onde os efeitos de segregação e desigualdade são mais visíveis e explícitos. Seja como cláusula imposta nos contratos de empréstimos ou repasses de recursos entre agências de fomento e financiamento que agem nas escalas global, nacional e local; nos diversos níveis da administração estatal no estabelecimento de contrapartidas sociais; no setor privado como adesão a práticas afinadas a tal funcionamento, em que grandes e médias empresas têm sua reputação atrelada a ações no domínio da responsabilidade social e passam a dedicar quantias consideráveis de seus orçamentos a tal finalidade (ou mesmo são impelidas a fazê-lo por meio de incentivos fiscais e tributários); ou ainda no terceiro setor, a demanda reguladora de práticas com responsabilidade social implica e assim produz a comunidade como objeto privilegiado de políticas e intervenções dos mais diversos matizes.

Sem prejuízo dessas obrigações, empresas e instituições se inserem nas comunidades e localidades movidas também por seus interesses e lógicas particulares: enquanto algumas pautam suas estratégias nos quadros da ação filantrópica, reatualizando certa tradição do paternalismo e do assistencialismo que remonta ao século XIX, por sua vez tributária das práticas e dos objetivos da ação doutrinária que acompanhou o projeto colonizador, outras orientam seus projetos em direção a populações diretamente afetadas por suas atividades numa espécie de reparação de danos. No mais das vezes as ações são concebidas visando à gestão e ao controle estratégicos da imagem das instituições. Ademais, quando não são gerenciadas por fundações atreladas às corporações, grande parte das verbas destinadas para projetos em comunidades acaba sendo gerida por agências de publicidade que detêm as contas das empresas que investem neste setor ou por produtores profissionais que transitam com maior desenvoltura pelos meandros burocráticos dos programas e projetos fomentados por empresas. Há também todo um universo de atuação conduzido pelas instituições de ensino que vêm em certas comunidades e localidades um universo leigo a ser trabalhado, instruído ou desenvolvido. Assim, o incremento de programas, projetos e ações destinados a comunidades tem aberto todo um campo de atividades a profissionais e organizações da sociedade civil ligados aos setores mais diversos, da saúde à

habitação, passando pela educação, cultura, esportes, artes, etc., e que, não obstante sua aparente diversidade, compartilham o ponto de vista privilegiado de um centro de comando a partir do qual algum tipo de intervencionismo se exercerá sobre as comunidades.

Entrincheirada por corporações e instituições diversas como beneficiária de ações reparadoras, objeto de marketing empresarial, de contrapartidas contratuais ou ainda objeto de investimento e experimentação de toda uma pedagogia de inclusão/ajuste à ordem social, à comunidade, como finalidade estratégica ou nicho de mercado, não restam muitas alternativas fora da reprodução do potencial alienante da sociedade capitalista em sua vertente liberal contemporânea. Ademais, nesse universo intervencionista, comunidade tornou-se eufemismo para pobreza, construindo-se uma imagem de carência e falta a justificar sua transformação em alvo de intervenções de toda natureza.

Entretanto, sem desconsiderar as implicações dessas modalidades de produção instrumentalizada de comunidade, há que se ampliar o entendimento do que a comunidade possa vir a ser e realizar. A produção de relações desviantes das pautas e dos interesses mercadológicos é um possível que se anuncia, e, por curioso que pareça, incrementado precisamente a partir das mesmas condições que propiciam essas capturas. Um direcionamento que parta das comunidades e dos grupos sociais não hegemônicos pode fomentar outras modalidades de criação e afirmação da vida e há vários indícios que apontam para tal possibilidade. De fato o alcance e a viabilização de ações e iniciativas protagonizadas pelas próprias comunidades, inventando novas maneiras de estar junto, de viver, de criar, de trabalhar, de se relacionar e de produzir as próprias existências, têm adquirido consistência cada vez maior.

O maior dinamismo das trocas e relações sociais devido à grande mistura de povos, raças e culturas em todos os continentes e aos progressos da comunicação e da informação possibilita a mistura de filosofias e modos de vida em detrimento da referência predominante baseada no racionalismo europeu, propiciando, de modo inédito no momento atual, condições de uma rica sociodiversidade, conforme observa o geógrafo Milton Santos (2010). A rapidez dos processos leva a uma rapidez das mudanças, e tanto do ponto de vista da ordem material quanto na ordem intelectual, este dinamismo característico das condições atuais é capaz

de ensejar novas possibilidades de compreensão “do mundo, do lugar e da respectiva posição de cada um, no mundo e no lugar” (SANTOS, 2010, p. 167), assim como novos processos de singularização em prol de modos de vida mais ricos.

E são essas novas condições que hoje demandam um empenho de redefinição radical do entendimento da comunidade e de suas implicações e possibilidades. Empenho que demanda o abandono da busca ou circunscrição de atributos fundantes capazes de conferir um quadro estático de referências, em prol de uma problematização feita de novas questões e relações.

Vivemos hoje uma comunhão global dos lugares com o Universo, a partir da qual se pode falar de uma interdependência universal dos lugares, conforme salienta Milton Santos (2008). Trata-se de um processo que altera o arranjo anterior baseado no Estado-Nação e em sua noção jurídico-política de território, desenvolvida a partir do conhecimento e da conquista do mundo desde o Estado Moderno e o Século das Luzes até a era da valorização dos chamados recursos naturais. O território foi a base e o fundamento do Estado-Nação, instância que definia os lugares, ainda que nem todo território fosse subordinado a um comando estatal. Hoje os lugares são solicitados por novas dinâmicas que, não sendo mais exclusivamente derivadas do comando de Estados Territoriais, permitem que se fale de uma transnacionalização dos territórios, ainda que, mais uma vez, não se possa afirmar que todos os territórios sejam transnacionalizados ou que os que o são o sejam completa e totalmente.(SANTOS, 2008).

Esse novo funcionamento do território cria novas relações, estudadas por Milton Santos a partir de duas categorias, as horizontalidades e as verticalidades (2006, 2008). As horizontalidades são os domínios da contiguidade e de vizinhanças definidas por uma continuidade territorial ou de superfície, própria do vínculo que une os seus membros. Já as verticalidades referem-se a uma vinculação que se dá por todas as formas e todos os processos sociais que ligam pontos distantes uns dos outros. Mas são os mesmos lugares que se relacionam horizontalmente e verticalmente, caracterizando o que Milton Santos denomina de acontecer simultâneo (SANTOS, 2008, p.139).

Embora não coincidam, território e comunidade se implicam mutuamente, ainda que o vínculo de contiguidade territorial não seja uma condição para a

constituição da comunidade: se, por um lado, ele está implícito quando se trata de agrupamentos do tipo associações de bairro, de moradores, de vizinhos, etc., pode haver o compartilhamento de vínculos de outra natureza, como no caso de um credo religioso, uma afinidade musical e uma série de outros exemplos possíveis, em que sequer a presença física e compartilhada dos membros é necessária. Nesse caso, ainda que a contigüidade territorial não seja o ponto comum, o território ainda está presente, uma vez que são os mesmos elementos que se vinculam por meio de uma e/ou outra modalidade numa simultaneidade possível e passível de produzir laços comuns.

O comum, base da palavra comunidade e que se refere precisamente ao que é compartilhado -linguagens, símbolos, ideias, valores e relações – e também ao resultado de tal compartilhamento. Antonio Negri e Michael Hardt (2005) associam a produção do comum ao conceito de hábito herdado do pragmatismo americano, associado menos a uma instância subjetiva e internalizada do que a relações com a experiência, com as práticas e com os comportamentos diários. Nessa constelação, o hábito seria o comum na prática: o que estamos constantemente produzindo e que serve de base para nossos atos. Nesse sentido, hábitos e condutas são sociais e compartilhados, “[...] nunca são realmente individuais ou pessoais. [...] só se manifestam com base na conduta social, na comunicação, no agir em comum. Os hábitos constituem nossa natureza social[...]” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 257) e longe de serem um obstáculo à criação, são sua base, o lugar da inovação, uma vez que a ação comum é o próprio motor da produção. Para os autores, a experiência de produção do comum tenderia, ademais, a deslocar as coordenadas tradicionais que criam divisões entre indivíduo e sociedade, público e privado, subjetivo e objetivo. Por outro lado, é precisamente essa potência do comum que é interdita pelo sentido tradicional de comunidade como instância moral e unitária “que se posiciona acima da população e de suas interações como um poder soberano.” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 266).

Essa ressalva com relação ao sentido tradicional de comunidade aproxima-se das formulações de pensadores que têm se dedicado a compreender seus desdobramentos diante de uma aparente crise atual, em que modos de associação que outrora pareciam garantir certo contorno comum parecem ter perdido sua

coesão. Pelbart (2011) retoma as críticas do filósofo Jean-Luc Nancy dirigidas a certa tradição teórica em sua abordagem da comunidade. Nessa tradição a comunidade se caracterizaria por um sentido de intimidade e comunhão orgânica com a própria essência, sentido esse destruído com o advento da sociedade. Nancy refuta essa consciência de perda da comunidade e de sua identidade, assim como a nostalgia de uma fraternidade e de uma convivialidade perdidas. Longe de equivaler a uma perda a ser lamentada, a inexistência da fusão e da homogeneidade na comunidade é antes positiva e constitutiva: “A comunidade tem por condição precisamente a heterogeneidade, a pluralidade, a distância” (PELBART, 2011, p.33). Sendo assim, a comunidade seria então melhor definida em termos do compartilhamento de uma separação dada pela singularidade do que por uma identidade fusional. Fora de atributos de substância e de interioridade, a distância e a diferença são o que pode ser colocado em comum; a inexistência de um fechamento identitário é precisamente a condição afirmativa para a criação do comum e da comunidade.

Ao cotejarmos essas formulações com as categorias territoriais de horizontalidade e verticalidade adotadas por Milton Santos poderemos avançar um pouco mais na construção de um outro sentido para a comunidade. Por um lado, não parece difícil associarmos a heterogeneidade e a diferença a relações em rede, nos quais os membros que se conectam não estabelecem entre si relações de vizinhança ou contiguidade, havendo uma heterogeneidade que é mesmo constitutiva deste vínculo. Por outro lado, imagina-se com bastante frequência que tudo se dá de maneira diferente quando o vínculo é o lugar, imaginado como portador de uma identidade calcada em uma história e uma herança particulares extensivas a seus habitantes como atributo referencial de identidade. Mas será necessário refutar também essa abordagem internalizada e identitária do território e do lugar, como observa a geógrafa Doreen Massey, para quem o lugar é um processo dinâmico que se constrói “a partir de uma constelação particular de relações sociais que se encontram e se entrelaçam num lócus particular” (MASSEY, 2000, p.184). Cada lugar é um lugar de encontro, ponto único de uma interseção de redes de relações sociais, de movimentos e de comunicações, das quais grande parte se constrói e se reconstrói em uma escala que implica um contexto geográfico muito mais amplo que o do lugar em questão. Nesse sentido, não se sustenta o entendimento de que

o lugar seria aquele recorte do território isolado e isolável do mundo, portador de uma identidade particular extensiva a seus ocupantes e exclusiva deles. A noção de identidade, apoiada em um conjunto de atributos fixos que serviriam de referência estável, mostra-se incapaz de sustentar as potencialidades da comunidade e de seus lugares de ação. Mais rico que o conceito de identidade, o conceito de singularidade não passa pela circunscrição da realidade a quadros de referência, implicando, pelo contrário, a possibilidade de ruptura com tais enquadramentos. A singularização será precisamente o processo de criação de movimentos desviantes por meio da afirmação de outras maneiras de ser, de outras sensibilidades e percepções (GUATTARI; ROLNIK, 1986). Assim, a singularidade de um lugar e de uma comunidade se construiria em sua relação com o que lhe é exterior e desconhecido, não sendo um atributo fixo e essencial. Trata-se de um processo aberto e em constante transformação, refratário a qualquer fundamentação estacionária. A consideração dessa abertura à alteração permite refutar a defesa de uma pretensa pureza das identidades, seja a dos lugares ou das comunidades, imagem que fundamenta violências, sectarismos e preconceitos de cunho segregador que visam à proteção dos riscos de descaracterização.

Ademais, não se trata apenas de ampliar o raio de abrangência do recorte geográfico ao qual se ligam as comunidades. Grandes ou pequenos, tais recortes extensivos do território dizem respeito a um regime macropolítico de funcionamento que incide sobre as multiplicidades operando certa homogeneização ao organizá-las a partir de variáveis de mesma natureza. Esse regime incide sobre a escala geográfica e também sobre as pessoas, transformando-as em indivíduos aptos a serem classificados e agrupados segundo sistemas hierárquicos e de submissão. A comunidade deve ser pensada então fora desse regime que a reduz a agrupamento unitário de sujeitos individuados e normalizados, tributário dos sistemas de pensamento que embasam a ordem social capitalista em sua gestão da relação entre Estados, empresas e mercados.

Mas não são apenas os lugares que recebem os influxos do sistema-mundo. Também este é transformado pelos lugares. É por meio dos lugares que interações e relações se constituem: “[...] o mundo não existe senão como uma abstração: a vida dos homens acontece, de fato, nos lugares.” (HISSA; MELO, 2008, p.302).

Os lugares são pontos de encontro de interesses os mais diversos, próximos e distantes, o "intermédio entre o Mundo e o Indivíduo" (Mlinar, 1990, p.57 apud SANTOS, 2006, p.314). Por mais que o acontecer da vida nos lugares possa estar impregnado das forças invasivas do mundo, não é por elas completamente dominado:

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da 'vigilância', mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que "maneiras de fazer" formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou "dominados"?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. [...] Esse modos de proceder e essas astúcias de consumidores compõem, no limite, a rede de uma antidisciplina [...] (CERTEAU, 2003, p.41).

É dos lugares, e por meio dos lugares, que podem surgir vetores de diferenciação capazes de transformar as possibilidades do mundo. Vetores desviantes, menores, contra-hegemônicos, instauradores de novas relações e novos sentidos para o sistema-mundo. Por isso os lugares não são nunca meras decorrências do mundo nem ausências do mundo, mas conexões singulares com as forças do mundo.

[4.2] lugar, ação e o tempo presente

Existindo para além de sua materialidade, os lugares não são meros receptáculos, continentes num sentido estrito, separados de seu conteúdo: são constituídos também pelas ações. Lugar, ação e tempo são indissociáveis, suas dinâmicas se entrecruzam, se afetam e redefinem-se umas às outras.

Os lugares, recortes de espaço, definem-se pelas ações no tempo; as ações dão-se no espaço e no tempo e, mais do que isso, são a própria matriz do tempo e do espaço (SANTOS, 2006, p.145).

Milton Santos (2006) nos fala que as ações (como os eventos, dos quais são sinônimos) são singulares, sempre presentes e irrepetíveis: os sentidos e o conteúdo das coisas pré-existentes são modificados por cada novo acontecer. Ainda: "Os eventos são, pois, todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história" (SANTOS, 2006, p.145). Essa é a potência da ação.

O sentido de ineditismo do que acontece no aqui e agora ecoa a consciência de uma estrutura singular de tempo, irrepitível, criado por certo sentido ligado à ação. Tempo que viu nascer modernidades diversas, diferenciadas em suas intensidades e em seus desdobramentos, todas herdeiras dessa qualidade irrepitível e dinâmica da ação. São as ações que criam o tempo. Estático, cíclico, intempestivo, linear, dizem de modalidades de ação. Passado e futuro decorrem de um sentido determinado de ação que cria uma experiência do agora em presente. Mas presente e agora não são equivalentes e sua diferença diz das diferentes modalidades de ação que os engajam. O presente participa de uma experiência que se dá por um encadeamento linear, um sentido único encaminhado ao tempo que cria:

O bom senso é o bom sentido, o sentido correto, a direção única das coisas na sua sucessão sensata, que vai do anterior ao posterior, do passado ao futuro (por isso é previsível), do mais diferenciado ao menos diferenciado (tende a uma homeostase, a um equilíbrio entrópico onde as diferenças se distribuem, se amansam, se acordam), do singular ao ordinário. O bom senso é a distribuição fixa, sedentária, tem a ver com a agricultura, com a divisão dos cercados, com a classe média). O bom senso orienta a flecha do tempo sempre a partir de um presente. (PELBART, 2010, p. 65).

Nesse sentido, passado, presente e futuro são menos três momentos no tempo do que três modalidades de uma determinada experiência de tempo decorrente de uma determinada modalidade de ação. Passado, presente e futuro pertencem ao tempo cronológico da ação sensata e sedentária que distribui as grandezas de mesma natureza e que opera com homogeneidades.

Como exemplo, pode-se pensar na Idade Média com seu *theatrum mundi*, analogia que equipara o mundo a um palco, no qual os homens seriam atores a desempenhar os papéis designadas pela Providência Divina (CALINESCU, 2006), concepção de resto coerente em uma sociedade teocêntrica, economicamente e culturalmente estática. Neste momento histórico particular, o homem não se vê como o senhor da ação e nem o tempo o aflige; não há um anseio em controlar o tempo, em medí-lo acuradamente. A intenção de controlar o tempo surgirá mais tarde, já no limiar do medievo, encontrando uma de suas mais potentes traduções no final do século XIII, no desenvolvimento do primeiro relógio mecânico. (CALINESCU, 2006).

A situação se altera na Renascença, e sem que desapareçam repentinamente as implicações teológicas a impregnar o tempo, as ações e os espaços, surge paralelamente e em tensão com elas uma outra consciência do tempo, o da ação prática, da descoberta e da transformação, em que a mudança se faz não mais por intermédio de forças transcendentes, mas pela ação do homem no presente. (CALINESCU, 2006). É o tempo modelado pela auto-consciência de uma subjetividade nascente, que permite ao homem renascentista se ver em (e se diferenciar de) outros homens, atribuir-lhes valor e também desvalor. Tempo da ação presente que surge atribuindo ao passado e ao futuro as angústias e anseios de seu presente; interdições e projeções de um tempo que inventa um outro à sua imagem, um outro que é o mesmo de si. É do final da Renascença, como nos lembra Calinescu (2006), que data a periodização da história ocidental em três eras – Antiguidade, Idade Média e Modernidade –, assim como os juízos de valor associados aos sentidos de luz e de escuridão. Esses sentidos indicam uma consciência de tempo linear que nos foi legado desde então.

Toda esta construção do sentido da ação presente é hoje ainda mais matizada, a partir da intensificação e diversificação que caracterizam o agir. “Por isso, a cada novo acontecer as coisas pré-existentes mudam o seu conteúdo e também a sua significação” (SANTOS, 2006, p.146).

O presente não é uma folha em branco, nem tampouco o passado é algo imediatamente disponível na constituição do presente, como um objeto em uma prateleira, disponível, resgatável. O presente como uma folha em branco: este não seria o anseio mais pulsante da modernidade? É Michel de Certeau quem nos fala da página em branco como lugar “desenfeitiçado das ambigüidades do mundo” (CERTEAU, 2003, p.225), espaço próprio em que sob formas múltiplas o texto construído é a “utopia fundamental e generalizada do Ocidente Moderno.” (CERTEAU, 2003, p.225). Imagem potente de pensamento, na qual a ação de escrever condensa o sentido de tantas outras ações, e mais ainda, da própria razão que a induz e que evoca outras imagens e realidades tantas vezes sonhadas: *tabula rasa*, homem novo, sociedade nova. Quantas vezes esta almejada e impossível descontaminação do passado foi e ainda será invocada, defendida e experimentada? Ainda Certeau:

A própria revolução, esta idéia ‘moderna’, representa o projeto escriturístico no nível de uma sociedade inteira que tem a ambição de *se constituir* em página em branco com relação ao passado, de se escrever a si mesma (isto é, produzir-se como sistema próprio) e de refazer a história pelo modelo daquilo que fabrica (será o ‘progresso’). Será apenas necessário que esta ambição multiplique a operação escriturística nos campos econômicos, administrativos ou políticos, para que se realize o projeto. (CERTEAU, 2003, p.226-227, grifo do autor).

Projeto pernicioso, nefasto em sua ambição e em seus efeitos. Afinal o presente cego da folha em branco não seria condição e decorrência de um produtivismo hipertrofiado, afeito a uma sociedade competitiva e consumista? “Este tempo espacializado, rígido, preenchido por coisas, aprisiona o homem em um espaço que ocupa o lugar da *duração*” (MATOS, 1982, p.46). O tempo suspenso do presente empreitador, do gesto mecânico, repetitivo e automatizado, utopia da pura produtividade, da fabricação sem resistência, sem espessura nem história, da ação alienada e da homogeneidade. O tempo tornado um espaço, precisamente o espaço da folha em branco e simultaneamente o espaço do presente instantâneo: tempo e espaço equiparados e equivalentes em sua tirania, aviltando, ao transformar em ruínas, tudo aquilo que perdeu seu valor pelo surgimento de um substituto mais eficaz. Ruínas que não são as de uma cultura sedimentada, “resíduos de um mundo sonhado” (MATOS, 1982, p.50), capazes de grande encantamento, mas apenas “ruínas assustadoramente reais deixadas pelas ofensivas do terror produtivista.” (MATOS, 1982, p.50). Nessa mesma tonalidade Ecléa Bosi enuncia:

A degradação senil começa prematuramente com a degradação da pessoa que trabalha. Esta sociedade pragmática não desvaloriza somente o operário, mas todo trabalhador: o médico, o professor, o esportista, o ator, o jornalista. Como reparar a destruição sistemática que os homens sofrem desde o nascimento, na sociedade da competição e do lucro? (BOSI, 1994, p.80).

Quanto aos espaços e lugares, nascidos desta mesma tirania do presente, também “não lhes é permitido envelhecer, mas apenas deteriorar-se ao longo dos anos” (BLOCH, apud MATOS, 1982, p.50). Melancolia infinita a de lugares novos que já nascem esvaziados e condenados à decrepitude, empobrecidos desde seu surgimento, de sentidos outros que não os da eficácia e da funcionalidade mais estritas. A mesma razão que cria tais lugares se investe de promotora de

agenciamentos e operações posteriores de revitalizações e renovações, em vão ressuscitamentos que só fazem confirmar a sanha predatória de uma razão que tenta manter a todo custo as condições ótimas de sua reprodução.

Não menos esvaziado é o destino de lugares que, ansiando por escapar a seu perecimento compulsório, são investidos de um estofamento tectônico pretensamente imune ao envelhecimento – presunção característica de toda uma arquitetura fundamentada na tradição da *firmitas*, e que reivindica para seus lugares uma durabilidade eterna, de um tempo que não se esgota. Tirania da presença. E não seria este um perigo constitutivo da arquitetura herdeira da grande tradição ocidental, sobrevivente de suas próprias revoluções? Ainda que se considere que há muitas e diversas arquiteturas, como são muitas e diversas as culturas do Ocidente; ainda que haja minorias que inventam novos procedimentos à margem dos comandos majoritários, o modelo é poderoso e por assimilação se instala por toda a parte. Pois este risco, tornado realidade concreta, pede por outros procedimentos, por lugares constituídos por outros tempos, conectados a ações e intensidades de outra natureza, ligados a outros modos de vida e de relação com o mundo. Como assinala Léfèbvre:

Atualmente, tenta-se estabelecer estruturas fixas, permanências chamadas de “estruturas de equilíbrio”, estabilidades submetidas à sistematização, portanto ao poder existente. Ao mesmo tempo, ressalta-se tacitamente o envelhecimento acelerado (a obsolescência) e o rápido desaparecimento dos bens de consumo, ironicamente chamados de ‘duráveis’: as roupas (que fazem desaparecer a usura moral e a moda), os objetos quotidianos (móveis), os carros, etc. A cidade ideal comportaria a obsolescência do espaço: transformação acelerada das moradias, dos locais, dos espaços preparados. Seria a *cidade efêmera*, perpétua obra dos habitantes, eles mesmos móveis e mobilizados para/por essa obra. O tempo aí retorna seu lugar, o primeiro lugar. (LÉFÈBVRE, 2001, p.134).

Essa *obsolescência do espaço* não coincide com a obsolescência da decrepitude, mas diz da transitoriedade decorrente dos movimentos e das forças do devir, cujo modo é a variação, a constante montagem dos arranjos de força ligados aos movimentos do cosmos. Não é esta a variação que empobrece os lugares, mas ao contrário, sua interdição pelo estancamento das intensidades. O enrijecimento estéril em indiferença aos devires do mundo interdita os ciclos de surgimento e

desaparecimento e os movimentos de criação feitos da montagem, desmontagem e remontagem de arranjos de forças.

Ademais, caberia talvez desdobrar as formulações de Léfèbvre em outra direção, uma vez que não é tanto o tempo que deveria retomar o “primeiro” lugar, mas antes a ação, invenção criativa, matriz de tempos e espaços. O tempo e o espaço da ação criadora não são os mesmos da ação passiva e previsível.

Nas imbricações entre tempo e ação Milton Santos se pergunta em que medida a “territorialidade longa” seria mais importante que a “efemeridade” (SANTOS, 2006, p.329). Augustin de Tugny (2004) assinala práticas de espaço de grupos não herdeiros da grande tradição ocidental nas quais o caráter efêmero da materialidade do espaço enseja outras relações com o mundo, outros modos de vida. Culturas como a dos nômades, da religião Xintó ou de alguns povos indígenas sul-americanos, que envolvem outras concepções dos espaços em sua relação com o tempo. Arquiteturas que em seu constante reconstruir-se colocam em cena toda uma mobilização de sentidos ativos e heterogêneos atuando com a matéria, sem recalque da memória e do passado e sem pretensão de controle sobre o futuro. O transitório, nestes casos, é condição da perpetuação: vital, indispensável e constitutivo dos ciclos da vida, em que ausência e presença se alternam num movimento cíclico, por vezes reversível, sempre pleno de sentidos: “A ação humana se perpetua pelos mitos através dos rituais elaborados em gestos e relações, numa fugacidade da condição material.” (TUGNY, 2005, p.83).

Mesmo no interior da cultura ocidental, há práticas heterogêneas feitas de ações singulares que produzem novas temporalidades. Nas grandes metrópoles brasileiras as formas mais abertas e dinâmicas de produção do espaço criam novos tempos e ritmos. Nelas a ação bricoladora¹², em constante movimento e adaptação à disponibilidade de meios cria outros ritmos. Ação constante, criadora de um tempo que se estende e de um espaço que sempre se transforma e se reinventa, o efêmero é condição criadora de um aqui e agora diferente do presente sedentário.

¹² Jacques (2001) analisa as dinâmicas singulares de produção do espaço das favelas brasileiras, em suas relações entre ações, o tempo e o espaço.

[4.3] lugar e memória

O aqui e agora, espaço-tempo criado pela ação, não é o presente. O presente supõe e participa da organização linear do tempo em passado e futuro e se conecta com a ação sedentária que não cria diferença, mas cisões que interceptam o movimento.. Como não recalcar o tempo e a memória como participantes dos movimentos de um mundo que a cada instante é singularizado por circunstâncias que nunca se repetem?

Já os romanos nivelaram o Letes e o Lima. Entretanto poderíamos garantir que um rio não possui memória? O Lima viu nascer desde o início os vianenses, e viu nascer muitas coisas antes de nascer Viana; quem me dirá que não tem arquivos? Verdade que ele, dialético, se transforma sempre: segundo Heráclito, ninguém se banha duas vezes no mesmo rio. Mas o movimento não é oposto à memória. (MENDES, 1980, p.338).

A ação criadora produz acontecimentos nos quais comparecem distintos espaços-tempos; ela se conecta com o movimento que é a condição mesma da memória. É o movimento das ações em seu acontecer que cria o agora e faz o agora vivido submergir, para surgir, transformado, em outro lugar: “digamos que o passado é um outro lugar, ou, ainda melhor, num outro lugar” (SANTOS, 2006, p.328). Sem movimento, deslocamento, a própria memória não se constitui.

Mas uma vez constituída, haveria como acioná-la? O acesso ao que passou não se dá de modo simples; invocá-lo como foi é impossível, tanto como o é invocá-lo simplesmente. O esquecimento e o desvanecimento são ingredientes dos movimentos que constituem o agora em outrora e em memória. Quais mecanismos entrelaçam estas distintas dimensões? Walter Benjamin fornece pistas para o desdobramento dessas questões:

Pois o importante, para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência. Ou seria preferível falar do trabalho de Penélope de esquecimento? A memória, involuntária, de Proust, não está mais próxima do esquecimento do que aquilo que em geral chamamos de reminiscência? Não seria este trabalho de rememoração espontânea, em que a recordação é a trama e o esquecimento a urdidura, o oposto do trabalho de Penélope, mais que sua cópia? Pois aqui é o dia que desfaz o trabalho da noite. Cada manhã, ao acordarmos em geral fracos e apenas semiconscientes, seguramos em nossas mãos apenas

algumas franjas da tapeçaria da existência vivida, tal como o esquecimento a teceu para nós. (BENJAMIN, 1996, p.37).

Menos que uma função da vontade ou da ação consciente, a memória é função do esquecimento; o já vivido ressurge como o esquecimento o trabalhou, para sempre transformado e diferido em relação ao que já foi, e não deixa de diferir. A memória seria uma concessão do esquecimento, mais que a sua derrota: reverso parcial, um *desesquecimento* sempre modelado pelo olvido, imune à vontade consciente.

O caráter involuntário da memória é enfatizado também por Adorno, que equipara a evocação voluntária e consciente do passado a uma operação de confisco:

Ao instalar o arquivo de si mesmo, o sujeito confisca como propriedade seu próprio patrimônio de experiência, transformando-o com isso em algo inteiramente exterior ao sujeito. A vida interior passada torna-se um mobiliário, assim como cada peça Biedermeier era uma lembrança transformada em madeira.(...) As recordações não podem ser guardadas em gavetas e prateleiras; nelas o passado entrelaça-se de maneira indissolúvel com o presente. Da mesma maneira que nenhuma vivência anterior é real, se não tiver sido retirada da rigidez mortal de sua existência isolada por uma recordação involuntária, inversamente nenhuma lembrança está garantida na medida em que é, em si mesma, indiferente ao futuro daquele que a nutre; nenhum evento passado está imune, por sua passagem à mera representação, à maldição do presente empírico. (ADORNO, 1992, p.146).

Se o passado lembrado é um passado outro, transformado pelo presente e circunscrito pelo esquecimento, a operação que o tira da rigidez do isolamento implica sempre um trabalho no presente. “No lugar novo o passado não está” (SANTOS, 2006, p.328). O passado “como foi” não está no aqui e agora.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (...) O simples fato de lembrar o passado, *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista” (BOSI, 1994, p.55).

A união fugaz de tempo passado e de tempo presente, constituída a partir de uma re-elaboração nos mostra que o presente não é mera decorrência do passado, nem o futuro mera decorrência do presente. As ações, consequências e possibilidades do passado não se concretizam de modo imediato no presente; não há uma sucessão linear e automática que os ligue, mas irrupções fugidias e incompletas, deslocamentos tecidos por um e por outro que interditam a pretensão de se recuperar o passado.

A própria modernidade nasceu sob os signos de uma relação problematizada e ambígua com o passado e com a tradição. Se a tradição e o passado mais recente eram vistos como defasados e opressores, o passado mais longínquo foi reivindicado como referência mais autêntica para a ação presente¹³. Mas, como sublinha Huyssen, é provável que "estes dias tenham sido sempre mais sonho do que realidade, uma fantasmagoria de perda gerada mais pela própria modernidade do que pela sua pré-história." (HUYSSSEN, 2000, p.30). O passado estável é a ilusão de um presente instável que não se compreende em seus próprios movimentos: o outrora foi um agora modelado pela ação, por perdas e ameaças tanto quanto o é o agora de hoje.

Se se considera que o passado não está imune ao presente, e que é o presente mesmo que dá sentido ao passado, e não o contrário, o afã de resgate da memória como garantia de estabilidade frente aos movimentos desestabilizadores do presente do mundo mostra-se em todos os seus equívocos. Práticas culturais ligadas à conservação do patrimônio construído exemplificam este equívoco fundamental, que tenta criar "lugares da memória", garantias para suportarmos o desaparecimento das coisas. Mas tais práticas conservadoras podem levar ao mesmo efeito que tentam combater: se não pela ausência, cria-se um desaparecimento pela multiplicação e pela teatralização da memória¹⁴, também ela transformada em espetáculo e marca distintiva, cooptável pela lógica competitiva animadora da disputa dos lugares na competição global.

¹³ Na Europa a criação dos Estados Nacionais não pode ser compreendida sem o trabalho que forjou tradições e identidades calcadas em um passado longínquo e capazes de lhes conferir legitimidade e coerência. Para o entendimento das relações ambíguas entre presente e passado na modernidade, ver Benjamin (1993).

¹⁴ Há uma extensa bibliografia que trata destes efeitos, a começar por toda a obra de Jean Baudrillard, aqui não considerada. Em especial sobre a questão da espetacularização da memória pelas práticas patrimonialísticas, podem ser conferidos os estudos de Jeudy (2005), Arantes, Vainer e Maricato (2002) e Motta (2000).

Se há de fato um aviltamento da existência por meio do envelhecimento compulsório dos lugares e dos objetos, nenhuma iniciativa para sua transformação poderá ser bem sucedida se se reduzir à mera construção de cenários urbanos feitos para o consumo. Os chamados marcos da memória não existem como tal: a memória não se deixa capturar pela evocação voluntária, não permanece disponível, confiscada nos lugares, indiferente aos movimentos que se constituem em outros lugares e em outros tempos. Não há o que se possa chamar de marcos da memória.

Entretanto, é comum a consideração da memória da cidade na construção de uma imagem atrativa ligada a valores de pertencimento e de compartilhamento do espaço urbano. Os sítios ditos históricos passam a integrar o circuito do mercado global como produto e elemento de diferenciação (Motta, 2000) em uma estratégia que serve ao discurso de fortalecimento das identidades urbanas. Lazzarato (2014) sublinha que esse discurso e essa imagem de pensamento têm operacionalidade para o capital na medida em que oferecem um apelo de coesão social que permite manter os laços continuamente minados pelo capitalismo. A religião, a memória, o passado, a moral, o racismo, o fascismo, o nacionalismo são agenciamentos em certa medida necessários ao capital, que os fomenta e mesmo os engendra:

O capital sempre precisou de um território que não o do mercado ou da empresa, assim como precisou de uma subjetividade que não aquela do empresário; pois, apesar de o empresário, a empresa e o mercado fazerem a economia, eles desfazem a sociedade. (LAZZARATO, 2014, p.14).

A investida capitalista nunca é apenas econômica e os componentes de subjetividade sempre convergem em seus efeitos; com o tempo e com o espaço não é diferente.

[4.4] lugar e espaço em disputa

A competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações leva a alianças territoriais que demandam estruturas organizacionais hierárquicas integradas e em constante rearranjo para acalmar e conter as tensões entre fixação e movimento na

circulação do capital. Essas estruturas são organizadas nas esferas das finanças, da produção e do Estado juntamente com as hierarquias urbanas estruturadas para assegurar o movimento eficiente das mercadorias. Mas esses arranjos entrosam-se com dificuldade para definir as escalas de ação, uma vez que os interesses afeitos em cada nível não coincidem com os demais. Ainda assim, a despeito de tais conflitos, os arranjos organizativos operam como mecanismos de transmissão que relacionam a ação concreta particular com os efeitos globais, produzindo e integrando o indivíduo e a localidade na totalidade complexa da sociedade capitalista. (HARVEY, 1990).

Na atualidade os arranjos e procedimentos do capital já não funcionam da mesma maneira, uma vez que muitos dos funcionamentos anteriores não são mais operativos. As forças que lhe davam coesão se deslocam e novas dinâmicas tem se implantado em novos arranjos. A argumentação conduzida por Antonio Negri e Michael Hardt encontra-se no centro de uma elaboração teórica consistente que tenta apreender o regime que hoje preside o funcionamento capitalista. Império é o conceito utilizado pelos autores para designar as dinâmicas espaciais da atualidade, marcadamente diferentes das dinâmicas imperialistas do período anterior:

Entendemos “Império”, entretanto, como algo completamente diverso de “imperialismo”.[...] Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras.[...] A globalização, é claro, não é uma coisa única, e os múltiplos processos que chamamos globalização não são unificados nem unívocos.[...] As forças criadoras da multidão que sustenta o Império são capazes também de de construir, independentemente, um Contra-império, uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais. (HARDT; NEGRI, 2010, p.14-15).

Ao incluir o espaço do mundo inteiro, o atual regime abole a exterioridade e recria, de dentro, novas relações de exclusão, encaminhando às dinâmicas espaciais novas questões e novos problemas. As distinções que separavam o dentro e o fora não desaparecem com o fim da exterioridade, mas pulverizam-se, alterando-se e marcando novos funcionamentos e relações. Grande parte do que

servia para descrever as relações do desenvolvimento geográfico desigual sofrem mutações:

Com a descentralização de produção e a consolidação do mercado mundial, as divisões internacionais e os fluxos de trabalho e capital quebraram e se multiplicaram, de modo que já não é mais possível demarcar grandes zonas geográficas como centro e periferia, Norte e Sul. [...] Se o Primeiro Mundo e o Terceiro, o centro e a periferia, o Norte e o Sul realmente já estiveram separados por fronteiras nacionais, hoje eles claramente entornam uns nos outros, distribuindo desigualdade e barreiras ao longo de linhas múltiplas e fraturadas. Isso não quer dizer que Estados Unidos e Brasil, Inglaterra e Índia agora são territórios idênticos em termos de produção e circulação capitalista, mas sim que entre eles não existem diferenças de natureza, apenas de grau. (HARDT; NEGRI, 2010, p.356-357).

As desigualdades e segmentações tornam-se mais severas; centro e periferia não designam mais uma ordem internacional, mas definem um padrão de desigualdade que se dissemina e aproxima, em novas tensões, situações de grande assimetria de forças. Cria-se um novo espaço social constituído por uma maior proximidade de populações cada vez mais heterogêneas. Para facilitar a administração desse novo espaço social, surge todo um novo aparato de controle e vigilância que tem por efeito certo esvaziamento do espaço público que outrora permitira a interação social aberta, não programada e não controlada.

Apesar do controle cada vez mais severo, as novas condições da globalização multiplicam e intensificam os contatos e o intercâmbio, ensejando novas condições de descoberta e perspectivas de ação (Santos, 2010). Novas potências criativas e subjetivas são também mobilizadas e co-habitam esse novo espaço social no qual os novos arranjos de poder não deixam nada de fora.

Nessa abolição da exterioridade reside outro aspecto característico do Império e que o difere do imperialismo. Um dos traços principais do imperialismo é o seu caráter expansionista, que pressupõe a existência de um exterior a ser assimilado. Essa demanda existe não apenas porque o capital precisa da permuta com sociedades não capitalistas, mas porque necessita transformá-las em sociedades capitalistas por meio da exportação do modo de produção capitalista. “A proletarianização progressiva do ambiente não capitalista é a contínua reabertura dos processos de acumulação primitiva – e, portanto, a capitalização do próprio ambiente não capitalista.” (HARDT; NEGRI, 2010, p.246). Desse modo o espaço

não capitalista submete-se gradualmente ao capital, e uma vez incorporado ao domínio da produção capitalista, deixa de ser o exterior necessário para a realização da mais-valia. Essa é a natureza crítica do capital e que aponta para certo limiar do imperialismo, uma vez que ele acaba por obstaculizar, com seu funcionamento, as condições para o desenvolvimento do capital, criando uma camisa de força para a plena realização do seu mercado mundial “O capital precisa finalmente vencer o imperialismo e destruir os limites entre o interior e o exterior” (HARDT; NEGRI, 2010, p.254).

O mundo contemporâneo efetua mutações nas lógicas binárias que separavam um interior de um exterior. Não há mais, separadamente e claramente distintos, o lugar do valor de uso puro e o lugar do valor de troca, uma vez que as relações de exploração capitalista não mais se limitam à fábrica, mas recobrem todo o terreno social, ao mesmo tempo em que as relações sociais cobrem as relações de produção, impossibilitando qualquer externalidade entre a produção social e a produção econômica. Assim, “a dialética entre as forças produtivas e o sistema de dominação já não tem um lugar determinado” (HARDT; NEGRI, 2010, p.229). Se nos períodos anteriores o local de dominação e exploração era a fábrica, hoje é o espaço urbano como um todo. “De fato, não são atividades produtivas específicas que tendem a ser objeto de exploração e dominação, mas a capacidade universal de produzir, isto é, atividade social abstrata e seu poder inclusivo” (HART; NEGRI, 2010, p.229). O fato de não existirem mais domínios separados aos quais associar valor de uso e valor de troca não significa que a produção e a exploração terminaram, pelo contrário. Quando as forças produtivas tendem à deslocalização, elas produzem não apenas mercadorias, mas ricas e poderosas relações sociais: “essas novas forças produtivas não têm um lugar, entretanto, porque ocupam todos os lugares, e produzem e são exploradas nesse não-lugar indefinido. [...] O Império é o não lugar de produção mundial, onde o trabalho é explorado.” (HARDT; NEGRI, 2010, p.230).

Para além da descrição dessa passagem, interessa compreender as mutações do desejo e as reconfigurações subjetivas que dão sustentação à passagem das rígidas condições de disciplinamento e de coerção às modulações mais flexíveis e adequadas a condições de constante adaptação.

Em *Geopolítica da Cafetinagem* Suely Rolnik (2008) aborda o novo modo *flexível* do funcionamento capitalista, conectando a passagem do regime anterior ao atual com as forças criadoras do desejo e da produção de subjetividade. Na constante flexibilidade e adaptabilidade que caracterizam hoje o funcionamento capitalista, a imaginação, o desejo e a criatividade são requeridos e incitados de modo inédito, assinalando a captura de forças subjetivas que irromperam nos movimentos culturais e de contestação das décadas de 1960 e 1970.

Na análise que faz desses mesmos movimentos, Olgária Matos (1989) assinala a centralidade da dimensão criativa e desejante. Sem perder de vista a especificidade dos diversos contextos políticos que motivaram as insurgências, como a ditadura militar brasileira ou a guerra do Vietnã, nem os enfrentamentos violentos gerados pela reação truculenta das forças policiais, sua análise enfatiza a irreduzibilidade da revolta estudantil a aspectos pontuais:

Alemanha, França, Itália, Holanda, Bélgica, Suíça, Inglaterra, Dinamarca, Espanha, Turquia, Tchecoslováquia, Polônia, Iugoslávia, Argélia, Tunísia, Marrocos, Senegal, Madagascar, Mali, Estados Unidos Argentina, Uruguai, Peru, Chile, Venezuela, México, Japão, Brasil: [...] a revolta estudantil não se limita à contestação política, ela é portadora de uma contestação da cultura; o movimento tropicalista, por exemplo, toma do Maio francês alguns lemas: ao cantar o Brasil mítico, paraíso tropical e a miragem deste mesmo Brasil violento e cordial, o tropicalismo reviveu a dimensão poética da revolta ao mesmo tempo política, ética e estética do Maio francês. (MATOS, 1989, p.35).

A imbricação entre ética, estética e política se deu a ver nas novas modalidades de insurgência com a ocupação de fábricas, universidades, escolas e ruas, nas quais a seriedade militante saiu de cena e novos fluxos de energias criativas foram liberados. “Princípio de vida, Eros, felicidade sensual e instintiva: 68 foi uma luta para a vida”. (MATOS, 1989, p.15). Em Paris proliferaram novas formas expressivas como panfletos, grafites e inscrições em muros criando uma nova atmosfera. A poesia tomou as ruas, redimensionou a cidade e fez do espaço urbano um novo território coletivo onde se precipitou um novo tipo de energia de grande poder de contágio. Esta apropriação do espaço urbano, juntamente com a ocupação e dessacralização da Sorbonne, audácia inédita que se espalhou pelas demais universidades do país e do mundo, foi um ato criador da maior

importância, implicando um novo modo de agir e de se relacionar com o outro e com o espaço, em um estilo de ação que se afastava e rompia com os quadros de contestação tradicional: “É o momento em que a luta política coincide com um estado de alegria e de exuberância; felicidade é sinônimo de luta [...]. O canto, o riso, as corridas, os abraços, os beijos, bater palmas, olhar-se – essa empatia recíproca – se fundem em uma energia libidinal de novo tipo”. (MATOS, 1989, p. 14-15).

Essa contestação em escala global constituiu um “ponto de irreversibilidade” (MATOS, 1989, p. 23) de uma crise social aguda em que os manifestantes não visavam à adaptação à vida burguesa, mas à sua recusa radical e geral: “Aqueles que em Maio de 1968 se sublevaram estavam recusando muito mais uma certa forma de existência social do que a impossibilidade material de subsistir nesta sociedade.” (MATOS, 1989, p.21). Foi exatamente na recusa ao enquadramento, à inclusão e à acomodação aos modos de vida existentes que as forças do desejo e da imaginação irromperam fazendo aflorar uma nova sensibilidade. Mostrando o intolerável dos modos de existência vigentes, tais forças os colocaram em xeque: o mundo burocratizado e desencantado dos partidos e sindicatos, do Estado, do ensino, da política, das instituições e dos modos de vida tradicionais e a perspectiva de sua repetição, enfim, a subjetividade ligada a certo funcionamento do regime capitalista feito de hierarquias, dirigismos, autoritarismos, disciplinamento e sisudez foi assim lançada em uma crise incontornável.

[...] ‘subjetividade flexível’, acompanhada de uma radical experimentação de modos de existência e de criação cultural para implodir, no coração do desejo, o modo de vida ‘burguês’, sua política identitária, sua cultura e, evidentemente, sua política de relação com a alteridade. (ROLNIK, 2008, p. 30-31).

Rolnik assinala que foi precisamente como saída para esta crise que o capital se apropriou desta potência criadora: de posição marginal e contestatória de recusa aos modos de vida vigentes sob o capital, as forças de criação viram-se incorporadas e conduzidas ao coração mesmo da lógica capitalista, passando a operar como combustível central em um novo ciclo de produção e acumulação. (ROLNIK, 2008).

Em um ensaio no qual aborda *O novo espírito do capitalismo*, livro em que Luc Boltansky e Ève Chiapello (2009) analisam minuciosamente características e implicações do processo de flexibilização capitalista a partir da década de 1970, Pelbart (2011) assinala a incorporação da força criadora pelo capital. As reivindicações por mais autonomia, autenticidade, criatividade e liberdade, assim como a crítica à rigidez da hierarquia, da burocracia e da alienação nas relações e no trabalho por parte dos movimentos contestatórios foram incorporadas e tornadas uma nova normatividade. Com efeito, satisfazer as demandas libertárias, autonomistas, hedonistas, existenciais e imaginativas permitiu ao capitalismo mobilizar em seus subordinados esferas antes inatingíveis: todo um conjunto de dimensões até então consideradas exteriores ao ciclo econômico produtivo e pertencentes à esfera privada do ciclo reprodutivo, da vida íntima e do fazer artístico, como a dimensão criativa, imaginativa e lúdica, a vitalidade, a iniciativa, a inventividade, a adaptabilidade e a capacidade de conexão passam a ser cobradas como elemento indispensável na nova configuração produtiva (PELBART, 2011), propiciando ao capitalismo a efetivação de novas formas de controle, mais dispersas e capilarizadas.

[4.5] espaço, corpos e gestos

As metrópoles contemporâneas se desenvolveram a partir da industrialização, e embora muitas cidades já existissem antes da indústria, foi com o processo de industrialização que começaram a se tornar o que são hoje. Afinidade que não deixa de ser curiosa, uma vez que, conforme ressalta Léfèbvre (1970), as condições que permitiram o surgimento da industrialização se ligaram, em sua origem, aos signos da não-cidade: o comércio, a princípio segregado na cidade política, interdito na ágora grega e no fórum romano; do mesmo modo a indústria nascente, surgida próxima das fontes de energia e matéria prima no campo, que na cidade mercantil, era um espaço de não cidade:

A não cidade e a anti-cidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir e com isto estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria. (LÉFÈBVRE, 1970, p. 25).

As transformações sofridas pelas cidades foram de tal magnitude que fizeram surgir um novo espaço, cujas múltiplas denominações dizem da mutação efetuada e da necessidade de assinalar sua heterogeneidade em relação ao espaço anterior : metrópole, megalópole, pós-cidade, exurbia, cyburbia, cidade global, pós-metrópole (SOLÁ MORALES, 2002). Comum a todos esses nomes, a tentativa de compreensão e caracterização de uma nova configuração que se sobrepõe, altera e ultrapassa aquilo que um dia se denominou cidade. Menos do que uma nova realidade acabada, definitiva, trata-se de um processo em curso, uma orientação. É ainda Léfèbvre quem descreve as características desse novo fenômeno urbano:

[...] a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de riquezas, de coisa e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc. (LÉFÈBVRE, 1970, p.26).

Trata-se de uma lógica centralizadora e simultaneamente descentralizadora: o centro satura-se e se dissemina, orientando a constituição de centros diferentes, a dispersão e a segregação. (LÉFÈBVRE, 1970). Processo que não é homogêneo nem homogeneizador, pois não elimina as heterogeneidades pré-existentes, mas as aprofunda ao transformá-las. “Ademais as contradições não se situam mais entre a cidade e o campo. A contradição principal se desloca e se situa no interior do fenômeno urbano: entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade, entre o centro “riqueza-poder” e as periferias, entre a integração e a segregação” (LÉFÈBVRE, 1970, p. 155). O que se processa é uma verdadeira reconfiguração não só do meio físico, mas das ações e práticas que nele se dão, inaugurando-se novas condições de existência. Estas são marcadas pelos traços de uma especialização altamente sofisticada, visível na opulência dos sistemas de produção, de poder, de infra-estruturas, de consumo, de controle e de segregação. E também pelos traços de uma heterogeneidade marginalizada e explorada, nas quais a informalidade e o improvisado são táticas recorrentes. Dentro desse quadro, corpos e gestos se constituem também em heterogeneidade. As solicitações que investem o corpo do gari ou do trabalhador da construção civil não são as mesmas que incidem sobre o estudante da classe média ou ainda sobre o trabalhador mais qualificado, e não se pode compreender tais solicitações sem considerar, entre

outras, as dinâmicas que definem se, onde e como habitam, se deslocam, descansam, se divertem, estudam ou trabalham os habitantes do urbano. São muitos os que não se beneficiam das potencialidades da vida urbana, seja porque estão excluídos de suas possibilidades, seja porque se encontram excessivamente integrados e absorvidos pelos grandes arranjos produtores de subjetividades serializadas. Todas essas dinâmicas passam pelo corpo e nele se inscrevem, e qualquer possibilidade de criação do novo e de produção de diferença tem no corpo uma potência incontornável.

Mas antes de se indagar sobre tais possibilidades, cabem alguns balizamentos que aclararem as relações do corpo no espaço urbano. Em primeiro lugar, se é verdade que o capitalismo industrial reconfigurou os espaços de acordo com suas exigências, fez o mesmo com o tempo, inscrevendo também nele uma nova lógica. Tais reconfigurações tiveram como pressuposto e condição uma reconfiguração do campo político que ocasionou uma nova modalidade de investimento sobre os corpos, definidor de novas relações.

[4.6] corpos, poder e espaços: os gestos dirigidos

Foucault localiza nos séculos XVII e XVIII o surgimento de um tipo de poder centrado no corpo e apoiado em dispositivos espaciais e agenciamentos temporais. Característicos das sociedades disciplinares, esse novo tipo de poder se desdobra em dois pólos:

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anatomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma 'biopolítica' da espécie humana. (FOUCAULT, 2002, p.289).

A esses processos correspondem organizações espaciais e institucionais, agenciamentos temporais e procedimentos específicos nos quais o corpo adquire uma relevância estratégica.

Ao modo individualizante, de produção de indivíduos, correspondem instituições como escolas, prisões, fábricas, quartéis. Nelas se assegura a separação, a hierarquia, a visibilidade e a vigilância, e por meio delas se procede ao adestramento e ampliação das aptidões, assim como sua integração em sistemas eficazes e econômicos, numa “tecnologia disciplinar do trabalho” (FOUCAULT, 2002, p.289). Trata-se de uma “codificação instrumental do corpo” (FOUCAULT, 2004, p.130) que define as relações corpo manipulado - objeto manipulador.

Ao segundo pólo, modo massificante, correspondem outros procedimentos e técnicas que não excluem os do primeiro: trata-se agora de gerir e instituir um suporte aos processos biológicos: nascimento, morte, nível de saúde, longevidade. O corpo ao qual se alude agora é o corpo coletivo, social, e que se constitui a partir do desenvolvimento das cidades e do surgimento de uma população operária que assoma a elas. A unificação do poder torna-se uma necessidade prática, política e econômica e que faz surgir um novo imperativo: constituir a cidade como uma unidade. O desenvolvimento das estruturas urbanas faz delas mesmas outra vertente das biopolíticas. Em conexão com as demandas de novos espaços-tempos pelo capitalismo, se constituiu uma nova configuração de forças que irá incidir sobre as relações entre corpo e espaço da cidade.

Na sociedade industrializada os corpos são expostos e submetidos a forças e relações marcadas pelos signos característicos dos modelos da produção econômica e industrial. Os agenciamentos que incidem nas máquinas incidem também fora delas e assim o automatismo, certo embrutecimento e a alienação implicados nos processos de divisão do trabalho da produção industrial não restringem seus efeitos apenas aos operários. Trata-se de uma lógica que ultrapassa os domínios produtivos e se inscreve no corpo, contamina os gestos e tende a impor a todos sua violência constitutiva. Essa violência nunca se consuma totalmente, mas se constitui como força que incide sobre forças de outra natureza. Essa é sua tendência.

Mas a alienação dos gestos assume também outras modalidades que não implicam embrutecimento nem truculência, mas seu reverso complementar na forma de apatia e de certo anestesiamiento induzido por objetos e dispositivos cujo padrão de interação com o usuário demanda o mínimo esforço possível. Dispositivos ditos inteligentes que detectam a presença do corpo e reagem a ele sem serem solicitados por algum gesto especial, como portas automáticas, torneiras, descargas, funcionam sem o investimento intensivo do corpo e dos gestos, por meio de aparatos ditos inteligentes. Feitos para operar por meio da diminuição tendencial até a abolição do contato e do toque físico, esses artefatos não são a causa dos padrões de desinvestimento do corpo, mas os explicitam e dizem de novas modalidades de interação, modos de vida que tornam-se correntes e dominantes e que inscrevem uma história sempre mutante do corpo.

Essa atrofia liga-se também, e não por acaso, com imperativos do conforto e da comodidade, novos sentidos disseminados e que convergem e redundam em seus efeitos de desinvestimento dos gestos. Richard Sennet (2003) aborda, a partir de uma análise do desenvolvimento do mobiliário das cadeiras na cultura ocidental, a gradual passividade a que o corpo se submete com o advento da noção de conforto em sua relação com o corpo. Se se compara a posição e as solicitações do corpo requeridas em um banco da Idade Média, com as solicitações requeridas nas cadeiras do século XVIII e com as cadeiras do século XIX, vê-se claramente a tendência à diminuição dos esforços envolvidos. O corpo tende a se imobilizar na trajetória que vai do banco sem encosto, condição de grande liberdade aos gestos, passa pela cadeira articulada que ainda concede alguma liberdade ao corpo, até chegar ao século XIX das cadeiras estofadas capazes de prover com o estofamento um maior acolhimento e sensação de bem-estar, ao preço da restrição da liberdade anterior (SENNET, 2003). A esse respeito Rybczynski (1999) sublinha na noção de conforto a ênfase individualizante associada à emergência do sujeito. Assim, na Idade Média sentar-se em um banco duro de madeira, mas ao lado de um convidado importante, era uma experiência de bem estar ligada a uma relação com o outro, da qual estava ausente a consciência individual. O conforto como bem estar ligado ao corpo individual é um processo que se desenvolve paralelamente e em conexão com a produção do sujeito.

A industrialização acelera todos os processos da vida urbana e intensifica a tendência à passividade, não apenas em função da relação entre operário e máquina, mas em suas incidências nos modos de vida e em todo o campo social. Nas diferentes solicitações econômicas e subjetivas que incidem sobre os corpos, muitas outras modalidades de relação se constituem. Os investimentos mercadológicos no corpo operam no sentido de encaminhar modelos e padrões de comportamento e consumo. A produção industrial de alimentos dirige-se a um corpo empreitado e empreitador ao qual produtos e mensagens publicitárias se dirigem em uma linguagem de dados, números e informações. Quantificação de nutrientes, afetos, dores e alegrias, novas doenças, novas drogas, o corpo torna-se um banco de dados em conexão com outros bancos de dados. Os gestos criadores e seus esforços tendem a diminuir em prol de gestos submetidos à programação mesmo em seus movimentos aparentemente espontâneos: exercícios físicos, ginástica, corridas e até mesmo caminhadas. Vida saudável, vida natural, vida capturada.

[4.7] práticas urbanas: as astúcias dos gestos

Uma outra perspectiva a partir da qual pensar as condições dos corpos e gestos na realidade atual é constituída pelas idéias de Michel de Certeau em a Invenção do Cotidiano. Sem deixar de considerar as coerções implicadas na produção dos espaços planejados e na ordem geral do capitalismo, descreve outra produção, a das práticas urbanas, do espaço vivido:

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores ou ‘dominados’, dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam de espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro de Foucault: análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu

funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano; contrárias, por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da ‘vigilância’. Esse modos de proceder e essas astúcias de consumidores compõem, no limite, a rede de uma antidiplina [...]. (CERTEAU, 1994, p.41).

Ora, aqui se trata da dimensão verdadeiramente criadora da experiência e da prática. E por qual outro caminho se pode proceder a tal prática que não o do envolvimento do corpo? As formulações de Certeau introduzem nuances sutis nas relações entre corpo e cidade e criam novas possibilidades. Em sua miudeza as possibilidades das micro-operações confrontam e transformam as coerções disseminadas a partir de uma potência diferente, molecular. Na efetiva concretização de uma experiência emancipadora da vida urbana, uma experimentação renovada que implica o corpo tem a potência de produzir diferença e criar novas possibilidades. A consideração das lógicas que embrutecem, aprisionam e neutralizam a experiência do corpo pode gerar uma perspectiva diferencial para a ação, e nesse sentido conhecê-las e combatê-las não expressa nenhum sentimento de negação ou ressentimento em relação ao presente na forma de um chamado a um passado ou futuro menos alienantes. Como bem pontua Deleuze na análise que faz da passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, “Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições.” (DELEUZE, 1992, p.220). Do ponto de vista do espaço, as sujeições da realidade contemporânea devem ser ultrapassadas na constituição de novas práticas e modos de vida no urbano. Léfèbvre alude a esses novos possíveis denominando-os de leis do urbano. Não um novo urbanismo, pois essas novas práticas se afastam do urbanismo, devem se constituir na afirmação da diferença e na recusa à segregação e à separação; na substituição do contrato pelo costume, e na “reapropriação pelo ser humano, de suas condições no tempo, no espaço, nos objetos”. (LÉFÈBVRE, 2004, p.163). Todas essas possibilidades passam pelo corpo e tem na reinvenção dos gestos uma modalidade de relação com o outro que potencializa a criação de novos modos de vida.

[fragmento3: movimentos de rua]

. movimento 1: perto e longe

Gritos vêm da rua. Alvorço, muitas vozes e a agitação repentina indica que alguma ocorrência incomum teve lugar na rua residencial sempre pacata. A desajeitada tentativa de roubo de um telefone celular custaria caro aos três adolescentes. Talvez a ação demandasse uma frieza, uma experiência, uma convicção ou simplesmente alguma sorte que naquela noite não estava do lado deles. Do lado de ninguém, aliás, sequer da quase vítima, que mesmo não tendo sido roubada, não deixou de participar do que se abateu tão intensamente sobre todos os envolvidos. As luzes do poder não são uma metáfora e piscam vermelhas no teto das viaturas que comparecem ao local. A rapidez com que a polícia chega tem algo de assustador e de alguma maneira aproxima o terror presente nos espetáculos das punições públicas comuns aos antigos regimes de soberania. Quase tudo mudou, aqueles dias não existem mais, assim como o soberano, os súditos e as relações que os conectavam. Os suplícios físicos, embora não tenham desaparecido de todo, não são mais exibidos. Tudo parece tão longe, e ao mesmo tempo as garras do poder parecem sempre tão perto.

Depois da ordem restabelecida os moradores se entreolham em silêncio. Ninguém parece se sentir reconfortado com a rapidez e a presença da polícia. Algo se abateu ali, uma fissura que avança e que tem menos a ver com o risco sempre presente de ser assaltado na rua do que com a certeza de que o poder que protege alguns na verdade desprotege a todos. A fissura está por toda parte e sempre avança. Tão perto, tão perto.

Infratores, dirão dos três adolescentes os representantes do aparato punitivo ao encaminhá-los para as medidas sócioeducativas. “Suspeitos”, todos pensam cotidianamente dos três adolescentes, e eles se sabem, sabendo com Blanchot (2007, p.235) que “Ser suspeito é mais grave do que ser culpado.” O roubo mal sucedido parece ser o desfecho sem saída de um enredo muitas vezes encenado. Agir bem já não é suficiente para os jovens; sua simples presença nas redondezas desencadeia uma perturbação sentida por todos com clareza. São estrangeiros ali,

não passam despercebidos e sabem disso. Os códigos de estratificação socioespacial participam da estranha geografia das cidades brasileiras, em que proximidades e distâncias nem sempre se dão a conhecer por grandezas e medidas extensivas. Da região onde moram os garotos, muito próxima do bairro onde tentaram o roubo, vêm grande parte dos pobres e negros cuja presença como serviçais não causa incômodo algum aos moradores. De uniforme, levam os cachorros dos patrões para passear, fazem as compras, levam e buscam as crianças em pequenos deslocamentos pelo bairro, trabalham no comércio e nas obras da região. Caixas de supermercado, atendentes de padarias, farmácias, lavadores de carro, pedreiros. Na condição de serviçais são tratados com a cordialidade ambígua que liga patrões a empregados em um misto de distância e condescendência. Nessas condições os negros e pobres das redondezas são tolerados. Tão perto, tão longe.

Na sequência do roubo mal sucedido os garotos são imobilizados por passantes que ouvem os gritos da quase vítima. Alguns moradores que observam o ocorrido reconhecem nos três adolescentes os jovens que costumam perambular em algazarra pelas ruas mais movimentadas do bairro. Brincando de dar susto nos passantes, parecem se divertir muito ao verem as reações assustadas das pessoas que apertam as bolsas junto ao corpo, gritam ou simplesmente apertam o passo temendo o roubo que os jovens não estão interessados em praticar. Eles apenas reinventam um modo de existir, devolvendo com malícia e muito riso a imagem que lhes é associada. Riem do ridículo, da falta de sentido, do medo mal disfarçado dos vizinhos brancos, da violência do preconceito, da imagem de bandido que lhes é imposta. Não andam de uniforme, não trabalham para ninguém, não servem ninguém. Recusam a inclusão que lhes é oferecida, capciosa e excludente. Passam pelos lugares, inventam trajetórias errantes, descobrem percursos e atalhos, cantam, imitam os ídolos populares, dançam, riem uns dos outros, riem dos vizinhos medrosos, riem da vida. Aprendem, na observação dos muitos modos não verbais que lhes são endereçados, que aquela vizinhança não os quer ali. Sabem que não são bem vindos. Mas eles a ocupam e fazem dela seu espaço de movimentação. Provocam quem os olha com medo, percebem com muita precisão a rejeição mal disfarçada e devolvem a violência com uma grande

brincadeira, processando os sinais sutis e escolhendo como vítima as pessoas mais amedrontadas, cuja tensão percorre o corpo em um enrijecimento que denuncia toda a gama de sentidos entre o medo e a acusação. Essa é a diversão dos garotos: fingir ser os elementos perigosos que não são, explodir em gargalhadas e recusar a sentença e a derrota. Já fazem parte do lugar, são conhecidos, estão sempre por perto. Tão perto, tão longe.

No dia do assalto frustrado a brincadeira foi um pouco mais longe. Aparentemente os jovens foram engolidos pelas estatísticas, confirmaram o que se esperava deles e encenaram o papel de elementos perigosos. Mas não resistiram nem fugiram, se deixaram prender. Enquanto era levado à viatura, um dos garotos, como o poeta, encenava um choro, fingia uma dor que talvez sentisse de verdade. A dor que sequer era apenas dele, a dor de todos os jovens levados presos por quase nada, esse quase nada que é o tudo de muitas vidas. E chorava sem muita convicção, tentando negar o que não podia ser negado: tentou roubar uma moça que reagiu e outras pessoas viram. Na tentativa de roubo, acertou a moça de raspão com um canivete. Suas companheiras de tentativa de assalto seriam soltas em algumas horas, mas ele não, e seria levado para alguma instituição para menores infratores. Parecia não ter saída. E chorava um choro pouco convincente diante do policial. Troca algumas palavras com um morador que se aproxima, e o choro some repentinamente. Menos por efeito de algum consolo edificante, mas por distração, esquecimento, talvez, de continuar com o choro meio fingido. E aquele pranto desaparecido de repente se mostrou em sua encenação. E junto com ele, a espreita e a vivacidade. Uma micro brecha capaz de afastar a rachadura que tudo atravessa ao levar falsa segurança para poucos, que se aprofunda a cada dispositivo de vigilância instalado, a cada cerca elétrica, a cada guarita, a cada vigia de rua; a rachadura que separa e segrega, que nada parece deter e que tudo corta. A rachadura entre quem tem e quem não tem celular, carro, casa própria, prestígio, valor, distinção. A mesma rachadura que corre silenciosa sobre quem tem tudo isso, sobre quem cumpre os enredos que lhe são impostos, bons ou ruins. A fenda interrompe seu caminho diante de um choro fingido. Alguma intensidade criada ali no susto do instante, uma última aposta de tudo ou nada, um quase nada que desautorizou, por um instante mínimo, o enredo que faz de jovens como ele

bandidos perigosos ou mão de obra barata, aprendizes de trabalhador a serviço de uma moral edificante. Nem um nem outro, só a esquiva quase imperceptível e sempre a postos. Negando as condenações e os empreitamentos salvacionistas, uma deriva entre as brechas inventadas a cada momento. Algo atravessou o choro. O futuro imediato não era nada alentador - alguns dias de detenção, talvez um mês, mas isso não importava muito naquele átimo de tempo em que o futuro não existe, sequer o presente dos enredos já sabidos. Apenas o aqui e agora, salto no vazio em que luta-se com as armas disponíveis - um grito, um sussurro, um pranto sentido, um choro simulado. É neste instante em que perder ou ganhar não importa porque a vida pulsa é na aposta: a caminho da detenção, dentro da viatura policial, o choro de mentira é a potência que arranca o instante e afirma um possível. O jovem vai preso, mas não está vencido. Cria seu pequeno espaço de movimentação que arrasta o enredo e a si mesmo em uma linha de fuga para muito longe. Tão longe, tão longe.

movimento 2: cão com plumas

Na esquina movimentada o morador de rua descansa deitado sobre o banco na calçada. Senta, deita, senta novamente, olha para os lados. Os gestos são lentos, como é lento o tempo que inaugura descansando durante alguns momentos. O banco na calçada onde descansa é só uma pequena parada entre percursos. O que ele faz é locomover-se o tempo todo. O movimento de um tempo-espaço outro é seu companheiro de errâncias cotidianas e a alteridade, sua aliada. “O errante vai de encontro à alteridade na cidade, ao Outro, aos vários outros, à diferença, aos vários diferentes; ele vê a cidade como um terreno de jogos e de experiências.” (JACQUES, 2012, p.23). Sua diferença em relação aos passantes diz de modos muitos distintos de habitar o espaço da cidade, de criar mundos. Seu mundo é feito de dois carrinhos de supermercado e do máximo de conexões que estabelece em seus percursos. Os passantes, sempre apressados em seus caminhos de ponto a ponto, experimentam as velocidades de um modo e de um mundo sedentário: apressar-se para chegar em algum lugar, movimento sedentário e cego aos

percursos. Deitado no banco da calçada, o morador de rua é outro modo muito diferente de habitar o espaço e o tempo. Carrinho-casa-barco, território ambulante de percursos aleatórios, direcionais mais que dimensionais com os quais empreende uma viagem que transforma as ruas e a cidade em mar. Alisa o espaço estriado em “uma navegação nômade empírica e complexa que faz intervir ventos, ruídos , cores e sons do mar [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.186, vol. 5).



FIG.3: O cão com plumas
FONTE: Arquivo da autora

Seu território - e caberiam muitas aspas aqui, pois *seu* é tudo o que o território não é - não é um bem do qual dispõe, mas um espaço que ocupa sem se apropriar, é uma condição onde não cabe propriedade e nenhum outro *próprio*. Pura alteridade, o território que ocupa se constitui na desterritorialização, de si e do território do outro. Não funda, não se enraíza, a sua é uma *vida em rizoma*. Seu tempo é lento e as paradas são intervalos entre percursos. O movimento de sua deriva requer o tempo não comandado e não regrado que pouquíssimos sabem se dar. A lentidão de seus gestos em descanso diz da velocidade nômade, e a diferença de ritmo em relação aos ritmos dos passantes da cidade é uma diferença de mundos. Olha em volta, mas não parece se deter em nada, só no tempo de seu descanso aleatório no meio de um percurso que não se sabe bem a duração. Seus pertences estão dentro de dois carrinhos de supermercados amarrados um ao outro.

Uma garrafa grande de plástico com água, uma coberta, algumas caixas, roupas, cordas. Na frente dos carrinhos, amarrada como uma carranca, uma cabeça de cachorro de pelúcia cheia de plumas. O cão com plumas desafia e se diferencia de cada verso do poema de João Cabral de Melo Neto, onde as ruas são rios mortos de onde a vida se esvaiu e os cães não tem pluma. O cão com plumas do carrinhocasa diz de rios e mares criados no asfalto, reinventados e devolvidos de onde tinham sido arrancados. Sua existência é pura potência de vida. Acontecimento urbano da maior intensidade, barco bêbado que condensa, reúne e diferencia a potência de todas as viagens e de todos os barcos, o carrinho de supermercado singra os mares da cidade e tem nas palavras de Foucault sua imagem mais precisa:

[...] o barco é um pedaço de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, que é fechado em si e ao mesmo tempo lançado ao infinito do mar e que, de porto em porto, de escapada em escapada, de bordel a bordel, chegue até as colônias para procurar o que elas encerram de mais precioso em seus jardins, você compreenderá por que o barco foi para a nossa civilização, do século XVI aos nossos dias, ao mesmo tempo, não apenas certamente, o maior instrumento de desenvolvimento econômico (não é disso que falo hoje), mas a maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Nas civilizações sem barcos os sonhos se esgotam, a

espionagem ali substitui a aventura e a polícia, os corsários.
(FOUCAULT, 2013, p.424).

O condutor do cão com plumas, barco embriagado, não condensa as intensidades de um comandante garboso, mas de um marujo em afinidade fervilhante com todos os devires menores em suas diferenças irredutíveis. devir pobre, devir errante, devir trapeiro, devir canoa, devir carranca, devir cão, devir barco embriagado, devir Rimbaud, devir poeta, devir morador de rua, devir desocupado, devir louco:

A radicalidade desse Outro urbano se torna explícita sobretudo nos que vivem nas ruas – moradores de rua, ambulantes, camelôs, catadores, prostitutas, entre outros – e inventam várias táticas e astúcias urbanas em seu cotidiano. Aqueles que a maioria prefere manter na invisibilidade, na opacidade e, que , não por acaso, são os primeiros alvos da assepsia promovida pela maior parte dos atuais projetos urbanos espetaculares, pacificadores, ditos revitalizadores. (JACQUES, 2012, p.15-16).

Máquina de guerra entre tantos aparelhos de Estado molecularizados, o pobre na cidade inventa novos sentidos e mostra as capturas dos poderes imperiais. Sua existência é revitalização em ato, traz à cidade a vitalidade que a alimenta e mantém viva, revelando com sua presença heterogênea todas as desvitalizações que atravessam a cidade.

O conjunto casa-carro-cãocomplumas-condutor é um emblema das potências menores das quais o pobre é vetor, presente em todos os períodos históricos. Hardt e Negri (2010) assinalam sua potência de sujeito social. O pobre não apenas está no mundo, mas se constitui como possibilidade de mundo: “Só o pobre vive radicalmente o ser efetivo e presente, na indignação e no sofrimento, e por isso só ele tem a habilidade de renovar o ser.” (HARDT; NEGRI, 2010, p.175). A existência do pobre confirma, consolida e abre o campo de imanência. Sua força não aponta para nenhuma transcendência, é nesse mundo que ele existe. Diferente e móvel, o pobre é um atestado do caráter aleatório da existência. Forma de vida comum que não é a dos ricos nem dos poderosos, o pobre é excluído, reprimido e explorado, e ainda assim persiste como afirmação de vida. O pobre é subjugado e explorado, mas é figura de produção, produz transversalmente e é indispensável à

produção da riqueza comum. “Existe uma Pobreza Mundial, mas existe acima de tudo uma Possibilidade Mundial, e só o pobre é capaz disso.” (HADRT; NEGRI, 2010, p.175). A reproposição do pobre como centro do terreno político e produtivo é a descoberta que vinculou o nome do pobre ao da vida, uma vida liberta e uma produtividade liberta. Força do devir, forças do caosmos.

movimento 3: ruas ocupadas

Vendedores ambulantes, trabalhadores, torcedores, estudantes, jovens, idosos, pedestres e condutores, muitas pessoas e veículos passam todos os dias pelo cruzamento das avenidas Amazonas e Afonso Pena, marcado com um obelisco que ali tem nome de doce: pirulito. Pirulito da Praça Sete em Belo Horizonte. Neste final de manhã a movimentação é outra, diferente do burburinho cotidiano e até mesmo das manifestações e reivindicações que costumam ocupar o cruzamento mais emblemático do centro da cidade. A dificuldade em designar o que se passou neste e em alguns outros dias de junho de 2013 diz das intensidades do acontecimento e da dificuldade em nomear singularidades sem lhes subtrair precisamente o que tem de tão precioso, inominável no ineditismo de sua irrupção. Mas talvez criar novos sentidos possa ser uma das exigências do acontecimento: mudar de lugar, seguir a linha que atravessa a superfície de irrupção e experimentar sua propagação por intensidades de outras superfícies. Criar novas sustentações nos sentidos, na linguagem e na existência para o novo que abre passagem. Uma faísca se alastrou e se incendiou nas ocupações e manifestações das jornadas de junho que varreram o país no eco de tantas outras jornadas. Adjacência afetiva com potências que fizeram convergir em aproximação fugaz e intensiva muitos eventos separados pelas distâncias extensivas de outros espaços-tempos.

Em um primeiro momento estas manifestações pareciam ter lançado o país em uma espécie de zona turva em que os radares se desorientavam pela heterogeneidade de sinais. Presentes lado a lado havia desde a irreverência que desafiava com cartazes cheios de bom humor o obscurantismo de pautas e

projetos de leis equivocados - “Sou contra a cura gay porque não tenho roupa hetero”-, o patriotismo empunhando bandeiras verde e amarelas que fazem pensar em uma parada do orgulho integralista, bravatas moralizadoras contra a corrupção, contra “tudo isso que está aí”, até reivindicações por serviços públicos de saúde, educação e transporte de melhor qualidade. Havia muitos motivos para se manifestar, muitos problemas contra os quais protestar, mas o descontentamento e a insatisfação não explicam nunca o contágio e a reverberação da potência do acontecimentos que foi a tomada das ruas. A clareza das pautas pelas quais lutar ou contra as quais se bater é antes efeito da mutação dos modos de sentir, racionalização que se constrói a partir do abalo sensível do acontecimento, do que a sua causa. A criação de um novo território existencial nunca é questão de consciência, cognição, informação, não decorre nem depende dessas relações, mas da mutação sensível que desencadeia a elaboração nesses planos. As pessoas não foram às ruas porque se conscientizaram, assim como muitas manifestações reacionárias são feitas por gente bem informada. A demanda de criação do novo é sensível antes de ser inteligível.

Impossível não experimentar a excitação de ser atravessado pela potência de um acontecimento político dessa ordem, condição de um agenciamento-outro a ser maquinado. Dele quase nada se sabe de antemão, exceto a acolhida sempre mal-intencionada dos grandes meios de comunicação. Vampirismo em ato das máquinas enunciadoras com seus intérpretes a postos e o desserviço de sempre, prontas a enquadrar e fixar a partir de uma moldura geral o que pode ser dito e visto. A reboque dos interesses de cada conjuntura, as máquinas enunciadoras do capital operam para preservar a ordem que lhes convém, nunca deixando de canalizar e sobrecodificar os sentidos e de fazê-los passar por seus quadros de referências. No telejornal da TV paga, a comentarista política revela que “a bolha da cordialidade comprada com os programas sociais estourou”. Gozo da maledicência na prontidão para explicar, deturpando, tudo o que acontece. Como se tudo fosse passível de explicação. O esvaziamento de qualquer estranhamento, de qualquer sentido de diferença é assim conduzido e chancelado por especialistas, funcionários da estagnação.

A Praça Sete foi o ponto de reunião e concentração da multidão que depois seguiu em marcha até o estádio Mineirão, onde aconteceria um jogo da Copa das Confederações na programação de eventos que antecederam a Copa do Mundo no país. Após o início tranqüilo e sem represálias da polícia, a situação mudou completamente e durante a noite os lugares que abrigavam as manifestações transformaram-se em verdadeiras praças de guerra com os ruídos das bombas de efeito moral, helicópteros e sirenes ouvidos a quilômetros de distância. No dia seguinte os jornais locais noticiaram que os enfrentamentos começaram quando um grupo isolado de manifestantes desrespeitou os limites estabelecidos pela polícia nas proximidades do Mineirão. Demonizar sempre a desobediência à norma e à ordem social, eis o mantra seguido à risca, presente também na condenação incondicional aos atos ditos de vandalismo e de violência. As máquinas enunciadoras da grande mídia cumprem assim seu papel de adesão irrestrita aos grandes poderes que tem como princípio de ação com as minorias “não se darem conta da vida secreta, das interrogações novas, das aspirações imensas cujo ruído se distancia a ponto de serem apenas um objeto de temor, de precauções e de táticas.” (CERTEAU, 1995, p. 32). Insistem em chamar de violência e vandalismo a recusa à falta de sentido e ao absurdo. Estabelecimentos e automóveis incendiados são algo muito diferente da selvageria vazia e super violenta apregoada no relato das máquinas enunciadoras de sentidos oficiais. São atos que dilaceram antes o regime que elimina o que surge de novo em suas bordas. Por trás da cólera “há o desejo de criar uma *polis* e uma política; há a vontade de organizar as condições de vida em função de motivos para viver” (CERTEAU, 1995, p.34) e não em função de motivos escusos que empreitam a vida e exigem sacrifícios insuportáveis.

Mas o filtro do encadeamento causal das grandes máquinas é totalmente refratário a esse entendimento e opera o julgamento e a sentença que fazem circular apenas os sentidos que interessam. Fora do quadro do que pode ser visto e dito existem questões que romperiam o falso naturalismo das interpretações e falsas evidências. Como não considerar a ação cotidianamente violenta da polícia e do Estado em todos os níveis, dentro e fora das manifestações, todo o funcionamento, as alianças, as parcerias, os procedimentos obscuros, os modos de operação, o tratamento truculento reservado aos pobres, a produção das normas e leis, a gestão

dos ilegalismos, os grandes eventos esportivos e seus custos econômicos e sociais, as pressões, os interesses envolvidos, os apadrinhamentos, as negociações?

A tarefa consiste em fugir das armadilhas de captura dos sentidos e ações e colocar-se à altura dos acontecimentos, ocupando um espaço-tempo outro e enfrentando as suas urgências na criação de novos sentidos e novos modos de viver. Urgências que demandam vislumbrar as possibilidades, no aqui-agora, de realizar as forças que pedem passagem. Aqui porque o possível de um agenciamento-outro não pertence a nenhum não-lugar utópico, e agora porque não virá no futuro. Não existe como promessa desencarnada, embora não esteja dado de antemão: tem que ser maquinado, produzido. A disputa pelos sentidos e ações não passa então por uma disputa de deciframento, interpretação ou designação submetidos à ação soberana de um sujeito senhor de suas motivações. Mais vale maquinar, produzir, compor com a irrupção que nos atravessa, deixando de afirmar o que se sabe e sustentar o desconforto e mesmo a vertigem do estranhamento. Maquinação portanto involuntária; não porque seja contrária à vontade, mas porque não deriva automaticamente dela. Pensamos não porque nos conscientizamos de fatos, mas porque algo nos força a fazê-lo, porque fomos atingidos por uma força fulminante: porque um acontecimento-dardo nos atravessou.

Ver o que está em jogo requer então a capacidade de rachar as evidências produzindo um outro tipo de vidência: a de apreender o intolerável e vislumbrar outras possibilidades. Referindo-se aos eventos de 68 (impossível não confabular devires revolucionários diante do assombro da irrupção que experimentamos) Gilles Deleuze enfatiza que surgiram menos de uma tomada de consciência do que de uma mutação das sensibilidades: abertura de um novo campo de possíveis a partir de agenciamentos implicados no encontro com algo que irrompe e força o trabalho de criação.

Não são as demandas e reivindicações concretas decorrentes de alguma politização da consciência que explicam o acontecimento, mas ao contrário, é o acontecimento, que mostrando o intolerável, conduz a existência a novas condições. A ocupação do espaço urbano desestabiliza momentaneamente os controles sobre os espaços-tempos da vida cotidiana e sobre a própria vida,

abrindo outras possibilidades de experiência. Uma dinâmica indomável se alastra e toma corpo perturbando, ainda que momentaneamente, a movimentação e os fluxos geridos pela ordem social. Espaços-tempos de ações controladas tornam-se visíveis e legíveis em sua violência. O intolerável das rotas repetitivas, do controle, do sacrifício e da organização é sentido em seu absurdo por meio de uma diferença que nele se insinua e suspende momentaneamente seu funcionamento.

E por qual outro caminho que não o da mutação subjetiva pela irrupção indomável de um acontecimento haveria de ser apreendido o intolerável que cabe em “apenas R\$0,20”, mote do movimento contrário ao aumento do preço das passagens de ônibus em São Paulo, intolerável que cabe em R\$0, 20, mas para o qual não há medida? Ou o intolerável da intrusão do capital e da mediação do Estado em todas as dimensões da vida? E de tantos outros intoleráveis, repentinamente apreendidos como tal pelas potências do acontecimento.

Essas insurgências, juntamente com a reação conservadora e violenta com que se fazem acompanhar, apontam para muitas direções. Não o apocalipse produzido pelos amantes das impossibilidades e pelos, escravos das tragédias que não conhecem o trágico, fatalistas que não vêem saída para as redes de dominação do capital em sua capacidade aparentemente infinita de adaptação. As forças insurrectas da criação sempre operam, trabalham, criam novas associações, acham um caminho. Os poderes é que são reativos, a eles cabe o desalento.

Quando encontramos brutalmente o que tínhamos cotidianamente diante dos olhos, agenciamentos caducam e outros pedem para ser criados. Mas produzir o que não está dado, criar um possível, não equivale a realizar uma possibilidade. Qual seria a dimensão da reivindicação de direitos nas circunstâncias singulares do acontecimento político das jornadas de junho? Criar direitos/exercer direitos, criar possíveis/realizar possíveis: há correspondência? O salto para a existência encarnado no exercício do direito à cidade bastaria para criar o agenciamento-outro capaz de abrigar as forças que pedem passagem na irrupção que atravessou a todos? Nos embates cotidianos reivindicação de direitos tem sempre uma ambigüidade na chancela do Estado que pressupõem. Direitos tem que ser conquistados, mas no movimento mesmo de sua reivindicação ocorrem todos os perigos de cooptação:

O risco dessa adjacência da reivindicação democrática e da instauração de estados totalitários é uma questão ético-estética, no sentido em que é em sua forma que as lutas políticas confundem-se e se endurecem ao migrar de uma caracterização aberta de reivindicação da vida como objeto político, para uma figuração restrita de direitos como objeto jurídico. Isto não as invalida, mas as despotencializa para a defesa da vida em seu potencial bio-político, e pode, num sobressalto, inverter seus propósitos e tornar-se mais um elemento de controle e poder sobre a vida, prescrevendo leis e regramentos, insistindo em restauros e reformas de sua suposta proposição original. (INFORSATO, 2011, p.24).

Maquinar por onde passa a sustentação destas forças é tarefa urgente: produzir o que não está dado, teorizar, problematizar, pensar, são canais de uma criação tanto mais inadiável quanto é perturbador o encontro que nos desloca e que nos põe frente ao intolerável. Mas o acontecimento não demanda apenas a mobilização da linguagem e do logos, é questão existencial, sensível que implica ir além da linguagem.

O gigante acordou, bradam as letras de muitos cartazes vistos nas jornadas de junho e rapidamente cooptados pela publicidade. Melhor esconjurar esse pesadelo truculento e maquinar um sussurro mais potente, vento de bruxa que atravessa a superfície do planeta e diz que o desejo não é sonho e nunca dorme, mas produz e nos incita a produzir com ele, nos atravessa em miríades de pequenos acontecimentos, insinua-se no cotidiano trazendo as potências do caos em seu ensejo de desfazer controles.

[fragmento 4: edifício em construção]

Parque Luxemburgo. Amplos espaços, lazer e muita tranqüilidade para você e sua família. Vista espetacular. 177 m², 4 vagas, 4 quartos, 2 suítes, 2 semi-suítes. Ampla varanda. Espaço Gourmet. Área de Lazer.

Tem nome de parque, mas é uma torre que ocupa quatro lotes dos quais as poucas árvores existentes foram cortadas para lhe dar lugar. Com as árvores, desapareceram também os pequenos animais e toda a cobertura vegetal que havia na área. Bicho e mato, desqualificados e mesmo erradicados fora dos circuitos codificados, tornam-se combustível precioso e mercadoria lucrativa reservada aos pátios, terraços, jardins, entradas, canteiros, jardineiras, áreas de lazer, aquários, vasos, *cachepots* e gaiolas que aí se instalarão. Ao ar livre e também em portarias, lojas, recepções, ações corporativas de responsabilidade sócioambiental e inúmeras outras práticas onde o desejo se entretetece com seqüestros econômicos e subjetivos, bichos e mato participam de uma *produção ambiental* que concerne diretamente ao espaço e aos modos de vida. As operações de produção de sentido da semiótica capitalista incidem até mesmo sobre o que não se deixa capitalizar, nomeando tal recusa: erva daninha, planta venenosa, parasita, praga urbana. Terreno baldio, lote vago, barranco. Favela, beco, viela, barraco, periferia. Malandro, maluco, vagabundo, improdutivo. Mas também em princesa, querido, talentoso, chefe, casa, rua, bairro. Cada nome é uma sentença proferida pela violência da palavra, codificação que tece relações: “toda palavra é comando, terror, sedução, ressentimento, adulação, empreendimento; toda palavra é violência [...]” (BLANCHOT, 2010, p.140, v.1).

Na assimetria e na desigualdade do espaço de relações aberto pela nomeação cabe algo que não seja a afirmação ingênua da igualdade entre o que se diz e o que se vê, nem a mera constatação de sua desigualdade. s, mas afirmação da ruptura, recusa da unidade:

aceitar a exigência que se oferece pela suposição de que falar é certamente conduzir o outro ao mesmo, na busca de uma palavra mediadora, mas é também, primeiramente, tentar acolher o outro como outro e o estranho como estranho, outrem pois em sua irredutível diferença, em sua estranheza infinita [...]. (BLANCHOT, 2010, p.141, v. 1).

As dissociações entre o que se diz e o que se vê conduzidas pelas estratégias publicitárias parecem replicar as disjunções produzidas pela arte e pela vida não capturadas com as quais, entretanto, não se confundem. Se toda nomeação relaciona os domínios das palavras e das coisas, cada nomeação o faz à sua maneira, produzindo interações passíveis de operar a favor da semelhança e da subordinação¹⁵, mas também a favor da diferença, da ruptura e da variação. Nomear é, portanto, ação política que constitui relações nas quais os comandos de equivalência da captura capitalista tanto podem ser acatados e acolhidos como refutados e negados. Na nomeação operam “agenciamentos complexos de indivíduos, corpos, máquinas sociais e materiais, máquinas semióticas, matemáticas e científicas etc., que são as verdadeiras fontes de enunciação.” (GUATTARI, Apud LAZARATTO, 2014, p. 56-57).

É assim que entre o *nome de parque, materialidade de torre* do edifício de apartamentos *Parque Luxemburgo*, forças se agitam em um campo problemático que vale a pena enfrentar. O signo lingüístico afirma – parque - o que o elemento plástico e material nega – edifício de apartamentos. Michel Foucault assinala (2013a) em uma análise que faz do quadro *Isto não é um cachimbo*, de Magritte, que a dupla operação de nomeação e negação suprime o lugar comum entre signo lingüístico e elemento plástico. Mas a distância entre as disjunções existentes no quadro de Magritte e na torre de apartamentos demanda outros desdobramentos.

O imaginário que produziu a categoria epistemológica e paisagística da natureza, secretado nos mesmos espaços-tempos que viram nascer sua destruição massiva com a industrialização, reatualiza-se em tempos de *urbanização extensiva*¹⁶. Hoje a natureza é uma mercadoria altamente rentável, e se foi produzida desde sempre, é nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo que sua produção se intensifica. Parques, *boulevards*, condomínios, resorts e loteamentos participam da

¹⁵ A peculiaridade dos nomes das operações de investigação da Polícia Federal do Brasil contra o crime organizado foi tema de matéria - *Um nome vale por mil prisões* (SCARPIN, 2007) – na imprensa nacional. A nomeação dessas operações policiais se dá no registro da semelhança entre palavras e coisas.

¹⁶ Conforme formulação de Roberto Monte-Mór (1994, p.170) derivada das análises de Henri Léfèbvre acerca das dinâmicas contemporâneas de organização do espaço social, nas quais a urbanização ultrapassa, englobando, os limites da cidade industrial e estende-se pelo espaço regional. (MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In: SANTOS, Milton (Org.). *Território; globalização e fragmentação*. São Paulo; Hucitec, 1994).

reatualização de sua imagem. Talvez haja alguma sinceridade e mais de uma coincidência na produção desse amor nostálgico ao verde, cor do dinheiro. Também a moeda vai perdendo sua concretude e seu poder de lastro, e a corrosão, arma indissociável do capital segue sua ação ameaçando vez ou outra seus próprios manejadores. Mais uma *área verde* é assim produzida como signo de qualidade de vida, valor a ser *agregado* às unidades habitacionais. Na cooperação entre publicidade e planejamento¹⁷ impera certa malversação e também algum oportunismo nos meandros que relacionam as palavras e as coisas: a área tornada residual pelo desrespeito do desenho urbano de malha ortogonal à topografia acidentada da cidade montanhosa é recuperada pelos mesmos agenciamentos em afinidade mercadológica. E assim o barranco de grandes dimensões, ao ser murado, cortado, recortado, desbastado, aplainado, contido e acrescido de uma grande torre de apartamentos, torna-se parque.

Parque e vista não se dissociam, e o fato da vista privilegiada enquadrada pela varanda gourmet ser um dos produtos vendidos diz da reatualização em ato de muitos processos. A noção de paisagem como porção do território abarcada pela vista é moderna, e designa a uma experiência constituída pela arte. Os artistas criaram simultaneamente o olhar sobre a paisagem e a paisagem como objeto apreendido pelo olhar (GOMBRICH, 1999; CAUQUELIN, 2007). Exigência ótica da tradição ocidental que submete o pensar à medida do olho. Ver é sempre ver à distância, imediatamente ao longe e através da distância, servir-se dela. Distância que se desdobra na cisão entre falar e ver, palavra e coisa, a sabedoria da visão é proporcionar a experiência do contínuo sem totalidade: nunca se vê tudo, como nunca se vê uma coisa só, mas um conjunto. Toda visão é visão de conjunto cujo resultado é a manutenção de um horizonte. (BLANCHOT, 2010, v.1).

¹⁷ Acerca das relações entre planejamento e capital, especialmente nos países pobres, Milton Santos (2011) assinala que sem o planejamento não teria sido possível a intromissão rápida e brutal do grande capital nos países subdesenvolvidos, nos quais “sequer se torna necessário qualificar de capitalista o planejamento, pois os países subdesenvolvidos não conheceram outro.”(SANTOS, 2011, p.13). Ao enfatizar o papel do planejamento como instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento de disparidades sociais, e da urbanização como simultaneamente resultado e condição do processo de difusão do capital (SANTOS, 2011, p.13 e p.17), o geógrafo permite compreender que as relações entre capital e planejamento são da ordem da aliança.

Causa estranhamento a *vista espetacular* ser vendida pela publicidade, qualquer vista, pois imagina-se ser uma capacidade inata, fisiológica e inalienável do sujeito. Mas a vista é construída, produzida, tanto como as paredes do edifício, e como o próprio sujeito. O que é tomado como experiência imediata dos sentidos, acesso direto ao que existe, é instituído e produzido por uma série de operações que organizam a matéria diversa e cambiante sob a forma de um quadro. Não vemos as coisas como elas são:

As visibilidades não são imediatamente vistas nem visíveis. Elas são até mesmo invisíveis enquanto permanecemos nos objetos, nas coisas ou nas qualidades sensíveis, sem nos alçarmos até a condição que as abre. E se as coisas se fecham de novo, as visibilidades se esfumam ou se confundem, a tal ponto que as evidências se tornam incompreensíveis a uma outra época [...]. (DELEUZE, 2005, p.66).

Compreende-se porque se vê e à medida que se vê, mas só se vê por meio e com o auxílio do que se compreende que é preciso ver naquilo que se vê, revolução que agita o par ver-compreender (CAUQUELIN, 2007). É a perspectiva renascentista que vai tecer a conexão entre os elementos, criar o conjunto e exibir o vínculo existente entre pensamento e visão: a paisagem é um projeto moderno (e seria preciso lembrar que se é projeto é moderno?). Nas cenografias medievais a qualidade dos objetos determinava a situação, a grandeza e as relações que eles mantinham entre si em uma conformação da qual a paisagem estava ausentes:

Nenhuma ‘paisagem’ – entidade de ligação autônoma – vinha preencher o espaço intersticial entre as figuras, ele só era virtualmente definido por suas próprias qualidades. A impressão de flutuação, devida à simultaneidade de lugares específicos em torno de cada forma singular, deixava aberta a multiplicidade dos possíveis. (CAUQUELIN, 2007, p.184).

A paisagem não é uma evidência, mas antes uma construção, um encadeamento. Uma relação que conecta de determinada maneira os termos que dela participam em um enquadramento que constitui aquilo que ao mesmo tempo é mantido à distância. E se é verdade que o quadro de paisagem é moderno, não é menos verdade que singulariza um procedimento que lhe é anterior e co-participa da série à qual pertence a janela que mantém o selvagem à distância, o muro que detém a invasão da floresta, o arco que emoldura, aparatos estabelecidos no anseio de domar o que atemoriza (CAUQUELIN, 2007).

Não cabe nesse sentido nenhuma distinção entre natureza e artifício, natureza e cidade. A arquitetura moderna explora ao máximo a experiência da paisagem objeto, a que se olha, se usa e se explora em relação de assimetria, *peep-show* paisagístico desenhado tantas vezes por Le Corbusier (ABALOS, 1994).

Mas a vista espetacular oferecida na publicidade do Edifício Parque Luxemburgo faz mais do que replicar as janelas-quadro da arquitetura Moderna. As varandas nos apartamentos elevam do chão as varandas que na tradição construtiva das casas e cidades brasileiras se constituíam como heterotopias (FOUCAULT, 2013). Foucault define as heterotopias como espaços-outros que, no interior das sociedades, deve sua alteridade à sua utilização por indivíduos que se encontram em estado de crise ou de desvio em relação à média e às normas vigentes.

As varandas das casas são espaços que se localizam na fronteira entre abertura e fechamento, entre interior e exterior, fazendo a passagem entre ambos. Sua condição permite a passagem e faz convergir algumas das características que separam um e outro.

As varandas nos apartamentos não deixam de fazer essa interseção à força de hipertrofiar a dimensão do olhar, aumentando a distância entre os universos que separa. Espécie de camarote, que é o lugar privilegiado para a vista, heterotopia dentro da heterotopia que são os espaços destinados a espetáculos, a varanda dos edifícios constituem em espetáculo visual a cidade que é vista de longe, e exhibe como signo de distinção e poder o ponto de vista privilegiado. A partir dos recentes acontecimentos políticos do país, em que *bater panela* nas varandas dos edifícios tornou-se o símbolo da rejeição das classes altas ao governo de esquerda, os sentidos de privilégio social se inscreveram intensificando ainda mais a varanda como signo não tanto de heterotopia, mas de talvez de privilegiotopia, espaços-mesmos em relação às normas sociais vigentes.

No edifício residencial em fase final de construção os ruídos diminuem, mas permanece a eloquência da produção do espaço entretecida pelo capital. Produção que ressoará em outras tonalidades quando a obra terminar, os operários se retirarem e o edifício for ocupado pelos moradores e trabalhadores domésticos

dando início a um novo cotidiano marcado por outras composições de linhas e estratificações. Mas por ora é a rotina da construção, planejada mas nunca de todo controlada, que aproxima as trajetórias que aí se encontram em arranjos contingentes sempre em vias de se dissipar para se reconstituir em novas combinações imprevisíveis. Assim é que a cada dia sons variados conformam paisagens sonoras que aparecem e desaparecem em função dos ritmos da obra: a motosserra, primeiro emissário do poderio longínquo que ocupará o território, com seu ronco brutal que é todo violência, anunciando o teor não menos violento das ações que aí se desenvolverão. Sons que perfuram as barreiras próximas atingindo todos os espaços da vizinhança. O ronco das motosserras dá lugar aos ruídos das perfurações para as fundações e posteriormente ao rugido que sai do caminhão betoneira preparando o concreto a ser utilizado. Logo depois será a vez dos sons de chegada e descarregamento dos materiais e dos demais movimentos rotineiros da obra. Ora abafados, ora estridentes, graves e agudos, os sons da obra tem algo de assustador e de violento. Uma máquina vencendo outra máquina. Bater, cortar, serrar, lixar, furar, parafusar, desempenar, afundar, erigir, carregar, soldar. Sinfonias que não se repetem nunca, das quais faz parte também o som das vozes dos trabalhadores em instruções para tarefas, assovios, brincadeiras, chamados. “Vai trabalhar, negão!”, um operário diz a um colega, zombando do langor do companheiro, mas também, e principalmente, do *ethos* tarefista do canteiro de obras em cujos espaços-tempos o ócio não pode ter vez e as hierarquias existem para garantir a ação ininterrupta. A derrisão do falso comando põe a nu, entre muitas risadas, a violência dos imperativos que incidem cotidianamente sobre os trabalhadores, não apenas os do Parque Luxemburgo. A potência diabólica dessa pequena centelha tem a força de um clarão capaz de fulminar a tirania de todos os comandos e comandantes, feridos de morte pelo humor cortante que põe a nu e mostra o intolerável. É isso um acontecimento: irrupção. Algo se agita. Quantas outras centelhas se agitam nas superfícies crispadas dos espaços da cidade? Quantos acontecimentos irrompem cotidianamente em meio às rotinas, alterando para sempre a distribuição do aceitável e do inaceitável, invisíveis para os que olham a cidade do alto? Cidade genérica, dizem de suas alturas arrogantes os especialistas do *vol d’oiseau*. Visto do alto o espaço é uma extensão indistinta. Pois é no rés do chão, nas superfícies

de distâncias e proximidades intensivas onde a vida transcorre que os acontecimentos irrompem e tudo se agita e é singular. Nada é genérico.

A obra emite muitos sons, mas também entra em composição com os ruídos de um exterior em constante interação. Um dia é a gravação que sai do carro de som em cortejo pelas obras do bairro anunciando a assembléia do sindicato com imprecações contra o patronato, disposição para embates e promessas de conquistas. Tudo ouvido com atenção respeitosa seguida de aplausos e assovios. Talvez nem todos compareçam à assembléia, e são poucos os que se envolvem mais diretamente com este tipo de organização. A luta cotidiana se desdobra em muitas frentes e, muitas vezes, consome a energia necessária para ligá-la a outras lutas, mas o apoio e a simpatia pela causa não deixam de existir.

Outra hora é o anúncio cantarolado do vendedor de picolé, sempre na mesma hora: picóóóóoléé, picóóóóoléé. A cantilena é ouvida e replicada pelos operários da construção em um coro que interrompe o ritmo da obra e desce até a calçada com os trabalhadores que rodeiam, em um devir-criança, o vendedor de picolé. Diante da excitação da clientela, o garoto é arrastado em um devir guardião-de-todas-as-maravilhas, dono respeitável e solene do pequeno tesouro mágico que é o sortimento de picolés. Nos risos compartilhados, apelidos trocados, no picolé de sabor encomendado escondido no fundo do carrinho, no tempo do bate-papo arrancado com alegria dos ciclos tristes e cronometrados das metas a cumprir, dispersões moleculares deste devir refutam os sentidos sociológicos sedentários.

A informalidade não se deixa domesticar facilmente e persiste em alianças imprevistas com o acaso, com o descontrole e mesmo com o caos que se instaura vez ou outra desafiando todos os planos e metas da obra: escutam-se alguns desentendimentos, cantorias, apelidos, pequenas provocações cheias de humor e as incontornáveis rivalidades do futebol; em um dia do período chuvoso um temporal derruba com estrondo o muro frontal de contenção e faz escorrer pela rua um rio de lama vermelha que causa apreensão e irritação nos vizinhos; em outro dia a manobra descuidada do caminhão de entrega, derrubando a grade de um portão próximo e atiçando um pouco mais o descontentamento da vizinhança com a obra; em um outro dia o incêndio no terreno ao lado que se alastra rapidamente engolindo o mato seco e ameaçando engolir o barracão de madeira

do vigia, convocando a vizinhança em um esforço solidário que impõe uma pequena trégua na convivialidade tensa; os dois cachorros do vigia circulando tranqüilamente pela obra, participando de seus movimentos durante o dia e perturbando o sono da vizinhança à noite; os caminhões de entrega de materiais que paralisam o trânsito da rua estreita gerando novas tensões entre vizinhos, motoristas e passantes pouco acostumados a esperar ou a dar passagem. Nos finais de semana os sons e movimentos se alteram e a obra tem outro ritmo. Aos sábados bem cedo há o barulho da retirada dos restos de materiais, lançados do alto e estrepitando ao caírem na caçamba estacionada na rua. Depois de cheia, a caçamba é acoplada ao caminhão em operações ritmadas pelos gritos dos ajudantes e pelos ruídos do motor velho. A coleta de entulho é feita por uma empresa terceirizada, assim como outros serviços da obra. Absorvidos em suas tarefas de limpeza, os trabalhadores da construção parecem indiferentes aos ruídos, embora olhares furtivos demonstrem a satisfação diabólica em participar destas sinfonias ruidosas. O ritmo é lento, apesar dos sons que incomodam e acordam a vizinhança. Se algum vizinho reclama diretamente com os trabalhadores tudo piora: os gestos tornam-se mais brutos, a tarefa é executada aos safanões, os resíduos são lançados com mais força e os barulhos só aumentam no novo ritmo de trabalho, repentinamente vigoroso. Aproximando-se de seu término, a obra segue em velocidade lenta e este átimo de tenacidade tem sabor de astúcia, pequena criação de um possível arrancado de onde só se pensava haver subserviência. Aferrar-se às tarefas, submeter-se aos planos definidos em instâncias superiores, acatar o que foi designado adquire então uma potência insubmissa jamais suspeitada. Quantas vezes uma ordem equivocada foi cumprida sem questionamentos e com empenho zombeteiro só para evidenciar sua falha? Quantas vezes a instrução errada de um superior hierárquico inexperiente foi obedecida com afinco cáustico?

Enquanto se desenvolvem estes duelos cotidianos feitos dos pequenos golpes com que mais fracos e menos fracos se confrontam avançando ou recuando conforme as circunstâncias, o patrão leva alguma vantagem, enquanto as engrenagens capitalistas talvez se fortaleçam uma vez mais terceirizando os conflitos e centralizando os lucros. Mas nestes pequenos enfrentamentos de artimanhas e pequenas dissimulações criam-se aberturas, algo se passa. São explorados, mas

não estão vencidos e suas pequenas vinganças alteram as distribuições de força, mesmo que só por alguns minutos.

Encerrada a sinfonia matinal do sábado, nos finais de semana a obra fica em silêncio, interrompido vez ou outra pelos latidos dos cachorros e pelo som do rádio do vigia, morador temporário cujo endereço é sempre o espaço-tempo de algum edifício em construção. No coração do sedentarismo capitalista, que resulta, paradoxalmente, de muitos movimentos, o vigia é um quase nômade que habita os ritmos da construção, feitos das ações que estabelecem a duração da obra: compra do terreno, licenças e autorizações dos órgãos fiscalizadores, etapas de execução do projeto, tempos de fabricação, condições de transporte, circulação e de entrega dos materiais construtivos, condições de venda das unidades e todo o universo do capital financeiro e outras tantas ancoragens, das mais concretas às mais voláteis, que definirão entre tantas outras coisas os espaços-tempos dos endereços do vigia.

Em meio ao entulho, aos resíduos amontoados, à sujeira e a muitos imprevistos, o controle solene e a assepsia de um anunciado alto padrão de qualidade comparecem mais como miragem e promessa, truque endereçado aos compradores na tentativa de corresponder a seu desejo fabricado, calculado e capitalizável. Signos de distinção, de sucesso e de posição social são também construídos com estes pequenos truques, embustes meio fajutos em um jogo de espelhos e reflexos que, todavia, funciona. Para quem é vizinho próximo e acompanha o cotidiano da obra, a encenação desta organização de araque tem ares de comédia amadora e humor pastelão. Em algumas situações estes padrões se aplicam quase sem nenhuma resistência, mas no edifício Parque Luxemburgo estes comandos permanecem como um horizonte sempre inalcançável. Para os futuros moradores do prédio este padrão terá outros sentidos, importando pouco como o prédio foi construído e em que condições; como vive e trabalha quem produziu cada um dos componentes, quem os montou na obra, a rede intensiva e extensiva de eventos que possibilitaram que estivesse ali, disponível e ao alcance da compra seu desejo revestido em granito e alumínio anodizado. A adesão às ofertas e às imagens de status que a acompanham é pensada como escolha, merecimento ou mesmo direito, como se não fosse também efeito de uma

estratégia e de uma política que produzem os gostos, as demandas e as necessidades. O padrão é sempre um agenciamento central ligado a outros agenciamentos e assim a varanda gourmet entra na modulação que cria e descarta a sucessão de objetos de desejo.

Antes exclusivamente de ônibus, gradualmente de motocicleta, os trabalhadores agora se deslocam até a obra com seus próprios carros deixados estacionados nas imediações. As placas dos municípios vizinhos da região metropolitana, como Betim, Sabará, Contagem, Santa Luzia, Ibirité, Ribeirão das Neves, indicam as condições e limites da melhoria do padrão de vida de seus proprietários: confortos raros há alguns anos, como um simples automóvel, são agora usuais e apontam para transformações importantes em curso, embora ainda coexistam com a distância quantitativa e qualitativa que separa os locais de moradia dos pobres de seus locais de trabalho. Tal distância, uma dentre as inúmeras barreiras dribladas cotidianamente com astúcia e inventividade, é tema de análises críticas, denúncias e políticas que conferem distinção e prestígio aos estudiosos e gestores nos ambientes tecnocráticos. Organizadas e enquadradas em sistemas de infraestrutura urbana e de serviços, as demandas da vida coletiva são atendidas por setores pensados e geridos por especialistas. Equação complexa a desse desprestígio que estima seus estudiosos e intérpretes, mas quase nunca seus habitantes. Mas o pulso da vida independe destas partilhas, e para quem vive a cidade na fricção crua dos encontros cotidianos, são outras as questões: os caminhos não são retos, as esquinas têm o assombro das encruzilhadas, atalhos são inventados e a cidade é experimentada em intensidades que escapam a muitos de seus pretensos tradutores; até mesmo as pequenas alegrias e as grandes tristezas, nem mais nem menos intensas que as experimentadas por quaisquer outros sujeitos, talvez sejam menos dissimuladas. A despeito de tudo, são vitoriosos os pobres da metrópole.

Os trabalhadores da torre residencial são todos homens, com algumas mulheres trabalhando nas etapas de limpeza da obra. Em outras obras nas imediações as mulheres participam de outros trabalhos de construção, mas na torre as empregadas ocupam-se da faxina. Há uma haitiana. Se a precarização é a marca

do trabalho na atualidade, na construção civil é a regra que conduz as relações de trabalho e emprego mesmo quando formalizadas.

Se por um lado análises macropolíticas permitiriam explicar e compreender grande parte das forças que condicionam movimentos como os dos migrantes precarizados do mundo globalizado, é no regime molecular e micropolítico que as intensidades heterogêneas são apreendidas em sua diferença. A empregada doméstica de um prédio próximo, vizinha da faxineira haitiana dirá dela que em seu grupo *“Os homens são muito ‘assanhado’, ‘mexe’ com a gente, ó procê vê, um lá me chamou pra ir dançar com ele, eu falei que sou casada, eles tem vergonha não! Eles tudo fala uma língua esquisita, que ninguém entende direito. Tem um tanto lá.’ Os’ pessoal ‘faz’ umas comida diferente. Eles ‘gosta’ de dançar.”* Na fala desobediente à norma a lição que muitos intelectuais jamais aprenderão: antes de ser objeto de estudo, de explicação ou tema de análise, o outro é sempre uma diferença, uma intensidade experimentada pelo espaço.

A produção da moradia, da qual a torre Parque Luxemburgo é só um exemplo, se espalha em muitas modalidades e permite agrupar todo tipo de trajetória, fazendo conviver lado a lado os mais variados matizes econômicos e subjetivos. Cada um destes matizes constitui arranjos singulares das linhas de captura e de fuga das imbricações entre espaço e capitalismo. Como no pequeno prédio de três andares em frente ao edifício Parque Luxemburgo, onde o conserto no reboco da parede é feito pelo prestador de serviços autônomo, espécie de faz-tudo que é ao mesmo tempo pedreiro, bombeiro e eletricitista. Nos constantes reparos demandados pelo prédio já antigo há serviço garantido ao longo dos anos e o empreendedorismo precário do trabalhador autônomo é solicitado constantemente para solucionar problemas de vazamentos e infiltrações. Depois de muitas dificuldades, muitos problemas com profissionais pouco ou nada qualificados, estabelece-se certa confiança na relação entre o pedreiro faz-tudo e o síndico do pequeno prédio. Oferecendo um serviço razoável a preços mais ou menos camaradas, o trabalhador autônomo vai compreendendo que sua sobrevivência depende tanto de sua habilidade técnica como de outros fatores, como alguma simpatia e disponibilidades várias que passam pelo parcelamento do valor cobrado ou pela definição de um cronograma de atividades e serviços adequados às possibilidades

de pagamento do condomínio, até à prontidão para serviços emergenciais que podem surgir a qualquer dia ou hora. E principalmente a importância de outros aspectos menos tangíveis rapidamente assimilados e prontamente mobilizados quando surge a ocasião: certa desinibição, a entonação da voz, a postura e a assertividade sugerindo uma auto-confiança que decorre menos de uma *expertise* técnica do que de uma estratégia comercial; certezas inabaláveis sobre a solução dos problemas também seduzem a confiança da clientela. Com este instrumental torna-se mais fácil conquistar serviços adicionais de reparos internos nos apartamentos.

Dentre os moradores do pequeno prédio há profissionais da construção civil pertencentes a outros estratos. Engenheiros e arquitetos empregados em construtoras ou funcionários do Estado, autônomos, sociólogos e psicólogos para quem este cotidiano reverbera de modo especial as experiências codificadas por sua formação profissional e pela sensibilidade dela derivada. As situações apreendidas com a proximidade da torre em construção tomam parte de sua experiência, problematizando-a e expandindo-a, e somando-se a eventos ocorridos em outros espaços-tempos. Como não conectar, por exemplo, a todas estas trajetórias que se cruzam na calçada em frente, um vídeo difundido nas redes sociais mostrando a abordagem de uma motorista por um policial de trânsito no Rio de Janeiro? Ofendida, brada sua profissão como pretense salvo-conduto desrespeitado por quem “devia estar prendendo bandido”. Apresenta os documentos e se identifica como arquiteta prestadora de serviços para as obras da Unidade de Polícia Pacificadora no Morro do Alemão, sentindo-se insultada com a simples abordagem. Reação que diz muito das diferentes subjetividades, dos privilégios e seus efeitos dos quais a construção civil é pródiga. Não apenas a profissão, mas também muitas outras composições mais ou menos sutis, signos que podem ser mais do que meros índices de prestígio, e em uma sociedade consumista e desigual como a brasileira, fazem a diferença entre a vida e a morte. Que o diga o horror das circunstâncias da morte do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, morador da favela da Rocinha no Rio de Janeiro, jamais esclarecidas. Efeitos e relações entre percepção de si e do outro na constituição de subjetividade não são imaginários, mas se inscrevem na materialidade mais concreta do cotidiano.

Enquanto desdobra estas questões, o morador do pequeno prédio é novamente trazido a sua vizinhança por uma conversa entre o pedreiro faz-tudo e a faxineira. Em um galanteio cheio de ironia, o pedreiro se dirige à moça dizendo: “é, ‘diz’ que o sol nasce para todos, mas a sombra é para poucos”. A faxineira não responde. No escritório sombreado o morador sorri. Tem vontade de chegar à janela e dizer que a sombra também não é o paraíso, não tem moleza para ninguém. Mas não diz. Sabe das coerções e dos privilégios que o rodeiam no mundo da construção civil e se lembra constrangido da arquiteta do vídeo ressentida por não ser tratada com o privilégio que acredita merecer. Pensa na diversidade de mundos de que é feito o mundo da construção civil. O Parque Luxemburgo, reverberando ocorrências similares neste bairro de verticalização recente, faz mundo com seus trabalhadores assalariados, seus códigos hierárquicos assinalados nas cores dos capacetes de proteção e no cinza sombrio dos uniformes, ressoando outros cinzas como o do cimento, do concreto, da brita, do alumínio, do granito, do asfalto, do céu nublado em dias de chuva e dos carros. Sobriedade de um progresso que aqui se pinta de triste. Faz mundo também com seus precários sem uniforme, terceirizados eventuais como o motorista do caminhão que recolhe os entulhos da construção ou os trabalhadores subalternos da grande rede de produtos e serviços da construção civil que freqüentam os espaços tempos do edifício em construção, como os carregadores e auxiliares diversos dos fabricantes e comerciantes de materiais e dos prestadores de serviços de vidraçaria, serralheria, marcenaria, paisagismo, condicionamento de ar, segurança, decoração e muito mais. E faz mundo também na divisa com outros mundos, com os infindáveis estriamentos que incidem, segregam e homogeneízam as diferenças de muitas outras dinâmicas. E assim, ao invés de responder ao pedreiro, o morador do pequeno prédio apenas pensa em quantos sóis e sombras são inventados e experimentados cotidianamente nas intensidades heterogêneas destes tantos mundos, e quantos mais ainda serão inventados. Talvez o sol tenha nascido para todos e a sombra para poucos, mas as saídas são inventadas mesmo é pelos menores. *Para todos* tem afinidade com o sol maior, uno, centro de gravidade e significação em tonalidade iluminista, e a sombra é sua associada em negativo, variedade do mesmo. Aos menores cabe a inconstância de outros corpos celestes riscando os céus em suas trajetórias erráticas.

[fragmento 5: mini atlas de espaços-mundos]

[vozes de outrem]

. página 1:

o espaço devém [D e G]

o espaço se desfaz como areia [GP]

o espaço é uma distância irreduzível [MB]

a cidade é carne e pedra [RS]

o terreno vago é o paradigma da cidade [NBP]

todo espaço é espaço-tempo [CH]

o espaço da cidade é alisado temporariamente através da errância [PBJ]

o espaço é fundamental em qualquer exercício de poder [MF]

o espaço é a soma de objetos e ações [MS]

o espaço é socialmente produzido [HL]

o urbanismo é a última cortesia de um poder que está prestes a assumir
o total controle das mentes [RV]

o espaço está sempre no processo de fazer-se [DM]

o espaço precisa do vazio que envolve o tempo [WW]

saber orientar-se numa cidade não significa muito. no entanto, perder-se numa
cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução [WB]

não ocupar um lugar específico no espaço ou no tempo é atividade de um criador
[HO]

a missão final da cidade é incentivar a participação do homem no processo
cósmico e histórico [LM]

[K e R fizeram do amor um livro-espaço-mundo que desencadeou esse pequeno
atlas de espaços-mundos feitos da voz de outros]

. página 2:

*[...] nessa margem da margem há pelo menos margem desliga então as
cantilenas as cantilendas as cantraimenas descrê das histórias das
storias das estórias e fica ao menos com este menos o resto veremos
uma garrafa ao mar pode ser a solução botelheiro de más botelhas
da vida diva dádiva botelha que o futuro futura pela escura via
delle botteghe botteghe oscure e quando a maré for subindo você vira vindo
e quando a manhã for saindo você virá sendo e enquanto a noite for subindo você estará
rindo pois é lindo e ledo e lido e lendo este teu
cantomenos este teu conto a menos sem somenos nem comemos este canto
mesmo que já agora é teima e não se faz por menos mas nem vem que
não tem se não te serve o meu trem se a canoa tem furo por aí é
o futuro morre velho o seguro mas eu combato no escuro e pelo triz
pelo traz pelo truz pelo tanto fez minha sina eu que
sei eu que pago pra ver se no dois não acerto jogo tudo no três
e ainda tenho uma vez essa história é muito simples é uma história
de espantar não conto porque não conto não quero contar
cantando cantava o sol contando contava o mar contava um conto cantado
de terra sol mar e ar meu canto não conta um conto só canta como cantar*

[Haroldo de Campos, fragmento de Galáxias]

. página 3:

O espaço (continuação e fim)

*Gostaria que houvesse lugares estáveis,
imóveis, intangíveis, intocados e quase intocáveis,
imutáveis, arraigados; lugares que
fossem referências, pontos de partida, princípios:*

*Meu país natal, o berço de minha família, a casa
onde nasci, a árvore que vi
crescer (que meu pai plantou no dia do
meu nascimento), o sótão de minha infância
cheio de recordações intactas...*

*Tais lugares não existem, e como não existem
o espaço se torna pergunta, deixa de ser evidência,
deixa de estar incorporado, deixa de estar
apropriado. O espaço é uma dúvida;
continuamente necessito marcá-lo, designá-lo;
nunca é meu, nunca me é dado, tenho que conquistá-lo.*

*Meus espaços são frágeis: o tempo vai
desgastá-los, vai destruí-los: nada se parecerá
com o que era, minhas lembranças me trairão,
o esquecimento se infiltrará em minha memória,
olharei algumas fotos amareladas com as bordas
estragadas sem poder reconhecê-las. Já não existirá
o cartaz com letras de porcelana branca
em forma de arco circular sobre o espelho do pequeno
café da rua Coquilière: “Aqui consultamos
o Bottin” e “Porções a toda hora”.*

*O espaço se desfaz como a areia que
desliza entre os dedos. O tempo o leva e
só me deixa alguns pedaços informes:*

*Escrever: tratar de reter algo meticulosamente,
de conseguir que algo sobreviva:
arrancar umas migalhas precisas ao vazio que se
escava continuamente, deixar em alguma parte
um sulco, um rastro, uma marca ou alguns signos.*

[Georges Perec, *Especies de espaços*]

CONCLUSÃO

[**considerações provisórias**]

Os caminhos do pensamento e da escrita são sempre cambiantes. Esta é sua marca e sua conexão. Em uma tese não é diferente, e desde a inquietação que impulsiona os movimentos iniciais, as primeiras questões e os caminhos imaginados, as buscas, até os achados e os desvios que criam novas rotas, os percursos sempre se alteram em função de movimentos que vem de fora e impelem a novas direções. E à medida que o pensamento vai adquirindo consistência em função desses movimentos, a natureza das conexões também se altera. Uma seletividade dos encontros se impõe e os movimentos que impelem o pensamento também mudam de natureza.

Deleuze diz de Alice no país das Maravilhas que à medida que se avança na narrativa, os movimentos de mergulho e soterramento vão dando lugar a movimentos laterais de deslizamento: as profundidades se desdobram na superfície. Essa mudança se dá também nos movimentos que engajam o pensamento e o levam a se lateralizar, deslizar e criar novas conexões. Desmistificação das profundidades essenciais e aposta nos movimentos de porosidade de fronteiras, de margens e de bordas de contato, os pensamentos-acontecimentos tornam-se tanto mais profundos quanto mais se passam nas superfícies e incitam fissuras desestabilizadoras. E se os acontecimentos são a produção de diferença que cria o novo, é pelas superfícies que suas intensidades correm, deslizam, aumentam ou diminuem de velocidade, se desdobram e compõem com outras intensidades. É por meio de efeitos de superfície – caminhos, percursos, trajetórias, esbarros, fricções, passagens, conexões, bifurcações – que heterogêneos se encontram e desdobram sua diferença produzindo novas composições.

Foi esse o movimento ensaiado na aposta desta tese: atravessamento criador entre pesquisa, escrita e vida. Conexão que produz diferença, a aposta da tese é um movimento afirmativo, ainda que – ou precisamente por isso - se saiba que produzir diferença não é fácil, requer empenho e algum desaprendizado. Somos impelidos ao apego à estabilidade e à permanência, a ressoar o mesmo e a nos deixar capturar pelas forças e sentidos majoritários que incidem sobre a vida e

produzem modos de se relacionar, de pensar e de existir em capturas que constituem um comum que já nasce esvaziado em sua diversidade calculada e homogeneizada. A ele acorremos e com ele colaboramos pensando exercer nossa liberdade e nossas escolhas, quando na verdade empreitamos nossas vidas em circuitos onde as escolhas já estão determinadas e a ação criadora tende a ser esvaziada. Triunfo do mesmo e das ressonâncias-em-nós do Estado e do capital em suas configurações atuais definem as coordenadas a partir das quais cabe produzir diferença. Nesse sentido, o processo de diferenciação que implica desertar das forças reativas e intensificar as forças ativas de criação é questão ética, política e existencial da maior importância e que a todos concerne.

A diferença é vetor que conecta e modo que constitui em heterogeneidade aberta as multiplicidades existentes e por vir: espaço, pensamento, teoria, escrita, modos de vida. A diferenciação é um processo criador, e a criação implica sempre uma desestabilização que abala as cristalizações sedentárias e abre as matérias intensivas a novas conexões.

Na perspectiva do espaço, inumeráveis devires menores de um urbano extensivo desencadeiam a fuga das lógicas espaciais dominantes e criam cotidianamente novos espaços-tempos e novos modos de existir nas muitas cidades que habitam a cidade. No urbano, e para muito além de seus guetos minoritários, os mais diversos fluxos nômades não param de tensionar e desterritorializar o espaço sedentário e regulado da cidade luminosa. Pura fricção de heterogêneos, o espaço urbano é multiplicidade híbrida especialmente favorecedora dos encontros e devires que a todos concernem.

Pelo espaço as multiplicidades se encontram e se alteram: na perspectiva da subjetividade, a unidade interiorizada do indivíduo e suas coordenadas personológicas são desestabilizadas no encontro com forças heterogêneas do fora; na escrita a abertura a novos sentidos abala as significações sedentárias e possibilita a criação do novo. Montagem, fabulação, fragmentação, reiteração, improviso, o estilo fornece à escrita possibilidades singulares de proceder à variação e desvencilhar-se dos sentidos prontos.

Assim, as conexões entre espaço, modos de vida, escrita e pensamento ligam-se à dimensão criadora e diferencial que concerne a toda e qualquer multiplicidade. O processo de produção de diferença implica a desestabilização das conformações

estáticas para a dispersão molecular de intensidades em novos arranjos e novas conexões.

Entretanto, na medida em que a produção de diferença participa do processo de variação das forças caóticas do cosmos, implica também o manejo cuidadoso das forças de alteração de modo a evitar a destruição absoluta e o mergulho no caos. Para que a desestabilização dos estratos não se transforme em abolição de todas as formas, um mínimo de contornos é requerido no processo caosmofágico de alteração criadora.

Cabe ao ato criador estabelecer continuamente a relação diferencial entre regularidade e variação de modo a intensificar os movimentos vitais de alteração e expansão da vida: fazer fugir a tentação de sedentarização que acompanha as estabilidades, tanto quanto evitar a indeterminação absoluta. Assim, nos movimentos de diferenciação criadora o que desaparece não é a consistência de cada multiplicidade, mas as cristalizações paralisadoras do movimento vital que se expressa na singularidade em que cada uma delas consiste.

Nesse sentido, o ato de criação não é prerrogativa de artistas nem exclusividade de práticas especiais, mas é o próprio movimento expansivo e diferencial da vida. A criação é processo que produz diferença e concerne a todas as multiplicidades, humanas e não humanas, e em sua conexão com o devir implica a presença do fora e da alteridade, que ensejam alianças e expressam o possível.

Assim, ao longo de seus desdobramentos, os movimentos de pensamento implicados na aposta inicial da tese atingiram a superfície dos encontros e das composições por fazer. Movimentos de uma caosmofagia, são menos os movimentos desta tese, desta escrita e de sua autora no que há neles de particular, do que os movimentos das forças criadoras das quais cada uma destas multiplicidades singulares é vetor.

Ao se chegar ao final da tese, o desafio de fazer e dizer o atravessamento entre espaço, subjetividade, escrita, pensamento e teoria traz a alegria de uma experimentação efetuada, ao mesmo tempo em que aponta que tudo está por fazer. E no ineditismo intensivo dos encontros por vir, a criação e a produção de diferença se afirmam em sua potência de resistência sempre insubmissa aos poderes e configurações majoritários.

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS]

ABALOS, Iñaki. O que é a paisagem? *Arquitextos*, n.49, maio, 2004. Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.049/572/pt> >. Acesso em: 2001/2015.

ADORNO, Theodor. *Minima Moralia*. São Paulo: Ática, 1992.

ALLIEZ, Éric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ALLIEZ, Éric; GUATTARI, Félix. O capital, no fim das contas. Posfácio. In: ALLIEZ, Éric, FEHER et alii. *Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do Capital*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

ALLIEZ, Éric, FEHER, Michel et alii. *Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do Capital*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

AMORIN, Antonio C, MARQUES, Davina, DIAS, Susana (Orgs.). *Conexões: Deleuze e Vida e Fabulação e....*Petrópolis, RJ: De Petrus; Brasília, DF: CNPQ; Campinas ALB, 2011.

ARANTES, Antonio A. (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000.

ASPIS, Renata. Resistência e confabulações. In: AMORIN, Antonio C, MARQUES, Davina, DIAS, Susana (Orgs.). *Conexões: Deleuze e Vida e Fabulação e....*Petrópolis, RJ: De Petrus; Brasília, DF: CNPQ; Campinas ALB, 2011.

BAPTISTA, Luis Antonio. Palestra. In: SEMINÁRIO NACIONAL PSICOLOGIA E MOBILIDADE: ESPAÇO PÚBLICO COMO DIREITO DE TODOS / Conselho Federal de Psicologia, 1., 2010, Brasília .- Brasília: CFP, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Paris, capitale du XIXe siècle*. Le livre des passages. Paris: Les Éditions du CERF, 1993.

_____. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994a. - (Obras escolhidas; v.3)

_____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994b. - (Obras escolhidas; v.1)

_____. *Rua de mão única..* São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. - (Obras escolhidas; v.2)

BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita* -1. A palavra plural. São Paulo: Escuta, 2010a.

_____. *A conversa infinita -3: a ausência de livro, o neutro o fragmentário*. São Paulo: Escuta, 2010b.

BOGUE, Ronald. Por uma teoria deleuzeana da fabulação. In: AMORIN, Antonio C, MARQUES, Davina, DIAS, Susana (Orgs.). *Conexões: Deleuze e Vida e Fabulação e....*Petrópolis, RJ: De Petrus; Brasília, DF: CNPQ; Campinas ALB, 2011.

BOLTANSKY, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRANDÃO, Ludmila. *A casa subjetiva: matéria, afectos e espaços domésticos*. São Paulo: Perspectiva; Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, 2002. (Estudos; 181)

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRASIL. Ministério da Cultura do Brasil. Secretaria da Economia Criativa. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/secretaria-da-economia-criativa-sec> >. Acesso em: 15/12/2014.

CALINESCU, Matei. *Five faces of modernity. Modernism Avant-Garde Decadence Kitsch Postmodernism*. Durhan: Duke University Press, 2006.

CAMPOS, Haroldo de. *Galaxias*. São Paulo: Ex Libris, 1983

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAUQUELIN, Anne. *Teorias da arte*. São Paulo: Martins, 2005. – (Coleção todas as artes)

_____. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins, 2007. – (Coleção Todas as Artes)

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A cultura no plural*. Campinas: Papius, 1995. (Coleção Travessia do Século)

CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CORTÁZAR, Julio. *Histórias de cronópios e de famas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A volta ao dia em 80 mundos, tomo II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COCCO, Giuseppe. *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. A mobilização democrática das metrópoles: entre brasilianização do mundo e devir-cidade das favelas! In: KLINK, Jeroen (Org). *Governança das metrópoles: conceitos, experiências e perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006a.

_____. *A ilha deserta: e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006b.

_____. *Sobre o teatro: Um manifesto de menos; O esgotado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Estudos; 35 / dirigida por J. Guinsburg).

_____. *A imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 2013 – (Cinema 2).

_____. *O que é o ato de criação*. Disponível em < http://www.dailymotion.com/video/x1dlfsr_gilles-deleuze-o-que-e-o-ato-de-criacao-legendas-em-portugues_creation >. Acesso em: 17/02/2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, v. 1.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, v. 3.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997, v. 5.

_____. *Kafka. Para uma literatura menor*. Lisboa: Assirio & Alvim, 2003.

_____. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo: Editora 34, 2010.

- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'Água, 1995.
- DOMENÈCH, Miguel; TIRADO, Francisco; GÓMEZ, Lucía. A dobra: psicologia e subjetivação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (Coleção Estudos Culturais, 7)
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a.
- _____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.
- _____. Espaço e poder. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Número 23/1994.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (Ditos e Escritos; IV)
- _____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e Escritos; III)
- FURTADO, Beatriz; LINS, Daniel. *Fazendo rizoma: pensamentos contemporâneos*. São Paulo: Hedra, 2008.
- GALLO, Silvio, NOVAES, Marcus, GUARIENTE, Laisa Balncy de Oliveira. *Conexões: Deleuze e política e ...*. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Campinas, SP: ALB; Brasília, DF: CAPES, 2013.
- GODOY, Ana. Uma escrita para um combate incerto. In: AMORIN, Antonio C, MARQUES, Davina, DIAS, Susana (Orgs.). *Conexões: Deleuze e Vida e Fabulação e....*Petrópolis, RJ: De Petrus; Brasília, DF: CNPQ; Campinas ALB, 2011.
- GOMBRICH, Ernst. *A história da arte*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- GUATTARI, Felix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- _____. *Caosmose*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI, Félix; ZAHM, Olivier. Félix Guattari et l'art contemporain. In: *Chimères* n° 23, 1994. Disponível em < http://www.revue-chimeres.fr/drupal_chimeres/files/23chi04.pdf >. Acesso em: 30/09/2014.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Éric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. *Declaração – Isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 Edições, 2014

HARVEY, David. *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. *Condição Pós-Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras. Inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (Humanitas)

_____. (Org). *Conversações: de artes e de ciências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. (Humanitas)

HISSA, Cássio E. V.; MELO, Adriana F. O lugar e a cidade conceitos do mundo contemporâneo. In: HISSA, Cássio E. V. *Saberes ambientais*. Desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2008.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INFORSATO, Erika Alvarez. *Desobramento: constelações clínicas e políticas do comum*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22042010-104547/>>. Acesso em: 20 mar 2013.

JACQUES, Paola B. *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

_____. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KEIFF, Frédéric; KEIFF, Laurent. Architecture en naufrage. La tante, le radeau et la machine de guerre. In: *Ar(t)chitecture*. Disponível em < <http://www.3rs.fr/index.php?id=100> >. Acesso em: 16 abr 2014.

LATOURE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LAZZARATO, Maurizio. *Puissances de l'invention*. La psychologie économique de Gabriel Tarde contre l'économie politique. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond/ Le Seuil, 2002.

_____. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: n-1 edições, 2014.

LAZZARATO, Maurizio, NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÉFÈBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LEVY, Tatiana. *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEZAMA LIMA, José. *Paradiso*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

LOURAU, René. *A Análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1975.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: DELEUZE, Gilles. *Sobre o teatro: Um manifesto de menos; O esgotado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MACIEL JUNIOR, Auterives. O problema da escolha e os impasses da clínica na era do biopoder. In: MACIEL JUNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia (Orgs.). *Polifonias*. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria/Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, 2005.

MACIEL JUNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia (Orgs.). *Polifonias*. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria/Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, 2005.

MASCARÓ, Lúcia (Coord.). *Tecnologia & Arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1986.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Olgária F. C. *A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social da lembrança*. In: *Espaço & Debates*. Vol. 2, n. 7. São Paulo: NERU, 1982.

_____. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. *Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MENDES, Murilo. *Transistor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo; Hucitec, 1994

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NANCY, Jean-Luc. *La création du monde ou la mondialisation*. Paris: Galilée, 2002.

PASSOS, Eduardo, BENEVIDES, Regina. Complexidade, transdisciplinaridade e produção de subjetividade. In: FONSECA, Tania Mara Galli, KIRST, Patricia Gomes (Org.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Passagens da clínica. In: MACIEL JUNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia (Orgs.). *Polifonias*. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria/Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, 2005.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virginia, ESCOSSIA, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia*. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virginia, ESCOSSIA, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia*. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Marca D'Água, 1996.

PELBART, Peter Pál. *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

_____. *O tempo não reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, 2010 (Coleção Estudos; 160)

_____. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011

PELLI, Víctor Saúl. Notas para uma Tecnologia apropriada à construção na América Latina. (1986). In: MASCARÓ, Lúcia (Coord.) (1989). *Tecnologia & Arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1986.

PEREC, Georges. *L'Infra-ordinaire*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989.

_____. *Especies de espacios*. Barcelona: Montesinos, 2004

PIMENTEL, Mariana. Fabulemos! Ou como resistir à ficção. In: GALLO, Silvio, NOVAES, Marcus, GUARIENTE, Laisa Balncy de Oliveira. *Conexões: Deleuze e política e ...*. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Campinas, SP: ALB; Brasília, DF: CAPES, 2013.

SCARPIN, Paula. Um nome vale por mil prisões. *PIAUI*, São Paulo, Editora Abril, n. 9, Junho 2007. Disponível em: < <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-9/esquina/estalos-litero-policiais> >. Acesso em 20 mai. 2015.

PORTELA, Thais de Bhathumchinda. O caminho da ação entre o padrão e a gambiarra. In: Cadernos PPG-AU/FAUFBA / Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - Ano 5, número especial, (2007) - Ana Clara Torres Ribeiro (Org.). - Salvador : PPG-AU/FAUFBA, 2007, p.79-92. Disponível em < <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/download.php?idArquivo=13> >. Acessado em 10/06/2010.

ROLNIK, Suely. A vida na berlinda. In: PACHECO, Annelise; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo (Org.). *O trabalho da multidão: império e resistências*. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da República, 2002.

_____. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

_____. Geografia da cafetinagem. In: FURTADO, Beatriz; LINS, Daniel. *Fazendo rizoma: pensamentos contemporâneos*. São Paulo: Hedra, 2008.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. *A cartografia e a relação pesquisa e vida*. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 21, n. 2, ago. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200003&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em 19 nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000200003>.

- ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (Coleção Estudos Culturais, 7)
- RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SALES, Márcio. *Caosmofagia: a arte dos encontros*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. (Org.). *Território; globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994
- _____. *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- _____. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)
- _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- _____. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. – (Coleção Milton Santos; 3)
- SENNET, Richard. *Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SILVA, Elvan. *A forma e a fórmula: cultura, ideologia e projeto na arquitetura da Renascença*. Porto Alegre: SAGRA, 1991
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (Coleção Estudos Culturais, 7)
- SILVA, André. Maquinar. In: FONSECA, Tania Mara Galli, NASCIMENTO, Maria Livia, MARASCHIN, Cleci (Org.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- SOLA-MORALES, Ignazi. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

STENGERS, Isabelle. Introdução. In: ALLIEZ, Eric; FEHER, Michel et alii. *Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do capital*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

TEDESCO, Silvia. Literatura e clínica: ato de criação e subjetividade. In: MACIEL JUNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia (Orgs.). *Polifonias*. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria/Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, 2005.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TOSTES, Simone Parrela. Corpos e gestos na realidade urbana contemporânea. In: CORPOCIDADE. Debate em estética urbana, 1, 2008, Salvador. Disponível em: <
<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST3/SimoneTostes.pdf>>.
Acesso em 2005/2014.

TUGNY, Augustin de. Novas modalidades do tempo na arquitetura sustentável. In: AR Revista de Arquitetura, Ensino e Cultura do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Vol. 2, n.2. Cel Fabriciano: Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, dezembro de 2005.

VASCONCELLOS, Jorge. Autonomismo Político e Ativismo Estético, o devir-revolucionário da anarcoarquitetura de Gordon Matta-Clark. In: GALLO, Silvio, NOVAES, Marcus, GUARIENTE, Laisa Balncy de Oliveira. *Conexões: Deleuze e política e ...*. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Campinas, SP: ALB; Brasília, DF: CAPES, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

WENDERS, Wim. A paisagem urbana. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Número 23/1994

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. *Rachar as imagens, contraefetuar o acontecimento, conceituar a comunidade: a experiência comunitária em registros fotográficos de Maio de 68*. In: *Lugar comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e Comunicação - LABTeC/ ESS/UFRJ – Vol 1, n. 1, (1977) –Rio de Janeiro: UFRJ, n. 37-38 – mai-dez 2012.*

ZOURABICHVILI, François. *Deleuze, una filosofia del acontecimiento*. Buenos Aires: Amorrortu, 2004.

_____. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Sinergia: Ediouro, 2009. - (Conexões; 24)